Intervenções urbanas contemporâneas: o caso da área da Luz
no centro de São Paulo

CAROLINA MARGARIDO MOREIRA

orientador: Prof. Dr. Miguel Antônio Buzzar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – USP, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo

Departamento de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Escola de Engenharia de São Carlos
Universidade de São Paulo
São Carlos, agosto de 2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

Moreira, Carolina Margarido
M838i Intervenções urbanas contemporâneas : o caso da área da
Luz no centro de São Paulo / Carolina Margarido
Moreira ; orientador Miguel Antônio Buzzar. -- São
Carlos, 2008.

Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração: Teoria
e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de
Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo,
2008.

Dedico este trabalho aos meus avós **Terezinha e Bazileu, José e Carmem,**
com todo o meu coração.

AGRADECIMENTOS

“É a sociedade [isto é, o homem] que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente”.

Milton Santos, A Natureza do Espaço.

Meus agradecimentos a todo ‘homem’ que sonha e que me motiva a sonhar:

Ao querido prof. **Miguel A. Buzzar**, pela amizade e orientação nesse processo tão conflituoso no qual muitas vezes me perdi;

Aos professores **Cibele Rizek, Luiz Recamàn, Manoel Rodrigues Alves, Sarah Feldman e Heitor Frúgoli Jr.**, pelos ensinamentos que tão bem compartilham e que me deram o suporte necessário para a realização deste trabalho;

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos e à EESC-USP, em especial a todos os funcionários que a fizeram minha ‘segunda casa’ desde que ingressei no curso de Graduação e que tão bem me acolheram na Pós-Graduação: **Marcelinho, Geraldo, Paulo Ceneviva, Oswaldo, Zanardi, Lucinda, Fátima, Sérgio**;

Aos meus pais **Marcos e Rita**, e irmãos, **Helena e Caio**, sempre presentes e dispostos a ajudar das mais inimagináveis formas e sentidos;

Aos amigos que me acompanharam de perto [alguns desde a graduação, outros mais recentes] nessa fase de crescimento e amadurecimento: **Fabiana Cerávolo, Ana Cristina Araújo, Beatriz Aied, Vanessa Rosa, Máisa Fonseca, Mônica Vianna, Angélica [Cute], Maristela Siolari, Marina Barros, Alexandra Figueiredo, Márcio Minto**;

Aos amigos, sem os quais não conseguiria finalizar este trabalho: **Marininha** [responsável pelos desenhos da ‘Cracolândia’, e por muito mais], **Paula Mastrocola, Hermínia, Tiago Borelli, Marcos Costa, José Borelli, Hércules Merigo, Léo Lobo, Bilé de Almeida, Camille Cequine, Mariana Seber, Renata Brandão, Ricardo Santoro, Fábio Barbosa, Jackson Marçal, Josi Viana, tios e primos Margaridos e Moreiras**;

A todos os profissionais que forneceram dados, concederam entrevistas e, de alguma forma, contribuíram para o entendimento ou levantamento das questões que o trabalho aborda;

À CNPq, pelo apoio financeiro a essa pesquisa e à pesquisa brasileira em geral.

Para se ter uma visão da sociedade é preciso haver uma identificação das forças implicadas. As antigas palavras para isso, como luta de classes, polarização, nacionalização, etc., ainda são verdadeiras. Ainda há divisão de classes sociais e assim por diante.

O que talvez tenhamos que pensar é numa forma nova de dizer isso. Para mobilizar as pessoas, elas precisam identificar as forças que as estão oprimindo. [...] Não é suficiente dizer a verdade às pessoas, mas achar maneiras de apresentá-la de modo excitante, de forma a animar as pessoas, incentivá-las, prendê-las. Mesmo que nossas declarações sobre a situação social sejam importantes, não se consegue projetá-las a não ser que se tenham novas formas de falar sobre ela. As pessoas perguntam se vamos desistir de noções clássicas como luta de classes e outras. Não se trata de desistir, mas sim de ser capaz de projetar esses conceitos de uma outra forma e mostrar que essas lutas existem desde o início do capitalismo. Temos que encontrar termos contemporâneos para mostrar à sociedade o que está acontecendo. Isso é o que chamo de luta do discurso.

RESUMO

MOREIRA, C.M. **Intervenções Urbanas Contemporâneas: o caso da área da Luz no centro de São Paulo.** 2008. 216f. Dissertação [Mestrado] – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

Tendo como tema geral de pesquisa Propostas e Intervenções Urbanas Contemporâneas, o trabalho pretende discutir e analisar a natureza e distinções existentes entre os discursos, as propostas e ações, particularmente no campo cultural, formuladas e executadas na área da Estação da Luz da cidade de São Paulo pelos governos Marta Suplicy – 2001/2004 – e José Serra [e hoje seu substituto Gilberto Kassab], articuladas com as propostas do governo estadual, retrocedendo quando necessário ao entendimento das ações realizadas a partir das gestões de Luiza Erundina – 1989/1992 – no governo Municipal e do primeiro governo de Mário Covas no Estado – 1995/1998 [e seu sucedâneo]. Desta forma, no contexto das mudanças econômicas ocorridas nos últimos 25/30 anos, que conheceram no plano urbano a noção de cidades globais, objetivou-se investigar criticamente o processo pelo qual a cultura e os equipamentos culturais têm adquirido um papel cada vez mais central nas práticas das chamadas políticas urbanas, valendo-se de ações que por vezes apresentam-se de forma antagônica, em função do viés político dos governos, e por outro, não, em que pese o mesmo viés político. Isto salientou a necessidade de investigar as finalidades do Estado, nos seus vários níveis, e de seus parceiros preferenciais, nas intervenções nos espaços urbanos centrais da cidade contemporânea, num período em que estas ações surgem enquadradas por uma discussão internacional sobre o papel das cidades na economia contemporânea e o lugar do urbanismo e do planejamento urbano [estratégico] nas políticas públicas. Enfim, a pesquisa teve como objeto de estudo **as intervenções urbanas contemporâneas: o caso da área da Luz, no centro de São Paulo.** A intenção foi, ao longo da pesquisa, pontuar os princípios que conduziram [até o momento] tais práticas, suas diretrizes e, principalmente, a forma com que o conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais transforma e modela os ambientes urbanos e o imaginário dos habitantes. Desta forma, o estudo das intervenções no centro histórico de São Paulo reconhece uma política de conjunto, mas parte da escolha e avaliação das ações propostas e efetivadas na área da Luz e antiga 'Cracolândia', um dos principais alvos dos programas de requalificação urbana da prefeitura de São Paulo e, por isso, atualmente denominado Pólo Luz – Santa Ifigênia. Esta concentra uma série de questões presentes no que poderia ser definido como uma agenda de problemas e ações a eles associadas, mormente a revitalização das chamadas áreas 'degradadas', a partir da implementação de propostas e equipamentos culturais, que integram ou se espelham em modelos de políticas urbanas internacionais.

Constituindo a pauta não só de arquitetos e urbanistas, mas também de várias outras áreas de conhecimento – geografia, sociologia, economia, as discussões sobre a cidade requereram um razoável embasamento teórico, sendo a clareza dos conceitos envolvidos uma das metas estabelecidas a princípio. Motivou especialmente a percepção de que as noções de planejamento estratégico, competitividade entre as cidades, globalização e cidades globais saturaram o debate urbano contemporâneo e que a[s] ideologia[s] urbana[s] marcada[s] por interesses diversos acabava[m] por criar uma questionável impressão de coesão de conceitos que deveria ser posta à prova. Entre outros, Georg Simmel, Manfredo Tafuri, Fredric Jameson e Rem Koolhaas foram importantes aportes.

Palavras-chave: Urbanismo. Arquitetura contemporânea. Metrópole. Intervenções urbanas. Área central. Equipamentos culturais. São Paulo. Área da Luz. Cracolândia. Georg Simmel. Rem Koolhaas.

ABSTRACT

MOREIRA, C.M. **Urban Contemporary Interventions: the case of the area of Luz in the centre of São Paulo.** 2008. 216f. Dissertação [Mestrado] – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

Having as a general subject of inquiry Proposals and Urban Contemporary Interventions, this dissertation intends to discuss and analyze the nature and existent distinctions between the speeches, the proposals and actions, particularly in the cultural field, formulated and executed in the area of Estação da Luz in the city of São Paulo by the governments Marta Suplicy – 2001/2004 – and José Serra [and his current substitute Gilberto Kassab], articulated with the proposals of the State Government, retreating when necessarily to the understanding of the actions carried out from the managements of Luiza Erundina – 1989/1992 – in the Municipal Government and of the first government of Mario Covas in the State of São Paulo – 1995/1998 [and his substitute]. In this way, in the context of the economical changes that took place in the last 25/30 years, that knew in the urban plan the notion of global cities, the goal was to investigate critically the process for which the culture and the cultural equipments have been acquiring a more and more central role in the practices of the so-called urban politics, using actions that for times show up in the antagonistic form, in function of the political slant of the governments, and for other, not, in what it weighs the same political slant. This pointed out the necessity to investigate the finality of the State, in its several levels, and of its main partners, in the interventions on the central urban spaces of the contemporary city, in a period in what these actions appear fitted by an international discussion about the role of the cities in the contemporary economy and the place of urbanism and of the [strategic] urban planning in the public politics. Finally, this inquiry had as object of study the **urban contemporary interventions: the case of the area of Luz in the centre of São Paulo**. The intention along the inquiry was to punctuate the principles that conducted [until now] such practices, its directives and, mainly, the form with which the set of social, economical, political and cultural relations transforms and models the urban environments and the imaginary of its inhabitants. In this way, the study of the interventions in the historical centre of São Paulo recognizes a politics of set, but it breaks from the choice and evaluation of the actions proposed and brought into effect in the area of Luz and former “Cracolândia”, one of the main targets of the urban redesign programs of the City Hall of São Paulo and, therefore, at present so-called Pólo Luz – Santa Ifigênia. This area concentrates a series of present questions in what it might be defined as an agenda of problems and actions to them associated, chiefly the revitalization of the called “degraded” areas, from the implementation of proposals and cultural equipments, which they integrate or which mirror in models of international urban politics. Constituting the list not only of the architects and town planners, but also of several other areas of knowledge – geography, sociology, economy -, the discussions about the city demanded a reasonable theoretical foundation, being to clarity of the wrapped concepts one of the marks established on the beginning of this inquiry. It caused specially the perception of which the notions of strategic planning, competitiveness between the cities, globalization and global cities saturated the urban contemporary debate and that the urban[e] ideology[ies] marked by different interests ended for creating a questionable impression of cohesion of concepts that should be put to the test. Georg Simmel, Manfredo Tafuri, Fredric Jameson and Rem Koolhaas are important and essentials bases of this work.

Key-words: Urbanism. Contemporary architecture. Metropolis. Urban interventions. Central area. Cultural equipments. São Paulo. Area of Luz. Cracolândia. Georg Simmel Rem Koolhaas.

SUMÁRIO

Introdução	12
CAPÍTULO 1 - CENTRALIDADE E CULTURA: RELAÇÕES NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA	15
1.1. Cenários Mundiais – Da Utopia Ao Planejamento Estratégico	23
1.2. Cidade Global e Planejamento Estratégico	35
1.3. São Paulo, Cidade Global?	38
1.4. Cidade - mercadoria, Cidade – sujeito	41
CAPÍTULO 2 - ESTUDO DE CASO: A ÁREA DA LUZ	44
2.1. Antecedentes: Os Primeiros Estudos para a Renovação da Área da Luz: Rino Levi & Associados – 1974	46
2.1.1 Análise Histórica das Funções da Área	52
2.1.2 Diagnóstico	56
2.1.3 Previsões do Estudo Realizado	57
2.1.4 Conclusões da Pesquisa Acerca do Estudo Realizado	60
2.2 Intervenções Contemporâneas: Concepções e Propostas de 1984 a 2007	64
2.2.1 Da Luz à Cracolândia[?], da Cracolândia à Nova [?] Luz	88
2.3 Conclusão - Problemas a Maneira de Questionamentos e Possibilidades	121
CAPÍTULO 3 - CULTURA, DINHEIRO E ESPETÁCULO	129
3.1. Formação Cultural	132
3.2. Dinheiro: meio ou fim?	137
3.3. Cultura e Espetáculo	140
3.4. Discussões finais do capítulo	146
CAPÍTULO 4 - ARQUITETURA E SUAS [IM]POSSIBILIDADES: UMA DISCUSSÃO ATUAL	157
4.1. Inovação X Totalidade: A Obra de Rem Koolhaas	160
4.2. O Conceito de <i>Bigness</i> ou Urbanidade Interior	164
4.3. <i>Junkspace</i> e <i>Cyberpunk</i>	174
4.4. “Problemas à maneira de conclusão”	177
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO	185
BIBLIOGRAFIA	191
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Há um hiato entre as discussões arquitetônicas e urbanísticas contemporâneas que separa os casos brasileiros dos acontecimentos na Europa e nos Estados Unidos. Fora, as cidades passam por intenso processo de renovação urbana e, nesse âmbito, o discurso de cidade global alimentou novas formulações, dentre as quais o Planejamento Estratégico foi a que mais se destacou. No Brasil, estamos envolvidos na implementação de Planos Diretores e os efeitos da discussão internacional que chegou há mais de dez anos, ainda se faz sentir. O trabalho não aborda a questão, mas a denominação de Plano Diretor Estratégico que a cidade de São Paulo utilizou, certamente, não foi casual.

Aí reside uma questão, a da atualização do repertório de ferramentas urbanísticas, que ocorreu no último período repetindo procedimentos que pareciam sem propósito. A contratação de assessorias internacionais e a adoção de um receituário de planejamento a partir, via de regra, do primeiro escalão de algumas prefeituras municipais, consolidou um modelo acrítico de adaptação apressada de fórmulas e não de uma recepção de conceitos, que necessariamente deve passar por uma reflexão.

Certamente há coincidências. As primeiras discussões de Planejamento Estratégico no Brasil, no começo dos anos 1990, repetiam uma cantilena em voga, a de recuperar a década de 1980, tida como uma 'década desperdiçada' do ponto de vista das mudanças na produção e de várias desregulamentações que o neoliberalismo, já hegemônico no mundo, ia implementando. A década de 1980 [na qual definitivamente teve fim a Ditadura Militar], que conheceu a consolidação do movimento sindical, uma renovação partidária sem precedentes e a eclosão de uma série de movimentos populares urbanos, além da formulação de uma nova Constituição para o país, de um momento para o outro, passava a ser vista como perdida.

Se o Planejamento Estratégico da cidade do Rio de Janeiro ainda realçava questões como a participação da sociedade civil no planejamento da cidade [rompendo com o paradigma anterior, definido como técnico-burocrático] e fazia uso de todo um repertório criado ao longo das décadas de 1960 a 1980, de respeito ao contexto sócio-urbano, de resgatar as características de lugares distintos da cidade, de promover a participação de arquitetos para pensar soluções e de, enfim, trazer o urbanismo de volta às ruas, as outras versões de Planos Estratégicos já lidavam com a noção de competição entre cidades de forma mais direta. Não

que o Plano do Rio de Janeiro fosse distinto, como será visto no discurso de Vainer [capítulo 1]: todas as questões já estavam presentes no Rio de Janeiro, apenas havia um discurso de resgate de identidade cidadina, e tudo mais a ele associado, que nublava outros.

Entretanto, quando a discussão estratégica se deu de forma direta, repetindo a fala de um de seus idealizadores, Jordi Borja, de que a cidade global necessita se mostrar competitiva no cenário econômico para atrair investimentos, já havia uma gama de administradores e gestores públicos, de técnicos-políticos, de arquitetos e de outros profissionais que lidam com a cidade, então seduzida pelo diagnóstico da globalização e da parceria cidade global/planejamento estratégico:

“la ciudad mundial es aquella que por su tamaño, por la importancia de su espacio regional, por la voluntad política que expresa, por iniciativa económica y cultural de su sociedad civil, y por, evidentemente, sus posibilidades de desarrollo, es un centro nodal, competitivo, a escala global” [BORJA, 1994: p. 14]

Tratava-se de aproveitar as mudanças que ocorriam na economia para tomar um atalho, ora para recuperar uma posição perdida, ora para superar uma posição secundária. O modelo empresarial do Planejamento Estratégico, conforme será visto, ensinaria a administração pública a ser ‘eficiente’.

A fala estratégica, preservando o essencial [a capacitação para tornar-se competitiva], foi variada, mas todas facultaram um divórcio entre as elaborações teóricas que aqui se produzia e a prática das administrações públicas. Com esta separação, a cidade e o pensamento urbano-arquitetônico perderam. Talvez, até hoje ainda espante a fala de alguns administradores públicos, que mais parecem mercadores de oportunidades para a iniciativa privada, do que alguém que tem como atribuição estruturar ações de melhoria de vida, para aqueles que ainda se encontram destituídos de benefícios urbanos.

Ainda mais negativo, foi a redução do gradiente de discussões de questões urbanas. Não se nega que problemas e noções novas tenham surgido - como mostra as elaborações de ‘Bigness’, ‘Não Lugar’, ou de ‘Terrain Vague’, dentre outras -, o que parece é que, durante algum tempo, as administrações estiveram totalmente impermeáveis à crítica urbanística do modelo de planejamento estratégico, qualquer que fosse a dimensão de sua absorção pelas administrações.

Tendo essas questões como um fundo não promissor, a partir do interesse na Área da Luz da cidade de São Paulo, o trabalho procurou novas referências para a discussão urbana que ampliassem a questão econômica imediata, mesmo que esta estivesse sempre presente, mas como se espera, de forma mais densa.

Justifica-se assim, em primeiro lugar abordar a discussão de cidade global, seguida da discussão sobre o planejamento estratégico, partindo para os exemplos de renovação urbana e o caso de São Paulo e, assim mais especificamente, o objeto Nova Luz. Desse percurso escolhido surgiram, então, várias questões gerais, das quais foram selecionadas as questões referentes à cultura/mercadoria, espetáculo e dinheiro, nos permitindo reposicionar o lugar das intervenções urbanas e lançar, sobre estas, 'novos' e [se espera] mais profundos olhares.

Isto, visto que tanto os adeptos [não todos, mas parte significativa destes], como os críticos da globalização fazem a discussão centrada na questão econômica e social, sendo que a discussão cultural [talvez com exceção de Otília Arantes e Heitor Frúgoli], da arte, da arquitetura e do urbanismo acaba por ficar, ainda, subordinada a estas dimensões. Nesse caso, aparentemente, a arquitetura e o urbanismo tornam-se empreendimentos e, buscando entender esse processo, recorreu-se às quatro questões citadas [cultura/mercadoria, espetáculo e dinheiro] e à discussão realizada por Manfredo Tafuri [1986], adaptando-a aos atuais questionamentos de Rem Koolhaas e Fredric Jameson. Isso, para enriquecer a discussão arquitetônica, não querendo saídas, mas investigando as possibilidades de um olhar e produção [eventualmente] crítica da arquitetura.

**CAPÍTULO 1 - CENTRALIDADE E CULTURA:
RELAÇÕES NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA**

Desde os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM – [Pós-Segunda Guerra Mundial] a importância dos ‘centros’ urbanos vem sendo discutida e revista, como o lugar da celebração de uma experiência coletiva¹. Do casal Smithson, nos anos 1950, às análises de Ernest Roger, também na década de 1950, Rossi [nos anos 1960/70] e outros, a ideia de centro associa-se à noção de identidade e de pertencimento, procurando transcender os aspectos funcionais da cidade².

Preservar, recuperar e requalificar espaços e usos surgiram como elaborações necessárias para resistir aos malefícios causados pela urbanização metropolitana. Independentemente das intenções, esse ideário – em muitos casos vago e sem medir as consequências sócio-urbanas de suas ações, das quais a gentrificação³ espacial é a mais grave – preencheu o ‘vazio’ ou a ambigüidade das formulações do urbanismo moderno e, após mais de 30 anos do seu início, foi capturado pelos processos contemporâneos.

¹ Em 1951, o VIII CIAM, Hoddesdon [Inglaterra], elegeu os centros urbanos como tema do encontro. Segundo Regina Meyer, o arquiteto José Luiz Sert [então presidente do CIAM], para quem “as grandes cidades corriam o risco de se tornar lugares destinados exclusivamente ao trabalho, apontou com precisão e simplicidade as funções que podemos considerar ainda legítimas: pelos atributos, o Centro/coração deve garantir a possibilidade de ser simultaneamente o lugar de reunião e de consciência cívica; reino do pedestre; espaço simbólico da comunidade; lócus da arte como experiência e manifestação coletiva”. **O espaço da vida coletiva** – reedição do artigo publicado em Os Centros das Metrópoles, 2001. In: **Revista Urbs, da Viva o Centro**. Ano X – número 42 – Edição Especial Viva o Centro 15 anos – dezembro de 2006.

² Para Buzzar, as frustrações da nova geração de arquitetos com a direção dos CIAM foram se dando paulatinamente, tendo ocupado um lugar de destaque o VII CIAM: “Isto porque esse CIAM, cujo tema inicial era ‘O Núcleo’ e que teve sua elaboração final consolidada com o significativo título “O Coração da Cidade”, centrou suas ideias numa retificação da Carta de Atenas, formulada em 1933 no IV CIAM e publicada dez anos depois por Le Corbusier. O “Coração” proposto, apesar de toda simbologia que parecia [e parece] conter, tratava-se de um núcleo central para a cidade funcional, que deveria ser conseguido mediante um centro cívico, onde o novo caráter representativo e administrativo seria adicionado às relações e funções preestabelecidas. Esta concepção marcou o limite da mudança de rumos nas interpretações das qualidades concretas do lugar que o grupo dirigente dos CIAM sustentava e, podia admitir como reparação às suas resoluções anteriores”. Veja-se BUZZAR, Miguel A. **João Batista Vilanova Artigas: um caminho para a arquitetura moderna brasileira [1937-1968]**, p. 145. Para Montaner, “O Coração da Cidade”, seria “*más el centro cívico y representativo de la ciudad moderna que el centro histórico estricto*”. Para Frampton, o que nutria a preocupação da segunda geração era o sentimento “*sittesco*” do “*espacio de aparición pública*”, mas o modelo do núcleo mostrar-se-ia simplista para resolver os questionamentos desta. Veja-se MONTANER, J. M. **Después del Movimiento Moderno**, p. 31-2; e FRAMPTON, K. **História Crítica de la Arquitectura Moderna**, p.275.

³ Segundo a arquiteta Regina Meyer, “o amplo processo de recuperação das áreas centrais de cidades americanas, impulsionado pela decadência de setores residenciais, foi, nos anos 1960, uma resposta para os problemas de desagregação urbana. Esse tipo de ação, embora seja, na sua origem, um discutível modo de atuar no interior de setores urbanos, substituindo antigos moradores por novos, de maior poder aquisitivo, influenciou positivamente o novo ideário urbanístico que se iniciava. A ação conduzida nas áreas centrais de cidades americanas é traduzida pelo novo conceito de *gentrification*, e tornou-se exemplo de operações urbanas cujo produto final foi a iniquidade. Os movimentos populares de luta e reivindicação dos moradores atingidos fazem parte de qualquer estudo sobre esse tipo de intervenção. Sua crítica foi, assim, incorporada como nova condicionante de grande parte dos projetos de renovação urbana realizados posteriormente.” MEYER, R. in: **Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, 1999. p. 119.

As concepções modernas de cidade e de planejamento, incluindo o zoneamento monofuncional⁴, sofreram grandes críticas nos anos 1950 e 1960, sendo as formuladas pela escritora e ativista Jane Jacobs [1916-2006], ainda que dirigidas às cidades americanas, outra referência reconhecida⁵. O planejamento e as políticas mudaram consideravelmente desde o início dos anos 1960, quando as cidades expandiram ou conheceram um processo de metropolização e fragmentação muito grande. Assim, mesmo a idéia de Plano ou de Planejamento Urbano sofreu mudanças nestes mais de 40 anos. O Plano por vezes foi substituído pelo Desenho Urbano, reivindicando uma escala menor de atuação, ou foi pensado a partir de um compartilhamento com a sociedade civil. As mudanças econômicas, por sua vez, embalsamaram uma nova discussão sobre Planejamento, agora Estratégico, para tornar as cidades competitivas na economia contemporânea.

O chamado fenômeno da globalização – ou alteração na estrutura da economia mundial e suas conseqüências espaciais nas cidades contemporâneas – deu origem a uma série de elaborações que exploraram novas inserções das cidades nessa economia mundial e o que

⁴ Consagrado na Carta de Atenas [1943], segundo Franco Mancuso, tem suas origens na cidade de Modesto [Califórnia – EUA], em 1885, quando a imigração chinesa começou a afetar os negócios locais através do manejo direto e quase exclusivo de algumas atividades econômicas, além da ocupação das áreas mais centrais, tanto para moradia quanto para o exercício de tais atividades. Para solucionar esta questão, a administração municipal de Modesto passa a atuar de forma indireta sobre os chineses, ou seja, sobre as atividades por eles realizadas, e sobre os edifícios que ocupavam: a partir da divisão da cidade em zonas [através da demarcação de áreas no mapa], seria proibida, nas áreas centrais, a prática da principal atividade exercida pelos chineses [no caso, lavanderias] sob alegação de que esta seria prejudicial ao entorno [apresentando perigo de incêndio, poluição pelos resíduos produzidos, o que geraria prejuízo ao bem estar e conforto da comunidade, diminuição do valor da propriedade nos bairros onde tais lavanderias estavam instaladas etc]. A cidade obtém, assim, o direito de regular as atividades e os usos com respeito às suas diversas partes, tendo o tribunal supremo da Califórnia estabelecido, pela primeira vez, o princípio jurídico do **zoning**, adotado, posteriormente, por muitas outras cidades. Na Alemanha, segundo Mancuso, a necessidade de dividir a cidade em zonas vem da percepção de que a cidade [em 1893, quando crescia a industrialização alemã] deveria expandir indefinidamente, e de que a iniciativa privada seria essencial nesse processo, tratando-se, porém, de um setor instável. Acreditava-se que apenas as instituições municipais – menos vulneráveis ao contágio do socialismo da época – podiam ter capacidade determinante para sanar estes conflitos, solucionar e garantir a sobrevivência da iniciativa privada. Nesse caso, a principal preocupação foi fazer funcionar melhor os mecanismos de produção de habitação ligados, precisamente, à iniciativa privada e à exploração da propriedade: para isso, seria necessário eliminar os riscos que tornavam mais agudas as “pragas” ou calamidades que prejudicavam a cidade industrial. MANCUSO, F. **Las Experiencias Del Zoning**. p. 10.

⁵ Discussão apresentada por JACOBS, J. no livro **Morte e Vida de Grandes Cidades**, 2001. Título original: **The Death and Life of Great American Cities**, publicado em 1961. Importante ressaltar que o marco consagrado do zoneamento moderno como teoria é a Carta de Atenas, entretanto, ele pode ser observado anteriormente e mesmo aparte da literatura moderna, documento resultante dos trabalhos realizados no IV CIAM [1933], em Atenas. Segundo Rebeca Scherer, “tratava-se de propor uma cidade que funcionasse adequadamente para o conjunto de sua população, distribuindo entre todos as possibilidades de bem-estar decorrentes dos avanços técnicos; semelhante objetivo supunha, evidentemente, alternativas políticas muito precisas, ainda que utópicas, para a etapa histórica então em curso.” LE CORBUSIER, **A Carta de Atenas**, 1993.

elas deveriam fazer para postular um lugar de destaque. O trabalho da socióloga Saskia Sassen⁶, que apresenta as grandes cidades – no caso Nova Iorque, Londres e Tóquio – como tendo a incumbência de atrair investimentos como forma de sobrevivência econômica na atual fase do capitalismo, serviu como modelo para que toda uma teoria urbana de competitividade inter-cidades fosse desenvolvida.

Conforme afirma Sassen, além de infra-estrutura compatível com as necessidades dessa nova forma de atração, as cidades com potencial econômico atrativo passariam obrigatoriamente a explicitar uma identidade própria baseada em raízes culturais, especificidades, história, coesão social, enfim, a ter que investir em suas imagens, assim como qualquer produto precisa de estratégias de *marketing* para ser vendido, ou comprado. Interessante como as noções de identidade e pertencimento, anteriormente formuladas para combater a impessoalidade da metrópole moderna, foram incorporadas nessa formulação como uma vantagem empresarial: quem as possui têm uma imagem socialmente [mas sobretudo comercialmente] positiva.

Os centros históricos das cidades, em muitos casos considerados abandonados [mas por deterem, como a discussão anteriormente citada indica, todos os elementos característicos das singularidades históricas e culturais que sustentam a identidade e o pertencimento], tornaram-se objetos de requalificação urbana, como meio de garantir ou proporcionar a existência de espaços urbanos propícios à recepção dos investimentos das empresas multinacionais. É muito importante notar que o debate a cerca da requalificação, cuja origem se remete contra a noção de renovação a partir da eliminação do pré-existente, foi, também, capturado pelo discurso estratégico.⁷ Os espaços precisariam, portanto, ser [re]animados com uma determinada 'vida' urbana inexistente [ou pretérita], dotada de certa 'harmonia' social, na qual escamoteiam-se os conflitos urbanos.

Essa prática caracterizada pela expressão 'revitalização das áreas centrais', justamente pelo nome que assume, considera que a vida ou o uso já existente não é suficiente, ou

⁶ SASSEN, S. **The Global City**: New York, London, Tokyo, 1991, no qual o termo cidade-global foi utilizado de forma mais contundente.

⁷ Segundo Otília Arantes, nas formulações preservacionistas, ou contextualistas, particularmente na França, onde alguns arquitetos preconizavam "nenhum metro a mais construído" o conceito "trata-se de ver a arquitetura como reabilitação, como reconversão ou, num conceito mais abrangente, de Huet, como 'transformação' - isto é, que não ignore o passado, testemunhe o presente se atendo ao urbano, para então praticar deliberadamente um ato de modificação". ARANTES, O. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**, 2000. p. 202.

adequado, quando se busca a construção de uma imagem compatível com a atração de investimentos. Pressupõe uma cultura urbana estabilizada e evidencia o descaso pelos que ali vivem: “para tanto, e não é simples emplacar essa ‘cultura empresarial’, é necessário promover a ‘limpeza’ das áreas a serem ‘revitalizadas’, o que no moderno mundo dos negócios imobiliários significa retirar dos espaços - onde serão erguidos os centros culturais e outros empreendimentos que garantam a revitalização - seus moradores ou ocupantes e pôr em prática o modelo da gentrificação⁸ nas grandes cidades globais⁹”. Segundo Patrícia Moraes,

nos tempos atuais - nos países globalizados, regidos pelo neoliberalismo – ‘revitalização’ de um espaço urbano tem igual significado de ‘volta à cidade’ e reconquista de seu centro, um processo de reencontro entre cultura e capital, cujas finalidades vêm sendo justificadas pelo almejado “desenvolvimento urbano”, que na verdade significa crescimento econômico da cidade, a fim de torná-la atraente para seus, e novos, investidores. Promove-se, então, a ‘reocupação’ das áreas onde há maior investimento em infra-estrutura, indispensável para o crescimento do setor empresarial: o centro, dotado de grandes edifícios abandonados, especulando com os valores imobiliários à espera da revalorização prometida aos seus proprietários.¹⁰

A leitura de Sassen, para essa discussão, é importante porque se concentra nas mudanças espaciais da configuração do território [em especial das cidades] decorrentes da globalização, vista agora como um ‘novo paradigma econômico’. João Sette Whitaker Ferreira argumenta, contudo, que “a autora não propõe uma crítica consistente à globalização em si,

⁸ Segundo Moraes, “a expressão da língua inglesa *gentrification* [enobrecimento] foi usada pela primeira vez pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964, ao analisar as transformações imobiliárias em determinados distritos londrinos”. Entretanto, segundo ela, “é no ensaio *The new urban frontiers: gentrification and the revanchist city*, do geógrafo britânico Neil Smith, que o processo é analisado em profundidade e consolidado como fenômeno social presente nas cidades contemporâneas.” MORAES, P. **Gentrificação e requalificação urbana - O caso da Vila Itororó**. Disponível na URL http://www.lainsignia.org/2007/junio/cul_029.htm 01/08/2008 03:58:55. ArsCientia - Divulgação de ciência, arte e tecnologia. Brasil, junho de 2007.

⁹ O adjetivo global, segundo Ferreira, baseado nas leituras de CHESNAIS [1996], surgiu o começo dos anos 1980, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, sendo popularizado nas obras e artigos dos mais famosos consultores de estratégia e *marketing* formados nessas escolas [Harvard, Columbia, Standford etc]. Em pouco tempo teria invadido o discurso político neoliberal: o termo tinha como destinatários os grandes grupos, para passar a mensagem de que este deveria ser usado como “instrumento de comunicação e controle em todo lugar onde se possa gerar lucros, como estratégia internacional, graças à liberalização e à desregulamentação, à telemática e aos satélites de comunicações.” No Brasil, teria chegado na década de 1990, transformado em sinônimo de “modernidade” pelas classes dominantes brasileiras, mas com o único fim de “escamotear um ‘ajuste’ necessário face à crise estrutural da chamada ‘economia-mundo-capitalista’”. Trata-se, pois, segundo Ferreira, de “um conceito essencialmente ideológico”. FERREIRA, J. S. Whitaker. **O mito da cidade global - O papel da ideologia na produção do espaço urbano**, 2007. p. 94.

¹⁰ MORAES, P. **Gentrificação e requalificação urbana - O caso da Vila Itororó**. disponível na URL http://www.lainsignia.org/2007/junio/cul_029.htm 01/08/2008 03:58:55. ArsCientia - Divulgação de ciência, arte e tecnologia. Brasil, junho de 2007.

mas apenas à falta de consideração de uma variável importante, a espacial”¹¹, que é por ela enfocada. Tal leitura ressalta, nos processos de aumento de mobilidade transnacional do capital, o surgimento de novas formas de concentração espacial que, segundo Ferreira, são as bases da ‘cidade global’ e que geram, por sua vez, novas relações mais polarizadas entre capital e trabalho pelo menos nas cidades estudadas por Sassen. A autora, como afirma Ferreira, através destes estudos, mostra não duvidar, inclusive, que a globalização deva realmente ser implementada.

A partir da leitura de diversos autores nem sempre concordantes [entre eles Saskia Sassen, Manuel Castells e Carlos Vainer], Ferreira identifica que a posição de ‘cidade global’ é supostamente uma condição privilegiada no contexto econômico atual, “uma vez que se reúnem em uma metrópole certos atributos que permitam dinamizar os ‘fluxos’ da economia globalizada”. O fenômeno da globalização seria aceito, então, segundo ele, de forma acrítica, “um fenômeno positivo ao qual vale a pena se alinhar”: um processo aparentemente inexorável e condicionado à organização das cidades, oriundo das transformações na produção e na economia mundial, consequência dos chamados ‘avanços tecnológicos’ das últimas três décadas, e que abarcam as novas tecnologias de informática e de comunicações¹². A pretensão de fazer parte do circuito de cidades globais seria a ‘correta’ resposta das cidades às novas formas de organização da economia global garantindo seu ‘sucesso’.

O sistema pós-industrial seria, tanto para Castells quanto para Sassen, dominado pela economia de serviços e de característica ‘informacional’. Contudo, Sassen se concentra em “entender a influência desse supostamente novo paradigma econômico na dimensão espacial da configuração do território, em especial das cidades”¹³. Seu foco é, portanto, a concentração espacial exigida pelas complexas infra-estruturas de comunicação e de apoio dos centros financeiros espalhados pelo mundo, ou seja, pela globalização.

De acordo com a leitura crítica de Ferreira, para Castells [1998], essa “informacionalização da sociedade, a partir da revolução tecnológica que se constitui como novo paradigma operante na década de setenta, é a base da globalização da economia” e de um novo ciclo de

¹¹ FERREIRA, J.S. Whitaker. **O mito da cidade global** - O papel da ideologia na produção do espaço urbano, 2007. p. 92. As questões levantadas pelo autor em relação a outros autores guiaram nesta fase do texto a discussão dos conceitos que perpassam a discussão sobre a cidade global, ainda que, em determinadas passagens se recorrerá diretamente aos autores, para tornar mais clara suas considerações.

¹² Idem. p. 91.

¹³ Ibidem. p. 92.

desenvolvimento econômico e social¹⁴. Neste sentido, são detectados dois fenômenos específicos que têm peso nesse processo: “o enfraquecimento do papel do Estado-nação em detrimento de uma quase autonomia das empresas na sua atuação transfronteiras, e a ‘vitória’ do capitalismo como sistema hegemônico internacional”, no qual supostamente predominaria uma “eficaz competição inter-empresarial e a fluidez de todos os tipos de fluxos, configurando a base para o que o autor chama de pós-industrialismo”¹⁵.

Castells se atém, assim, à questão das transformações nas relações espaço/tempo propiciadas pelas novas tecnologias¹⁶. Além disso, apresenta o Planejamento Estratégico como introdutor de “uma metodologia coerente e adaptativa face à multiplicidade de sentidos e sinais da nova estrutura de produção e administração”¹⁷, tido por muitos como único meio eficaz para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais [esta questão será abordada adiante]. Os outros aspectos - discutidos por Ermínia Maricato e por Otilia Arantes em especial nos textos citados - estariam, portanto, em um ‘segundo plano’ na qualificação das cidades em cidades globais.

Vainer faz a crítica da globalização e seus consensos ao mostrar que a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano se estrutura basicamente sobre “a paradoxal articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma *mercadoria*, a cidade é uma *empresa*, a cidade é uma *pátria*”. A partir dessa constatação, Vainer analisa o sentido e a eficácia de cada uma dessas analogias na construção de um projeto de cidade, que “implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende,

¹⁴ Ferreira aprofunda a discussão sobre os complexos fenômenos das transformações por que a economia e o mundo passaram a partir da década de 1970, que incluem “novas dinâmicas econômicas e produtivas e um intenso processo ideológico de hegemonização do capitalismo liberal” e que antecedem, situam e contextualizam melhor a idéia de ‘cidades globais’. Isso, a partir da crise do capitalismo no final da década de 1920, passando pela reestruturação produtiva e o aprimoramento da divisão internacional do trabalho a partir da década de 1970, e culminando na análise da elaboração da famosa cartilha do Consenso de Whashington, em 1993, como meio de conquistar os mercados consumidores do Sul e orientar o ajuste das políticas econômicas nacionais. FERREIRA, J. S. Whitaker. **O mito da cidade global** - O papel da ideologia na produção do espaço urbano, 2007. Capítulo 3.2 A “globalização”. p. 94 – 110. Ver também, CASTTELS, M. **A Sociedade em Rede**, particularmente Cap. 2 “A Economia Informacional e o Processo de Globalização”. p. 87-172.

¹⁵ FERREIRA, J.S. Whitaker. **O mito da cidade global** - O papel da ideologia na produção do espaço urbano, 2007. p. 93.

¹⁶ Idem.

¹⁷ VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: “Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos”, 2000. p. 76.

em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania”¹⁸.

Após mapear diversas visões, Ferreira propõe desmistificar a ideologia dominante de cidade global e de globalização que se alastrou com tanta velocidade, que o fato de ‘ser global’ passou a ser visto como uma espécie de promoção. Tal título tornou-se, a partir dessa cultura do benefício da globalização, disputado por todas as cidades do mundo, inclusive por aquelas que ‘nada’ [ou pouco] têm para serem consideradas ‘globais’. Isso porque, desconsidera-se o fato de que cidades ‘exemplares’ e ‘titulares’¹⁹ deveriam, ao menos, promover a extensão de benefícios sociais ao conjunto da população, o respeito por seus habitantes e espaços urbanos, o que, via de regra, nem sempre é verificado.

1.1 CENÁRIOS MUNDIAIS – DA UTOPIA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Enquanto construção ideológica, as formulações de Sassen também são criticadas por Ferreira visto que, segundo ele, os princípios da globalização já estariam presentes em outros momentos; desde a descoberta e implantação do telégrafo [1850], como inovação tecnológica que aproxima distâncias planetárias, ou mesmo antes, desde as inovações na navegação no século XVI, que permitiram a ampliação das relações econômicas para além das fronteiras nacionais e continentais. Entretanto, a sua crítica não se limita a essa questão, afirmando que, junto com Castells, a autora é responsável pela construção e difusão da teoria das ‘cidades globais’ e pela elaboração de uma **teoria urbana**, justamente assentada nos já citados princípios ideológicos da globalização²⁰.

Baseado na leitura de Vainer, Ferreira coloca que a globalização refere-se a um modelo neoliberal de modernização **econômica**, sendo a cidade-global “uma transferência do mesmo processo para o campo do urbanismo”, caracterizada pela tentativa de “imposição ideológica de uma matriz urbanística por sobre cidades subdesenvolvidas”. A diferença para Ferreira seria, enfim, que, enquanto no caso da ‘globalização’ da economia “os interessados nessa construção ideológica seriam claramente identificáveis – os grandes grupos econômicos e

¹⁸ VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: “Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos”, 2000. p. 82.

¹⁹ Ou seja, aquelas que atingem as qualidades consideradas necessárias para serem consideradas globais.

²⁰ FERREIRA, J.S. Whitaker. **O mito da cidade global - O papel da ideologia na produção do espaço urbano**, 2007. p. 114.

seus governos, por um lado, e as elites periféricas, por outro –, no caso da ‘cidade global’ não fica tão claro a quem tal fenômeno poderia interessar”. Ele conclui, portanto, que a rápida difusão da teoria da ‘cidade global’ beneficiaria estes mesmo grupos: as forças do capitalismo mundial e uma pequena elite interna. Assim, no caso das forças capitalistas internacionais, esse padrão urbano seria interessante “simplesmente porque ajuda fisicamente o processo de expansão da ‘economia-mundo capitalista’”²¹.

Em função de várias questões econômicas e sociais – algumas delas não diretamente ligadas à questão da globalização – nas décadas de 1970 e 1980, e mesmo na década de 1990, vários centros de metrópoles, inclusive cidades médias, conheceram o processo de mudança de perfil nas suas atividades, por vezes considerado um processo de esvaziamento funcional dos seus Centros Históricos e áreas lindeiras, que possuem infra-estruturas implantadas, agora subtilizadas.

Ainda que os termos da questão possam esconder um conteúdo de exclusão social, pois junto com o esvaziamento funcional afirma-se a decadência das áreas centrais, há a ameaça da destituição de significados destas importantes áreas, sem a reposição do papel que guardavam de representação social e de preservação dinâmica da memória ou da vida urbana. A nova questão que agora se coloca, fazendo parte também da construção ideológica que sustenta os princípios da globalização e da teoria da cidade global, é que a ‘degradação’ irradiada pode comprometer o próprio valor de cidade, enquanto espaço de organização da economia [global], da produção, da política, do trabalho, de convivência social, e, por fim, da cultura²².

Esquece-se que essa situação das áreas centrais [especialmente observadas nos países em desenvolvimento] é, segundo Ferreira, resultado direto do processo que faz uso dessa ‘teoria da cidade global’, transferindo para a cidade a mesma matriz, na qual a globalização econômica tenta escamotear a “imposição de um modelo neoliberal de modernização

²¹ FERREIRA, J. S. Whitaker. **O mito da cidade global - O papel da ideologia na produção do espaço urbano**, 2007. p. 115.

²² Sobre a construção ideológica da globalização, como o trabalho procura mostrar, assume-se as considerações dos autores: Otilia Arantes, Carlos Vainer, Heitor Frúgoli Jr., além do próprio João Sette W. Ferreira.

econômica, por sobre uma base socioeconômica que mal superou os desequilíbrios da herança colonial”²³.

Por sua vez, para Vainer, este discurso que prega o papel ‘modernizante’ das ‘cidades globais’ afeta especialmente as cidades em desenvolvimento que ainda não alcançaram tais atributos. Para o autor, há uma questão na aplicação desse discurso, pois, em muitos casos, nem o acesso universal aos atributos das cidades modernizadas [por exemplo, acesso aos serviços urbanos, água, esgoto, luz, transporte público de qualidade], as cidades dos países em desenvolvimento alcançaram, que dizer da suposta nova qualidade de ‘cidade global’. Sobre isso, Otilia Arantes afirma tratar-se de uma falácia; em seu texto ‘*Pobre Cidade Grande*’²⁴, ela questiona a possibilidade de falarmos de metrópole no caso de países subdesenvolvidos como o Brasil, visto que “o futuro [nenhum] de nossas cidades continua atrelado ao intocado estatuto da terra – como se sabe, cláusula pétrea do pacto estrutural entre classes proprietárias ‘atrasadas’ e ‘modernas’ na origem do nosso crescimento urbano-industrial”²⁵.

A constatação da deterioração urbana do Centro dessas cidades, geralmente ligada à evasão de empresas rumo a outras localidades, é seguida pela leitura deste como uma região de grande magnitude e complexidade dentro da metrópole e pela [para os que a divulgam] conveniente crença na “incapacidade do poder público de reverter tal degradação, apesar de periódicos investimentos em infra-estrutura na região”, como afirma Frúgoli ao analisar tal processo na área central de São Paulo²⁶. A partir da consolidação de tais premissas procurou-se, inicialmente e com grande ênfase, segundo o autor, realizar [talvez nem tão] ‘gradativas mudanças de concepção’ que abarcaram:

a passagem da noção de revitalização à de requalificação [que implica incorporar um dinamismo econômico e social ainda existente na área]; à ampliação da região a ser requalificada [do Centro à área central, incluindo os

²³ FERREIRA, J.S. Whitaker. **O mito da cidade global** - O papel da ideologia na produção do espaço urbano, 2007. p. 115.

²⁴ Texto escrito a propósito do livro **Metrópole na Periferia do Capitalismo** - Hucitec, 1996, de Erminia Maricato [secretária de habitação na gestão de Luiza Erundina]. In: ARANTES, O. **Urbanismo em fim de linha**, 1998. p. 199 – 210.

²⁵ ARANTES, O. **Pobre Cidade Grande**. In: *Urbanismo em fim de linha*, 1998. p. 202.

²⁶ Segundo ele, há ainda “um razoável dinamismo do ponto de vista econômico, frente à porcentagem de empregos ainda gerados na área central” e sua utilização interclasses, com uma “conflitiva diversidade sociocultural” caracterizada pela apropriação dos espaços públicos por “redes de relações informais voltadas à sobrevivência [como no caso dos camelôs], além da grande presença da população de rua”. FRÚGOLI JUNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 216.

bairros que o circundam]; à necessidade de pensar, a partir do centro, numa intervenção com efeitos por toda a metrópole, ressaltando a racionalidade de se investir numa área com empregos, infra-estrutura e inserção no tecido urbano como a área central; à inserção dessa requalificação num quadro emergente das 'cidades mundiais', com um novo papel a ser desempenhado pelo Centro [tendo como base o processo urbano havido recentemente em Barcelona, e como referência teórica o trabalho de Jordi Borja]; finalmente, essa concepção urbanística também está amparada pela idéia de um 'urbanismo reparador', com uma proposta de intervenção que procura dialogar criticamente com a realidade já existente²⁷.

Discursivamente, observa-se certa homogeneidade nas falas e no conjunto de posições articuladas em tais intervenções urbanas de áreas centrais. Tal fato ensejaria, para Frúgoli, algumas dúvidas em relação às influências do processo de globalização na estrutura urbana, e as intervenções nas áreas centrais, visto que deveriam ser identificadas, nestas, as heranças históricas anteriores [referentes especialmente a áreas com tal importância neste quesito] e as “específicas [referentes] a uma fase mais plenamente global do capitalismo contemporâneo”²⁸ para evitar a simples transposição de planos [e idéias] de intervenção aplicados em Barcelona, por exemplo, a outras realidades. Tal fato pode significar, como observa Frúgoli, “a construção de certa visão que se pretende hegemônica sobre a cidade, amparada na teoria por um paradigma da globalização e na prática pelas consultorias internacionais, mas que dão substrato a práticas para outros fins, previamente ou não estabelecidos”²⁹. Ou seja, em nome de uma requalificação de um lugar – a área central –, seguindo-se um programa antecipadamente idealizado, atém-se a interesses específicos e não relativos à cidade e seus moradores como um todo.

Consequência desse processo e também imersa na discussão de cidades globais, segundo Vainer, transmite-se a idéia de Planejamento Estratégico, como um novo instrumento de converter as cidades em uma estrutura condizente com as necessidades da globalização. Tal planejamento “inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial,

²⁷ Tais ‘mudanças’ foram, segundo levantamento do autor, conduzidas através de pesquisas e seminários realizados por Regina Meyer, que coordenou uma consultoria urbanística para a Associação Viva o Centro que, por sua vez, surge na década de 1990 como uma iniciativa da sociedade civil para reverter o processo de deterioração do Centro de São Paulo. FRÚGOLI JUNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 219.

²⁸ Frúgoli coloca a dúvida de se as asserções discursivas de São Paulo como cidade mundial “referem-se a uma realidade efetivamente concreta, ou se podem constituir um novo discurso ideológico” devido ao fato de o plano de intervenção utilizado em Barcelona ser, muitas vezes, adotado em contextos muito distintos. JUNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 219. Adiante será analisado brevemente o chamado Modelo Barcelona.

²⁹ Idem.

originalmente sistematizados na *Harvard Business School*³⁰, deveria ser adotado pelos governos municipais em razão da similaridade das condições a que estão submetidas as cidades e as empresas na economia contemporânea.

José Miguel Fernández Güel informa que a planificação estratégica aplicada às cidades faz parte de um processo cujos conceitos e instrumentos analíticos foram extraídos, na sua grande maioria, da prática empresarial, a qual, por sua vez, teria se baseado nas experiências conduzidas no âmbito militar, configurando entre as duas uma “*dependencia intelectual*” que surgiu no início do século XX por parte das empresas que visavam superar seus competidores e dominar o mercado. Em todos os casos, segundo ele, a estratégia age contra uma contraposição de interesses e antagonismos, sendo definida, inclusive, como uma “*argucia para superar los obstáculos puestos por la voluntad del oponente*”, um método de pensamento que permitiria hierarquizar e classificar ações para escolher os procedimentos mais eficazes dirigidos a reduzir ou eliminar tais contraposições ou antagonismos³¹.

Ainda falando sobre a origem e fundamentos da planificação estratégica, Güel afirma que atualmente tanto políticos como gestores municipais e urbanistas se inquietam em relação ao poder atrativo e competitivo de sua cidade frente às outras, mesmo em relação às que não estão diretamente situadas em sua área de influência. Além disso, o autor aponta a migração de um ideário empresarial para o âmbito urbano:

*Términos como orientación hacia la demanda, atractivo de la oferta urbana, posicionamiento competitivo y acciones de marketing, que hasta hace poco quedaban restringidos al ámbito empresarial, hoy son moneda común en las administraciones locales y regionales*³².

³⁰ Ver VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. p. 76. José M. Güel define três fases para este tipo de idéia empresarial de planejamento estratégico: 1) no fim dos anos 1950 quando, segundo ele, trata-se de uma corrente de pensamento na qual se enfatizava a importância da **estratégia corporativa global**; 2) nos anos 1980 quando se passou a propor a implantação da **gestão estratégica** [que dotava de maior agilidade e flexibilidade a planificação estratégica clássica], e 3) nos anos 1990, quando se desenvolveu a chamada **planificação estratégica criativa e participativa**, cujo enfoque prega a participação de todos os segmentos da empresa na elaboração da estratégia corporativa. GÜEL, J.M.F. **Planificación estratégica de ciudades**, 1997. p. 23-24.

³¹ A própria palavra ‘estratégia’ [que o autor relembra ser derivada do termo grego *stratego*, que é a combinação de *stratos*, ou exército, e *ego*, ou líder] dentro do âmbito militar pode definir-se, segundo Güel, como “*el arte de conducir un ejército hasta la presencia del enemigo y dirigir las operaciones para lograr el objetivo deseado*”. Idem. Pg. 18.

³² GÜEL, J.M.F. **Planificación estratégica de ciudades**, 1997. p. 17.

Güel pontua como motivadores desse então ‘nascente’ interesse do setor público pelos conceitos de estratégia empresarial, tanto a corrente neoliberal, como a grandeza e rapidez com que acontecem as trocas socioeconômicas que afetam de forma significativa as cidades. A planificação estratégica teria sido convertida em discurso urbano, em função da inovação e amplitude de questões que abarcavam, o que, em tese, responderia às exigências emergentes da exploração de novos enfoques em termos de planificação urbana.

Foi em Barcelona que o conceito, em termos urbanos, conheceu a sua primeira aplicação. Nesse caso vinculado aos Jogos Olímpicos, o que tornou reconhecido como paradigma de Planejamento Estratégico Urbano as ações urbanas denominadas **Barcelona Olímpica**³³, tanto em termos de referências conceituais, quanto de realizações arquitetônicas e urbanísticas. O chamado ‘Modelo Barcelona’ surgiu como a resposta de uma política urbana pública à teoria das cidades globais, como forma de, em tese, qualquer cidade reivindicar um lugar na ‘rede global’, mantendo inclusive a noção de ‘revitalização’ dos espaços urbanos centrais e a criação de novas centralidades e sua relação com a metrópole.

Para Montaner, o Modelo Barcelona rearticulou a noção de centro/periferia, com a elaboração da noção de “novas centralidades”, que no caso específico, deu-se através das quatro áreas olímpicas e de determinadas intervenções denominadas “nós urbanos”. Segundo o autor, a complexidade urbana gerada solicita novas intervenções [grandes projetos], que se baseiam em “*un modelo mixto, en un nuevo pacto urbano entre iniciativa pública y privada*”.³⁴

A reurbanização de Barcelona resultou em um modelo teórico baseado na capitalização de um evento internacional de grande porte [a partir da canalização de vultosas quantias de capital tanto público como de empresas que, segundo Ferreira, estariam interessadas em

³³ Recentemente estive em São Paulo a economista colombiana Carmenza Saldias Barreneche, do Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano [Cideu], com sede em Barcelona, capital da Catalunha, na Espanha, cidade que, segundo reportagem da Viva o Centro [http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/270207_a_infonline.htm], “recuperou com brilhantismo seu centro histórico para as Olimpíadas de 1992 e cuja experiência tornou-se um paradigma para o mundo”. O **Cideu** foi criado pelo próprio governo de Barcelona [o Ajuntamiento, ou prefeitura] em 1993 e por ele tem sido mantido para difundir técnicas de planejamento urbano estratégico entre cidades ibero-americanas a partir do conhecimento acumulado por essa cidade desde 1982-84. A entidade, que se define como uma associação de 70 cidades vinculadas em torno do planejamento estratégico urbano, também recebe recursos da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e da União Européia [UE], com a qual desenvolve vários projetos.

³⁴ MONTANER, Josep María. **El Modelo Barcelona**, in, Revista Geometria – Revista Semestral de Arquitectura y Urbanismo. 1990 – Primeiro Semestre. Madrid. n.9.

capitalizar com o evento e com a posição de destaque da cidade], e que foi retomado por outras cidades³⁵.

As questões e ações geradas a partir da articulação planejamento estratégico e Modelo Barcelona, são componentes do repertório e do entendimento da configuração da cidade contemporânea e do padrão urbano que, segundo Ferreira, é solicitado pelo processo de expansão da 'economia-mundo capitalista'³⁶. Há entendimentos cruzados sobre a natureza das intervenções que o Modelo Barcelona propiciou. Para a arquiteta Regina Meyer, que trabalhou como consultora na área do urbanismo para a Associação Viva o Centro³⁷ em São Paulo, a renovação urbana de Barcelona é interpretada como exemplo importante devido "à questão de atitude política diante da cidade, de assumir a cidade enquanto um espaço fundamental para a organização da sociedade diante dos desafios pós-industriais, a atualização da cidade para essa **nova etapa**"³⁸. Evidentemente, que a cidade deve ser assumida, porém a adoção de um vocabulário teórico, como **nova etapa**, indica não apenas o diagnóstico, mas a ação já comprometida com a noção cidade/empresa de intervenção estratégica da cidade, incorporando todos os problemas analisados pelos outros autores.

Apesar de Barcelona ser reconhecida como a intervenção paradigmática desse novo modelo, ainda na Europa, temos, particularmente citada por Otília Arantes como exemplo

³⁵ Segundo a analogia entre cidade e mercadoria, de Vainer, tal fato teria gerado propostas constantes de todos os planos estratégicos, independente das cidades onde seriam aplicados, justamente porque "todos devem vender a mesma coisa aos mesmos compradores virtuais que têm, invariavelmente, as mesmas necessidades". Além disso, o governo local deveria privilegiar, dentre os compradores, os investidores internacionais. Sendo assim, "o mercado externo e, muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria". VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: "Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos". 2000. p. 80.

³⁶ FERREIRA, J.S. Whitaker. **O mito da cidade global - O papel da ideologia na produção do espaço urbano**, 2007. p. 94 – 110.

³⁷ A **Associação Viva o Centro** nasce em 1991 "como resultado da tomada de consciência das mais significativas entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao Centro de São Paulo do seu papel de sujeitos e agentes do desenvolvimento urbano"... "A Associação Viva o Centro foi declarada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal por Decreto de 9 de março de 2000 [DOU 10/03/2000]" e "...objetiva o desenvolvimento da Área Central de São Paulo, em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de forma a transformá-la num grande, forte e eficiente Centro Metropolitano, que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da Metrópole, para o pleno acesso à cidadania e ao bem-estar por toda a população." Fonte: <http://www.vivaocentro.org.br>. Para Frúgoli, que analisa a fundo o papel da Associação, esta "revela-se um campo fértil para a visibilidade tanto da complexa negociação de determinados consensos em torno da requalificação da área central de São Paulo, quanto da trama dos conflitos decorrentes desse mesmo processo". FRÚGOLI JUNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 109.

³⁸ Ver entrevista com Regina Meyer, in: FRÚGOLI JUNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 74-75.

primordial, **Paris** e os grandes projetos da 'era Mitterrand', idealizados anteriormente às intervenções em Barcelona. Os projetos não tiveram o reconhecimento de uma ação estratégica para qualificar as cidades para a nova fase da economia [talvez essa questão fosse ainda muito prematura nos dois primeiros anos da década de 1980 quando foram lançados, ainda que as suas inaugurações tivessem avançado até 1989, ano da comemoração dos 200 anos da Revolução Francesa], mas anteciparam várias questões que estariam presentes nas ações de renovação urbana. Particularmente isso se notou devido à recorrente “estratégia de criar, de um lado, espaços prestigiosos, lugares de vida pública, como diziam seus promotores, no mais das vezes espaços culturais e, de outro, evitar a modernização predatória, respeitando a tipologia básica parisiense e com ela [alegava-se...] a própria população”³⁹. Disso, segundo a Otilia Arantes, resultou uma cidade ‘congelada’, estimulando a expulsão da antiga população que as intervenções intensificaram devido à valorização dos imóveis, fenômeno que se verificou nos bairros ‘requalificados’ da cidade, como o da *Ópera de Bastille*, e assim sucessivamente.

Essa leitura reconhece com clareza que a cidade reflete as novas relações do Estado com a economia em mutação: o Estado aos poucos flexibiliza o seu papel de gestor do espaço público [sobretudo as normativas urbanas] e começa a estabelecer a tendência de regular e assegurar [no caso] a reprodução do projeto arquitetônico pela ‘forma-publicidade’ da mercadoria⁴⁰. Animação cultural, ou da cultura mercantilizada, pelo Estado, tendo a arquitetura, boa ou não, a seu serviço, corresponde o substrato dos grandes projetos de Mitterrand, que fez escola internacionalmente. Isso porque, ainda seguindo a lógica da cidade mercadoria, alguns dos mais respeitados especialistas no chamado *marketing* urbano enfatizam a necessidade de, segundo Vainer, “a partir do diagnóstico das características de cada cidade e dos infinitos mercados nos quais ela pode ser vendida, examinar adequadamente o tipo de consumidor virtualmente sensível aos atributos locais que a cidade oferece ou pode vir a oferecer identificar”⁴¹.

Em Paris, tais ‘atributos locais’ são, ao mesmo tempo, os atributos específicos que Vainer cita como constituintes de insumos valorizados pelo capital transnacional: no caso, o

³⁹ ARANTES, O. O lugar da Arquitetura depois dos Modernos. **Os dois lados da arquitetura francesa – Pós-Beaubourg**. 1993.

⁴⁰ Ver *op. cit.* p. 157-216.

⁴¹ VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: “Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos”. 2000. p. 79.

fato de ser mundialmente conhecida como a Capital Internacional da Cultura, motivo pelo qual os investimentos na área nunca terem sido tão vultuosos como no período dos grandes projetos. Otilia Arantes coloca que “não é usual esta substituição de prioridades num Estado capitalista, sobretudo num momento de crise generalizada”⁴², o que, segundo ela, faz supor uma organização do capitalismo em outras bases e de “cuja estratégia talvez faça parte uma tal reconversão”. Isso porque, o programa de grandes obras anunciado por Mitterrand em 1981 para recuperação e construção de equipamentos culturais [término das obras do Museu d’Orsay e das edificações do Parque de La Villete, o arco-monumento da Tête de La Defense, a Ópera de Bastille; o Instituto Mundo Árabe - IMA, entre outros] pareciam descabidos para um governo social democrata chamado a relançar, segundo Otilia Arantes, um “debilitado Estado-Providência”⁴³.

A Cultura estaria, portanto, sendo considerada como um fato econômico, ‘o petróleo’ francês, enfim, um grande negócio: desta forma, houve uma divisão, onde todos saíram lucrando, entre o Estado [através da administração direta dos ‘santuários da cultura’] e o setor privado da indústria cultural [através da produção de bens e serviços na escala crescente da nova demanda - sobretudo por parte da população jovem e do turismo, que surge através da nova estratégia de ‘abertura para o mundo’ da economia francesa]⁴⁴.

Segundo Otilia Arantes, houve, em consequência, uma grande animação no campo da arquitetura, visto que os espaços passam a ser visitados não só pela arte, mas pela arquitetura que a conserva [como o Museu *Beaubourg*, que, por este motivo, ela define como ‘chamariz publicitário’]. Além disso, os Grandes Projetos surgem com tal força que provocam no entorno, segundo ela, uma recuperação e reconstrução das áreas próximas. Coube, enfim, à política cultural dos anos Mitterrand “operar a fusão entre publicidade e ‘animação’”... “[...] planejando a cultura como uma *entreprise*”. Para Otilia Arantes, a arquitetura teria “cumprido seu destino de parceria na modernização técnica”, tomando finalmente a forma da imagem publicitária [ou seja, os arquitetos seriam agora protagonistas da ‘animação cultural’]⁴⁵. A partir dessa constatação, ela insiste que é “no momento em que o sonho do administrador francês que a pirâmide do Louvre suplante o logotipo da Coca-Cola, que Paris brilha como uma grande loja

⁴² ARANTES, O. O lugar da Arquitetura depois dos Modernos. **Os dois lados da arquitetura francesa – Pós-Beaubourg**. 1993. p. 160.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ibidem. p. 161.

⁴⁵ ARANTES, O. O lugar da Arquitetura depois dos Modernos. **Os dois lados da arquitetura francesa – Pós-Beaubourg**. p. 187.

de departamentos do patrimônio cultural, cuja aura, obviamente, há muito se desmanchou no ar”⁴⁶. Além dessas, as intervenções em Berlim e Lisboa podem ser de grande interesse nesta análise.

Ainda seguindo as elaborações de Otilia Arantes [mesmo que anos mais tarde], a renovação de **Berlim** após a queda do muro seria um exemplo do novo tipo de planejamento, que substituiu o anterior, por ‘fórmulas de fazer cidade’, parte do novo modelo urbano. O processo de reurbanização do complexo *Potsdamer/Leipziger Platz* teria gerado um “verdadeiro parque temático encravado no coração de Berlim”, uma praça cuja “exuberância arquitetônica só realça sua falsa condição de espaço público ‘misturado’”⁴⁷. Isso porque, após a queda do muro, toda a região teria sido considerada um espaço estratégico de intervenção e ali deveria ser implantado o grande símbolo da nova Berlim ‘moderna e unificada’, configurando o uso dos princípios da ideologia da globalização nos discursos que os acompanham e legitimam. Para Otilia Arantes, o resultado foi uma variedade de funções, de arquitetura e espaços [que é a real e única ‘mistura’ que se buscou para o espaço público em questão], onde tudo é monumental, excessivo e pouco acolhedor, não havendo, inclusive, usuários suficientes. “Potsdamer Platz, por enquanto, não é mais que uma atração turística até mesmo para os próprios alemães”⁴⁸.

O ‘inusitado parque temático berlinense’ seria, para a autora, o berço de uma nova sociabilidade proporcionada pela concomitância, em um só espaço ‘público’, de salas de cinema, teatro, shows, cassinos, hotéis, restaurantes, habitações e escritórios [iniciativa de empresas como a Sony, Daimler Benz e Brown Boveri/AABB]. A defesa da qualidade deste espaço ocorreu desde seus grandes projetos, diversidade, sociabilidade ‘concentrada’ do espaço adensado ao poder interativo do divertimento: verdadeiras ‘ilhas de felicidade e fraternidade’ foram idealizadas, segundo a autora, não mais como redutos de uma elite isolada, mas como “novos e verdadeiros espaços públicos”. Os *shoppings malls* como enclaves ou lugares reservados ao consumo estariam, segundo ela, tornando-se “cada vez mais complexos, misturando no mesmo espaço toda sorte de atividades, no mais das vezes puxadas por equipamentos culturais, hoje liderados pelas salas *multiplex* de cinema”. Otilia Arantes caracteriza este espaço como um “verdadeiro ‘laboratório’ de novas formas urbanas e

⁴⁶ ARANTES, O. O lugar da Arquitetura depois dos Modernos. **Os dois lados da arquitetura francesa – Pós-Beaubourg**. p. 187.

⁴⁷ ARANTES, O. **Berlim Reconquistada. Falsa mistura e outras miragens**, p. 28-50, jan / dez 2003.

⁴⁸ Idem.

de sociabilidade, nas quais descontração e segurança policiada caminham de mãos dadas”: essa mistura urbana estaria se tornando um modelo ‘contaminador’ das intervenções urbanas contemporâneas, em especial nas ‘cidades-globais’⁴⁹.

Em **Lisboa**, as intervenções urbanas da década de oitenta, anteriores à Expo 98, ligavam-se àquelas que buscavam estabelecer um retorno às cidades através da reabilitação de seus centros e trechos históricos e da redescoberta da centralidade urbana. Nesse período, surgiu uma política que uniu a revitalização dos bairros históricos e a preocupação com a habitação através de um sistema de gestão que possibilitou uma melhor articulação entre as Câmaras Municipais e a população, promovendo uma integração entre moradores, autarquias, Estado Central e equipes técnicas através dos chamados **Planos de Pormenor**⁵⁰.

Ao contrário de algumas intervenções de recuperação realizadas em outros países, onde ocorreu a substituição da população original por parcelas economicamente mais altas ou mesmo grupos específicos como artistas e promotores culturais, naquele momento a prefeitura de Lisboa optou por buscar manter a população em seus bairros de origem. Os projetos tinham em geral, escala pequena. Mesmo o plano de reconstrução do Chiado [região central de Lisboa atingida por um incêndio em 1988], de Álvaro Siza, já sofrendo a pressão do modelo de Barcelona e das intervenções nas demais metrópoles européias, ainda enquadrava-se, em boa parte, nesses preceitos que encontram em Manuel de Solá-Morales, um bom guia. Para o autor “o bom urbanismo contemporâneo [...] procura valorizar a riqueza e a variedade das cidades, suas particularidades [...] e a reinterpretação dos espaços urbanos”⁵¹. Entretanto, com a Expo Lisboa 98 e seus projetos, houve uma mudança de rumos, com o objetivo de tornar Portugal e Lisboa, em particular, interessantes, ou preparados para a Comunidade Européia e para o mercado financeiro internacional. Boa parte do receituário de Barcelona foi incorporado

⁴⁹ ARANTES, O. **Berlim Reconquistada**. Falsa mistura e outras miragens, p. 28-50, jan / dez 2003.

⁵⁰ Baseados nas idéias de Conservação Integrada [CI] que têm sua origem em políticas progressistas italianas [políticas de conservação urbana posteriormente adotada, embora por um curto período, nos projetos de reabilitação do centro de Lisboa]. Devido ao fato de essa política de conservação nascer juntamente com um pensamento de esquerda, foi muito representativa para Portugal durante o período de reabertura do país, após o regime ditatorial: parecia existir, finalmente, o diálogo entre poder público e população que durante tanto tempo foi impedido. A experiência de conservação urbana integrada surgiu, mais especificamente, da experiência de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha, iniciada nos últimos anos da década de 1960 e conduzida por políticos e administradores ligados ao Partido Comunista Italiano. Nos anos 1970 e 1980, esses princípios foram aplicados em várias cidades italianas, especialmente do norte e em cidades espanholas. Para este assunto, ver: ZANCHETTI, S.M. **Novas estratégias de conservação e de gestão urbana**, 2000; e LOPES, Felipe. **A Reabilitação Urbana em Lisboa**. In: ZANCHETTI, S.M. [org]. **Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais**. 1995.

⁵¹ RODRIGUES, C. **Álvaro Siza no Chiado**: entre a cidade e seu mito, 1991. p. 30-7.

e desenvolvido, sendo conceitualmente estruturado a partir do Plano estratégico que previa quatro estratégias para a cidade: **centralidade** do complexo metropolitano; **competitividade** em um sistema de integração europeia; **identidade** [individualidade] preservada na modernização; e o que foi denominado **fachada atlântica**, que preconizava Lisboa como a **plataforma de negócios** entre a união europeia e os países de expressão portuguesa.

Essas intervenções urbanas, e mesmo outras [Bilbao, Londres etc] e as suas expressões arquitetônicas, pelo forte impacto que tiveram na atividade arquitetônica, nos arquitetos e nos administradores urbanos em geral, ainda que careçam de uma melhor análise e identificação, são elementos de verificação nas intervenções analisadas no presente trabalho porque, mais do que referências, integram o debate e o imaginário dos projetos de renovação urbana no Brasil. Isto, apesar de saber-se problemáticas quaisquer comparações entre os modelos adotados na Europa e aqueles que podem vir a ser aqui utilizados, mesmo pensando-se em termos de conceitos, porque a perspectiva parece ser sempre a de se encontrar um atalho para uma outra realidade social e urbana. Esta, absolutamente diversa da realidade social existente no Brasil, apontando desta forma mais uma grande questão, colocada por Ferreira: a incoerência existente na simples transferência do conceito da cidade-global de cidades como Barcelona, Nova York, Londres e Tóquio para a realidade urbana de outros países, como o caso do Brasil⁵².

Segundo fala reproduzida por Frúgoli, Henrique Meirelles, presidente fundador da já citada Associação Viva o Centro⁵³ e ex-presidente do Banco de Boston no Brasil [1981-1996], evidencia tal questão ao colocar que os “movimentos que haviam sido uma conjugação dos esforços entre o setor público e o setor privado e que foram bem sucedidos em outros países [lugares] como em Paris, na região do Marais, o *Covent Garden*, em Londres, Boston, Seattle, San Francisco [*Fisherman’s Whar*] e Nova York [*South Seapor*] foram estudados com o intuito de deter a deterioração do Centro de São Paulo e que, a partir deles, surgiu a Associação”⁵⁴.

⁵² FERREIRA, J.S. Whitaker. **O mito da cidade global** - O papel da ideologia na produção do espaço urbano, 2007. p. 117. Frúgoli também trata este aspecto, como já dito anteriormente, entre muitos outros. FRÚGOLI JUNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 219.

⁵³ Cuja atuação é mais bem explicitada adiante, nos capítulos referentes a São Paulo.

⁵⁴ Ver fala de Henrique Meirelles no debate “A degradação ambiental da Avenida Paulista”, coordenado por Nestor Goulart Reis Filho, em 10.03.1994, in: FRÚGOLI JUNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 74-75.

Desta forma, segundo Ferreira e Vainer, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e outras – seguindo os exemplos de bem sucedidas aplicações dos conceitos do Planejamento Estratégico de Barcelona, um número crescente de cidades na América Latina [como, por exemplo, Bogotá, cujo prefeito em duas gestões, Antonio Mockus, esteve em São Paulo como palestrante da Aula São Paulo⁵⁵, mostrando o processo de requalificação que a capital colombiana passou na última década, e que, segundo ele, foi resultante de uma “mudança da sociedade”] passam a contratar os serviços de consultoria dos profissionais catalães e de seus discípulos ou utilizar seus ensinamentos com o objetivo de tornarem seus espaços atrativos ao investimento de capital.

1.2. CIDADE GLOBAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Difundido o raciocínio de que toda cidade pode se tornar uma cidade-global, nota-se que as cidades do mundo todo passam a ser geridas pelos mesmos princípios estratégicos das empresas, pois estão agora submetidas às mesmas condições e desafios empresariais devido à pressuposta competitividade gerada pela mundialização da economia e da comunicação. O Planejamento Estratégico surge, então, segundo Ferreira, da “necessidade de uma matriz teórica **propositiva**, que possa efetivamente dar a ‘receita’ necessária para essa desejada transformação”⁵⁶.

Os países ‘periféricos’ seriam orientados a exercer seu “novo papel no ‘ajuste’ da economia-mundo capitalista, cujo modelo mais conhecido foi o do *Consenso de Whashington*⁵⁷, através de cartilhas orientadoras das políticas de ‘gestão urbana’ “a serem

⁵⁵ A Aula São Paulo é um seminário - da Prefeitura de São Paulo - de “boas experiências urbanas” no mundo. Segundo o sitio da Viva o Centro, Bogotá passou por um processo intenso de reorganização que contou com o apoio e participação direta da população e que resultou, entre várias medidas, no fim dos congestionamentos na cidade e na queda em 40%, entre 1993 e 2003, da taxa de criminalidade. A capital da Colômbia freqüentemente é mencionada pela Associação Viva o Centro como uma das cidades sul-americanas que vem obtendo êxito na batalha contra a exclusão social. Além disso, integrantes do Movimento São Paulo: Outra Cidade, do qual a Associação Viva o Centro faz parte, estiveram no começo de abril de 2007 em Bogotá para conhecer a experiência de recuperação da cidade.

In: http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/291007_a_infonline.htm

⁵⁶ FERREIRA, J.S. Whitaker. **O mito da cidade global** - O papel da ideologia na produção do espaço urbano, 2007. p. 103.

⁵⁷ Para Ferreira, a cartilha do “Consenso de Washington”, elaborada em um seminário realizado entre 14 e 16 de janeiro de 1993, sob orientação de Fred Bergsten, no *Institute for International Economics*, “estabelece literalmente dez pontos a serem seguidos pelos países interessados nesse ‘modelo’ de adesão ao capitalismo global, que incluem, entre outros, através de pontos didáticos e sintéticos, quando as empresas estatais deverão ser privatizadas”. Para mais detalhes sobre o Consenso de Washington, ver FERREIRA, J.S. Whitaker. **O mito da cidade global** - O papel da ideologia na produção do espaço urbano, 2007. p. 103.

adotadas para inserir a cidade no mundo globalizado. A ‘globalização’, por meio da idéia de cidade-global, adentra em definitivo no mundo do planejamento urbano⁵⁸ e assim se teria, definitivamente, ‘enterrado’ o modelo funcionalista de planejamento do período anterior, talvez para iniciar um novo modelo de planejamento, não menos funcionalista, mas agora com outros sentidos funcionais. Como visto, o de vender a cidade e seus objetos arquitetônicos, e não mais apenas preparar os seus habitantes para o consumo.

Os mesmos teóricos que defendem e difundem a idéia da cidade global passam a ser, então, aqueles que vão refletir sobre as formas de planejamento urbano que preparam uma cidade para adaptar-se às novas ‘exigências e obrigações’ da globalização e que permitiriam a esta se tornar uma ‘cidade global’: segundo Ferreira, Sassen, Castells, e urbanistas catalães [em destaque Jordi Borja] especializam-se na consultoria desta nova modalidade, o Planejamento Estratégico e no *marketing* urbano, que seria sua variante.

Assim, teoricamente superados os temas modernos sobre como organizar o crescimento desordenado, a reprodução da força de trabalho, os equipamentos de uso coletivo, os movimentos sociais urbanos, a racionalização do uso do solo, segundo Carlos Vainer, “a *nova questão urbana* teria, agora, como nexos centrais a problemática da *competitividade urbana*”⁵⁹. As cidades devem, segundo esta idéia, competir umas com as outras nas suas capacidades de oferecer a ‘base física’ para esse novo cenário, fazendo isso não mais como cidades, mas como empresas que atuam, sobretudo, através do planejamento e do *marketing*, seu difusor.

O Planejamento Estratégico, que para Ferreira não seria mais que a “adaptação das idéias neoliberais no âmbito da questão urbana”⁶⁰, coloca, entre outros, os espaços centrais das cidades como um dos atributos específicos que constituem o que Vainer chama de “insumos valorizados pelo capital transnacional”⁶¹. Para adquirirem tais insumos, estes devem ter uma imagem forte e positiva de segurança, harmonia social, oferta cultural, de infra-estruturas, comunicação, serviços econômicos, enfim, necessidades universais para atenderem os

⁵⁸ FERREIRA, J.S. Whitaker. **O mito da cidade global** - O papel da ideologia na produção do espaço urbano, 2007. p. 116.

⁵⁹ VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: “Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos”. 2000. p. 76.

⁶⁰ FERREIRA, J. S. Whitaker. **O mito da cidade global** - O papel da ideologia na produção do espaço urbano, 2007. p. 117.

⁶¹ VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: “Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos”. 2000. p. 79.

interesses universais do mercado e que, como veremos, acabam gerando fragmentos de espaços universalmente parecidos.

Classificadas como áreas 'degradadas', as áreas centrais se tornam passíveis de ações que visam sua 'revitalização'. A estratégia parece ser comum: inicialmente as áreas são estigmatizadas para justificar as ações empreendidas pelo poder público [agora em 'parceria' com a iniciativa privada] para, então, torná-las competitivas, mirando sempre o mercado internacional, por mais ilusório que esta dimensão possa ser em vários casos. Isto melhoraria, pelo menos em tese, a qualidade de vida da população, já que os lugares degradados do centro da cidade seriam transformados, por exemplo, em lugares mais seguros e acessíveis através de um melhor aproveitamento da infra-estrutura urbana e dos equipamentos já implantados existentes, gerando uma 'boa' imagem da cidade.

Aos serviços urbanos agregam-se, via de regra, a transformação de antigas edificações, de preferência com algum valor histórico, ou arquitetônico em equipamentos culturais [geralmente museus] que, além de materializar e manter supostamente a memória urbana, estariam levando 'cultura' à população, como se essa pudesse ser simplesmente transmitida através de imagens apresentadas por exposições, textos e eventos mais que prontos, autonomizados. Quando tais intervenções são financiadas, ou mantidas, por empresas privadas, estas podem ainda melhorar sua imagem diante de um público consumidor, ao participar e dar suporte a ações 'cidadãs', justamente por este motivo, extremamente capitalizadoras.

Assim, segundo Ferreira, a partir da leitura de Borja e Castells, o Planejamento Estratégico divide as ações de intervenção nos espaços urbanos em três escalas: as ações de escala local, enquanto ações pontuais, seriam de natureza equivalente às ações de provisão de equipamentos de negócios, hotéis, centros comerciais e locais de lazer, ou mesmo a reabilitação de ruas e conjuntos de edificações valorizáveis pelo seu simbolismo, além da criação de pontos dotados de forte visibilidade e acessibilidade. A necessidade de operações de recuperação de espaços urbanos e arquitetônicos degradados e potencialmente aproveitáveis para sua nova função de atratividade estaria inclusa na escala intermediária de atuação do Planejamento Estratégico. As ações de intervenção na escala mais ampla estariam "quase sempre vinculadas às comunicações ou às atividades conectadas à economia

globalizada”⁶², ou seja: as ações funcionais especializadas como teleportos, *World Trade Centers*, espaços para feiras e congressos, parques tecnológicos, zonas de atividades logística etc.

1.3. O DISCURSO HEGEMÔNICO E PROBLEMÁTICO DA CIDADE GLOBAL NO BRASIL: ALGUNS EXEMPLOS

No Brasil, temos algumas cidades que haviam tomado iniciativas de renovação urbana, inspiradas no Planejamento Estratégico, e que hoje estão sendo beneficiadas pelo Programa de Apoio à Reabilitação de Áreas Centrais⁶³ criado em 2003, pelo Governo Federal que, “desde 2000, vem procurando introduzir a dimensão da reabilitação urbana em seus programas.”⁶⁴

As iniciativas no Rio de Janeiro e em Salvador, ambas da década de 1980, já exemplificavam bem essa influência internacional [ainda que, até o momento, no que concerne ao Programa de Apoio à Reabilitação de Áreas Centrais, esta aconteça mais no discurso que na prática] assim como a globalização dos princípios do Planejamento Estratégico através da simples transferência para a realidade urbana brasileira, especialmente por meio das intervenções de cunho cultural.

Este trabalho não pretende fazer uma análise deste Programa, objetivando verificar até que ponto este é diretamente influenciado pelas experiências internacionais, ou se ele faz uso das experiências e do debate para realizar outras intervenções. Apenas registra que, em alguns casos, ele parece dar continuidade às ações já realizadas anteriormente, como nos casos:

⁶² FERREIRA, J.S. Whitaker. **O mito da cidade global** - O papel da ideologia na produção do espaço urbano, 2007. p. 120.

⁶³ Segundo sítio virtual, “o Programa busca coordenar as ações nos centros urbanos, subsidiando a elaboração de estratégias de intervenção, através do estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação, a fim de construir uma cidade democrática e diversificada. Nesse sentido, as ações do Programa se voltam para as tradicionais centralidades de regiões metropolitanas que passaram por um processo gradual de esvaziamento de suas estruturas originais em decorrência das políticas econômicas e de expansão urbana adotadas no país ao longo dos últimos anos”. Disponível via WWW na URL <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/historico/>.

⁶⁴ Nesta direção, a Caixa Econômica Federal iniciou a implantação do “Programa de Revitalização de Sítios Históricos” – PRSH, e o Ministério da Cultura o Programa “Monumenta”. Financiados com recursos do BID, do Governo Federal, e contrapartidas locais, tal programa busca restaurar os imóveis de maior relevância integrantes de sítios históricos tombados pelo IPHAN. Idem.

- **Intervenção no Centro Histórico de Salvador**, exemplo citado por Otilia Arantes como uma reabilitação de centro urbano [pré-programa] que “não passa de uma verdadeira consagração da eternidade da cena – bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu”⁶⁵. Há em 2007, neste caso, a atuação do Programa Monumenta, do Ministério das Cidades e do governo do Estado da Bahia que incluiu atualmente, ao contrário da fase anterior, a permanência de cento e três moradias na sétima etapa de recuperação do conjunto Pelourinho.

- **Intervenção no centro do Rio de Janeiro**, emblemática por estar sintonizada com as realizações internacionais, particularmente, com o que se convencionou denominar Modelo Barcelona. Realizada a partir do Plano Estratégico elaborado pela Prefeitura Municipal [gestão 1989 – 1992], contando com os serviços de consultores catalães, objetivou reabilitar as áreas estagnadas com relação aos aspectos urbanísticos, ambientais e econômicos, visando não só criar novas infra-estruturas e espaços para o desenvolvimento do mercado de produção e bens culturais, como também renovar os equipamentos existentes, com enfoque no Centro Histórico⁶⁶. Evidentemente, a conceituação de áreas estagnadas implica em uma caracterização problemática de usos e de populações indesejados, a qual será verificada porquanto da análise da intervenção da Área da Luz, visto que independentemente do lugar, os conceitos são convergentes. Em 2006, foi assinado um convênio com a prefeitura da cidade, envolvendo os Ministérios das Cidades, Cultura, Planejamento e Transportes, o porto [Docas] e dois bancos públicos [BNDES e Caixa] para reabilitar a área portuária e bairros adjacentes.

- **Projeto Recife – Olinda**: Fruto do Programa de Apoio à Reabilitação de Áreas Centrais, foi elaborado de forma conjunta entre o Governo do Estado de Pernambuco, as prefeituras do Recife e de Olinda e quatro Ministérios do governo federal [Cidades, Cultura, Planejamento e Turismo]. Nesse projeto, que pretende repovoar toda a frente marítima que vai da colina histórica de Olinda ao Parque dos Manguezais no Recife, a urbanização das favelas é,

⁶⁵ ARANTES, O. **Urbanismo em fim de Linha**. p. 136.

⁶⁶ Procurou-se “vender” que o aspecto mais interessante do Plano Estratégico do Rio de Janeiro é que seu princípio básico foi o de que as grandes cidades são mais do que a simples soma de suas partes, ou regiões. Portanto, através do suposto entendimento das potencialidades regionais, realizou-se um diagnóstico para elaboração do Plano Geral da cidade, cujas linhas estratégicas formuladas teriam sido consolidadas a partir da visão do conjunto da cidade, do todo urbano no qual as regiões estão inseridas. Além disso, o planejamento, que teoricamente contou com a participação ativa da população, teria mobilizado a sociedade a pensar, conceber e realizar um futuro desejável e possível para a cidade. Vainer coloca que, no diagnóstico produzido pelo Plano, a cidade é apresentada como “laboratório de experimentação e aperfeiçoamento democrático, baixa intolerância racial e exemplo de harmonia social”, caracterizando a inspiração deste na grande operação de *city marketing* realizada pelo plano estratégico de Barcelona. In: VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. p. 81.

segundo Raquel Rolnik⁶⁷, parte de um projeto que integra dimensões turístico-culturais à expansão de outras atividades econômicas, bem como a atração de residentes de vários grupos de renda. Alguns meios de divulgação do projeto afirmam que “a exemplo do que aconteceu em Lisboa, esses projetos mudarão as faces dessas duas cidades”.⁶⁸

Assim, após passarem pelo processo de abandono e conseqüente estigmatização como áreas degradadas [especialmente pela mídia, baseada em informações e ações do próprio governo], essas áreas são fácil e convenientemente transmitidas como áreas passíveis e carentes da atuação do setor privado que, contando com a intervenção estatal [dependente das exigências dos atores privados] garante, através da parceria público-privada, que “os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão”⁶⁹. Ainda que não seja feita uma análise adequada desse programa, cabe registrar que esse discurso é extremamente ambíguo, pois o que se deve perguntar é e quando os interesses do mercado não estiveram representados nas ações públicas? E de que forma pode-se garantir uma repovoação multi-social sem afetar os interesses tradicionais do mercado?

Assim, em que pese a origem política da gestão federal de Luis Inácio Lula da Silva, há, em muitos aspectos, uma continuidade do período anterior, principalmente em termos conceituais, o que torna as críticas formuladas há dez anos ainda pertinentes. Desta forma, mantém-se a idéia a respeito das cidades [vinculada pelo Planejamento Estratégico] de que estas são mercadorias a serem vendidas “num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda; o *marketing* urbano se impõe cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão das cidades”⁷⁰ que, para estarem aptas a serem vendidas, praticamente ‘compram’ a idéia do Planejamento Estratégico e o *marketing* urbano, transformando as relações da cidade em relações estritamente comerciais, competitivas. Segundo Vainer, a visibilidade de desigualdades sociais passa a ser vista como um problema praticamente paisagístico: a ‘pobreza urbana e a marginalização’ são, para o Planejamento Estratégico, consideradas um ‘entorno social’ que

⁶⁷ ROLNIK, R. **Um novo lugar para o velho Centro**. Artigo publicado no Estado de São Paulo em 16/04/2006. Raquel Rolnik foi Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

⁶⁸ Disponível via WWW na URL <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=326240>.

⁶⁹ ROLNIK, R. **Um novo lugar para o velho Centro**. 16/04/2006. p. 87.

⁷⁰ VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: “Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos”, 2000. p. 78.

pode influenciar nas decisões [de compra] dos agentes econômicos, ou seja, na atratividade da cidade sendo, portanto, necessário o seu 'disfarce' ou realocação [expulsão].

1.4. CIDADE - MERCADORIA, CIDADE – SUJEITO, ALGUMAS CONCLUSÕES

Os pobres como “entorno ou ambiente não constituem nem os autóctones, nem os virtuais imigrantes, em demanda solvável”⁷¹, ou seja, não são considerados como pertencentes ao lugar a ser requalificado e não fazem parte dos usuários a quem estes espaços ou políticas públicas [se é que, sendo assim, podem ser chamadas de públicas] se destinam; pelo contrário, esta ‘mercadoria-cidade’ tem, segundo Vainer, um público consumidor definido, específico e qualificado. A cidade passa a não ser “apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis”⁷².

Adiantando alguns aspectos da discussão que ocorrerá no terceiro capítulo [p. 128], pode-se dizer, baseado nas análises descritas, que a cidade como objeto passa a ser separada do seu contexto pelo discurso do Planejamento Estratégico, que a autonomiza de forma interessada, apresentando-a como cidade-mercadoria: a cidade – sujeito que, por si, compete, busca por meios de aumentar seu poder de atração etc. Segundo Vainer, “esta cidade, que saiu da forma passiva de objeto e assumiu a forma ativa de sujeito, ganha uma nova identidade: é uma empresa”⁷³ e é esta a condição que possibilita, segundo o autor, que o Planejamento Estratégico possa ser transposto da corporação privada para o território público. Assim, o planejamento da cidade passa a não apenas utilizar as noções e conceitos de racionalidade, ordem e funcionalidade da fábrica taylorista para reorganizá-la [como aconteceu no urbanismo modernista], mas, como se em uma posterior fase deste, faz com que a cidade em todo o seu conjunto e de maneira direta apareça assimilada à empresa, respondendo às exigências de um sistema ‘flexível’. Isso, mesmo com o fato, segundo Ferreira, pouco difundido, de que o que acontece é uma concentração das empresas ‘transnacionais’ em alguns poucos países-sede, dos quais o Brasil e outros países em desenvolvimento não fazem parte.

⁷¹ VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: “Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos”, 2000. p. 80.

⁷² Idem. p. 83.

⁷³ Ibidem.

Para Vainer, ver a cidade como empresa significa:

concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e a execução das suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada⁷⁴.

Os antigos e futuros planos utópicos são, assim, banidos: a cidade-empresa é obrigada a ser realista, competitiva, ágil, flexível e, por isso, deve estar cada vez mais livre de controles políticos, que assumiriam como função apenas legitimar e manter o contato ou comunicação entre as soluções empresariais e o público. Configura-se, então, certa proposta de despolitização da cidade, visto que o espaço da cidade é pensado nesse caso apenas em termos de gestão, e não mais como construção e exercício da democracia local, ou seja, constitui-se “uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto *polis*”⁷⁵.

Vainer coloca que, para se manter, o Planejamento Estratégico precisa compensar essa despolitização planejada, “construir política e intelectualmente as condições de legitimação de um projeto de encolhimento tão radical do espaço público, de subordinação do poder público às exigências do capital internacional e local” através da criação de consenso: “o plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno do projeto”⁷⁶. Assim, seu discurso trata a cidade o tempo todo como unidade, como sujeito que realiza ações, que tem necessidades e desejos simples e coesos; constrói-se politicamente, a partir dessa unidade, o projeto ideológico que parte especialmente da consciência de uma crise que a afeta e a degrada, e que impede esta participação que a cidade necessita e deseja.

A partir do patriotismo que passa a ser estimulado através desta consciência de crise, coloca-se ou provoca-se uma vontade conjunta e um consenso público de que a cidade deve ficar livre dessa condição que a atrasa e, assim, possa ser competitiva, possa participar da disputa, com as outras cidades, pelo melhor lugar para empresas se estabelecerem. Isso

⁷⁴ VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: “Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos”, 2000. p. 86.

⁷⁵ Idem. p. 91.

⁷⁶ Idem. Ibidem.

levaria ao desenvolvimento destas e elevaria sua importância no cenário mundial atraindo mais recursos que melhorariam a qualidade de vida de suas populações: todos os habitantes dessa cidade devem, então, lutar para e desejar que ela consiga ser melhor que as outras cidades, configurando uma relação parecida com a dos torcedores e seu time, uma relação de base permanente, que é o que o Planejamento Estratégico busca construir.

Por fim, segundo Vainer, outra necessidade do Planejamento Estratégico é a existência de um governo forte, estável, apolítico, carismático, “expressando a vontade unitária de toda uma cidade de manter a trégua e a coesão interna, a fim de afrontar, com base num projeto competitivo e no patriotismo cívico, as outras cidades”⁷⁷. Para o autor, o Planejamento Estratégico urbano e seu patriotismo de cidade configuram um “projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática”,⁷⁸ visto que as diferenças, os confrontos, as lutas, devem todas ser eliminados para não prejudicar essa ‘união’ da cidade em torno da nova luta, que é a de ser melhor e mais atrativa que as outras cidades mundiais.

Como espaço da política e construção da cidadania, a cidade estaria destruída: toda e qualquer luta reivindicando participação e poder para as comunidades e coletividades locais estaria, assim, praticamente abdicada em favor de um chefe ‘carismático’ que encarna o projeto empresarial e a totalidade dos cidadãos. Desta forma, desaparecem os questionamentos, os confrontos, as críticas e torna-se aceitável até, diante da segurança e estabilidade oferecidas, que os pressupostos de adesão das cidades à utopia mercantil sejam abertamente admitidos sem grandes necessidades de disfarces e receios, como se pode ver nos atuais discursos que legitimam tais intervenções em espaços urbanos centrais, por exemplo, o discurso apresentado pela arquiteta Rovena [ver apêndice 1], então coordenadora da Emurb e responsável pelo Projeto Nova Luz [discutido no capítulo 2], entre outros que serão citados ao longo do presente trabalho.

⁷⁷ VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: “Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos”, 2000. p. 97.

⁷⁸ Idem. p. 98.

CAPÍTULO 2 - ESTUDO DE CASO:
A ÁREA DA LUZ

Dentre todas as propostas existentes e passíveis de serem analisadas, o recentemente denominado Pólo Luz – Santa Ifigênia foi selecionado como objeto específico da pesquisa devido à sua situação urbana, às questões sociais existentes, à condição urbana de uso e de manutenção de boa parte de suas edificações, à implantação de equipamentos culturais recentes e em curso, configurando um quadro que motiva os vários matizes do discurso de requalificação urbana, e, por vezes, algumas contradições. Assim, observam-se discursos e ações [parciais] comprometidos com a permanência da população e de determinados usos, até outros que propõem uma requalificação funcional radical, comprometendo a permanência dos moradores e usuários atuais.

Ciente de que a requalificação de espaços urbanos centrais utilizando a inserção de equipamentos culturais faz parte de uma ‘onda’ global de melhorias nos centros históricos, percebe-se que no histórico recente de propostas para a região Luz – Cracolândia o redesenho do espaço urbano e o incremento de espaços culturais e públicos se faz, teoricamente, em nome do convívio social e da promoção da tão almejada ‘vitalidade socioeconômica’.

De forma geral, a área da Luz foi objeto específico de intervenção ou foi incluída na área dos seguintes projetos: Criação de uma Zona de Preservação e Recuperação na Área da Luz através de trabalho desenvolvido pelo escritório Rino Levi Arquitetos Associados, em 1974; Projeto Luz Cultural sob a coordenação da Secretaria de Estado da Cultura, em 1984; no programa “Centro Seguro” e “Ação Local” criados pela Associação Viva o Centro em 1991; Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro [Procentro] em 1993; Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo, realizado pela Prefeitura e pela SEHAB, em 1996; Operação Urbana Centro, em 1997; Projeto Pólo Luz pelo governo estadual e federal, do qual resultaram as reabilitações da Pinacoteca do Estado, da Estação Júlio Prestes e da Estação da Luz, em 1998. Também em 1998 iniciou-se o Projeto Monumenta/BID, que foi implementado a partir de 2000, na gestão Marta Suplicy, juntamente com o Programa de Reabilitação do Centro de São Paulo. Em 2005 iniciou-se a implantação do Projeto Nova Luz, na gestão de José Serra [PSDB].

2.1 ANTECEDENTES: OS PRIMEIROS ESTUDOS PARA A RENOVAÇÃO DA ÁREA DA LUZ: RINO LEVI & ASSOCIADOS – 1974

Figura 1. Universo pesquisado: a área da pesquisa apresentada correspondeu às quadras contidas nos limites da ZB-007, determinada pela Lei de Zoneamento [Lei 7 805, de 1º de novembro de 1972]. Fonte do mapa: Rino Levi Arquitetos Associados LTDA. Pesquisa de Campo: Divisão por Setores e Quadras. Folha 06.

A Lei Municipal 7805⁷⁹, de 1º de novembro de 1974 [lei de zoneamento], colocou uma série de áreas do Município de São Paulo na categoria de 'Zonas Especiais' e, segundo Luiz Roberto Carvalho Franco [arquiteto participante da realização dos estudos a seguir comentados], estas áreas possuíam características que exigiram estudos específicos capazes de orientar a legislação disciplinadora do seu uso, ocupação e reurbanização⁸⁰, sendo este o caso da então chamada Área da Luz.

Desta forma, foi encomendado à equipe técnica de Rino Levi Arquitetos Associados⁸¹ um estudo detalhado da área, o qual foi apresentado à "Coordenadoria Geral do Planejamento do Município de São Paulo – COGEP", em dezembro de 1974, e, a partir de sua leitura, nota-se que nesta época já havia a preocupação com a valorização imobiliária que existiria a partir da construção do Metrô e com a impossibilidade da Z8-007 [setorização da área da Luz determinada pela Lei do Zoneamento 7805] poder ser planejada como uma 'unidade urbana estanque'. Havia a necessidade, portanto, de intervenções diretas [desapropriações] e indiretas [na forma de zoneamento específico], incentivando a ocupação do espaço pelas novas funções previstas para a área.

O plano faz notar que na década de 1970, com o início da implantação do metrô [e mesmo antes, com o Plano de Avenidas de Prestes Maia que, em 1930, remodelou o sistema viário e os espaços públicos da área central de forma irreversível], a questão viária referente à circulação e deslocamento de pessoas através de transportes coletivos ou individuais esteve diretamente ligada à configuração e uso dos espaços públicos da cidade, determinando-os mais que sendo por eles determinada.

No mesmo período, a implantação da Estação Sé do metrô remodela completamente a Praça da Sé através da apropriação de um 'projeto tecnológico' para, teoricamente e segundo divulgado na época, transformá-lo em 'benefício' para a cidade. Seus espaços, contudo, foram

⁷⁹ A Lei de Zoneamento [Lei 7.085 de 1972] estabeleceu zonas diferentes para a cidade e, de modo geral, restringiu os coeficientes de aproveitamento: em apenas 11,5% da cidade permitia-se um CA igual a '4' [quatro]. Nos 88,5% restantes, o CA máximo estabelecido foi '2' [dois], o que gerou uma demanda por terras urbanas e a verticalização em áreas periféricas, em terrenos afastados e vazios. Os usos do solo foram classificados em classes com características pré-determinadas de aproveitamento e ocupação, a serem permitidas nas oito categorias de zonas de uso em que foi então classificado o território do Município. Além das zonas delimitadas por perímetros foram criados os "corredores de zoneamento", principalmente ao longo de vias com trânsito mais intenso, que as tornava inadequadas para o uso estritamente residencial.

⁸⁰ FRANCO, Luiz Roberto C. **Área da Luz** – Renovação Urbana em São Paulo, 1977. p. 09.

⁸¹ Cujos diretores de projeto eram os arquitetos Roberto de Cerqueira Cesar, Luiz Roberto Carvalho Franco e Paulo Julio Valentino Bruna.

projetados para seccionarem trechos, não permitindo o encontro e o 'estar' da população que a utilizava [algo comum ao local antes da reforma], o que resultou em uma praça fragmentada e nada convidativa ao convívio com o 'outro', apenas à fruição direcionada ao uso do transporte público ali instalado, o metrô: ou seja, nem mesmo uma fruição livre era permitida pela 'nova' Praça.

Em dezembro de 1968, o então prefeito Faria Lima tráz à público os Estudos Sócio-Econômicos, de Tráfego e de Viabilidade Econômico-Financeira e o Estudo Técnico-Pré-Projeto de Engenharia para a construção do sistema de transporte rápido em massa – o Metrô – que já começava a ser implantado na “maior cidade brasileira”. Segundo o prefeito, a “tecnologia nacional” era o grande ator e princípio norteador, que teria o papel de “assimilar, criticar, inovar e adaptar as técnicas desenvolvidas alhures à nossa realidade e às características do nosso país”, assim como a ‘mocidade brasileira’ que teria, assim, um “gigantesco laboratório e campo de pesquisas e treinamento desde já abertos a todas as Universidades”.⁸²

A partir de 1976 surgiu, então, um grande debate sobre as perspectivas para a área central. Ao buscar reverter o processo de decadência que já se estabelecia [mas com distinções em relação ao período posterior dos anos 1990], a prefeitura lançou um grande projeto de requalificação da área, no qual a reforma da Praça da Sé assumiu papel de grande importância e tornou-se foco principal do projeto de modernização. Conforme Milanesi, o plano de intervenção “ligado à idéia de progresso”⁸³ integraria este histórico espaço público ao sistema metropolitano, reafirmando mais uma vez sua marcante característica funcional como elemento chave para o sistema de transporte da cidade.

Enfim, os recursos conseguidos para a implantação das primeiras estações de metrô eram suficientes para permitir que os projetos abrangessem, além das estações propriamente ditas, os espaços do entorno imediato: “aos projetos das estações correspondiam os

⁸² HOCHTET – MONTREAL – DECONSULT. **Metrô da São Paulo – Sistema Integrado de Transporte – Rápido Coletivo da Cidade de São Paulo, Estudos Sócio – Econômicos de Tráfego e de Viabilidade Econômico – Financeira**, 1968. Carta do prefeito Faria Lima que acompanha ambos os volumes do relatório.

⁸³ MILANESI, R. **Praça da Sé: evolução urbana e espaço público**. Dissertação de Mestrado, FAUUSP / São Paulo, 2002. p. 117.

complementares de renovação urbanística do entorno”⁸⁴. Contudo, mesmo com a possibilidade vislumbrada pelos usuários e moradores da reforma da área central prover a cidade de áreas verdes, por parte da Prefeitura e dos arquitetos envolvidos “estava presente o desejo de se produzir na Sé uma megaestrutura capaz de redimir a situação de degradação da área central e se tornar um símbolo da modernidade”⁸⁵. Assim, mesmo que a idéia de que a Estação Sé qualificaria seu entorno não ter sido observada⁸⁶, os anos 1970 refletiram uma forma de pensar o planejamento baseado em um enfoque dado aos espaços públicos pelas obras em geral, buscando enfatizar o uso da tecnologia, da técnica e da modernização, na construção e monumentalização desses espaços, assim como refletiram a não participação da população envolvida na discussão sobre tais projetos.

A concepção de espaços centrais no Brasil, naquele momento, ainda guardava uma relação com as propostas de criação de centros cívicos, derivadas das formulações dos CIAM dos anos 1950. No caso da Praça da Sé, há toda uma fragmentação espacial resultante do momento político que se vivia, de restrição a manifestações, que em parte neutraliza essa filiação. Entretanto, há outro projeto, o da Praça Roosevelt, que é bem representativo do pensamento que articulou megaestrutura e centro cívico, imaginando-se, com isso, que se pudesse dotar os espaços de uma complexidade múltipla. O que se verificou foi a criação de ambientes por demais abstratos, sem identidade e de difícil uso, exatamente o contrário do que se pretendia.⁸⁷

Realizado nesse contexto de formulações urbanas que se mostraram problemáticas, no estudo relativo à área da Luz, analisou-se, através de premissas básicas, a função de passagem e facilidades de transportes coletivos caracterizando a área como uma “encruzilhada e um ponto de convergência com acentuada interdependência em relação à estrutura funcional e física da cidade”⁸⁸. Assim, os estudos realizados encontraram sua justificativa na aceleração do processo de urbanização que acompanhou o desenvolvimento industrial do país, gerando na infra-estrutura urbana uma carência em relação a serviços

⁸⁴ MILANESI, R. **Praça da Sé: evolução urbana e espaço público**. Dissertação de Mestrado, FAUUSP / São Paulo, 2002. p. 117.

⁸⁵ Idem. p. 148.

⁸⁶ Milanesi coloca que a praça resultou em um espaço “totalmente subordinado à estação, que acabou impondo muitas interferências e limites para as soluções arquitetônicas, apresentando várias críticas ainda durante o andamento das obras”. p. 156

⁸⁷ Para os CIAM dos anos 1950 e pós-II Guerra, ver FRAMPTON, K. **História Crítica da Arquitetura Moderna**.

⁸⁸ FRANCO, Luiz Roberto C. **Área da Luz – Renovação Urbana em São Paulo**, 1977. p. 13.

públicos essenciais, observada especialmente em São Paulo, cujo crescimento econômico e demográfico na época já havia superado o da maioria das grandes metrópoles mundiais.

Segundo relatado, o estudo elaborou, a partir dessas premissas, uma estratégia de trabalho cujos objetivos eram maximizar o desempenho da área no contexto urbano e metropolitano devido às suas condições excepcionais de localização e acesso, e otimizar a qualidade de vida urbana na área, assegurando condições ambientais do 'mais alto nível', seguindo o discurso vigente na época, que imaginava estender benefícios urbanos indiscriminadamente ao conjunto da população através de propostas bem estruturadas [diagnóstico correto e ações corretivas que revertersem os problemas configurados].

Com isso, pretendia-se aproveitar o espaço para funções do âmbito municipal e metropolitano, sem prejuízo do adensamento residencial através da "fixação de padrões de conforto quanto à organização físico-espacial, padrões de desempenho para serviços e equipamentos de uso público". Pretendia-se, para isso, buscar um equilíbrio entre as condições decorrentes desses dois objetivos – serviços de âmbito urbano e de moradia, que pareciam ser conflitantes para a equipe, no momento em que o estudo foi realizado.

Dos objetivos gerais, condicionados à escala do setor territorial em estudo no trabalho, derivaram as diretrizes que buscavam: selecionar as funções, atividades e equipamentos do setor público e privado - nos âmbitos metropolitano, municipal e local - mais adequados para a área da Luz; selecionar os usos urbanos mais rentáveis para a área e, assim, determinar sua participação percentual e sua distribuição territorial tendo em vista uma estruturação 'orgânica e funcional' do espaço; minimizar o impacto negativo das correntes de circulação que atravessam a área [tanto a viária, metroviária quanto a ferroviária] sobre sua qualidade ambiental, sem prejuízo do padrão de desempenho dos sistemas viários e de transportes analisados; preservar e valorizar os aspectos histórico-culturais-paisagísticos existentes, dos quais a moradia faz parte; definir e caracterizar a então futura atuação do poder público sobre a área, especialmente as modalidades de intervenção e seus graus de prioridade.

Assim, desenvolveu-se uma série de propostas, que constituem o escopo do trabalho apresentado pelo grupo de arquitetos. Foram formulados programas específicos, visando orientar a atuação do poder público em cada área que integra a Z8-007. Efetivaram-se, através destes programas, Unidades de Planejamento, nos moldes preconizados no Diagnóstico e em

cada unidade assim constituída pretendeu-se obter um conjunto de facilidades e equipamentos de âmbito local composto por: conjunto residencial, equipamentos comunitários de educação, equipamentos comunitários de lazer, facilidades para a circulação e estacionamento de veículos, e facilidades para a circulação de pedestres.

Dessa programação foi excetuada, segundo a apresentação do estudo, a porção da área da Luz correspondente ao setor SW-1 [setor oeste 1]⁸⁹ da pesquisa realizada, caracterizado no diagnóstico como Unidade Especial, para a qual se confirmou a função institucional. Atribuiu-se à COGEP a responsabilidade de coordenação dos programas naquela que seria sua fase de implementação [zoneamento, projetos viários, planos de massa] e à EMURB [Empresa Municipal de Urbanização]⁹⁰ a responsabilidade na fase de implantação [projetos e execução de obra].

A proposta do trabalho era, enfim, apresentar proposições e instrumentos capazes de orientar a ação do poder público em relação à área e deveriam incluir, no mínimo, subsídios para uma legislação de zoneamento, para a Z8-007; proposta de sistema viário coerente com as necessidades locais, com o entorno e com a Malha Viária Regional e Sub-Regional; proposta de instrumentos e programas, visando otimizar o desempenho da Área, preservação de seus aspectos histórico-culturais e paisagísticos e recuperação de setores urbanos deteriorados.

A equipe organizou e realizou pesquisas necessárias tanto para a análise das funções e atividades desempenhadas na área [uso e ocupação do solo, tipos de edificações e seu estado de conservação, equipamentos comunitários e de serviços públicos, circulação e transportes],

⁸⁹ A área da pesquisa correspondeu às quadras contidas nos limites da Z8-007 e foi dividida em setores de pesquisa que tiveram seus limites definidos pelas principais artérias viárias que atravessam ou determinam a área da Luz: as Avenidas Santos Dumont e a Avenida Tiradentes [norte-sul] e a Avenida do Estado, estendendo-se na direção leste-oeste, acompanhando o Rio Tamanduateí, definindo quatro setores de pesquisa [setor oeste 1, setor oeste 2, setor leste 1 e setor leste 2], totalizando 78 quadras. "Área da Luz – Renovação Urbana em São Paulo". 1977. p. 22.

⁹⁰ A **Emurb** – Empresa Municipal de Urbanização - é uma empresa pública criada pela lei municipal nº 7.670, de 24 de novembro de 1971, com o intuito de replanejar e intervir no espaço urbano. A reurbanização de áreas em processo de transformação ou em vias de deterioração, assim como a reabilitação de edifícios decadentes, são atribuições importantes da Emurb, destinadas à manutenção e renovação da cidade. Entre as principais intervenções realizadas pela empresa na região central, ao longo de seus 30 anos, estão a renovação do Edifício Martinelli, do Palácio das Indústrias, a reurbanização do Vale do Anhangabaú e da praça da Sé, além da transformação das vias centrais em ruas de pedestres [calçadas]. Disponível via [www no URL http://portal.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/emurb/empresa/0002](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/emurb/empresa/0002) Internet, capturado em 07/11/2007.

como também para a identificação das tendências, bloqueios e potencialidades que poderiam condicionar seu desempenho futuro [foram organizadas tabelas, matrizes, mapeamentos e gráficos, necessários à visualização dos fenômenos constatados].

Vale observar que, nos quatro setores, na época do levantamento, o uso residencial notado foi sempre superior aos usos comerciais e de serviços, sendo que em todos os setores [com exceção do setor leste 1] o uso maior era institucional [o setor oeste 1 era quase exclusivamente institucional].

2.1.1 - ANÁLISE HISTÓRICA DAS FUNÇÕES DA ÁREA

Foi apresentada neste estudo uma análise histórica da área que, resumidamente, conta como foi a ocupação da margem esquerda do Rio Tietê, uma área próxima ao Tamanduateí que até o século XIX foi o ponto extremo do desenvolvimento setentrional da cidade: o Guaré, região que, por ter desde os primórdios da vida da cidade abrigado a Erminda da Luz, lhe tomou o nome, dando origem ao bairro da Luz.

O eixo Tiradentes, formado pela Avenida Tiradentes, era um dos maiores espaços abertos de que dispunha a cidade: o Campo da Luz, larga área para uso público, ladeada de chácaras até os fins do século XIX. Aí eram realizadas feiras e corridas de cavalos: local de comércio e pouso de tropeiros, próximo ao Tamanduateí. Essa área ligava-se ao centro pelo “Caminho da Luz” [atual Florêncio de Abreu] e posteriormente também pela Rua Alegre [Brigadeiro Tobias]. Além do comércio, sempre foi local de passeio e peregrinação à Ermida da Luz.

Em 1825 foi criado o Jardim Botânico, evidenciando o caráter público da área, que passou a ser o maior espaço aberto para lazer dos paulistanos e que foi, durante duas décadas, a maior atração da cidade. Mais tarde, a Avenida Tiradentes perderia a vista para o Jardim da Luz devido a duas construções: Liceu de Artes e Ofícios e Grupo Escolar Prudente de Moraes, edificações que, segundo o estudo apresentado, “de forma alguma se harmonizam”.

Mapa da Luz em 1841- desenho do Parque da Luz definido a esquerda

Fonte: BRUNA, P. J. V. CÉSAR, R. C. FRANCO, L. R. C. Área da Luz, Renovação Urbana em São Paulo. Ed. Perspectiva. 1977. São Paulo.

Mapa da Luz em 1868 já com a estação da Luz

Fonte: BRUNA, P. J. V. CÉSAR, R. C. FRANCO, L. R. C. Área da Luz, Renovação Urbana em São Paulo. Ed. Perspectiva. 1977. São Paulo.

Mapa da Luz em 1881 com as estações Júlio Prestes e da Luz

Fonte: BRUNA, P. J. V. CÉSAR, R. C. FRANCO, L. R. C. Área da Luz, Renovação Urbana em São Paulo. Ed. Perspectiva. 1977. São Paulo.

Figuras 2, 3 e 4. Fonte: NAHAS, J.B.C. A Área da Luz em São Paulo: Reabilitação de edifícios históricos versus Recuperação urbana. PUCCAMP, 2005.

Na presidência de João Teodoro Xavier de Matos [1872-1875] inicia-se a ocupação do lado leste do eixo Tiradentes com a abertura da rua que hoje tem seu nome. O intuito era criar uma ligação entre as estações da Luz e do Norte, fato que daria grande impulso ao bairro do Brás: a rua Helvetia foi aberta para colocar em contato os Campos Elíseos com os bairros do Bom Retiro e da Luz. Em 1872, ainda, as ruas passaram a ter iluminação a gás.

Em 1895 o quartel da força de linha foi construído sob projeto de Ramos de Azevedo e o conjunto da Politécnica iniciou-se em 1894. Tal conjunto, segundo o levantamento realizado, é constituído por construções heterogêneas, onde, ao lado de edifícios projetados por Ramos de Azevedo aparecem “barracões que vieram saturar completamente a quadra”⁹¹. No ano de 1900, o Liceu já estava em condições de nele instalar Curso Primário e Artístico sendo que, no ano seguinte, passou a alojar o Ginásio do Estado e, em 1905, a Pinacoteca do Estado.

Mapa da Luz em 1897, com a maioria dos edifícios institucionais presentes até hoje na Tiradentes
Fonte: BRUNA, P. J. V. CÉSAR, R. C. FRANCO, L. R. C. Área da Luz, Renovação Urbana em São Paulo. Ed. Perspectiva. 1977. São Paulo.

Figura 5. Fonte: NAHAS, J.B.C. A Área da Luz em São Paulo: Reabilitação de edifícios históricos versus Recuperação urbana. PUCCAMP, 2005.

⁹¹ LEVI, Rino. **Área da Luz** – Renovação Urbana em São Paulo, 1977. p. 22.

Em 1930, o desenvolvimento industrial viria a exigir novas áreas da capital, fazendo com que os bairros operários surgissem onde, antes, se desfrutavam fins de semana em chácaras. A etapa de 500.000 habitantes seria superada por volta de 1920, facilitada pela imigração maciça e pelos atrativos que a cidade então oferecia: assim, até mesmo os obstáculos físicos que contiveram a cidade por tanto tempo foram superados.

Mapa da Luz em 1930

Fonte: BRUNA, P. J. V. CÉSAR, R. C. FRANCO, L. R. C. Área da Luz, Renovação Urbana em São Paulo. Ed. Perspectiva. 1977. São Paulo.

Figura 6. Fonte: NAHAS, J.B.C. A Área da Luz em São Paulo: Reabilitação de edifícios históricos versus Recuperação urbana. PUCCAMP, 2005.

A Estação da Luz tornou-se então centro de uma forte urbanização, para o que concorreu a criação da primeira linha de bondes da cidade ligando o Largo da Sé à estação. Os proprietários das chácaras passaram a lotear suas terras, fato que deu origem a diversos bairros. Os bairros operários foram localizar-se nas proximidades do rio Tamanduateí, próximos às Estações Ferroviárias e ao longo das linhas da São Paulo-Railway [inaugurada em 1867], da Central [1875] e da Sorocabana [1875]. O Brás, a Luz e o Bom Retiro se desenvolveram a partir dessa época. Um fator de desenvolvimento da região leste do eixo Tiradentes e sua articulação com a zona norte foi a Estrada de Ferro Cantareira, concebida inicialmente para transporte de material, passando, aos poucos, ao transporte público.

O estudo mostra um mapa de 1881 apontando o momento em que a ligação norte-sul da cidade ficou restrita a um pontilhão colocado na bisetriz das ruas Brigadeiro Tobias e Florêncio de Abreu. Em 1897 se efetuava a obra [1895-1900] de rebaixamento dos trilhos da Santos-Jundiaí [São Paulo Railway], que criou um novo eixo seccionando a cidade: a transposição desse eixo acarreta problemas até hoje para São Paulo, sendo que a deficiência de vias alternativas sobrecarregam demasiadamente o eixo Tiradentes.

O mapa mostra parte do Bairro da Luz e destaca a Estação da Luz e o Parque da Luz, além Pinacoteca do Estado e da Estação Júlio Prestes.
Fonte: Companhia Metropolitana de Trens Urbanos – CPTM

Figura 7. Fonte: NAHAS, J.B.C. **A Área da Luz em São Paulo:** Reabilitação de edifícios históricos versus Recuperação urbana. PUCCAMP, 2005.

2.1.2 - DIAGNÓSTICO

Em 1900 a construção da Estação da Luz valorizava a região e, juntamente com o jardim, passou a ser um dos cartões postais da cidade. Segundo os estudos apresentados, o relativo abandono das margens do Tamanduateí, próximo ao Tietê, teria sido um fator de depreciação dessa área pois, em 1929, ficava totalmente alagada. Essa situação se manteve por um longo período; a regularização, retificação do leito e o saneamento das margens só aconteceram na administração de Prestes Maia.

O bairro da Luz, ao contrário dos Campos Elíseos, foi tomado por loteamentos de caráter eminentemente popular e, após a construção da nova estação, a Rua José Paulino ficou unida à Couto Magalhães por um viaduto. Nessa região, à primeira função residencial seguiu-se a comercial e industrial e, nas primeiras décadas do século XX, as antigas residências foram sendo progressivamente adaptadas às novas funções.

A implantação da linha ferroviária Sorocabana foi outro fator a influenciar essa metamorfose na região: o Bom Retiro, bairro proletário ocupado por imigrantes italianos começa neste momento a acolher oficinas, em sua maioria para confecção de roupas, ao lado das quais surge um comércio que vai se instalar nas antigas residências. As habitações ainda

existentes são modestas e, em sua maioria, de caráter coletivo: depois começaram a surgir edifícios residenciais que contrastam com o resto do bairro. As ruas Aimorés, Timbiras, Amador Bueno e outras, adquiriram má reputação, devido ao meretrício, fato que refletiu, segundo os estudos, numa estagnação da região. Os serviços de hotelaria [modestos em sua maioria], incluindo pensões, foram se desenvolvendo nas Ruas General Osório, Mauá, Couto de Magalhães, Casper Líbero, Brigadeiro Tobias e cercanias.

O quartel da Força Pública foi outro fator de concentração humana, expandindo-se até o Tamanduateí com dependências complementares [hospital, laboratórios farmacêuticos etc.]. As ruas São Caetano e João Teodoro, ligações com o Pari, Canindé e outros bairros, adquiriram caráter comercial, de comércio bem variado, instalado muitas vezes em antigas residências reformadas. Assim, ao lado dos amplos edifícios apareceria um casario baixo e desvirtuado de suas funções originais. Havia, ainda, algumas vilas onde as casas proletárias apresentavam construções uniformes, em sua maioria reformadas e desfiguradas.

O estudo, ao analisar o estado da região, em 1974, observou que ambos os lados da Avenida Tiradentes apresentavam todas as características de degeneração urbana. Além disso, a colocação, naquele momento recente, de grades cercando o jardim da Luz associadas ao fato de serem os lados deste ocupados por estacionamento de ônibus, sufocaram a área verde, que teve suas funções prejudicadas.

O entorno da estação ressentia-se do trânsito e de um conjunto de edifícios parcialmente demolidos. No conjunto politécnico, os edifícios foram envolvidos pela sucessiva construção de galpões que vieram a saturar a quadra e, dada a mudança da Politécnica para a Cidade Universitária, a situação só piorou. Do lado leste, a Tiradentes apresentaria o mesmo fenômeno de degeneração urbana, sendo que edifícios importantes, como o Convento da Luz e o Museu de Arte Sacra, estariam sendo, segundo a leitura realizada, prejudicados pelo seu entorno.

2.1.3 - PREVISÕES DO ESTUDO REALIZADO

Dessa forma, foram previstas funções em planos e projetos para a área a partir do reconhecimento da importância da posição físico-geográfica da Área da Luz, próxima do centro de negócios da então região metropolitana de São Paulo, para a caracterização de

determinadas atividades de âmbito metropolitano, a par de outras peculiarmente reconhecidas por suas funções locais e sub-regionais.

Segundo premissas feitas pelo Plano Urbanístico Básico de São Paulo–PUB, observou-se que a mancha comercial do centro da cidade, utilizando terrenos altamente valorizados, se estende, entre outros, no sentido leste-oeste, chegando neste sentido [ao norte] além das linhas da estrada de ferro [parque da Luz]. Assim, esta área se configura como uma **extensão do centro tradicional da cidade e, ao mesmo tempo, como parte do centro especializado do Bom Retiro**. Além disso, sua importância relativa se estende devido à polarização por empregos na indústria, do bipolo Barra Funda – Bom Retiro, influenciando principalmente na direção norte-noroeste e as regiões de Perdizes e Pompéia.

O PUB, ao apresentar sua proposta de reorganização dos espaços, procura acompanhar essa dinâmica das funções da cidade e incentiva a implantação, no centro metropolitano, de órgãos da administração pública, de edificações de comércio e serviços altamente especializados, e atividades culturais e sociais.

Constata-se, no estudo realizado para o PUB, uma estreita vinculação da área da Luz, sendo uma área de edificações de caráter histórico/cultural e de terminais de transporte [estrada de ferro e estações de metrô], com áreas marginais do Rio Tietê, em termos do desenvolvimento de atividades de nível metropolitano e municipal. Nesse sentido, esse estudo enfatiza “como é essencial a otimização de determinadas funções ou atividades exercidas na área da Luz, principalmente ao se verificar a importância dos eixos viários que a atravessam atualmente, bem como de outros já propostos, que deverão valorizar ainda mais o alto grau de acessibilidade do local”⁹².

Tal estudo já previa, também, a consolidação da acessibilidade existente, tanto em função da Linha Norte-Sul do Metrô, como do transporte ferroviário de massa e da interconexão entre os dois sistemas, ampliando os raios de influência e de atendimento dos equipamentos e atividades terciárias ali implantadas. Essa interconexão na Estação da Luz deveria acentuar o processo de expansão do centro Tradicional, o qual, ao longo da Avenida Casper Líbero e Rua

⁹² LEVI, Rino. **Área da Luz** – Renovação Urbana em São Paulo, 1977. p. 91.

Florêncio de Abreu, atinge a Rua Mauá, prevendo-se sua extensão à área de estudo apresentada.

Todos os planos e projetos públicos [do setor de Circulação e Transportes] tenderiam a acentuar cada vez mais a importância daquela área para a localização de funções municipais e metropolitanas. Foi previsto também que a implantação dos projetos propostos deveria acarretar enorme valorização da área para a localização de equipamentos do setor terciário e de equipamentos institucionais de âmbito metropolitano, além de estimular o adensamento residencial, para camadas de renda média. Os usos industriais, já obsoletos, deveriam ser gradativamente expulsos da área e substituídos por usos mais rentáveis. Os grandes espaços, então ocupados com equipamentos secundários de segurança [quartéis, ambulatórios, conjunto médico da Polícia Militar e outros] cuja localização, na área da Luz, foi vista como inadequada, poderiam ser ocupados de maneira intensiva, por usos residenciais, comerciais, culturais, ou mesmo administrativos.

Além do aumento das funções viárias nos âmbitos metropolitanos, municipais e locais, os estudos previam concentração futura de equipamentos no setor de educação, assim como de equipamentos culturais [que encontrariam na área sua melhor localização]. A rápida elevação da densidade residencial pela substituição das residências unifamiliares por edifícios de apartamentos foi prevista e acarretaria novas necessidades em equipamentos comunitários, comerciais e de serviços, de âmbito local.

Resumidamente, a principal alteração prevista foi, não tanto a mudança brusca nas funções da área, nos âmbitos local, municipal e metropolitano, mas sim a rápida intensificação do aproveitamento do solo por essas mesmas funções, sendo os principais bloqueios para que isso acontecesse ligados à operação das vias arteriais e à disponibilidade de espaços para estacionamento, bem como à adaptação da malha viária local. A superação desses bloqueios dependeria, entre outros fatores, da correta distribuição de usos e atividades e da periferia integrada ao sistema viário da área ao seu entorno e aos sistemas viários municipal e metropolitano o que, como vimos, não aconteceu.

2.1.4 - CONCLUSÕES DA PESQUISA ACERCA DO ESTUDO REALIZADO

É interessante notar que, nos estudos realizados em 1974 [apoiados em critérios técnicos típicos da época], a área foi analisada nas escalas metropolitana, municipal e local, onde tanto as influências recebidas como irradiadas desta foram detectadas e estruturadoras das novas propostas para zoneamento. Tanto o diagnóstico como as previsões para a área consideravam-na como parte de um centro maior, mas com características e atividades particulares, como objeto de intervenções que visavam conectá-lo a outras centralidades [centro tradicional], das quais seu bom funcionamento fazia parte e dependia. Vale salientar que o projeto nunca chegou a ser implantado, e suas diretrizes não foram levadas à prática, ainda que seja uma referência constante às intervenções na área⁹³.

Assim como a intervenção na Praça da Sé, a partir da implantação da Estação Sé em um local de tamanha importância histórico-geográfica, os estudos para a renovação urbana da área da Luz refletem a consideração da cidade de São Paulo como uma metrópole moderna que busca, teoricamente, a reconquista de alguns significados do centro da cidade pré-moderna do final do século no que diz respeito à grande relação entre arquitetura e urbanismo na concretização dos seus espaços, ao menos discursivamente voltados para o estar e a fruição de seus habitantes e, especialmente, no convívio que a cidade deveria propiciar.

Contudo, a degradação, tanto de espaços urbanos como de edifícios, já era observada devido ao início de uma ausência de investimento público na manutenção destes espaços, o que já acarretava a subutilização destes e o esvaziamento de determinados usos [vide o conjunto politécnico]. Assim, o uso residencial ainda intenso precisava ser mantido e também estimulado cada vez mais, especialmente junto à camada de renda média da população, o que traria a vinda de mais equipamentos educacionais, comerciais, de serviços e culturais, já considerados como determinantes na região. Além disso, a área já era vista como importante centro de transporte de interconexão [possuindo na época como principal característica a localização das duas principais estações ferroviárias da cidade], o que contribuiria para a expansão da área. As funções, assim, não seriam - segundo o relatório de estudos - modificadas, mas intensificadas.

⁹³ **Um século de Luz.** Vários autores. Coleção Mosaico: ensaios & documentos. São Paulo: Ed. Scipione, 2001.

Observa-se também que as condições que regem e justificam as intervenções atuais no centro já estavam presentes nos discursos que legitimavam as futuras políticas públicas para a região, e permanecem até hoje, porém quase como uma repetição sem reflexão e vazia de sentidos, visto que nada foi feito a respeito: a área, devido a aspectos de sua formação histórica e conseqüente funcionalidade adquirida com o passar dos anos, já é vista como uma das mais bem servidas da cidade, não tendo problemas de água, energia elétrica, esgoto, telefone, transporte público [metrô, trem], gás encanado, iluminação pública, além de contar com razoável oferta de trabalho. Assim sendo, esta área difere das demais, para o estudo, também por outro importante fator: em relação às áreas periféricas da cidade que cresciam na época a elevadas taxas demográficas e são, ao mesmo tempo, desprovidas de infra-estrutura básica e de oferta de emprego, o fato de que seus moradores gastam muito mais tempo no deslocamento até o local de trabalho, muitas vezes, no próprio centro da cidade.

Além disso, a região sofreu com as modificações para um novo sistema viário que acabou reduzindo a área a um nó de circulação: espaços públicos foram divididos ao meio para a passagem de grandes avenidas [por exemplo, a Avenida Tiradentes, visto que antes a área onde ela foi implantada era um grande *boulevard*], edifícios históricos e de memória local foram demolidos mediados por interesses especulativos e imobiliários, durante mais de duas décadas. Ainda segundo o estudo, o grande abandono dos antigos moradores e usuários da região para outras regiões renovadas da cidade fez com que a área perdesse investimentos públicos e privados, contribuindo para sua deterioração. Atualmente, sabe-se que o processo acontece no sentido contrário: o poder público passa a investir em outras áreas, o que causa o abandono da região pelos moradores e usuários para outras regiões, agora renovadas.

Pedro Rivaben Sales, arquiteto da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura [SEMPULA], coloca, em artigo publicado a partir de estudos atuais para a área, que:

o primeiro dos eixos a ser considerado surgiu como estrada de ligação do núcleo urbano inicial de São Paulo com os caminhos para Minas. Realçando a linha de inflexão que marca a transição topográfica entre o platô da Luz e a encosta da várzea do Tamanduateí, assim serviu como “suporte” para a implantação de equipamentos da cidade colonial [convento] e da imperial [horto e cadeia]. Convertida depois em boulevard [notável em termos dimensionais e paisagísticos], essa via interconectou [e assim propiciou a consolidação de] um conjunto de usos interessados às práticas institucionais, acadêmicas, culturais e religiosas da nova e da velha repúblicas [fazendo-se representar através de “arquiteturas” de reconhecida qualidade, usos sucessivamente reafirmaram a importância do papel urbano atribuído a ela]. Porém, reflexo e produto do modelo “rodoviarista” do crescimento urbano e das desastrosas políticas

setoriais que progressivamente foram conferindo hegemonia a esse modelo, a antiga avenida – Tiradentes é seu nome – resultou transformada em “via [não tão] expressa”: a última intervenção ocorrida, configurando amplas faixas de circulação, segregada em nível, acabou por determinar o completo impedimento de contato entre as partes que antes constituíam um só [coeso e reconhecível] conjunto urbano. Decorrência do “efeito barreira”, a contínua depreciação física e ambiental das bordas imediatas da antiga avenida gera e alimenta um quadro de desordem e degradação cuja reversibilidade parece depender, sobretudo de alternativas que contemplem [mas não só] a minoração do “impacto” viário⁹⁴.

Sales coloca também que o outro eixo formado pela Estação Júlio Prestes/Rua Mauá - configurado ao longo do obstáculo interposto pelas vias férreas inicialmente implantadas por volta de 1870, “tem na seqüência das ‘arquiteturas’ ferroviárias a ‘condensação’ de sua forma, sua imagem e seus significados mais potentes. Se o processo de depredação, obsolescência e desprestígio dos serviços ferroviários – consequência indesejada do modelo automobilista referido – pode ser tomado como um dos fatores de depreciação e deterioração urbana da área, este fator, no entanto, talvez deva ser tomado como parcial, localizado e... reversível”.

Ele considera que,

invertendo os antigos sinais de decadência, em face das novas ‘condições’ e ‘exigências’ ferroviárias, esse processo traz em seu bojo inéditas potencialidades inerentes à perda da vigência de antigos usos. As iniciativas de reativação dos edifícios mais importantes para novas – ou renovadas – funções [notadamente no setor dos transportes e da esfera artística e cultural], reinventando o ‘papel’, o ‘peso’ e o ‘alcance’ dos antigos equipamentos, sem deixar de [ou melhor, obrigando] supor projetos de reconversão de grandes áreas livres, ociosas ou sub-utilizadas – seja na Luz, seja no Pari, seja no Parque Pedro II – indaga e sugere possibilidades urbanísticas que interessam não apenas a essas áreas específicas, mas que referem à reestruturação da área central como um todo. Particularmente quando se tem em vista as questões implicadas na configuração da nova geografia das relações metropolitanas e suas ‘referências’, tendencialmente conectadas e articuladas em forma de ‘rede’ policêntrica⁹⁵.

É interessante notar também a diferença entre as propostas de intervenção estudadas naquela época e as atuais: em 1974, a expansão da área da Luz parece ter sido pensada tanto na ligação da área com o Rio Tietê como na relação desta com o centro histórico da cidade. Via-se a funcionalidade desta área estar ligada com a cidade como um todo, e também com as

⁹⁴ SALES, P.M.R. **Luz, São Paulo**: as condições e possibilidades de um projeto Urbano, disponível na URL <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp108.asp> 10/10/2007 20:47:55 Arquitextos - Periódico mensal de textos de arquitetura – Texto Especial 108 – Novembro de 2001.

⁹⁵ Idem.

outras cidades vizinhas através do fácil acesso à Avenida Presidente Castelo Branco, paralela ao Rio Tietê, fato que nem é citado atualmente.

Hoje, a intenção parece ser apenas a de torná-la um pólo atrativo, ao 'juntá-la' com o centro histórico, ou seja, em outro sentido: as intervenções atuais pensam a área como âncora, cuja requalificação deve se estender em direção à Praça da República e Largo do Arouche, mas, mesmo assim, ainda formando uma espécie de 'ilha' no centro da cidade, visto que seu entorno continuaria ou, após tais intervenções serem concretizadas, receberia com mais intensidade, os problemas sociais antes existentes predominantemente nas áreas requalificadas por tais ações. Enfim, como afirma Rivaben Sales, "os 'contornos' que foram ou têm sido definidos no contexto dos vários projetos concebidos para a Luz hoje ressaltam suas limitações: conotados historicamente, revelavam-se estáticos; operacionais, vinham pré-fixados e mostravam-se auto-referentes"⁹⁶.

Tais características refletem o planejamento dos anos 1970 que, segundo Nabil Bonduki,

*contemporâneo do autoritarismo, estava baseado em princípios equivocados: centralizado, excluía a participação da sociedade; elaborado por consultores externos, era desarticulado dos planos de governo e não influenciava a gestão das políticas públicas; sem contar com os instrumentos urbanísticos de regulação do solo, foi incapaz de induzir a ação dos agentes imobiliários; desprezando os técnicos locais, não criou uma estrutura institucional capaz de implementar suas propostas e alcançar seus objetivos. Salvo exceções, não alcançou os resultados previstos e os planos viraram peças sem legitimidade, papéis pintados inúteis, grossos volumes de diagnósticos cheios de dados sem objetividade, textos repletos de propostas que nem as próprias administrações conheciam.*⁹⁷

⁹⁶ SALES, P.M.R. **Luz, São Paulo:** as condições e possibilidades de um projeto Urbano, disponível na URL <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp108.asp> 10/10/2007 20:47:55. Arquitextos - Periódico mensal de textos de arquitetura – Texto Especial 108 – Novembro de 2001.

⁹⁷ BONDUKI, N. **Sem os erros do passado.** Artigo publicado pela Folha de São Paulo em 28/04/2005, no caderno Tendências e Debates.

2.2 INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS: CONCEPÇÕES E PROPOSTAS DE 1984 A 2007

Figura 8. Projetos para a área da Luz:

Os perímetros delimitados no Mapa foram retirados dos editais: 1. Do Edital de Chamamento para Habilitação de Interessados em obter os Incentivos Fiscais para a Região Adjacente à Estação da Luz, Lei 14.096 de 8/12/2005 – decreto 46.996/06, iniciativa ligada ao Plano Urbanístico Nova Luz da gestão [2005-2008]. 2. Delimitação da área de projeto do Edital de Seleção de Imóveis Privados para Reforma e Recuperação, de 24/01/2006, iniciativa do Programa Monumenta Luz. 3. Delimitação da área de atuação do PRIH Luz a partir do Caderno do Programa Morar no Centro da SEHAB [2001]. Fonte mapa: Mapa Base: Viva o Centro [agosto 2005] com levantamento de Juliana Nahas B. de Carvalho [abril 2004]⁹⁸.

Atualmente, seguindo o receituário do Planejamento Estratégico [que induz necessidades globais], afirma-se que São Paulo, como uma das maiores metrópoles mundiais, precisa ter um centro, ou melhor, uma imagem identificadora e característica da cidade como forma de mostrar-se cada vez mais atraente aos investimentos internacionais. Assim, referenciada nas

⁹⁸ CARVALHO, J.N.B. **A Área da Luz em São Paulo: Reabilitação de edifícios históricos versus Recuperação urbana.** [on-line] In: OS URBANITAS - Revista de Antropologia Urbana, Ano 4, v. 4, n. 5 Disponível via [www](http://www.osurbanitas.org/osurbanitasX/nomedo_arquivo.html) na URL: http://www.osurbanitas.org/osurbanitasX/nomedo_arquivo.html. Internet, fevereiro de 2007. Capturado em 07/11/2007.

bem sucedidas experiências mundiais de requalificação de centros históricos, iniciou-se [ou redimensionou-se] as intervenções de requalificação da área central, que inicialmente aconteceram através da restauração e reabilitação pontuais de edifícios históricos.

Anteriormente a esta postura de intervir apenas requalificando os edifícios de importância histórica e transformá-los em equipamentos culturais indutores de requalificação urbana da área da Luz, o **Projeto Luz Cultural** [1984], da Secretaria do Estado da Cultura do governo Franco Montoro [1983-1986] e coordenado pela arquiteta Regina Maria Prosperi Meyer, previa uma área de ação que abrangia a área entre o rio Tamanduateí, a Avenida Rio Branco e a Rua Mauá, e os quarteirões próximos. Resumidamente, a iniciativa voltava-se para uma dinamização da área por meio de uma maior integração do potencial de uso dos espaços públicos e institucionais e a população local, moradora e usuária, através da recuperação de algumas instituições culturais ‘de peso’, ou seja, a partir de um trabalho de reabilitação e integração de diversas instituições culturais ali existentes⁹⁹.

Conforme publicação da Associação Viva o Centro [que surgiria em 1991], “o projeto propunha a criação de laços entre a comunidade e a área da Luz por meio de ações que trouxessem à tona novas percepções daquele espaço e novas formas de interagir com ele. Nesse sentido, várias atividades foram planejadas, com a expectativa de atingir cada vez mais setores da vida urbana local. Para tanto, tornava-se imprescindível a colaboração dos moradores, o que por si já seria uma resposta aos planos convencionais de renovação urbana, baseados na expulsão da população local, principalmente de baixa renda”¹⁰⁰.

Segundo fala do Secretário estadual da Cultura do Estado de São Paulo daquele período, Jorge da Cunha Lima, hoje presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e consultor-fundador da Associação Viva o Centro [incorporado para colaborar nas conexões políticas necessárias ao papel de ‘interface’ desejado pela Associação], foi percebido que:

no bairro da Luz, a partir do começo da fundação de São Paulo, no começo do século se instalaram cerca de 40 instituições, que não tinham nenhuma articulação umas com as outras: a própria Três Rios, a Pinacoteca, as Estações,

⁹⁹ FRÚGOLI JUNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 73.

¹⁰⁰ **Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. 1999. Publicação da **Viva o Centro**, disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf.

*o Liceu de Artes e Ofícios, o Taib, a Hebraica, o Museu da PM, o Museu da Saúde, enfim, uma dezena de instituições que já constituíram o núcleo do que nós resolvemos chamar de Luz Cultural, que era uma tentativa de reabilitar e inter-relacionar instituições existentes. Depois, essa experiência foi muito rica, na medida em que deu para começar a recuperação da Pinacoteca, a instalação da Três Rios e mais.*¹⁰¹

Para Cunha Lima, “uma cidade se projeta para o futuro a partir, digamos, da preservação de alguns sítios emblemáticos e de algumas instituições existentes, que precisam apenas ser renovadas e articuladas [...]”¹⁰². E essa parece ter sido a crença norteadora de todas as ações empreendidas na área da Luz nesse período: o Projeto Luz Cultural assumiu como um de seus pólos a Oficina Cultural Oswald de Andrade, instalada no edifício tombado e reciclado da antiga Escola de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, que passaria a abrigar a Orquestra Jovem de São Paulo, além de atividades e cursos de música, artes plásticas e espetáculos cênicos. Por outro lado, associado com a EMURB [Empresa Municipal de Urbanização], o projeto buscava recuperar áreas comprometidas – como a Praça Fernando Prestes, que seria reurbanizada para transformar-se “num ponto de encontro e lazer para a comunidade e da qual os automóveis seriam expulsos, permitindo que o local ganhasse um calçadão arborizado, com espaço para apresentações musicais”¹⁰³.

Além de buscar melhorias para o estado considerado ‘deplorável’ do Jardim da Luz, o Projeto Luz Cultural buscou várias parcerias: com a Polícia Militar que, segundo publicado, assumiria um policiamento mais efetivo e apresentaria sua ‘banda’ nos fins de semana; com a Secretaria Municipal de Cultura, que criou o programa Leitura no Parque e o projeto Educação Ambiental, e com a Pinacoteca do Estado, quando desenvolveu o programa Desenho no Parque.

Buscando sua consolidação e, portanto, maior visibilidade em sua área de influência, o Projeto Luz Cultural também procurava viabilizar uma iluminação adequada para os edifícios de valor histórico e uma comunicação visual específica que identificasse e integrasse os ‘bens culturais’ da região.

¹⁰¹ Fala de Jorge da Cunha Lima op.cit. in: FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 73.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ **Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. Publicação da **Viva o Centro**, 1999. Disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf.

Para Rivaben Sales, o projeto apenas “circunscrevia um ‘polígono’ formado pela posição de [e as rotas de percurso entre] ‘bens tombados’ enquanto ‘teatro’ de programas artístico-culturais”¹⁰⁴. Apesar de sua concepção ter sido considerada, por alguns, inovadora “pelo fato de propor a articulação e percepção do espaço pelos moradores e os espaços públicos, superando a visão tradicional de renovação urbana, especialmente da população de baixa renda”, em poucos meses, segundo a publicação da Viva o Centro, “a falta de continuidade de alguns dos programas e de apoio às reivindicações levou ao encerramento prematuro da iniciativa”¹⁰⁵, o que confirma as considerações de Bonduki, mesmo em se tratando de um programa em um momento político pós-autoritarismo.

As intervenções seguintes [já influenciadas pelas novas propostas internacionais] então se deram, também através do Estado e não da Prefeitura, pela intenção de constituir um conjunto arquitetônico singular que tinha como eixo a Avenida Tiradentes e áreas próximas que, através da introdução de programas culturais - como o da Pinacoteca do Estado, [à recuperação do Jardim da Luz], a criação da Sala São Paulo [reconvertendo parte à restauração da Estação Júlio Prestes] e do Museu da Língua Portuguesa [à restauração da Estação da Luz] – teoricamente promoveriam uma reabilitação para suas áreas envoltórias¹⁰⁶.

Durante a gestão da prefeita Luiza Erundina [1989 – 1992] a Associação Viva o Centro, que comenta acima o Programa Luz Cultural, é criada, o que de certa forma foi saudado como uma possibilidade de superar o período de Planos “feitos no interior de quadro paredes”, pois a sociedade civil organizada passaria a atuar nas decisões.

A fundação da Associação, com um perfil social delimitado [empresários, comerciantes etc], mostra a influência e adesão ao ‘movimento mundial’, que aqui se traduz de forma imediata: na interação entre a iniciativa privada e o poder público para a realização da

¹⁰⁴ SALES, P.M.R. **Luz, São Paulo**: as condições e possibilidades de um projeto Urbano, disponível na URL <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp108.asp> 10/10/2007 20:47:55 Arqtextos - Periódico mensal de textos de arquitetura – Texto Especial 108 – Novembro de 2001.

¹⁰⁵ **Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. Publicação da **Viva o Centro**, 1999. Disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf.

¹⁰⁶ As requalificações citadas, restritas a edifícios e seus espaços, além da apropriação por determinados grupos sociais, foram realizadas todas com o intuito de reprimir e/ou inibir a circulação de determinados grupos sociais, da população pobre e em condições de rua que ali se fixou. Segundo CARVALHO, J. Nahas de. estas “indiretamente operaram com a idéia de retirada desta população, seja acompanhado de programas sociais ou simplesmente como ação policial.” *A Área da Luz em São Paulo: Reabilitação de edifícios históricos versus Recuperação urbana*. Trabalho do Programa Integrado de Iniciação Científica [PIC] da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP. 2005.

requalificação da área central, configurando, assim, a aceitação dos princípios do Planejamento Estratégico [porém sem citá-lo], através do qual a cidade funciona como uma empresa, e assim deve ser gerida na busca de investimentos que a tornariam competitiva frente às demais. Para Frúgoli Júnior, que analisa o centro tradicional na perspectiva da requalificação proposta pela Associação Viva o Centro, esta teria surgido para tentar reverter o já citado processo de deterioração que, desde a década de 1970, já avançava e que fizera com que empresas, antes situadas no local, evadissem para outros no início dos anos 1990. A Associação, segundo o autor, teria como estratégia a construção de uma articulação de setores da sociedade civil para procurar, *a posteriori*, uma negociação com o poder político [principalmente o municipal]. Sendo assim,

*nasce como iniciativa da sociedade civil – com associados de base nitidamente empresarial, incluindo proprietários, e depois ampliando-se com o apoio de outras instituições –, com uma crescente capacidade de mobilização. Situada numa área demarcada por forte diversidade social, a Associação incorpora em si certa heterogeneidade, ainda que não possa abarcar um conjunto tão plural de demandas nem pretenda priorizar as necessidades mais ligadas às camadas populares... Uma de suas principais tarefas é pressionar o poder público – buscando manter autonomia com relação a este – para a realização de um conjunto de ações pela requalificação do Centro*¹⁰⁷.

Por este motivo, segundo Frúgoli Júnior, a Associação “constitui formalmente uma associação sem vínculos partidários, o que lhe dá mais legitimidade para estabelecer relações com as sucessivas gestões públicas, no sentido de pressioná-las à realização de medidas voltadas à requalificação do centro”, sendo que há certa variação em relação à afinidade com que tais relações acontecem¹⁰⁸. Segundo Marco Antônio de Almeida [superintendente geral da Associação Viva o Centro], a prefeitura “queria a ajuda da iniciativa privada para realizar seu projeto denominado Eixo Sé-Arouche no início da década de 1990”¹⁰⁹, e a Associação teria surgido [em 1991] devido a essa enfatizada ‘necessidade’ de uma mediação entre a iniciativa privada e o Poder Público, promovendo debates, palestras e propagando conceitos, inclusive o de que o centro de São Paulo poderia se converter em solução para o desenvolvimento da

¹⁰⁷ FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 216.

¹⁰⁸ Com a então prefeita Luiz Erundina [gestão na qual a Associação foi fundada], contudo, tais contatos foram, segundo Frúgoli Júnior, insatisfatórios devido ao fato de a Prefeitura já ter alguns projetos de revitalização para a área [ida da sede do governo municipal para o Parque D. Pedro II], ao mesmo tempo em que esta já estava aberta ao diálogo com a iniciativa privada. FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 223.

¹⁰⁹ **Viva uma história de 15 anos**. Revista Urbs, da Viva o Centro. Ano X – número 42 – Edição Especial Viva o Centro 15 anos – dezembro de 2006. p. 6.

metrópole através da recuperação, por exemplo, da então apelidada ‘cracolândia’, transformada depois em Nova Luz.

A partir dessas e outras premissas, a Associação passou a ter cada vez mais voz no chamado ‘diálogo’ com o município que permitiu, ainda, a criação de um modelo de ‘10 Propostas Estratégicas’ para a cidade, encaminhadas aos candidatos em todas as eleições desde então e que, entre outras, coloca à disposição da Prefeitura estudos e propostas para a futura “Requalificação do Pólo Luz-Santa Ifigênia”¹¹⁰.

Em 1993, o então prefeito Paulo Maluf [gestão 1993-1996], ao priorizar o investimento em grandes obras no sistema viário, instalou uma estrutura de nível metropolitano baseada no modelo proposto e implementado a partir de 1930, quando os bairros centrais ganham, com o traçado do Perímetro de Irradiação e a definição das radiais, uma delimitação clara. O prolongamento do eixo formado pelo Anhangabaú rumo ao norte [Avenida Tiradentes] é, por isso, um exemplo de organização viária baseada na superposição de fluxos, ao explorar a conjugação de dois modelos distintos de intervenção visando a ‘melhoria’ de condições de acessibilidade. Por um lado, o Perímetro de Irradiação representava nitidamente um reforço da centralidade, da estruturação radioconcêntrica; por outro, o grande eixo transversal norte-sul criava uma maior fluidez viária, com a superposição dos fluxos da ferrovia e da avenida funcionando ‘em cruz’. O centro é visto e [re]configurado, então, pela gestão de Maluf, como um lugar de passagem, e não chegada. Pode-se dizer que este ‘modelo rodoviarista’ de gerenciar a cidade e seus espaços públicos persiste até hoje, sempre com o pior viés. Segundo Regina Meyer, ao caracterizar a área do Pólo-Luz [1984],

ficou portanto definido o eixo norte-sul, o ‘Sistema’, incidindo diretamente ou apenas repercutindo nos bairros centrais situados ao norte do Centro – sobretudo em Santa Efigênia, Bom Retiro e Brás – como um novo e poderoso elemento demarcador e intersticial. Configuraram-se, a partir dos planos traçados nos anos 1930, os elementos estruturais do trecho urbano que denominamos Pólo Luz: a linha férrea, a avenida Tiradentes e a avenida Duque de Caxias, trecho da grande perimetral. Esse conjunto de intervenções, gradualmente implantado, possibilitou na década de 1950 uma radical expansão do modelo rodoviarista em São Paulo. É nesse contexto de prioridade absoluta às demandas da circulação viária e decadência do transporte ferroviário, substituído pelo rodoviário, que os bairros centrais, entre eles a região que estamos aqui definindo como Pólo Luz, começaram a partir dos anos 1960, sem ter resolvido suas crônicas questões de acessibilidade, a sofrer um acelerado

¹¹⁰ Para ver mais sobre as 10 Propostas: www.vivaocentro.org.br.

processo de degradação urbana, agravado com a instalação da Estação Rodoviária na praça Júlio Prestes na década de 1970. A frágil malha viária do bairro de Santa Efigênia, implantada um século antes, não suportou o impacto de um equipamento de transporte rodoviário da proporção da nova estação. O elevado número de linhas terminais que acessavam a rodoviária acabou por degradar de forma irreversível as ruas adjacentes. A transferência das atividades da Estação Rodoviária para o Terminal Tietê, em 1982, não logrou uma reversão do quadro de decadência instalado na região. A inauguração da primeira linha do metrô, em 1974, com as estações Luz e Tiradentes localizadas na região, também não chegou a alterar o processo geral de declínio. O índice de imóveis “cortiçados” aumentou e a nociva atividade do tráfico de drogas se instalou em algumas ruas do bairro. Na verdade, o processo de “isolamento” e decadência urbana já havia atingido níveis elevados, dada a absoluta prioridade oferecida à macroacessibilidade metropolitana, principalmente através da avenida Tiradentes, em detrimento da microacessibilidade local. O eixo norte-sul atingiu no início dos anos 1990 as características de via expressa. A passagem de nível Tom Jobim, implantada para garantir a fluidez de tráfego na altura da avenida Senador Queiroz, atesta os conflitos gerados pela relação da via expressa com o elevado número de pedestres. A passarela de pedestres lançada sobre a Tiradentes, no trecho junto à Estação da Luz, busca minimizar a incomunicabilidade entre os dois lados da avenida Tiradentes¹¹¹.

Assim, após significativa prioridade no investimento em grandes obras no sistema viário, em detrimento de áreas como o centro [ao mesmo tempo em que, ao direcionar gastos orçamentários, fortalecia subcentralidades como o vetor sudoeste], Paulo Maluf acatou o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo [Pro Centro] – criado por um trabalho conjunto da Viva o Centro, órgãos públicos e entidades profissionais – e criou a Comissão Pro Centro, da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, para coordenar a sua implantação. Consolidando ainda mais o gerenciamento da cidade pelos interesses empresariais, característico do Planejamento Estratégico, a Pro Centro visava, segundo Frúgoli Júnior, “a ações a serem realizadas em conjunto com as empresas privadas, apoiadas pelos órgãos da Prefeitura, iniciando um encaminhamento, dentro daquela gestão, de várias demandas elaboradas pela Viva o Centro”¹¹².

Apoiada no fato¹¹³ de que o Pro Centro previa a participação da sociedade civil em suas decisões, a Associação passou a ‘apreciar’ e aprovar todas as intervenções a serem realizadas

¹¹¹ **Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. Publicação da **Viva o Centro**, 1999. p. 28. Disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf.

¹¹² FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo**: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole, 2000. p. 81.

¹¹³ Na verdade, uma exigência da Viva o Centro que fosse criado um organismo no poder público com quem a ‘sociedade civil’, por ela organizada, pudesse dialogar: “Então agente precisava realmente da parceria da

na região, legitimando-as então como democráticas e participativas: a preocupação e intervenção contrária, por exemplo, à instalação dos camelôs na região central foi colocada como um cuidado para com uma atividade que “não era uma resposta adequada ao problema social real do desemprego, mas uma atividade com viés anti-social e criminoso”, sendo seu impedimento quase que diretamente relacionado a um ato heróico de proteção da cidade em relação aos atos de bandidagem dos camelôs. Afinal, como já dito, os pobres, ou camadas sociais de baixa renda, de forma genérica, não são considerados como pertencentes ao lugar a ser requalificado e não fazem parte dos visitantes e usuários a quem estes espaços ou políticas públicas se destinam.

Em relação a este aspecto, Frúgoli Júnior coloca, inclusive, que o fato de as propostas para a melhora em relação à ocupação dos espaços públicos da região central contemplarem a racionalização dos transportes – com a reorganização dos fluxos e circulação de tráfego, diagnosticados como problemáticos – denota o interesse na consequência indireta desta que seria, através da diminuição da presença maciça de pessoas em trânsito pelo centro, a diminuição da atividade informal, mendicância e outros aspectos correlatos. Isto baseado no argumento, segundo o autor, discutível, de que “os pobres tendem a fazer uma ocupação apenas dos espaços urbanos residuais”. Assim, através do planejamento do transporte¹¹⁴, a

prefeitura [...] Basicamente mudar as leis, mudar o zoneamento no Centro, que está na raiz de todo o declínio do centro [...] Então a primeira coisa que nós tínhamos de pedir para o poder público era para fazer uma revisão dessas restrições, o que acabou gerando a Operação Urbana Centro.” Trecho de entrevista com Jule Barreto, então editor executivo do Informe Viva o Centro. op. cit. in: FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 81.

¹¹⁴ Foram realizados estudos pela Associação Viva o Centro [compilados no **São Paulo Centro, uma nova abordagem**, desenvolvido, em 1996, por Regina Meyer e o escritório MMBB Arquitetura] que destacavam a necessidade da diversidade funcional como condição para a vitalidade da região, além do incentivo à implementação da função residencial. O trabalho incorporava os projetos elaborados por empresas públicas da área de transporte, entre eles: o **PITU** [Programa Integrado de Transportes Urbanos, coordenado pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo], que objetivava a integração física, tarifária e operacional de todo o sistema de transporte coletivo de grande capacidade e sua articulação com os demais modos de transporte na metrópole. Dentro desse programa, destacavam-se: o **Plano de Recuperação do Desempenho Operacional dos Corredores de Transporte Coletivo**, cuja implantação seria realizada pela EMTU [Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos], com o objetivo da redução dos ônibus que acessavam o Centro, concentrando as linhas em terminais integrados por linhas circulares de trólebus; o **Revaf, Programa de Revitalização de Áreas Ferroviárias**, do governo federal, através do Ministério de Transportes, que tornaria possível a captação de recursos da iniciativa privada como contrapartida da utilização do considerável patrimônio imobiliário, então ocioso, existente ao longo das linhas; e, ainda, o **Projeto Integração Centro**, da CPTM, que previa a desativação da Estação Júlio Prestes em seu plano de articulação ferroviária, passando a utilizar a Estação Barra Funda como terminal para as composições do tronco Oeste. Nesse plano, o antigo tronco Leste da CBTU, incorporado pela CPTM, estenderia sua penetração na área central da cidade, deslocando seu terminal da Estação Roosevelt para a Estação Barra Funda, parando na Estação da Luz. **Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. Publicação da Viva o Centro disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf. p. 139.

massa popular geradora de camelôs¹¹⁵ e de ‘interesses’ que, segundo Jorge da Cunha Lima, “não tem nada a ver com o centro” seria espacialmente ‘redistribuída’ e deixaria de prejudicar o ‘popular’ do centro, que é, para ele, o bancário, o comerciante, o funcionário público, a quem é ‘eles’ teriam que realmente respeitar¹¹⁶.

Não se preocupando com melhoras nas vidas dessas pessoas, que são em grande parte responsáveis pela [ainda] existente vitalidade do centro, tão defendida por Regina Meyer, esta mesma afirma que “quando nós tivermos essas integrações prontas, eu acho que o comércio ambulante, o comércio mais popular vai debandar dessa área, vai lá para onde essa população for...”¹¹⁷. Para Frúgoli Júnior essas se caracterizam como:

*posições que amparam intervenções urbanas em que o Centro permaneceria utilizado por classes populares hipotéticas, já que são caracterizadas por representações particulares em que não cabem a pobreza, o desemprego e a inserção no mercado informal, além de não aceitar sua presença social em massa nos espaços públicos, destituindo-lhes ainda de qualquer projeto ou possibilidade de escolha e, por conseguinte, de sua própria concretude.*¹¹⁸

Em 1997, ano de realização do Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo¹¹⁹ – iniciativa da prefeitura com o apoio do IAB/SP, financiado pelo Banco de Boston e

¹¹⁵ Frúgoli Júnior destaca os sentidos opostos no posicionamento da Associação Viva o Centro tomados em relação à população de rua [atendida pelo Projeto Travessia, instituição parceira da Viva o Centro e sua principal referência de cunho social] e aos camelôs [apontados por inviabilizar a vida econômica na região e, por isso, causa de um conflito traduzido na atuação das Ações Locais, um tipo de zeladoria urbana desenvolvida pela Associação em 1995 como meio de incentivar a fiscalização, por parte de moradores, proprietários, dirigentes de empresas e usuários, da atuação do poder público, constituindo um grupo de pressão e de reivindicações junto ao poder local]. Ver mais sobre o assunto no item 3.2. Projeto Travessia e Ação Local: sentidos opostos na questão social, in: FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 87-95.

¹¹⁶ Fala de Jorge da Cunha Lima em entrevista ao autor. FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 86.

¹¹⁷ Ver entrevista de Regina Meyer para o autor. FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 86.

¹¹⁸ FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 87.

¹¹⁹ Que, segundo Frúgoli Júnior, revelou claros conflitos no interior da Viva o Centro devido, entre outros, ao fato desta ter colaborado na organização [sem que os participantes soubessem desde o início] ao mesmo tempo em que Regina Meyer, consultora urbanística da Viva o Centro [que participou do grupo do júri do concurso], formulava um grande projeto para a área central: segundo ela, o concurso foi feito “com a pior das intenções”. FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 97. Regina Meyer coloca ainda que o projeto vencedor mostrou-se inviável “pelo caráter excessivamente voltado às grandes obras viárias, de alto custo e realização complexa, as interferências incidentes na área da Luz somam-se ao acervo de estudos da região como uma proposta de longo prazo e de difícil realização, pela necessária integração de agentes públicos e privados, da qual é dependente”. In: **Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo

com colaboração da Viva o Centro, se aprova na Câmara Municipal a lei da Operação Urbana Centro¹²⁰ e a lei de incentivo à recuperação de fachadas de edifícios tombados, que passam a vigorar em determinadas áreas, definindo-as como 'ilhas' onde o zoneamento pode ser alterado: para tais áreas são definidos benefícios e flexibilidades impossíveis em áreas não pertencentes a essas, que foram inclusive incorporadas ao Plano Diretor Estratégico de 2002. Frúgoli coloca que "uma nova etapa de relações com o poder público se estabeleceu quando foi lançado o Concurso Nacional de Idéias para o Centro de São Paulo e a conseqüente aprovação da Operação Urbana Centro"¹²¹ que, como já vimos, defendida como medida prioritária há anos pela Associação Viva o Centro.

Na gestão de Celso Pitta [1997-2000] é realizado um pedido de empréstimo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID] para investimentos em quatorze pólos de requalificação urbana no Centro, autorizado em 2000, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy, na qual o Programa Pro Centro mudou de nome para Ação Centro, cuja comissão foi gerenciada pela então presidente da EMURB, a arquiteta Nadia Someck.

O objetivo da iniciativa é acrescido pelo potencial e vocação cultural do centro e suas perspectivas turísticas e de espaços para lazer: dentro do Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural, desenvolvido pelo IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura] e destinado à requalificação de centros históricos em cidades brasileiras com recursos do BID, foi apresentado pela Prefeitura, em 1998, o **Projeto Luz**, destacando o bairro pelo qual se iniciaria o processo de recuperação da área central da cidade. Tratava-se de um projeto coordenado pelo DPH [Departamento de Patrimônio Histórico, órgão da Secretaria Municipal de Cultura], em associação com o Condephaat [Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo], montado com base nos trabalhos já realizados sobre a área da Luz.

Júnior. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999. Publicação da Viva o Centro disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf. p. 135.

¹²⁰ Segundo Diaféria, com vigência inicial de três anos, a Operação não funcionou efetivamente, pois não houve interesse dos investidores e dos proprietários. DIAFÉRIA, L. **Um século de Luz**, 1998. p. 21-23.

¹²¹ Segundo o autor, seus principais efeitos para o futuro eram: "a] alteração do zoneamento da área central; b] possibilidade de construção de grandes edifícios no Centro e c] criação de fontes de recursos para o restauro de imóveis tombados. Também foi aprovada outra lei que isenta em 100% do IPTU, por até 10 anos, os proprietários que mantiverem seus imóveis tombados com fachadas em perfeito estado". FRÚGOLI JÚNIOR. H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 84.

Segundo Frúgoli, o Projeto Luz foi uma tentativa de dar continuidade aos objetivos do Projeto Luz Cultural [requalificação de uma área a partir da recuperação de algumas instituições culturais de peso], no qual se configurou outra mediação, agora estabelecida entre a Viva o Centro e o governo estadual [cujo Executivo passa a ter forte papel indutor na requalificação], além de um novo modelo de intervenção, com investimentos tanto do governo estadual quanto do federal [segundo consta, o BID participaria com 50%, o governo federal com 30% e a Prefeitura de São Paulo com 20% dos gastos do Projeto]. Além das propostas do Projeto Luz, segundo Frúgoli, a possibilidade [mediada pela Associação Viva o Centro] da transferência para o Centro da sede do Governo do Estado, até então no Palácio Bandeirantes, poderia representar um poderoso indutor de recuperação da área central da cidade, dada a presença na região de inúmeras instituições e prédios¹²².

Assumindo a Estação da Luz¹²³ como o centro de um círculo de abrangência para os investimentos diretos do Programa de Reabilitação, pelo papel de polarizador que teria o transporte público da região, o projeto propõe¹²⁴ a restauração de vários edifícios históricos, melhorias em praças, a implantação de um camelódromo, um projeto específico de iluminação, a redefinição do traçado viário local, com inclusão de áreas de estacionamento, e uma avaliação socioeconômica da área visando à transferência ou ao reassentamento da população moradora de cortiços:

¹²² Para Sérgio Kipnis, então arquiteto da equipe autora do projeto de mudança de sede do governo estadual, do escritório Piratininga Arquitetos Associados, "...talvez, no caso da cidade de São Paulo, o Estado tenha um papel duplamente importante, porque por ser proprietário de boa parte dos imóveis, ele pode ter um papel, não só de determinar linhas de investimento, ou do próprio desenvolvimento urbano, mas de ser o próprio promotor, no seu patrimônio..." *op.cit.* in: FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 106.

¹²³ Embora já houvesse na época, segundo Frúgoli Júnior, projetos culturais em várias regiões do Centro, [por exemplo a reciclagem do Edifício dos Correios e Telégrafos, com a incorporação de um espaço cultural, entre outros] a revitalização mais articulada estava ocorrendo na região da Luz: esta assumiria um papel polarizador, cujo restauro, para Sales, deveria estar "comprometido com as exigências de modernização do transporte ferroviário", articulando-se com "iniciativas de recuperação física e às perspectivas de dinamização socioeconômica e cultural de todo o setor urbano Luz". *Op.cit.* SALES, P.M.R. In: FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 104.

¹²⁴ Entre suas propostas, foram destacadas algumas ações específicas, tais como: recuperação arquitetônica e paisagística do Jardim da Luz, além das antigas garagens em frente ao Parque, das quais uma parte seria transformada em estacionamento; melhoria do espaço público entre a Praça Júlio Prestes e a Praça Coronel Fernando Prestes; intervenção em imóveis particulares degradados, principalmente ao lado da Estação da Luz, na Rua do Triunfo, Rua Mauá e Avenida Cásper Líbero; término das obras da atual sede do DPH, no edifício Ramos de Azevedo, que o projeto pretendia transformar em Casa da Memória Paulistana e reequipar com material do Arquivo Municipal; restauro das obsoletas instalações da Garagem Municipal e sua transformação em Centro de Atividades, em parceria com a iniciativa privada. Segundo descrito por Regina Meyer in: **Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. São Paulo, 1999. Publicação da **Viva o Centro**, disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf. p. 138.

*a idéia de recuperação da 'centralidade' da Luz orientou a opção por uma linha de atuação que permitisse articular e integrar diversas intervenções pontuais de recuperação e atualização do notável patrimônio construído do bairro através de um plano de conjunto para a totalidade da área, o qual, associado ao desenvolvimento simultâneo de programas de cunho institucional e sociocultural, visa, sobretudo, criar condições urbanísticas mais consistentes para a dinamização das atividades culturais e o reforço das funções comerciais, residenciais e institucionais tradicionalmente ali estabelecidas*¹²⁵.

Em 1997, anteriormente à aprovação do Projeto Luz, o então governador Mário Covas já havia 'decidido' transformar a Estação Júlio Prestes em um complexo cultural e, para tanto, firmou um convênio com a Associação Viva o Centro para que a entidade desenvolvesse projetos de restauro e reciclagem do edifício, para transformá-lo na sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo [OSESP]¹²⁶ – inaugurada em 1999, bem como para a elaboração de um plano urbanístico para seu entorno. Em relação a esta obra, sua divulgação e conseqüente papel indutor na requalificação da área, Marco Antonio Ramos de Almeida ressalta que:

*a implantação do Complexo Cultural Júlio Prestes com a magnífica Sala São Paulo foi fruto de uma bem articulada parceria entre o poder público, idealizador e principal financiador das obras, e empresas que, através da lei federal de apoio à cultura, patrocinaram a Associação Viva o Centro no desenvolvimento dos projetos básicos de arquitetura e engenharia e de estudos urbanísticos da área envoltória, a região da Luz. Esta publicação, também resultado desse patrocínio, visa a documentar o processo de transformação da estação ferroviária em sala sinfônica e sensibilizar os poderes públicos para a importância da requalificação urbana da região, objeto dos estudos urbanísticos realizados. Equipamentos culturais do porte da Júlio Prestes exercem naturalmente um impacto altamente positivo na região onde se inserem. Tal poder indutor, no entanto, pode e deve ser potencializado ao máximo em benefício da coletividade através de planos urbanísticos, adequação de zoneamento e posturas edilícias e incentivos especiais*¹²⁷.

Em 1998, o Governo inaugurava a obra de reciclagem da Pinacoteca do Estado¹²⁸, projetada por Paulo Mendes da Rocha: da mesma época é o restauro do Teatro São Pedro, do

¹²⁵ Op.cit. Pedro Manuel R. dos Sales [1998] in: FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole**, 2000. p. 104.

¹²⁶ Para ver todas as etapas desses projetos e obras, a Viva o Centro publicou o livro **Pólo Luz – Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**. 1999.

¹²⁷ **Pólo Luz – Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**. 1999. p. 7.

¹²⁸ Segundo Regina Meyer, "a renovação da Pinacoteca do Estado, concluída em 1998, criou uma referência fundamental para as artes plásticas em São Paulo. A sutil transferência da sua entrada principal para a Praça da Luz criou 'um novo endereço' e uma conjugação muito positiva com dois equipamentos fundamentais: o

Museu de Arte Sacra e do Memorial do Imigrante. O prédio do antigo Dops, onde em 2004 seria inaugurada a Estação Pinacoteca, começou a ser recuperado, assim como o prédio que abrigou a Secretaria de Viação e Obras Públicas, que seria destinado a sediar o Ministério Público do Estado. Tais iniciativas teriam sido responsáveis, assim que concluídas, por um novo afluxo das classes médias à região central.

Segundo publicação realizada pela Associação Viva o Centro, foi, então, a partir dos já citados investimentos realizados pelo poder público federal e estadual na reforma e expansão da Pinacoteca do Estado, na instalação da Sala São Paulo, na implantação do sistema de trens metropolitanos ligando a zona leste ao Centro, e pelos planos de curto prazo de execução da Linha 4 do metrô e de adequação funcional e restauro da Estação da Luz, que o tecido urbano da área foi considerado como 'carregado de potencialidades', e que se definiu a área denominada, então, de Pólo Luz,

*pelas características do próprio conceito de pólo – trecho privilegiado da cidade onde se concentram transformações qualificadoras e a partir do qual emanam novas ações positivas e cumulativas de restituição de qualidades urbanas–, a sua delimitação física será sempre formal. O processo dinâmico inerente ao Pólo Luz sugere uma permanente anexação de novos espaços públicos, equipamentos, sistema viário adequado às novas funções, aumento da mobilidade e do acesso pelo transporte público, serviços complementares, programas de melhoria. As transformações que cada um desses elementos introduzirá no processo implicarão nova e permanente redefinição físico-espacial do pólo*¹²⁹.

Do ponto vista urbano, segundo Regina Meyer, foi estabelecido um perímetro, para definir o Pólo-Luz, baseado nos seguintes logradouros: as Avenidas Tiradentes e Prestes Maia, no eixo norte-sul; a Avenida Duque de Caxias e a Rua Mauá, na vertente sul; a Alameda Nothmann, a oeste; e, ao norte, a Rua Três Rios, incluindo a Praça Coronel Fernando Prestes. Para a arquiteta [que junto com o escritório MMBB Arquitetura realizou, em 1996, estudos e propostas para a área e, em 1999, com o UNA Arquitetos, o Projeto Pólo Cultural Luz], seria importante, ainda, reafirmar a necessidade permanente de rever critérios para a ampliação

Jardim da Luz e a Estação da Luz. O novo perfil tornou-se irreversível com a abertura da Sala São Paulo nos espaços desativados da Estação Júlio Prestes, criando a primeira sede da Orquestra Sinfônica do Estado". **Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999. Publicação da Viva o Centro disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf. p. 28.

¹²⁹ Descrição de Regina Meyer in: **Pólo Luz - Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999. Publicação da Viva o Centro disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf. p. 28.

desse perímetro: “o Pólo Luz é apenas um dos inúmeros trechos passíveis de definição no interior da vasta ‘orla ferroviária’ que atravessa a área central da metrópole”¹³⁰.

Definidas as áreas prioritárias para as intervenções que seriam empreendidas no centro de São Paulo, e voltando às questões que gerenciarão a atuação do poder público referente a essas, Celso Pitta expõe que o trabalho do Pro Centro em sua gestão “baseou-se na bem sucedida experiência de outras cidades, americanas e européias, que empreenderam programas de longo prazo para a recuperação das suas deterioradas áreas centrais”. Ele cita como exemplo as intervenções iniciadas nos anos 1980 no centro de Boston, que começaram pelo reaproveitamento do antigo mercado, transformado em pólo de entretenimento e gastronomia: “hoje aquela área, onde antes ninguém queria morar, é um dos lugares mais procurados e caros da cidade”. Afirmando que esperava que o mesmo acontecesse em São Paulo a partir de um plano “macro” para a região central, Pitta lamenta, em artigo publicado pela Associação Viva o Centro¹³¹, que a administração posterior, de Marta Suplicy, tenha abandonado a concepção original do projeto, “permitindo e incentivando” invasões de prédios ocupados por sem-teto, que resultaram em novos cortiços.

Assim, o fato de um ex-prefeito de São Paulo classificar como um bom resultado de intervenção urbana o encarecimento de determinada área após a utilização de recursos públicos para sua requalificação, e condenar o incentivo à luta por moradia ‘popular’ em áreas centrais realizado por sua sucessora, torna-se algo aparentemente aceitável e até mesmo louvável [pelo menos aos ‘olhos’ da Viva o Centro e de uma parcela considerável da população], visto que a primeira situação atrairia mais recursos e incentivos de multinacionais em relação à segunda, que só faria, segundo este pensamento, desqualificar a área e impedir seu [re]desenvolvimento.

Em contraponto a essa postura, surge o Fórum Centro Vivo, em 10 de dezembro de 2000, cuja proposta nasce no encontro “Movimentos populares e Universidade”, organizado por

¹³⁰ **Pólo Luz - Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999. Publicação da **Viva o Centro**, disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf. p. 28. Interessante notar o vocabulário que vai sendo elaborado no período pela ‘ideologia da requalificação’. Da mesma maneira que as cidades ‘davam costas’ aos rios, elas também ‘davam costas’ às linhas férreas, sendo que esta situação deveria ser revertida, ou problematizada [para ficar nos termos das falas], daí a noção de orla, também, utilizada nas intervenções de áreas portuárias das cidades marítimas.

¹³¹ PITTA, C. **A revitalização do Centro de São Paulo**, in: Revista Urbs, da Viva o Centro. Ano X – número 42 – Edição Especial Viva o Centro 15 anos – dezembro de 2006. p. 32.

estudantes da Universidade de São Paulo [USP], pela Central dos Movimentos Populares [CMP] e pela União dos Movimentos de Moradia [UMM], em maio de 2000. Na sua definição: “o Fórum Centro Vivo não pretende substituir ou se confundir com os papéis sociais e políticos que já desempenham os movimentos e entidades sociais que atuam no Centro. Nem tão pouco se sobrepor ao trabalho de extensão universitária, à pesquisa acadêmica, às assessorias técnicas ou às arenas políticas constituídas pelos partidos de esquerda. Por isso, o Fórum deverá ser um espaço autônomo e prezar pela autonomia e especificidade de seus participantes. O FCV é a construção permanente de um espaço político comum, que fortaleça as lutas sociais e crie uma nova perspectiva de ação”¹³².

Assim, seriam os objetivos do FCV: articular forças dos vários segmentos de atuação dos participantes do Fórum para a elaboração de uma visão global sobre a cidade e uma ação política comum no Centro; manter o debate crítico e aprofundar a discussão pública sobre o centro; evidenciar as disputas existentes, definir posicionamentos, elaborar propostas concretas, trabalhar a relação com o poder público [executivo, legislativo e judiciário], além de fazer frente à iniciativa de revalorização imobiliária e exclusão comandada por grupos privados¹³³.

¹³² Os debates, notícias, discussões realizadas pelo Fórum, assim como a “carta de princípios” elaborada coletivamente por movimentos populares, universidades, pastorais, sindicatos e entidades diversas [de defesa dos direitos humanos, das mulheres, educação, cultura, habitação etc], estudantes, professores e militantes estão disponíveis via WWW na URL <http://centrovivo.org>.

¹³³ Há outros coletivos sociais que atuam no centro, ou buscam estruturar socialmente novas formas de atuação na cidade e, em particular, na área central. Nesta linha, no dia 15/05/2008 foi organizada uma caminhada coletiva pelo bairro da Luz com o intuito de “compartilhar pensamentos e ações sobre o tema ‘Bairro da Luz x Cracolândia x Nova Luz’”. Chamada “**Traga sua Luz, caminhada coletiva**”, foi organizada pelo grupo P.I. - Política do Impossível [que propõe espaços de elaboração coletiva e criação artística em diálogo com o campo social] e pelo Fórum Centro Vivo. Segundo Mariana Cavalcante, artista plástica, o P.I. é um coletivo formado por artistas educadores, que vêm de diversos outros coletivos de arte, alguns deles envolvidos no processo do ‘integração sem posse’. O projeto ‘cidade líquida’ é uma proposta do P.I., aprovada em edital da Funarte, que conta com a colaboração do Instituto Pólis e prevê a realização de ações de intervenção urbana, produções cartográficas e uma publicação do livro: **Cidade Luz, uma investigação-ação no centro de São Paulo** [Edital Conexão artes visuais, Petrobras, MINC, Funarte, Cineclube Pólis, Fórum Centro Vivo e Política do Impossível], 2008. Importante ressaltar que, durante a caminhada realizada, poucos moradores ou usuários da região percorrida se juntaram ou demonstraram compartilhar das reivindicações do grupo do Fórum Centro Vivo, que questionava o discurso do Projeto Nova Luz, da gestão 2005-2008, dizendo que já há “Luz” no bairro, referindo-se às pessoas que lá vivem e às atividades que já existem no local. Tais aspectos, segundo o grupo, deveriam ser valorizados pelas políticas públicas, e não eliminados na busca de outros mais ‘atraentes’ aos olhos empresariais. Assim, não houve maiores adesões ao grupo durante o percurso, em que pese a natureza das propostas. Quando este finalizou e seus participantes percorreram as imediações, Tarcisio Geraldo Faria, jornalista da Secretaria da Cultura que participava do ato, presenciou a fala de um morador que, saindo de uma partida de futebol, questionou: “Porque eles são contra o Nova Luz, nosso time de futebol?”, caracterizando a adesão dos próprios usuários às propostas de melhora da região, sem reflexão, a ponto de batizarem seu time de futebol no bairro com o nome do Projeto da Prefeitura, que os excluiria. A observação da caminhada foi feita, *in loco*, pela pesquisadora.

Segundo o arquiteto Eric Verhoeckx, um dos fundadores, o Fórum Centro Vivo [inicialmente formado por movimentos, universidade e assessorias técnicas] nunca teve condições para “enfrentar politicamente as consequências nocivas da ‘revitalização’ da região da Luz, iniciada pelo trio [Mário] Covas, [Marcos] Mendonça [Secretário da Cultura no Governo Mário Covas, 1994-1997]¹³⁴, AVC [Associação Viva o Centro], seguida e construída por todas as administrações estaduais e municipais que vieram depois. Alguma coisa saiu no dossiê denúncia [Dossiê Violações dos Direitos Humanos no Centro: propostas e reivindicações para políticas públicas, elaborado desde 2006 e lançado em 2007 pelo Fórum]. Temos muitos ‘estudos’ sobre o assunto: graças ao fracasso do modelo importado, de revalorizar a região através de investimentos em equipamentos culturais, que fez a ‘turma’ do Andrea [Matarazzo] tomar medidas ainda mais dracônicas [sic], o assunto é bem quente. Logo em 2000, uma equipe na prefeitura fez um estudo minucioso sobre tudo que tinha na região. Em que isso deu, não sei - neste caso tinha a ver com o Programa Monumenta, se me lembro bem. Como os estudos, depois de muita ‘enrolação’, encomendados às assessorias técnicas, para definir os PRIH's, caiu em esquecimento, ou em mãos erradas”¹³⁵.

Aparentemente em concordância com as reivindicações e discussões lançadas pelo Fórum, e com ele mantendo certa afinidade, encontravam-se as propostas do programa Ação Centro¹³⁶: recuperação de áreas degradadas do centro; melhoria da qualidade ambiental; fomento à pluralidade econômica; inclusão social e reversão do esvaziamento social. O programa elaborado durante a gestão da prefeita Marta Suplicy [2001-2004] realizou várias intervenções urbanas teoricamente a partir dessas orientações. A reforma da Praça do Patriarca e a transformação da Favela do Gato no Parque do Gato são exemplos destas intervenções, além do restauro e modernização de Edifícios Históricos: a Catedral da Sé, o Mercado Municipal, a Biblioteca Mário de Andrade, a Casa da Marquesa de Santos, o Beco do Pinto, a Casa número 1 e o Edifício Martinelli.

¹³⁴ Nessa gestão aconteceram a construção do novo prédio do Arquivo do Estado, a reforma e inauguração da Pinacoteca do Estado e as chamadas ‘âncoras culturais’. Além dessas ações, a reestruturação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a inauguração do complexo cultural Júlio Prestes, onde funciona a Sala São Paulo e o restauro do prédio do antigo DOPS.

¹³⁵ Fala de Eric Verhoeckx para o Fórum Centro Vivo, em 06/10/2007, sobre as propostas de intervenções na área da Luz. **Mimeo.**

¹³⁶ Segundo Rosa Symanski, a **Ação Centro** é “um dos projetos de revitalização mais ousados do país, que pretende dar início a uma nova era na região central da cidade, fazendo florescer uma São Paulo turística e atrativa aos olhos de seus visitantes e moradores”. Para Nadia Somekh, então presidente da Emurb, “é o maior programa já financiado pelo BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento], tão importante que já se tornou uma referência mundial”. In: SYMANSKI, R. **A roupa nova do rei**. In: São Paulo 450 anos – A trajetória e os rumos do urbanismo da megalópole brasileira. Revista Arquitetura&Urbanismo, Número 118. jan / 2004. p. 42. **Mimeo.**

Há, ou havia, na pauta de intervenções também a construção, no centro, de um novo museu: o Museu da Cidade, no Palácio das Indústrias e com objetivos sociais e propostas de planejamento relativamente inovadoras, como a do Programa de Reabilitação Integrada do Habitat - PRIH [2000]¹³⁷, que previa uma dinâmica de atuação, numa determinada região, com a participação ativa da população, como no caso do PRIH da Luz, delimitado pela Avenida Tiradentes, Rua João Teodoro, Avenida do Estado até a Rua Mauá [linha do trem]¹³⁸.

Este programa da Prefeitura na gestão Marta Suplicy, segundo Lourenço Diaféria, tinha como objetivo a produção habitacional, melhoria dos cortiços, reabilitação de patrimônio, criação e requalificação de equipamentos e áreas verdes e melhoria e criação de espaços para atividades econômicas. Da articulação entre propostas da PMSP e do conjunto de moradia e das acessórias técnicas atuantes surgiu o Programa Morar Perto, implantado prioritariamente na Luz. Como o título aponta, a preservação das moradias existentes [entenda-se, população local] e o incremento habitacional eram constituintes do Programa, o que destoava das intervenções até então discutidas. Contudo, sendo um programa do governo de Marta Suplicy, não mais existe sendo inclusive desconhecido pela então coordenadora do Projeto Nova Luz da EMURB [atual gestão] que, em entrevista concedida à autora [ver apêndice 1], afirmou que este foi um programa voltado apenas às obras de drenagem da área, não tendo nenhuma ligação com projetos habitacionais¹³⁹.

¹³⁷ Para um estudo detalhado sobre o Programa, ler: VITALE, L.; MOTISUKE, D.; SILVA, D.P.; RUSSO, E.; NOBRE, T.M. **Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat – PRIH, Uma experiência de intervenção nas áreas centrais**, Apresentado no XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR realizado em Salvador de 23-25 de maio de 2005.

¹³⁸ **Um século de Luz**. Vários autores. Coleção Mosaico: ensaios & documentos. São Paulo: Ed. Scipione, 2001. p. 216-221.

¹³⁹ Entrevista realizada no dia 22 de outubro de 2007, na EMURB.

Figura 9. Diretrizes da proposta inicial – elaboração do Escritório Antena PRIH Luz [2003] para o projeto da Rua 25 de Janeiro, iniciado no final de 2002, a partir de negociações entre o proprietário dos terrenos, a construtora interessada no empreendimento e a SEHAB / Morar no Centro, com o intuito de intervir nos imóveis subutilizados e vazios, localizados no PRIH Luz, para a produção de HIS, HMP e usos comerciais. Foram realizados estudos de viabilidade pela equipe do Escritório Antena do PRIH Luz / Morar no Centro, a partir dos quais, foi possível iniciar as negociações com o proprietário. Fonte: Observatório do solo e da gestão fundiária do centro de São Paulo, Compilação e descrição dos instrumentos - Subproduto 1, Dezembro 2005.

Segundo sítio da internet¹⁴⁰, divulgado na época da gestão de Marta Suplicy, o Programa Morar no Centro, concebido a partir de 2001, tinha por objetivo recuperar o Centro como espaço de moradia. O que se pretendia, segundo texto explicativo do Programa, era melhorar as condições de vida de quem já morava no Centro e viabilizar moradia adequada para pessoas que residiam ou trabalhavam na região central, com diversidade social. O programa apresentava várias frentes de atuação:

¹⁴⁰ Disponível via WWW na URL: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/comunicacao_e_informacao/2004/08/0020, de 31/08/2004. **Seminário internacional discute projetos para regiões centrais.** O encontro reuniu, segundo consta no sítio da Prefeitura, representantes de Buenos Aires, Cidade do México, Santo Domingo [República Dominicana], Havana, Valparaíso [Chile], Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, além de pesquisadores de instituições brasileiras e francesas. O objetivo era trocar experiências com administrações municipais que, assim como São Paulo, teriam projetos nas regiões centrais, voltados à reabilitação dos centros históricos, dando maior ou menor importância ao uso habitacional. “Pela primeira vez, a cidade de São Paulo faz uma política pública de reabilitação dos bairros centrais que visa recuperar o Centro também como espaço de moradia. É o programa Morar no Centro, pelo qual a Prefeitura promove a reforma e reciclagem de prédios vazios e viabilizou mais de 3.600 novas unidades habitacionais na região.” Capturada em 01/08/2008.

- reforma e reciclagem de prédios vazios ou ociosos por meio do Programa de Arrendamento Residencial [PAR], parceria da Caixa Econômica Federal e Prefeitura de São Paulo, destinado a famílias com renda mensal acima de três salários mínimos e até seis salários;
- construção ou reforma de imóveis pela Prefeitura para Locação Social [programa destinado a famílias com renda mensal até três salários mínimos - valor do aluguel ficaria entre 10% e 15% da renda];
- requalificação de áreas degradadas nos bairros centrais e produção de novas moradias com o programa de Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat [PRIH].

Marco Antônio de Almeida coloca que “felizmente, alguns projetos equivocados, como o de fixar população de baixa renda em grandes edifícios comerciais reciclados, não foram adiante, evitando-se assim o surgimento, no futuro, de novos edifícios semelhantes ao degradado São Vito”¹⁴¹. A pobreza colocada como simples e indesejável ‘entorno social’, citado por Vainer, fica assim cada vez mais explicitada nos discursos planejados para mostrar que a lógica da empresa e a transformação da cidade em mercadoria tornaram-se, inclusive, os meios de sobrevivência das cidades contemporâneas, princípios estes a partir de então tão aceitáveis e óbvios, que não é mais necessário disfarçá-los, ou justificá-los.

No início de 2004, o Corredor Cultural, que abrange a Rua Xavier de Toledo, a Praça Dom José Gaspar e a Praça Ramos de Azevedo, foi entregue recuperado com novo piso, iluminação e paisagismo. Os Calçadões do centro velho foram refeitos, novos espaços de pedestres ainda seriam criados num contexto de reconceituação e melhoria da circulação de pedestre. O Ação Centro ainda investiu na recuperação de outras praças importantes como a da Sé, República, e Largo do Arouche, ‘valorizando’ o paisagismo, piso, iluminação e mobiliário. Além disso, o Parque Dom Pedro II foi objeto de um início de reurbanização que não teve fim devido a mudanças nos direcionamentos dos recursos financiadores das intervenções [especificados adiante].

Para melhorar a qualidade ambiental e a ambiência urbana, o Ação Centro ainda previa o aumento de áreas permeáveis com a reforma de calçamentos e a implantação de mobiliário urbano, limpeza especial e mudança no sistema de circulação através da instalação de novos terminais. Com o sistema de transporte Interligado, havia a previsão de uma otimização dos

¹⁴¹ **Viva uma história de 15 anos.** Revista Urbs, da **Viva o Centro**, Ano X – número 42 – Edição Especial Viva o Centro 15 anos, p.10, dezembro de 2006.

trajetos e a extinção de linhas ociosas, tornando o transporte mais ágil na região central. As praças da Sé e João Mendes, os viadutos do Chá e Santa Efigênia, o Pátio do Colégio, o Largo São Francisco, as ruas Libero Badaró, Riachuelo, Senador Feijó, Benjamin Constant, Boa Vista tiveram suas luminárias trocadas, tendo como justificativa a melhoria da segurança, possibilitada pela melhor luminosidade.

Em 2005, com o início da administração José Serra, a Comissão Coordenadora do Ação Centro deixou de ter representação da sociedade civil e passou a ser integrada exclusivamente por representantes do Poder Público Municipal. Serra, no entanto, confirmou o Centro como uma de suas prioridades e nomeou Andrea Matarazzo [personalidade com prestígio político e ‘vasta experiência’ como embaixador, ministro e presidente de empresas] para a Subprefeitura da Sé, encarregando-o da coordenação geral das ações da prefeitura relativas ao centro. Assim, na linha das “10 Propostas para o Centro” oferecidas a Serra pela Associação Viva o Centro, durante a última campanha eleitoral, este lança, entre outros, o Projeto Nova Luz. “Acabar com a Cracolândia é uma das minhas obsessões”, afirma Andrea Matarazzo em reportagem que mostra o ‘esvaziamento’ [em termos de usuários de drogas] da região no início da Operação Limpa [realizada em 2005]¹⁴², o qual parece ter sido observado apenas nesta época, já que quase três anos após o início desta, a área continua sendo alvo do comércio de drogas e de seus usuários¹⁴³.

¹⁴² A **Operação Limpa** foi coordenada, em 2005, pela Prefeitura de São Paulo e integrou ações conjuntas entre as polícias Civil e Militar, Guarda Civil Metropolitana, AES Eletropaulo, Programa Criança Cidadã Nosso Lar, CET, Ilume, Limpurb, Sabesp, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Saúde. “A ação que foi iniciada na segunda-feira, dia 7, e termina na próxima quinta-feira, dia 17, acontece na chamada Cracolândia - região formada pelo quadrilátero das ruas Mauá, General Couto de Magalhães e avenidas Duque de Caxias, Cásper Líbero, Ipiranga e Rio Branco. O local se tornou sinônimo do tráfico de drogas, exploração sexual e atividades ilegais. Desde o início da Operação até esta quarta-feira, dia 9, foram presas 12 pessoas por tráfico de drogas e porte de arma, vistoriados 649 carros, e abordadas 2.213 pessoas das quais 370, entre adultos e crianças, foram encaminhadas para albergues ou entidades de apoio assistencial. As assistentes sociais estão acompanhando a trajetória dessas pessoas do ponto de vista sócio-econômico e familiar.” In: **Prefeito percorre a região da Cracolândia**. Disponível via WWW na URL: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portala_cidade/noticias. 09/03/2005.

¹⁴³ A reportagem coloca também a diminuição observada, pelos próprios trabalhadores, no movimento comercial e de serviços da região, mas mostra que a Operação os satisfaz por diminuir a insegurança, sendo que estes esperavam que o movimento fosse recuperado depois. Na época, a reportagem observou que nas Ruas Protestantes, Gusmões, Vitória, Triunfo, General Osório, Aurora e Couto Magalhães podia-se andar de madrugada não havendo mais a presença antes predominante dos “nóias” [como são chamados os usuários de drogas da região]. Afirmava ainda que a “operação sócio-policial” os havia expulsado, e que as marcas mais expressivas seriam as paredes de cimento na entrada dos bares e hotéis, muitas das quais lá continuam até hoje, como pôde ser observado em levantamentos realizados em outubro de 2007. [vide fotos]. **O inferno da Cracolândia está quase vazio**. O Estado de S. Paulo – Caderno Metrópole. 13/03/2005.

Entre as ações bem vistas pela Associação Viva o Centro, estão ainda, sempre enfatizados: o reforço da presença da Guarda Civil Metropolitana [GCM] no Centro, atuando no controle de ambulantes, além da rede de câmeras de monitoramento por TV sob controle da GCM; o provimento de segurança torna-se, assim, fator fundamental e objeto de enorme preocupação por parte de órgãos públicos, sendo caracterizado como a mais forte demonstração de zelo pelo espaço público e pela vida dos cidadãos que este passa a oferecer. Assim, em setembro de 2007, é nomeado subprefeito da Sé, substituindo Andrea Matarazzo [que acumulava a função com a de secretário de Coordenação das Subprefeituras], o ex-delegado geral da Polícia Civil e que, por quatro anos, foi titular da Seccional Centro, Mário Jordão Toledo Leme.

Segundo entrevista publicada pela Associação Viva o Centro, “o trabalho de Mário Jordão na Polícia Civil foi importante na diminuição dos índices de criminalidade na região”. Definindo bem os alvos referentes às posturas adotadas em relação às intervenções urbanas na área central [no caso, a segurança e a fruição de carros e pessoas], por exemplo, e em resposta à questão sobre os espaços públicos, ele afirma que “o espaço público é da população em geral e tem que ser preservado. A gente sabe que quanto mais limpas, mais abertas, mais respeitadas as áreas públicas, quando não há degradação dos seus usos urbanos, fluem melhor o trânsito e as pessoas e diminui a criminalidade substancialmente”¹⁴⁴.

Na gestão de Gilberto Kassab [que na qualidade de vice-prefeito substituiu José Serra, quando este assumiu o cargo de governador], a Comissão de coordenação de programa municipal para o centro recuperou sua denominação original de Pro Centro, restabelecendo o canal formal de representação da sociedade civil na condução desse programa, ou seja, estreitam-se cada vez mais os laços entre o Poder Público e o poder privado que, travestido de representação da sociedade civil, contagia a cidade com seus princípios de gestão empresarial, controle da segurança e da paisagem da cidade, assim como determina os níveis de interação entre seus habitantes, as atividades que devem ou não ser estimuladas etc. Legitima-se com tudo isso certa proposta de despolitização da cidade, já citada por Vainer, que agora conta com ‘guardiões’ do bem estar público através de interesses nitidamente privados que constroem, planejadamente, a imagem de degradação e a conseqüente vontade única de

¹⁴⁴ **Subprefeito Mário Jordão fala sobre os desafios do Centro.** Entrevista publicada na URL http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/161007_b_infonline.htm. Capturada em 16/10/2007. A fala deixa claro que a principal qualidade do espaço público, para Jordão, está relacionada ao seu poder de estímulo à fruição das pessoas e dos carros.

que ela seja vencida. Isso à custa até, se necessário, da liberdade e da participação da população, visto que através da construção de imagens de líderes ‘carismáticos’, esta deve se sentir defendida e bem representada no gerenciamento das cidades onde vive, abstendo-se de quaisquer reflexões mais complexas e que exigiriam mais tempo e dedicação.

Para Kassab, o centro é a prioridade entre os esforços de sua gestão, citando como maior exemplo disso o Projeto Nova Luz: “é um dos mais importantes dessa gestão, para a recuperação da área que antigamente era chamada de cracolândia”¹⁴⁵. Além desse, ele cita outros, colocando que a intenção é fazer com que o Centro deixe de ser passagem, mas ponto final dos paulistanos: as reformas das praças da Sé e da República são consideradas como fundamentais para “recuperar a auto-estima da região”, mostrando mais uma vez, nos discursos relacionados aos princípios do Planejamento Estratégico, a intenção de conscientizar a população a respeito de uma decadência da região a ser requalificada, assim como de torná-la sujeito das ações, como nessa fala de Kassab, que a coloca como uma região à procura de ‘auto-estima’.

Já em 2001, o então governador Geraldo Alckmin havia iniciado o processo de centralização administrativa, fazendo com que a Secretaria de Segurança Pública viesse para o centro, assim como a compra de oito edifícios para sediar secretarias, empresas estatais e um gabinete especial para o governador. Neste mesmo ano foi inaugurado o Centro Cultural Banco do Brasil [pelo governo federal] e, em 2006, o Museu da Língua Portuguesa, fruto de uma parceria do governo estadual com a iniciativa privada, capitaneada pela Fundação Roberto Marinho e pela Secretaria do Estado da Cultura, na restaurada Estação da Luz onde, no subsolo, teve início a construção da nova linha 4 do Metrô. No governo Cláudio Lembo, o processo de centralização administrativa continua com a aquisição pelo governo, em 2006, de mais sete edifícios para este fim.

No âmbito da iniciativa privada, existem os investimentos da Bolsa de Valores [Bovespa] e da Bolsa de Mercadorias & Futuros [BM&F], fundadoras da Associação Viva o Centro e que investiram em suas sedes localizadas no centro, de algumas escolas, como a Universidades Anhembi Morumbi e Uniesp, que se instalaram no centro, de mecenas que viabilizaram o restauro e conclusão da Catedral da Sé, de investimentos no Shopping Light e no Hotel

¹⁴⁵ **Uma união histórica** – entrevista com Gilberto Kassab. In: “Revista Urbs, da Viva o Centro. Ano X – número 42 – Edição Especial Viva o Centro 15 anos, p. 36, dezembro de 2006.

Jaraguá, parecerias com a Prefeitura como as mantidas pelo BankBoston [hoje Itaú], Votorantin [CBA], Klabin e outras.

Hoje, a EMURB, que coordena o Pro Centro,¹⁴⁶ além do Projeto Nova Luz, apresenta os seguintes projetos:

Revitalização de Calçadas [2005] – Que visa, através do Programa Passeio Livre da Prefeitura, a padronização de calçadas, organização e localização do mobiliário urbano e melhoria da drenagem. Em linhas gerais, o decreto define normas para garantir a acessibilidade e os materiais que podem ser utilizados. A Avenida Paulista, que teve recentemente um trecho de suas calçadas refeitas, como projeto-piloto, faz parte deste projeto.

Praça da Sé [2007] - Requalificação da Paisagem Urbana para que a praça ficasse, segundo o sítio da prefeitura, mais transitável, sem os vários níveis que dificultavam a circulação e o encontro de pessoas como acontecia até os anos 1970.

Praça da República [2007] - Requalificação da Paisagem Urbana para que “uma das mais nobres áreas verdes da região central de São Paulo” ficasse muito parecida com seu traçado original, de 1905. A intenção, segundo a EMURB, é que a praça volte a ser “um local de convívio, aberto ao descanso e lazer da comunidade”.

Praça Roosevelt [2008] – Em 2003, a proposta de intervenção na Praça Roosevelt foi incluída no Programa Ação Centro, dentro do Componente de Recuperação do Ambiente Urbano/Requalificação do Espaço Público, com as praças da Sé e República, o que fez com que o projeto contasse pela primeira vez com uma real fonte de recursos. Buscando requalificar da Paisagem Urbana para tornar a Praça Roosevelt “mais aprazível e acessível às pessoas”, a Empresa Municipal de Urbanização [EMURB] inicia, assim, um amplo projeto de revitalização do local e de seu entorno. Segundo o sítio da EMURB, o início das obras, planejadas há dez anos pela EMURB com apoio de especialistas, urbanistas e técnicos da

¹⁴⁶ Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade que tem a finalidade de “promover o desenvolvimento econômico e social da região, dinamizando e criando condições de atração e suporte de atividades compatíveis com o centro metropolitano, promovendo a reabilitação urbanística e ambiental da área, com inclusão social cuja ação. Coordenada pela EMURB, envolve onze secretarias municipais como sub-executoras, prevendo o desenvolvimento de 178 ações setoriais, entre projetos sociais e intervenções urbanas, implementados com o objetivo de requalificar e restabelecer as potencialidades da região central da cidade.” <http://www.procentro.com.br>.

administração municipal, acontecerá após a retirada das diversas construções do local. Incluída na lista de obras de revitalização do centro a serem tocadas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID], a reforma da Praça Roosevelt, segundo reportagem do Estado de São Paulo, “acabou saindo mais cara que as das Praças da Sé e da República”. As três são objetos de estudo da equipe da EMURB há muito tempo, cada qual por um motivo. Remover a marginalidade da Roosevelt, que já foi ponto de prostituição de travestis e tráfico, “sempre esteve entre as metas mais urbanísticas para a região”¹⁴⁷, segundo a reportagem.

Rua 25 de março - Para melhorar a circulação e a segurança das pessoas que circulam por essa importante via comercial a Subprefeitura da Sé, juntamente com a Companhia de Engenharia de Tráfego [CET], a Guarda Municipal a Associação dos Lojistas da Rua 25 de Março e a Administração do Mercado Municipal, prevê o fechamento da rua para o trânsito de veículos.

Rua Augusta - As calçadas estão sendo reconstruídas para melhorar o sistema de drenagem e a paisagem urbana, além de garantir a livre circulação de pedestres e de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, fazendo parte do Programa Passeio Livre, da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras. Desde 2005 já foram reformadas mais de cem mil metros quadrados de calçadas em 187 vias distribuídas por toda a cidade.

Rua Avanhandava - A rua já é considerada quase um *boulevard*. Antigo reduto de artistas em São Paulo, passou por obras durante todo o primeiro semestre de 2006 como resultado de um termo de cooperação entre a Subprefeitura da Sé e a Associação dos Restaurantes da Rua Avanhandava, com apoio da Comissão Permanente de Acessibilidade.

Assim, sofrendo estas distintas intervenções promovidas por agentes públicos e privados, a região central apresenta hoje ‘grandes ilhas’ [quando muito, reabilitadas e ‘revalorizadas’], com seu entorno apresentando sérios problemas sociais como o tráfico, consumo de drogas e a prostituição, que é o caso da região próxima à Sala São Paulo, antiga Estação Júlio Prestes, e da Estação da Luz. Isto, visto que, apesar de restauradas, continuam convivendo com o entorno de ruas como a Mauá e a do Triunfo, marcadas pela degradação social, econômica e

¹⁴⁷ **Reforma da Roosevelt sai do papel** – O Estado de São Paulo, Caderno Metrópole, 08 de junho de 2007.

das edificações, com forte presença de moradias precárias [cortiços, hotéis, e pensões de alta rotatividade etc.].

Além disso, segundo reportagem de 2005 [época da chamada Operação Limpa], o ponto de encontro dos consumidores de droga apenas havia mudado de local: os mesmos que pouco antes da operação utilizavam a Praça Júlio Prestes estavam agora a poucas quadras de distância, na Praça Julio de Mesquita. A Operação Limpa [que fechou estabelecimentos irregulares, prendeu gente e reforçou o policiamento] só funcionou, segundo a reportagem, na região onde os policiais continuavam “espantando os meninos como se espantam moscas”.

A ‘migração dos nórias’ mostrou que muitos destes apenas trocaram a Cracolândia pelos Campos Elíseos – entre as Alamedas Cleveland, Dino Bueno e Piracicaba e Rua Helvetia: os moradores da nova região alvo reclamavam, na reportagem, que esta havia ficado ainda mais perigosa, assim como representantes das Organizações Não-Governamentais [como o Projeto Travessia que, conveniado com a Prefeitura, acompanha os meninos de rua], reclamavam que não conseguiam achar os grupos com os quais antes trabalhavam¹⁴⁸.

Ou seja, as poucas ações voltadas para a melhoria dos fortes problemas sociais da região são prejudicadas por políticas municipais como estas operações que persistem, mesmo com outras denominações [atualmente a mesma atuação é denominada Operação Nova Luz] e que, além de não inibirem a ação dos traficantes presentes na região, levam ao afastamento de parte dessa população para outras ruas e bairros: a cem metros de distância da Cracolândia, na Avenida Rio Branco e imediações da Sala São Paulo os mesmos atores são observados, além daqueles que permanecem na antiga região de consumo de drogas. Além disso, nota-se, nas propostas apresentadas, a pouca ênfase dedicada a Programas Habitacionais, em alguns casos melhor elaborados [como no caso PRIH da Luz, abandonado pelas gestões seguintes], reafirmando o caráter segregacionista das ações.

¹⁴⁸ **A Cracolândia andou umas quadras.** O Estado de S. Paulo – Caderno Metrópole C7 – 19/05/2005.

2.2.1. DA LUZ À CRACOLÂNDIA [?], DA CRACOLÂNDIA À NOVA [?] LUZ

“A Nova Luz vai mudar radicalmente, para muito melhor”: este é o título do objeto de, segundo anunciado no sítio da Prefeitura de São Paulo, “uma das maiores intervenções urbanas já realizadas em São Paulo”¹⁴⁹.

Apesar de quase nunca citados, mas com certeza influenciando muitas das diretrizes das atuais políticas públicas para o centro de São Paulo, parte dos projetos e estudos realizados anteriormente para a área da Luz¹⁵⁰ partiu do reconhecimento desta como uma área cuja singularidade

*evidencia-se, primeiro, por sua localização na cidade, caracterizando-se como transição entre o centro e a expansão em direção ao Norte. Depois, pela conjunção entre uma morfologia clara – identificável pela estrutura da divisão do solo, regularidade do traçado, das ruas, escala e disposição das edificações e espaços públicos – e por usos que permanecem ao longo do tempo, com significativa concentração de equipamentos institucionais, de serviços e de transportes, destacando-se o conjunto de edifícios e espaços destinados às atividades culturais, educacionais, militares e também mercantis-manufatureiras de vestuário... Permeando as diversas razões que fizeram com que ocorresse um alto grau de concentração de usos e atividades institucionais no bairro da Luz, talvez se possa supor a existência de uma ‘lógica de localização’ que, mesmo de maneira implícita, deu coesão e unidade física e funcional ao processo de formação e amadurecimento dessa área da cidade, ao mesmo tempo em que lhe confere seus significados, tanto a nível municipal quanto metropolitano.*¹⁵¹

Assim, de modo geral, estes buscaram a reabilitação física e funcional do conjunto urbano da Luz através de uma intervenção ‘restauradora/recuperadora’ dos bens protegidos representados por edifícios e espaços singulares da história da arquitetura e do urbanismo

¹⁴⁹ Disponível via [www: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/subprefeituras/2007/10/0024](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/subprefeituras/2007/10/0024). Capturado em 05/10/2007.

¹⁵⁰ Dos quais se destacam os já citados “Área Luz” [escritório Rino Levi/1974], “Luz Cultural” [Secretaria do Estado da Cultura/1984], o Programa “Centro Seguro” e “Ação Local” criados pela Associação Viva o Centro em 1991; Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro [Procentro] em 1993; Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo, realizado pela Prefeitura e pela SEHAB, em 1996; Operação Urbana Centro, em 1997; Projeto Pólo Luz pelo governo estadual e federal, do qual resultaram as reabilitações da Pinacoteca do Estado, da Estação Júlio Prestes e da Estação da Luz, em 1998. Também em 1998 iniciou-se o Projeto Monumenta/BID, que foi implementado a partir de 2000, na gestão Marta Suplicy, juntamente com o Programa de Reabilitação do Centro de São Paulo.

¹⁵¹ Descrição do perfil do Projeto-Área da Luz – documento síntese elaborado conjuntamente pelo IPHAN/9CR, CONDEPHAAT e DPH para a apreciação por parte da coordenação central do Programa e do BID, in: SALES, Pedro M. R. **Projeto Luz: a respeito de uma proposta de recuperação do patrimônio cultural urbano**. Cidade revista do Departamento de Patrimônio Histórico SMC, n. 5, São Paulo - SP, 1998.

paulistanos, ao mesmo tempo, e [ao menos teoricamente] como condição fundamental da articulação, do sentido e da sustentabilidade da ação recuperadora. Também pressupunham não só a reestruturação do espaço público como o incentivo à inserção de projetos e novos usos e atividades [através da reciclagem de partes sub-utilizadas do prédio da Estação, da requalificação das instalações da Garagem Municipal e de novas propostas para moradia e para o setor comercial e de serviços]. Quanto ao conjunto da área, supunham o seu maior grau de acessibilidade e 'atrutabilidade' e a possibilidade de elevação do valor econômico da área pela maior heterogeneidade social dos usuários e a conseqüente redefinição da base qualitativa da demanda e oferta de serviços.

Alegava-se estar buscando, assim, de modo "coerente com a história e identidade do bairro da Luz", a reafirmação de seu significado econômico e simbólico na cidade, criando condições para ampliação temporal e espacial do 'processo reordenador', sendo que a confirmação dessa hipótese parecia fundar-se, como afirma Rivaben de Sales, que trabalhou como arquiteto do DPH, "na possibilidade de criação de uma dinâmica de interfaces e interdependências entre programas e projetos públicos e privados a partir da observação de algumas experiências internacionais", supondo que a eficácia da operacionalidade dessa ação passasse, em grande medida, por uma 'convergente' vinculação da execução dos recursos públicos à negociação de contrapartidas [não necessariamente sob forma monetária] com as diversas entidades envolvidas no processo, de maneira tal que este mesmo processo pudesse acabar provocando e sustentando a idéia de novos projetos¹⁵².

Para Rivaben de Sales, a alternativa de atuação proposta para a reabilitação do patrimônio da Luz requeria, independentemente de estar vinculada ou não ao Programa Minc-Bid [Ministério da Cultura e BID], "a adoção de mecanismos de gestão inovadores que pudessem atuar com agilidade e flexibilidade no estabelecimento de parcerias com os diversos agentes públicos e privados, na intermediação de fontes de recursos alternativas e na coordenação de um 'plano' de transformação/ regulamentação urbanística da área, orientado pela questão da valorização da reforma urbana e articulado a programas de promoção habitacional".

¹⁵² SALES, Pedro M.R. **Projeto Luz: a respeito de uma proposta de recuperação do patrimônio cultural urbano**. Cidade revista do Departamento de Patrimônio Histórico SMC, n. 5, São Paulo - SP, 1998. p. 135.

Segundo o arquiteto, estaria na capacidade resolutiva do projeto arquitetônico e urbanístico e na especificidade dos instrumentos de gestão dessa experiência grande parte de sua própria potencialidade, ampliando as perspectivas e as linhas de atuação das políticas públicas de preservação do patrimônio urbano: “hipóteses fundamentais para uma metrópole que transforma a sua base produtiva, que dá sinais de esgotamento em seu crescimento físico e que, portanto, pode [e deve] redefinir seus processos e pautas de ordenação espacial, atualizando-se sobre si mesma de forma coerente e equilibrada”¹⁵³.

Podemos supor que, partindo de muitas dessas premissas, mesmo que de modo menos articulado ou com alguns interesses [provavelmente derivados do Planejamento Estratégico] mais objetivamente direcionados, surgiu o Projeto Nova Luz, inicialmente apresentado como um projeto que iria transformar cerca de 2,25 milhões de metros quadrados [ou 225 hectares] de uma área onde se localiza, segundo destaca a própria prefeitura, a região ‘estigmatizada’¹⁵⁴ pela denominação ‘Cracolândia’ [entre a Rua Mauá e a Avenida Rio Branco], onde se pode ver grupos ou bandos de pessoas fumando *crack* em plena luz do dia¹⁵⁵.

¹⁵³ SALES, Pedro M.R. **Projeto Luz: a respeito de uma proposta de recuperação do patrimônio cultural urbano**. Cidade revista do Departamento de Patrimônio Histórico SMC, n. 5, São Paulo - SP, 1998. p. 135

¹⁵⁴ Ou seja, acusada, censurada, marcada com estigma, que vem do verbo estigmatizar, da palavra grega *stigmatizein*, que significa “marcar com ferro em brasa”.

¹⁵⁵ A “cracolândia” ‘ganhou’ este apelido no início da década de 1990, quando o *crack* - um subproduto da cocaína - se tornou uma droga da moda entre as classes C e D na cidade. A droga foi trazida ao país por traficantes bolivianos e peruanos e é facilmente feita com uma mistura de pasta de coca [ou, mais raramente, de cocaína pronta] e bicarbonato de sódio. A vantagem para os traficantes é que a pasta de coca não tem um cheiro tão forte como a cocaína refinada, o que facilita o transporte e dificulta sua apreensão. Além disso, a mistura aumenta a quantidade do “produto” e barateia seu preço - ao contrário da cocaína, cujo grama custa o equivalente a um grama de ouro: R\$ 20. Já segundo a Polícia Civil, há pedrinhas de *crack* vendidas por até R\$ 1. Imediatamente ao chegar na cidade, o *crack* se tornou muito popular entre menores de rua. Eles passaram a consumir as pedrinhas na região que mais tarde seria chamada de ‘cracolândia’. Abrange ruas comerciais da região da Luz e Campos Elíseos. “Sujas, mal iluminadas e, por isso mesmo, pouco frequentadas. Compreende as ruas dos Protestantes [onde o vídeo da promotoria foi gravado], dos Gusmões, General Osório, Vitória, do Triunfo, dos Andradas e Aurora.” In: **Saiba por que região central de SP é chamada de ‘cracolândia’**. Disponível via WWW na URL <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u46204.shtml>. 15/02/2002.

Desde 2001, quando começaram a serem publicadas notícias sobre a cracolândia na internet, o foco destas são os crimes ocorridos na região, a ligação da polícia com o narcotráfico, o consumo e compras de drogas e a prostituição. Em 2001 tem-se uma notícia sobre um trabalho realizado com as prostitutas do Parque da Luz, colocando que “os projetos de restauro e recuperação do centro histórico de São Paulo avançam sem encontrar solução definitiva de inclusão social para a população marginalizada”. Depois dos “viciados da cracolândia” teria chegado, segundo reportagem, “a vez das ‘meninas’ do quase bicentenário parque da Luz, o ponto de prostituição mais antigo da cidade”. O parque estaria passando por sucessivas mudanças desde 2000: “as touceiras [moitas] que davam aspecto de mata fechada foram remanejadas, tornando-o mais limpo. Para completar, foi implantado no local um circuito fechado de TV”. Essa ‘segurança’ teria atraído “outras iniciativas, como a da vizinha Pinacoteca do Estado, que abriu as portas dos fundos ao parque e distribuiu diversas esculturas importantes em seus canteiros. Ao mesmo tempo a população começou a redescobrir o espaço, repleto de peças históricas, como o ponto do bonde, a casa de chá, o coreto, e o casarão da administração, construído em 1901”. Fernando Aquino, o historiador que – segundo reportagem – havia

Nascida nas imediações de onde, no passado, morava a aristocracia, instalada nos bairros da Luz e dos Campos Elíseos, a chamada 'Cracolândia' parece ter ganhado, no imaginário da cidade, através da mídia, o *status* de 'nação independente': segundo consta, desde a década de 1990, pessoas consumiam *crack* pelas calçadas ao mesmo tempo em que hotéis se prestavam a 'escritórios clandestinos' para os mais diversos tipos de 'delinquência' – do tráfico de drogas e da exploração da prostituição até o contrabando destinado aos camelôs. Apenas a partir do início de 2005, quando o secretário das Subprefeituras Andrea Matarazzo, na época, subprefeito da Sé, segundo divulgado, "iniciou os primeiros mapeamentos da região que ganhara o apelido de 'cracolândia'", a Subprefeitura entendeu ser urgente uma 'ação ostensiva' de recuperação da área. Dessa forma, "foram concebidas as operações de força-tarefa, onde se reúne o maior número de pessoas de diferentes órgãos do poder público, atuando em diversas frentes de maneira concentrada para combater as irregularidades e coibir o crime"¹⁵⁶, talvez pela necessidade de se eliminar aspectos negativos do centro, ao mesmo tempo em que era necessário justificar a criação de novas e mais atraentes imagens através da degradação cada vez maior daquela já existente.

Em relação às intervenções do Pólo Luz-Santa Ifigênia, Andrea Matarazzo considera esta a ação mais importante em relação ao Centro. O projeto, segundo ele, "permitirá que toda a vitalidade econômica do Bom Retiro se irradie para outros lugares e também venha para a

assumido a administração do local em 2000, teria começado a se reunir com as associações e instituições da região ou que atuam no parque [comerciantes, comunidade coreana, pastoral] para a montagem de oficinas profissionalizantes [confeção de tecidos, *patchwork* etc] para as prostitutas e mendigos: "Temos de fazer alguma coisa, e sem esperar só ações do governo. Achar que o parque se tornará elitizado e que tudo isso desaparecerá depois desse processo é muito desumano", conclui. Em 1/12/2002, um artigo de Gilberto Dimenstein fala de uma "terceira fundação de São Paulo", que estaria tendo início com os planos de 'revitalização' do centro. A respeito da área da Luz, o artigo afirma que "se forma, na região, o mais imponente cinturão cultural do país - com salas de exposições, bibliotecas, cinemas, museus, teatros e salas de concerto - a partir da recuperação de prédios degradados". Repartições públicas, dispersas, assim como as universidades, estariam sendo estimuladas a se instalar no centro pelos governos estadual e municipal. Refletindo bem a postura de uma parcela da sociedade civil, Dimenstein afirma, nessa época, que "a melhoria também é estimulada porque a cidade nunca teve tanto poder: além de abrigar Fernando Henrique Cardoso, que, aliás, terá seu escritório no centro, concentra os núcleos decisórios do PT, do PSDB e do PMDB. É onde mora o grupo de empresários, intelectuais e sindicalistas com mais influência sobre a futura cúpula do poder federal. Podemos dizer, sem nenhuma arrogância, que São Paulo, síntese da diversidade brasileira, é a segunda capital da República. Revigorar o centro é mais do que uma simples inovação urbana. Cria-se, nesse movimento, um modelo. A operação foi tramada por empresários e executivos. Uma prova do refinamento da articulação comunitária é o fato de banqueiros e bancários [ou seja, a CUT] se terem unido num projeto para cuidar dos meninos de rua que perambulam pela região. Colheram-se propostas com os melhores urbanistas de várias partes do mundo". In: **São Paulo vai ser refundada**. Disponível via WWW na URL <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u63879.shtml>. 01/12/2002. Em 2005 começa-se a divulgar as ações de desapropriação de imóveis na Cracolândia.

¹⁵⁶ **O futuro da Luz já começou**. Disponível via WWW na URL <http://www.centrosp.prefeitura.sp.gov.br/sis/lenoticia>, em Notícias do site. 28/10/2007.

região central da cidade. Os bairros do Bom Retiro e Santa Ifigênia, que estão de certa forma ilhados, separados pela antiga Cracolândia, voltarão a se integrar. O projeto está andando bem: fizemos a lei de incentivo fiscal e já estamos melhorando a infra-estrutura. A região também foi declarada de utilidade pública e este ano deverá ser desapropriada para efeito de reurbanização, o que deverá atrair não só moradores, mas também empresas ligadas à tecnologia de informação, cultura, educação, que serão as atividades incentivadas.”

O problema do tráfico e consumo de drogas na região é visto como “o grande flagelo da região central” e as câmeras que, segundo Matarazzo, foram colocadas, servirão para diminuir este problema. A busca pelo uso plural pode ser verificada no discurso do sub - prefeito da Sé, para quem “antes de tudo é preciso atrair atividade econômica, pessoas que consomem mais ou menos, mas que precisam trabalhar nas empresas que vêm para cá. Assim como em toda a cidade, é preciso ter essa **diversidade** – a região central não é para ser só para ricos ou só para pobres, a diversidade é o que caracteriza o lugar....”. Segundo esse pensamento, “a Nova Luz precisará oferecer áreas livres; por isso é fundamental dar início ao processo de desapropriação. Hoje é impossível comprar um terreno ali, pelo próprio modelo fundiário existente na região. São terrenos muito pequenos, com problema de documentação, escritura. A primeira fase foi tirar o crime organizado de lá, melhorar a infra-estrutura, melhorar a limpeza pública, a iluminação, o que precisa continuar sendo feita. Em paralelo, fizemos o projeto de lei que cria o incentivo fiscal para aquela região, e o certificado de investimento que acaba fazendo com que os impostos municipais sejam praticamente zero naquela região. Agora nós estamos fazendo todo o levantamento, terreno por terreno, situação por situação, dos imóveis para montar o decreto de desapropriação das áreas naquela região; é um trabalho que requer tempo”¹⁵⁷.

¹⁵⁷ **O Centro em pauta**, entrevista com o subprefeito da Sé e secretário municipal de Serviços, Andrea Matarazzo. Realizada por Lizandra Magon de Almeida e publicada na revista URBS, da Associação Viva o Centro.

Figura 10. Perímetro de incentivo fiscal [entre as avenidas Rio Branco, Duque de Caxias, Mauá, Cásper Líbero, Praça Alfredo Issa e Avenida Ipiranga] e de utilidade pública [compreendido pelas Ruas Mauá, dos Andradas, dos Timbiras, parte da Praça Alfredo Iça e Avenida Cásper Líbero] do Projeto Nova Luz, definidos em 2005. fonte: http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/projetos/novaluz_area.php

EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS – PARCERIA COM O BID

“Localizadas e corrigidas as principais ilegalidades da área, a Prefeitura iniciou a elaboração de projetos agressivos de incentivos fiscais, para atrair empresas e pessoas ao bairro, fazendo da região um pólo de serviços, educação, comunicação e tecnologia”¹⁵⁸. Assim, dessa área selecionada, 269 mil metros quadrados [correspondentes a vinte e três quadras entre as Avenidas Rio Branco, Duque de Caxias, Mauá, Cásper Líbero, Praça Alfredo Issa e Avenida Ipiranga] seriam destinados a uma área de **incentivos fiscais**¹⁵⁹ para a instalação de empresas que se mostrassem interessadas na região.

¹⁵⁸ Disponível via www na URL <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/subprefeituras/2007/10/0024>. Capturado em 05/10/2007.

¹⁵⁹ A Lei de Incentivos Fiscais foi enviada em 16 de setembro de 2005 à Câmara pelo então prefeito José Serra [PSDB] e, segundo divulgado, estimula a instalação de empresas de tecnologia e outros serviços através da isenção de impostos. A Lei foi aprovada em 30 de novembro de 2005 e regulamentada em 14 de fevereiro de 2006. Segundo consta, a idéia dos incentivos fiscais para requalificar a Cracolândia é anterior à eleição de Serra: inicialmente restritos a 12 quadras da região, foram ampliados para 23 quadras por Kassab, em 2007. Disponível via WWW na URL http://www.centrosp.prefeitura.sp.gov.br/projetos/novaluz_area.php. Em 2007, desta vez no cargo de governador do Estado de SP, José Serra assinou um decreto transformando créditos de até 2,3 milhões de reais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias [ICMS] em moeda para financiar projetos de reforma e restauro em áreas urbanas ‘degradadas’. As empresas interessadas poderão, através desta, usar os créditos apenas em imóveis em regiões que sejam objeto de programa municipal de

Além do incentivo fiscal, 105 mil metros quadrados [correspondentes a onze quadras ou 750 imóveis compreendidos pelas Ruas Mauá, dos Andradas, dos Timbiras, parte da Praça Alfredo Iça e Avenida Cásper Líbero] conformariam o Perímetro de Utilidade Pública [declarado em setembro de 2005], no qual todos os imóveis da área foram medidos e avaliados para desapropriação [as primeiras áreas desapropriadas estão destinadas a abrigar as novas sedes da Subprefeitura da Sé, do Prodam e a base da Guarda Civil Metropolitana, com recursos do empréstimo do BID]¹⁶⁰.

Tal esforço é justificado a partir da caracterização da área, já ressaltada em outros estudos e propostas, como sendo “o maior pólo cultural e de lazer da América Latina, com a Sala São Paulo, Pinacoteca do Estado, Estação Júlio Prestes, Parque da Luz, Museu da Língua Portuguesa, Museu de Arte Sacra etc, e localizada entre duas regiões com perfil comercial consolidado, a Santa Ifigênia e o Bom Retiro”. Contudo, segundo o mesmo sítio, “a Luz era uma mancha negra que irradiava degradação no entorno, onde poucos tinham esperança de um dia encontrar um bairro agradável”¹⁶¹, idéia que empenha-se em divulgar para justificar as ações que vêm sendo empreendidas talvez com o intuito de que São Paulo volte a ter uma ‘boa’ imagem [geralmente relacionada à área central das cidades], possivelmente mais adequada aos padrões das ‘cidades globais’, as quais, segundo Saskia Sassen, têm um lado econômico e um político: “no primeiro, têm todos os recursos e

‘revitalização’: duas cidades do Estado têm, segundo reportagem, iniciativas do gênero: “São Paulo, com o Projeto Nova Luz [antiga cracolândia], e Santos, com a zona portuária”. Segundo Serra, o Programa de Incentivo à Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas [Pro-Urbe] “certamente permitirá acelerar programas de revitalização de áreas como a Nova Luz”. Criando um ‘mercado secundário’ para urbanismo, o decreto “permite que uma construtora, por exemplo, compre restituição do ICMS devida pelo Estado a uma exportadora de óleo de soja. Quando for adquirir cimento para erguer prédios numa área degradada, a empreiteira oferece os créditos como moeda para abater o preço da transação. O fabricante de cimento, por sua vez, usaria o crédito para pagar menos imposto”. Para programas de recuperação urbanística, a condição é que este projeto já esteja inserido em programas municipais que prevejam outras isenções de impostos. **Serra libera uso de crédito do ICMS para recuperação de áreas urbanas.** Caderno Metrópole, O Estado de S. Paulo, 15/09/2007.

¹⁶⁰ As ações da Prefeitura na área, comandadas pela Subprefeitura da Sé, começaram em março de 2005, com o início das fiscalizações sistemáticas, que provocaram o lacramento de hotéis, bares, ‘empresas’ de ferro-velho e depósitos clandestinos. Paralelamente, iniciou-se também um ‘trabalho social’ junto àquela comunidade, em especial às crianças, que culminou com atendimento, in loco - ambulância, médicos e assistentes sociais - e encaminhamento, por meio de uma parceria com o Hospital das Clínicas, para tratamento psiquiátrico para mais de 300 drogados e suas famílias. Disponível via WWW na URL http://www.centrosp.prefeitura.sp.gov.br/projetos/ novaluz _ area .php

¹⁶¹ Disponível via [www: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/subprefeituras/2007/10/0024](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/subprefeituras/2007/10/0024). Capturado em 05/10/2007.

arcabouço regulatório para lidar com operações globais de mercados e empresas. Do lado político, está a competição pelo espaço urbano”¹⁶².

Para melhorar essa imagem ‘degradante’ da Luz [assume-se esta condição para toda a área da Luz, e não apenas para a ‘verdadeira’ cracolândia], então, aumentou-se o policiamento na região e foram realizados serviços básicos de “zeladoria” [segundo o sítio, recapeamento de todas as ruas do entorno, melhora da iluminação, instalação de câmeras de segurança, reforma de guias e sarjetas, aumento no efetivo de limpeza, entre outros]. A já citada intervenção, denominada Operação Limpa [2005]¹⁶³, aí empreendida, foi caracterizada como uma prática ‘higienista’ – não só pelo nome – por vários órgãos, moradores e instituições atuantes na área, sendo alvo de vários protestos e debates públicos; hoje a mesma prática persiste, mas com o nome de Operação Nova Luz.

Assim, com a delimitação física já anunciada anteriormente, para viabilizar o projeto Nova Luz foram aprovadas legislações específicas: a lei de regulamentação, estabelecendo incentivos fiscais para a instalação de empresas na região, e o decreto, declarando de utilidade pública algumas áreas passíveis de desapropriação; estas levantadas pela Subprefeitura da Sé. Em dezembro de 2005, foi publicada a **Lei 14.096** [vide anexo 2], garantindo às empresas interessadas em se mudar para a área um desconto de 50% no Imposto Predial e Territorial Urbano [IPTU] e abatimento no Imposto Sobre Serviços [ISS], que cai para 2% para quem se instalar na região. Estas também podem, através deste, conseguir até 80% do valor do

¹⁶² A socióloga diz que, quando criou o modelo, em 1980, seu ponto de partida “foram redes de filiais de empresas, as bolsas, rotas comerciais e cadeias de *commodities*. O grande acréscimo desde então foi o aspecto político. Em cidades como São Paulo, ele pode tomar formas violentas. Em outras, é uma violência mais organizada, como em Xangai, onde o governo removeu milhões de pessoas do centro”. Sassen define essas cidades como “a plataforma de operação de empresas transnacionais, o ponto de encontro do conhecimento e dos talentos que fazem a ponte entre atores globais e especificidades nacionais”. Segundo ela, esse *status* [do *know how*] garante crescimento, ao mesmo tempo em que cria uma casta de muito ricos capaz de dominar o espaço urbano”. Trecho de entrevista da autora do livro **Cidade Global** [1991] para o Caderno Mega Cidades, do Estado de São Paulo. Disponível via WWW na URL http://www.estadao.com.br/megacidades/entrevista_saskia.shtm. 03/08/2008.

¹⁶³ Como já colocado, as ações da Prefeitura na área, comandadas pela Subprefeitura da Sé, começaram em março de 2005, com o início das fiscalizações sistemáticas que provocaram o lacramento de hotéis, bares, “empresas” de ferro-velho e depósitos clandestinos. Tais operações, sustentadas pelo discurso de “recuperação social e do perfil urbano”, contam com a participação de órgãos públicos municipais e estaduais, estes baseados no objetivo de recuperação do comércio e das atividades de lazer e de cultura ali instaladas, além do declarado intuito de trazer empresas e universidades. Paralelamente, iniciou-se também um trabalho social junto àquela comunidade, em especial às crianças, que culmina agora com atendimento, *in loco* - ambulância, médicos e assistentes sociais - e encaminhamento, por meio de uma parceria com o Hospital das Clínicas, para tratamento psiquiátrico para mais de 300 drogados e suas famílias. In: CARVALHO, J. Nahas. **A Área da Luz em São Paulo: Reabilitação de edifícios históricos versus Recuperação urbana**. Trabalho do Programa Integrado de Iniciação Científica [PIC] da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP. 2005.

investimento no imóvel em incentivos fiscais, que serão convertidos em um Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento [CID]. Segundo a Lei, o documento [CID] poderá ser utilizado para obtenção de descontos no IPTU, no ISS - além dos descontos garantidos - e para a compra de bilhete único para os funcionários¹⁶⁴, visto que, segundo a então coordenadora do Projeto, a arquiteta Rovená, da EMURB, as empresas “foco” da Lei de Incentivo são aquelas que atraem o maior número possível de trabalhadores [como os *call centers*, por exemplo] para a área, o que garantiria um fluxo mais intenso de pessoas por mais horas durante o dia, devido aos vários turnos de trabalho que este tipo de empresa oferece.

Apresentando um discurso em sintonia com os aspectos [relativos à questão das cidades globais e Planejamento Estratégico] já discutidos, e colocando a cultura como eixo ou ‘carro chefe’ do discurso que envolve as intervenções urbanas propostas, segundo publicação da Viva o Centro, as duas ‘Intervenções Urbanas Estruturais’, na Quadra 27 [Praça das Artes] e no Pólo Luz-Santa Ifigênia

[...] reafirmam o interesse do Poder Público Municipal na requalificação do Centro e configuram exemplos de investimentos públicos no contexto do empréstimo do BID. Todavia, um segundo olhar, mais atento ao processo de requalificação do Centro da cidade observará a relevância dessas intervenções e seus pontos de congruência. Em primeiro lugar, essas intervenções, de forma geral, representam iniciativas que reforçam a diversidade funcional na região, elemento fundamental à valorização dos Centros que morrem com a especificidade funcional e ganham vigor com a diversificação de suas atividades. Compreendem, também, a cultura como eixo central de requalificação urbana. Em segundo lugar, podemos constatar que ambas as propostas se baseiam em decretos que declaram de Utilidade Pública grandes áreas do Centro, com a possibilidade de se utilizar um novo instrumento do Plano Diretor Estratégico, a Concessão Urbanística, capaz de catalisar transformações urbanas por meio de Parcerias Público-Privadas [PPPs]. No caso do Centro, a utilização desse instrumento é altamente estratégica, pois a situação jurídica de muitos imóveis e a pulverização da propriedade podem dificultar, ou até inviabilizar, empreendimentos de grande porte. [...] Organizar a cidade espacialmente e criar planos globais [master plans] para o Centro foram

¹⁶⁴ “A percentagem de incentivos está sendo definida de acordo com o valor e o tipo de investimento pretendido por cada empresa, sendo considerados como fatores relevantes a reforma e construção de imóveis, tipo de estabelecimento, entre outros critérios para a obtenção de maior índice de descontos. Todas as empresas atenderam ao edital de detalhamento de projetos e os apresentaram até o dia 15 de outubro de 2007 à Prefeitura. O levantamento da quantidade de abatimento de cada interessado é realizado pela equipe técnica do Conselho do Programa de Incentivos Seletivos da Região Adjacente à Estação da Luz [Coluz]. Para receber o certificado, a empresa precisará comprovar os gastos com apresentação das notas fiscais. O documento poderá ser usado para a redução dos impostos não apenas do imóvel instalado na Nova Luz, mas, em alguns casos, em qualquer área da cidade, podendo, inclusive, ser negociado no mercado.” Disponível no URL <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/subprefeituras/2007/10/0024>. Capturado em 05/10/2007.

os principais tópicos que ditaram a tônica do debate. Somam-se a esses pontos, a relevância da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico que, no debate, ganhou uma nova roupagem: a criação de projetos e planos que dêem sentido de preservação para o futuro e que, cada vez mais, contribuam para a criação de uma identidade paulistana ¹⁶⁵.

Figura 11. Mapa da área de incentivo fiscal e de decreto de utilidade pública. Fonte: Publicação da Mesa Redonda sobre Intervenções Urbanas Estruturais na Quadra 27 [Praça das Artes] e no Pólo Luz-Santa Ifigênia.

Descritivamente, o projeto em execução a partir de 2005, segundo o sítio da prefeitura, pretende resultar em uma região “exemplar, nova e arrojada, que, enquanto cria novas opções de moradia e novos equipamentos públicos, preserva o patrimônio arquitetônico existente, respeita e estimula a vocação econômica da região, a exemplo da Rua Santa Efigênia, e abre

¹⁶⁵ Segundo a publicação, referente a uma ‘mesa redonda’ realizada em 10 de maio de 2006, organizada pela Associação Viva o Centro, reunindo autoridades do Poder Público e representantes da iniciativa privada e da sociedade civil, “à primeira vista, não haveria razões para que a Viva o Centro tratasse ambos os temas de forma conjunta, dada a constatação de que essas iniciativas estão sendo desenvolvidas separadamente, cada qual com seu respectivo quadro legal. A Lei 14.096/05 representa um conjunto de incentivos fiscais para atrair empreendimentos à Luz e o Decreto 46.938 é um esforço para viabilizar o projeto denominado Praça das Artes, da Secretaria Municipal da Cultura, na Quadra 27”. Disponível via WWW no URL http://www.vivaocentro.org.br/download/avc/mesa_luzq27.pdf

horizontes para novos segmentos”¹⁶⁶. Tais intervenções na chamada Nova Luz [nome escolhido para substituir a denominação ‘Cracolândia’] são consideradas pela Prefeitura como **‘alavancas de requalificação’** para a região. Segundo este plano, a Nova Luz deveria envolver ainda, em longo prazo, a área entre a Avenida do Estado, onde hoje está instalada a sede da Subprefeitura da Sé, a Secretaria Municipal de Serviços e o Bom Retiro.

Segundo a Prefeitura, as desapropriações se restringiriam a imóveis irrecuperáveis e áreas destinadas à instalação de equipamentos públicos e, do ponto de vista do investimento, as primeiras iniciativas propostas caberiam ao Poder Público, através do empréstimo do BID para intervenções em áreas centrais: nas já citadas quadras selecionadas como piloto para o projeto foram definidas desapropriações e demolições que dariam lugar à nova sede da Subprefeitura da Sé e da Secretaria de Serviços, base da Guarda Civil Metropolitana [GCM] e Empresa de Tecnologia e Comunicação do Município [PRODAM],¹⁶⁷ além de uma escola municipal que, segundo anunciado, também atenderia à demanda de lazer dos moradores da área. O projeto da Nova Luz prevê, ainda com recursos do BID, a recuperação das ruas da região para facilitar a circulação de pedestres. A proposta é que as Avenidas Duque da Caxias e Cásper Líbero, as Ruas Mauá, Santa Ifigênia, dos Protestantes e General Couto de Magalhães, o Largo do Osório e a Praça Alfredo Issa recebam novo pavimento e nova iluminação, além de lixeiras e bancos.

Como visto anteriormente, desde a década de 1970, nenhum dos diversos planos urbanísticos propostos para a área foi implementado, colocando em dúvida, para a então coordenadora do Projeto Nova Luz na EMURB, a arquiteta Rovená, a real capacidade de indução de mudança das intervenções apenas circunscritas aos edifícios e introdução de usos culturais. Segundo ela, os investimentos colocados na recuperação dos edifícios históricos do local, transformando-os em equipamentos culturais [Pinacoteca no Jardim da Luz, Sala São

¹⁶⁶ Disponível via WWW no URL <http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/projetos/novaluz.php>. Internet, capturado em 14/10/2007.

¹⁶⁷ Segundo informações contidas no sítio da prefeitura, o prédio destinado a abrigar a sede da Guarda Civil Metropolitana, localizado no número 444, da Rua General Couto de Magalhães, estaria em posse da Prefeitura desde julho de 2007: o edifício de seis pavimentos seria reformado para abrigar, em um dos andares, a central de monitoramento da GCM, que seria ampliada, e em outro, a central de rádio. Como os dois andares seriam abertos à visitação, as duas centrais estariam delimitadas por paredes de vidro, liberando a vista para a observação do trabalho no interior do edifício. Segundo reportagem, os dois prédios públicos [Subprefeitura da Sé e Produm] serviriam de “marco arquitetônico”. **Kassab admite demoras nas desapropriações da Cracolândia**. *Metrópole*, O Estado de S. Paulo, 15/09/2007.

Paulo na Estação Júlio Prestes e Museu da Língua Portuguesa na Estação da Luz] não beneficiaram a área como era esperado.

PARCERIA COM CONSTRUTORAS – CRACOLÂNDIA QUASE LEILOADA

Tendo em vista a demora com que estavam ocorrendo as desapropriações na região, em maio de 2007 surgem notícias de que, logo após estas acontecerem, a Prefeitura pretendia dividir a região em lotes e leiloá-la. Segundo reportagem, dois grupos empresariais “disputavam o direito de transformar a Cracolândia em um novo bairro:” a construtora Odebrecht e um pool de investidores capitaneados pela Company S.A., uma das maiores incorporadoras imobiliárias do país. Tal possibilidade parece ter estimulado a busca desenfreada [caracterizada pela objetividade e clareza com que as reais intenções dessas ações foram divulgadas pela mídia] por instrumentos legais que garantissem o alcance da melhor capacidade atrativa da área, com o objetivo de que um dos dois grupos empresariais não poupasse recursos ao investir, de uma só vez, na Nova Luz.

Nessa época estava em disputa uma área de 103 mil metros quadrados que seria desapropriada pela prefeitura e leiloada, em um único lote, para que a empresa vencedora “transformasse a região degradada em um local atrativo” para, declaradamente, “empresas da área de tecnologia e moradores de classe média”. Assim, incluindo áreas que não seriam desapropriadas – ruas, praças, prédios públicos, como o Poupatempo e o Corpo de Bombeiros, e “a tradicional Santa Ifigênia, conhecida pelo comércio de produtos eletrônicos – a cracolândia, ou Nova Luz, como prefere a prefeitura”, teria 269 mil metros quadrados. O incentivo fiscal para que empresas do setor de informática e tecnologia se instalassem na região teria sido concedido, segundo a reportagem, “para aproveitar a vocação da Santa Ifigênia”¹⁶⁸.

Segundo a mesma notícia, naquela semana um novo decreto teria “igualado as áreas de benefícios fiscais e desapropriação com o objetivo de facilitar a ‘entrega’ da área para um único grupo construir o novo bairro” já que, segundo Andrea Matarazzo, a decisão de fazer um único leilão de todo o lote havia sido tomada porque os grupos que teriam procurado o governo tinham interesse em toda a área, “para fazer um único empreendimento completamente

¹⁶⁸ *Cracolândia vai a leilão para virar bairro. O Estado de S. Paulo*, 19/05/2007.

integrado”¹⁶⁹. Assim sendo, a ampliação da área de incentivos fiscais da ‘cracolândia’ já estava sendo discutida e proposta devido ao fato de a prefeitura considerar que “a venda da área atual para um dos grupos interessados permitirá o início da revitalização de uma região vizinha”, denotando a crença no poder indutor ou de ‘alavanca’ previsto para tal iniciativa.

Uma proposta de revisão do Plano Diretor regional apresentava, como afirma a reportagem, outra mudança importante para a viabilização do projeto, visto que uma área reservada no próprio Plano Diretor para a construção de moradia para famílias de classe média e baixa seria transferida para outro local: “se essa transferência não for aprovada, praticamente metade da área da crackolândia não poderá ser usada para imóveis comerciais. E isso não interessa aos grupos que disputam a área”¹⁷⁰, afirma a notícia sobre o projeto de ampliação da Nova Luz.

Em setembro de 2007, foi noticiado que o grupo de construtoras representado pelo Sindicato da Habitação [Secovi] e pela construtora Odebrecht já tinham, inclusive, desenvolvido projetos de lançamentos imobiliários nas quadras que seriam oferecidas pelo município. Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba teria sido, inclusive, contatado pelo então prefeito José Serra e, posteriormente pelo grupo liderado pela Company S.A., para “pensar numa solução para a mesma região”. Após não concretizadas as suas idéias [por problemas, segundo Lerner, burocráticos, visto que a prefeitura teria analisado a proposta por um ano], ele criticou: “a região da Luz exige uma ação simultânea. Se tentarem fazer um pedaço vai inviabilizar o restante, porque elevará o custo da terra”. ¹⁷¹ Tal opinião é compartilhada pelo então diretor de incorporações da Odebrecht, Paulo Melo, que afirma que um investimento só seria rentável caso fosse realizado de uma só vez, “para dar garantias de que haja uma sincronia entre a construção de residências e prédios comerciais” ¹⁷².

¹⁶⁹ Os dois grupos interessados pretendiam, segundo reportagem, implantar empreendimentos que combinassem áreas residenciais de comércio e de serviços. Para Celso Sampaio, consultor da Amaral D’Avila Engenharia de Avaliações, somente com comércio e serviços a área continuará a ser ocupada por marginais à noite. Segundo ele: “do jeito que está aquela região, compensa derrubar tudo e construir de novo. Mas não pode ser só área comercial, porque, se as ruas ficam vazias à noite, o problema vai recomeçar. É preciso que haja conjuntos habitacionais”. **Projetos no local prevêm conciliar comércio e casas**. O Estado de S. Paulo, 19/05/2007.

¹⁷⁰ *Cracolândia vai a leilão para virar bairro*. O Estado de S. Paulo, 19/05/2007.

¹⁷¹ **Kassab admite demoras nas desapropriações da Cracolândia e Estão jogando uma oportunidade fora**, entrevista com Jaime Lerner. Caderno Metrópole, O Estado de S. Paulo, 15/09/2007. Segundo a reportagem, no projeto apresentado por Lerner seria mantida parte dos prédios e construídos novos, para todas as classes sociais, além de supermercado, restaurante, cinemas, lojas.

¹⁷² *Projetos no local prevêm conciliar comércio e casas*. O Estado de S. Paulo, 19/05/2007. Na mesma folha da reportagem há uma outra afirmando que a Subprefeitura da Mooca quer criar no Brás um projeto de

Desta forma, a ação da prefeitura [desapropriação] estaria encontrando obstáculos devido às dificuldades existentes ao tentar realizá-la em uma área onde boa parte dos imóveis parece encontrar-se em disputa judicial. As construtoras interessadas no 'leilão', por sua vez, estariam, naquele momento, aguardando que o governo concluísse a sua parte com as desapropriações, e já estariam fazendo projetos para o futuro, como no caso da Odebrecht, que teria contratado o arquiteto Márcio Lupion para idealizar um empreendimento que compreenderia o restauro de um prédio histórico, a reforma de um edifício velho e a construção de outro, nos padrões da proposta urbanística sugerida pela EMURB.

PLANO URBANÍSTICO – EMURB

Segundo Anna Barros, arquiteta e urbanista da Emurb, a empresa foi encarregada de realizar o Plano Urbanístico para a área do Projeto Nova Luz quando o perímetro da Lei de Incentivos já estava definido.

Sendo assim, o Plano fixa parâmetros de volumetria e implantação nos lotes para as novas edificações a serem construídas, referenciados na valorização dos bens tombados que pontuam a área e nos espaços construídos consolidados. Destaca os imóveis de interesse histórico que devem ser objeto de restauração e propõe diretrizes de vizinhança a serem obedecidas por edificações confrontantes futuras. De maneira análoga, indica condomínios a requalificar, que poderão contar com subsídio da Municipalidade sempre que tiverem uso predominantemente residencial e abrigarem predominantemente famílias com renda compatível com os programas públicos de provisão de moradias. Indica áreas de renovação compulsória, compostas por imóveis cuja utilização pode ser intensificada e que, pela possibilidade de 'remembramento' de lotes, admitem o uso misto na edificação e propiciam a reserva de áreas de fruição, em compensação à exigüidade de espaços públicos no perímetro de intervenção. Estabelece áreas com servidão de passagem, para encurtar percursos e facilitar o acesso às estações da CPTM e do metrô que atendem a região da Luz. Recupera para uso público a área que até meados do século passado configurava o Largo da Igreja dos

atração de investimentos semelhante ao da 'cracolândia'. Para isso, segundo a mesma, o primeiro passo seria "mudar o zoneamento da região, que reserva praticamente toda a zona cerealista para construção de moradias para famílias de renda de até seis salários mínimos". Assim, para atender interesses do mercado, os estudos realizados para a elaboração de um instrumento complexo como o Plano Diretor da cidade de São Paulo seriam descartados.

Protestantes, no início dessa rua. Assinala os ‘caminhos verdes’, a serem implantados na Rua General Osório e na Rua Vitória, ligando a Nova Luz ao Largo do Arouche, um dos pontos de excelência urbanística da área central de São Paulo.

O planejamento urbano, segundo Anna Barros, é importante “para mostrar que o Estado, o Município vai atuar ali, que ‘ele’ acredita no plano, então a primeira coisa que estamos fazendo é a recuperação de espaços públicos”¹⁷³. Nesse perímetro, segundo Anna, as calçadas serão alargadas, a travessia vai ser melhorada, haverá um projeto de renovação do sistema de iluminação pública, projeto de paisagismo, iluminação de calçadas, implantação de mobiliário urbano, além da implantação de uma vala técnica, tendo em vista a vinda das empresas de informática e de tecnologia, que exigiriam esta infra-estrutura com fibra óptica para poderem se instalar. Em relação à aquisição dos terrenos que a Prefeitura estaria desapropriando, Anna Barros conta que, como o governo deve investir antes para que, então, as empresas sejam atraídas, acaba acontecendo a especulação imobiliária, dificultando a aquisição de terrenos por parte das empresas, que teriam que negociar essa compra diretamente com os proprietários.

A arquiteta coloca que o plano urbanístico trabalha tendo como base a Legislação em vigor: Plano Diretor, Estatuto da Cidade, Constituição Federal, Plano da Subprefeitura – que estabelece para a área uma AIU [Área de Intervenção Urbana] – e as ZEIS [Zonas Especiais de Interesse Social]. A manutenção das ZEIS na área teria sido, porém, motivo de discussão entre a equipe, mas, segundo ela, chegou-se à conclusão de que seria possível, mesmo com a sua implantação, “uma extensão do padrão residencial do Arouche, que é consagrado dentro da cidade, para dentro da área nova Luz, atingindo a área das ZEIS”.

A idéia de que estaria sendo desenvolvida uma ‘Lei de Concessão Urbanística’ para toda a região da Nova Luz parte, segundo depoimento de Anna Barros, do fato de que, como o governo deve investir antes para que as empresas sejam atraídas, acaba acontecendo a especulação imobiliária que dificulta a aquisição de terrenos por parte dessas empresas, que teriam que negociar essa compra diretamente com os proprietários. A prefeitura passaria, então, segundo ela, “a um terceiro privado, escolhido através de uma concorrência pública, a possibilidade dele desapropriar em nome da prefeitura. Só que ele é obrigado a implantar o programa preestabelecido na concorrência, que são as unidades habitacionais, recuperação

¹⁷³ Para a entrevista integral cedida à pesquisadora pela arquiteta, ver Apêndice 1.

de espaços públicos, uma série de exigências como a implantação de áreas verdes, implantação de área de fruição pública...” Para a arquiteta, a lei de incentivos é importante porque, sem ela, as empresas não viriam para o centro, iriam preferir outras localidades onde o terreno é mais barato e o espaço público melhor cuidado, além do ‘status’ de outras regiões, bem mais favoráveis à imagem dessas empresas.

A partir do Zoneamento Básico e do Levantamento do Uso do Solo a equipe da Emurb teria pensado e elaborado o Mapa de áreas passíveis de “transformação imediata”, que seriam, segundo a arquiteta “os lotes que poderiam ser facilmente transformáveis seja pelo poder público, seja pela iniciativa privada”... “tinha muita área de estacionamento, muitos ‘hoteizinhos’ que já tinham sido fechados pela prefeitura por serem locais de venda de drogas... então, agente começou a identificar o que é passível de transformação.” Tais áreas “representavam, naquela época, 40% da área, o que é bastante porque se trata de uma área com muitos imóveis tombados.”

Anna Barros explica que “edificação até quatro pavimentos agente sabe que é fácil demolir... levantamos também os cortiços que serão atendidos pelo programa do CDHU”. As edificações mal conservadas ou não acabadas seriam, para o plano urbanístico, segundo a arquiteta, “uma coisa que agente se preocupa. Ao longo do programa teremos que pensar em alguma linha financiamento [talvez como a já existente, do Monumenta], pois não adianta querermos trazer IBM, Microsoft, se o prédio do lado está ocupado por habitação precária. Tudo isso deve ser visto no plano de re-urbanização...”.

Para o plano urbanístico, então, teria sido feito um levantamento das alturas, dos gabaritos de todos os prédios que seriam referência para os novos empreendimentos. Estaria, segundo a arquiteta, em análise pelo CONDEPHAAT, pelo CONPRES P e pelo DPH um plano urbanístico pra definir os gabaritos de todas as quadras:

na ‘borda’ dos grandes eixos agente acha que pode verticalizar bem, no miolo agente viu que tem uma série de prédios de trinta, de trinta e cinco metros de altura, então agente acha que os residenciais terão essa faixa de altura. Então você tem a testada junto da Estação da Luz, que agente acha que tem que manter um gabarito de quinze metros para que nada impeça a visualização da Estação...assim seriam preservados tanto a Estação da Luz como a torre da Estação Júlio Prestes.

Em relação à Lei de Concessão Urbanística – que estaria sendo elaborada por um escritório de advocacia, não sendo ainda passível, portanto, de divulgação – e, ao mesmo tempo, aplicando a ‘lógica cultural’ na justificativa de aplicação dos instrumentos ‘facilitadores’ das intervenções urbanas, Anna Barros coloca que, a partir da Concessão, a Emurb “prevê que os novos empreendimentos possam assumir alguns tombados e integrá-los dentro de um projeto único. Seria muito interessante, vamos supor, se você compra os lotes ‘lindeiros’ ao lote em questão, mais o lote do imóvel tombado. No imóvel tombado, de repente, você faz um centro cultural, atendimento, um café, uma livraria, pra hora de lazer, pra hora de descanso das pessoas que estão trabalhando na torre”. Em relação aos imóveis tombados, a Emurb estaria aguardando uma ‘atualização’ destes pelo CONDEPHAAT para, então, poder definir melhor as diretrizes, além desses estudos realizados pela equipe sobre como adequar ou incorporar um imóvel tombado [que seria um motivo de impedimento na aquisição de lotes na região] aos novos projetos.

Outra idéia priorizada, segundo Anna Barros, é a idéia de fruição pública dos espaços: a partir dela, seriam mais bem pontuados, durante a escolha dos projetos que se instalariam na região, aqueles que permitissem tal fruição pública pelos espaços privados [como ocorre em muitas implantações de edifícios na Paulista e para a qual o famoso Conjunto Nacional - projeto de David Libeskind -, segundo a própria arquiteta, seria citado como exemplo].

Nessa fruição, os eixos viários que vêm do Arouche e chegam a Couto de Magalhães seriam priorizados porque, segundo ela, existe uma barreira, a ‘famosa’ quadra 19, uma quadra, segundo ela, ‘anti-urbana’ por possuir trezentos metros de extensão: “agente tem que lembrar que o metrô está fazendo um grande empreendimento na quadra, onde será uma grande interligação de vários tipos de transporte: vai ter o trem o metrô, mais as linhas de ônibus” ... “então isso é um ponto importante pois as empresas de *telemarketing*, por exemplo, querem ficar próximas do metrô por causa do ciclo delas, são três turnos de seis horas, são estudantes que utilizam muito metrô”.

Segundo Rovena, “é bem característico da área entrar em uma loja e sair do outro lado da rua, o que deveria ser mantido, assim, os projetos que tivessem o espaço privado com previsão de uso público seriam priorizados na escolha das construções que serão realizadas, que deveriam manter a circulação interna de uma área para outra”. Os grandes empreendimentos deveriam, ainda segundo Rovena, estar localizados nos eixos das grandes

Avenidas da área, definidas pelo projeto urbanístico da EMURB como áreas potencialmente transformáveis, ao contrário de outras, cujo potencial de transformação é muito baixo [áreas institucionais, áreas cujas edificações possuem mais de quatro pavimentos, áreas cujas edificações foram tombadas e áreas com uso comercial já consolidado, como é o caso da Rua Santa Ifigênia].

Esse mesmo item de pontuação, para Anna Barros, irá se repetir se a Lei de Concessão Urbanística for aprovada: “a partir do edital, essa área vai possivelmente ser dividida em lotes, vamos licitar por lotes e vamos falar: as áreas que permitirem fruição pública terão um ponto a mais na análise, dois pontos”. Ainda em relação à proposta de incentivo à fruição pública, “na EMURB agente tem uma idéia muito antiga que é a sistematização dos espaços públicos, área central que você possa andar por ela inteira com conforto, segurança, integrando espaços [...] Por exemplo, se você for da Vitória, no Largo do Arouche, sobe a Rego Freitas, vai dar na Consolação, Praça Roosevelt, que é objeto de requalificação, da EMURB mesmo”.

Apresentadas as diretrizes urbanísticas, a expectativa da Emurb é que seja publicada uma Resolução de Diretrizes para a Área da Nova Luz: os proponentes, ao desenvolverem seus projetos, atenderiam tais diretrizes. Assim, a EMURB, segundo Anna Barros:

acredita que a área mais densa seria nas ZEIS, pelo valor do terreno, pela HIS [habitação de interesse social] ser subsidiada, e é importante que a HIS permaneça na área central... Nessa área 'do entorno' seria um adensamento médio, com habitação HMP [habitação de mercado popular] e Santa Efigênia [que tem uso consolidado], e os grandes empreendimentos seriam no anel externo da Nova Luz porque teriam os usos de empresas, serviços; no eixo da Mauá vêm os usos culturais, onde então agente já tem o Instituto Moreira Salles que participou do edital do Coluz, e que vai fazer um centro cultural ...na Nova Luz queremos uma relação mais equilibrada, talvez 60% e 40% [entre comércio e residência]. Assim, o que se busca é uma relação equilibrada para o investidor, porque não adianta o poder público falar, se não mostra que é viável ele atuar aqui na região central. Agente tem que mostrar que a equação econômica é viável na área central. Agente acredita que possa vir uso misto, só que já muda a densidade...a Operação Urbana estimula, por exemplo, o remembramento de lotes, que hoje são pequenos, mas eu acredito que nessa área central haverá um adensamento maior. E aí tem as ZEIS, que serão adensadas e, nos limites, a HMP. Fizemos também alguns exercícios para mostrar como seria comprar um lote ao lado de um edifício tombado, se você andar pela Luz vai ver uma série de empenas, que estão ao lado de edifícios tombados, então existe um instrumento que se chama Concessão do Espaço Aéreo, do Plano Diretor, agente quer permitir a abertura da empena para requalificar esse espaço. Aí fizemos simulações imaginando que, como na Nova Luz, o alinhamento é uma coisa marcante, podemos trabalhar com o

embasamento alinhado e na mesma altura do imóvel tombado e a Torre subindo além desse embasamento.

Por fim, Anna Barros coloca que a importância de que todos os projetos fossem acordados com a sociedade e tivessem sua participação porque, “a partir do momento que a sociedade ‘combina’ e está a par daquilo, ela cobra, independente da gestão no poder. Eu acho que na Nova Luz estamos entrando nesse processo: a sociedade já está a par, por isso é importante a consulta pública, o comprometimento da sociedade. Tudo isso são acordos com a comunidade, eu acho difícil chegar a próxima gestão e colocar o Nova Luz na ‘gaveta’. Os próximos passos a serem seguidos já estão prontos, a Lei de Concessão Urbanística é complicada de ser aprovada, mas tudo pode acontecer. A população tem que cobrar, mesmo que essa aprovação só aconteça no fim da gestão”.

Figura 12. Mapa de articulação da área com o entorno, da EMURB.

4. LOCALIZAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS

HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E PARA MERCADO POPULAR

Figura 13. Mapa de localização de Novos Empreendimentos [HIS e HMP] da EMURB.

Assim, foi inserido junto às várias ações do Programa Ação Centro o Projeto de Intervenção Urbanística da Nova Luz que, segundo a EMURB seria estruturado em quatro eixos de atuação:

- O **primeiro eixo**, corresponderia à elaboração do Plano Urbanístico que irá nortear as intervenções urbanas, econômicas e sociais, seja pelo poder público, seja pelo setor privado, definindo diretrizes e um padrão de uso e ocupação do solo que leve à requalificação urbanística da área. Esse Plano Urbanístico será constituído não apenas um documento norteador, mas também de um aparato legal que dará suporte às transformações que se pretende empreender, incluindo eventualmente propostas de mudanças na lei de zoneamento.
- O **segundo eixo** se referiria a um conjunto de ações a serem implantadas junto ao setor público municipal para “empreender flexibilidade e agilidade” a todos os processos necessários à execução de empreendimentos na região que envolvam a Prefeitura do Município de São Paulo: englobaria desde a modificação de formas de trabalho dentro do poder municipal até a alteração de mecanismos legais.
- O **terceiro eixo** envolveria uma série de articulações a serem feitas junto ao setor privado e junto ao setor público não municipal para a viabilização do Projeto. Em relação ao setor privado, essas articulações incluiriam principalmente ações voltadas a atrair empreendimentos para a região e gestões no sentido de garantir sua viabilidade financeira. Já as ações junto ao setor público de outras esferas de governo incluiriam articulações com órgãos executivos para a realização de intervenções, como a CDHU, responsável pelo Programa de Intervenções em Cortiços, atuante na região, além de eventuais gestões junto a órgãos de fiscalização ou assemelhados, no sentido de facilitar e agilizar a execução do Projeto em suas distintas frentes. Além disso, também deverão ser identificadas fontes adicionais de recursos de origem pública e privada para projetos na região.
- O **quarto eixo** que compreenderia a realização de um conjunto de intervenções concretas, que se dividem em intervenções numa “região piloto”, localizada em um dos extremos da área total abrangida pelo projeto, e em uma série de projetos localizados em seu entorno. Este conjunto de intervenções deverá contar com a participação do setor público e de financiamento do Programa BID, mas será capitaneado fundamentalmente pelo setor público, na figura da Prefeitura de São Paulo, sendo que seria seu objetivo dar início de fato à transformação da região, proporcionando uma espécie de “efeito demonstração”, como chama a EMURB, que

“possa acenar ao setor privado com um horizonte diferenciado para a realização de investimentos”¹⁷⁴.

PARCERIA COM O ESTADO

Segundo o Projeto apresentado na gestão 2005-2008, o local receberia não apenas sedes de empresas privadas e de órgãos municipais, mas também duas unidades da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano [CDHU], fruto de uma parceria com o poder público estadual, para motivar a circulação de pessoas e a moradia no centro. Segundo Rovená, o Plano Urbanístico [desenvolvido pela EMURB] para a área incluiu as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, áreas às quais são destinados, através do Plano Diretor [2002], dois tipos de habitação: a Habitação de Mercado Popular ou HMP – referente à população com renda até dezesseis salários mínimos, e a Habitação de Interesse Social ou HIS – referente à população que recebe até seis salários mínimos. No caso da Nova Luz, são propostas 900 unidades de HIS [até 50 metros quadrados] e 600 unidades de HMP [até 70 metros quadrados], sendo que cada prédio destinado a HIS terá, de acordo com o projeto, 170 apartamentos de 50 metros quadrados.

Figura 14. Maquetes das propostas para as unidades da CDHU, destinadas à habitação de interesse social da área das ZEIS na Nova Luz.

Fonte: [http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/subprefeituras/271,3,Slide 3](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/subprefeituras/271,3,Slide%203).

¹⁷⁴ Diretrizes da EMURB, que conta com a área de intervenção já ampliada, com aproximadamente 362 mil metros quadrados de extensão, segundo sítio público. Como já dito, a EMURB coordena o Programa de Reabilitação da área central da cidade, o ProCentro, do qual o Projeto Nova Luz faz parte. Disponível via WWW na URL http://portal.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/emurb/nova_luz/0004

Segundo Rovená, já existiriam 900 unidades habitacionais na área, sendo que o projeto para a construção de 170 unidades encontrava-se em fase de projeto executivo, sendo realizado pela própria CDHU¹⁷⁵ e as unidades que iriam ser desapropriadas para a construção desses já o teriam sido pela Prefeitura, cuja única atribuição seria esta [visto que a compra dos lotes e a construção para os outros empreendimentos, que não CDHU, estaria a cargo das construtoras e empresas interessadas, que deveriam negociar diretamente com os proprietários]¹⁷⁶. Vale ressaltar que a arquiteta não soube explicitar qual o programa habitacional que sustentaria a aquisição das unidades de habitação social. Isto é importante, pois, como se sabe, o destino das unidades para o público alvo de HIS não é uma questão de fácil solução.

A Secretaria de Desenvolvimento do Estado também teria manifestado interesse na quadra delimitada pelas ruas Aurora, do Triunfo, Timbiras e dos Andradas, onde se propunha a instalação de uma nova Escola Técnica Estadual [ETEC], do Centro Paula Souza, para atender cerca de mil alunos: tal quadra teria, segundo Rovená, sido desapropriada pelo próprio Estado para a implantação do projeto e para que as obras fossem iniciadas. Além dessas ações visando à aceleração do programa de requalificação da Nova Luz, há também o já citado Programa de Incentivo à Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas [Pro-Urbe], criado em 2007 pelo então governador José Serra, e que criaria um 'mercado secundário' para urbanismo, onde determinada empresa, para construir em áreas urbanas degradadas, poderia 'trocar' créditos adquiridos através de compras de restituições de ICMS devidas ao Estado de outra empresa que, enfim, pagaria menos imposto.

¹⁷⁵ Segundo a arquiteta, cada apartamento terá área total de 50 metros quadrados, com sala, cozinha, área de serviços, dois quartos, um banheiro, sacada e uma vaga na garagem. Os prédios seriam construídos nas quadras 67 e 75, na Rua dos Gusmões. As desapropriações estariam sendo feitas pela Prefeitura, que doaria a área para o Estado, responsável pela construção. Cerca de R\$ 19, 2 milhões deveriam ser investidos nas unidades, recursos provenientes do Plano de Aceleração do Crescimento [PAC], do governo Federal. Paralelo às desapropriações já estaria sendo feito o projeto executivo para a realização das obras dos edifícios.

¹⁷⁶ Entrevista realizada no dia 22 de outubro de 2007, na EMURB. **Mimeo.**

Figura 15. Mapa das intervenções propostas para a Nova Luz. Fonte: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/subprefeituras/271,3>, Slide 3.

AUSÊNCIA DE PARCERIAS

Para Rovená, “o problema dos moradores de rua é um fenômeno inerente a qualquer grande cidade do mundo [lembrando os *homeless*, de Nova Iorque] e não seria diferente em uma cidade desigual como São Paulo”. Assim, para ela, “a prefeitura pode apenas minimizar o problema, oferecendo assistência social, já que existem muitos deles que não querem sair das ruas, apenas migrando para outras áreas, após a requalificação das áreas onde estavam antes.” Do ponto de vista da arquiteta, a resposta ao problema social na Nova Luz está sendo dada através das ZEIS, da parceria com o CDHU [pelo PAC] e do atendimento ao menor drogado em parceria com órgãos da saúde¹⁷⁷.

Contudo, o que parece incomodar é somente aquilo que fica exposto: são os moradores de rua os responsáveis pela degradação [e não a existência de um intenso tráfico de drogas, que permite, inclusive, que os traficantes ‘comandem’ a região] e não todo o processo urbano

¹⁷⁷ Em entrevista concedida à pesquisadora no dia 22 de outubro de 2007. **Mimeo**.

que levou ao quadro recente, do qual os moradores de rua e viciados são produto, e não causa.

Em matéria publicada pela revista *Veja* em novembro de 2007, fala-se da área como um “cancro urbano” com quem os paulistanos são obrigados, há duas décadas, a conviver. Coloca-se que “fincada em pleno centro da cidade, próximo à belíssima Estação da Luz, ponto de encontro da elite paulistana na época áurea do café, a região transformou-se em reduto de tráfico e consumo de drogas, prostituição e todo tipo de bandidagem. Há uma semana, com a demolição de meia dúzia de prédios, a prefeitura da cidade deu os primeiros passos para acabar com a Cracolândia e promover um ambicioso plano de revitalização dos vinte e cinco quarteirões por onde ela se estende. O projeto prevê que em breve serão derrubados outros cinqüenta imóveis deteriorados e sem valor histórico ou arquitetônico. Em seu lugar serão erguidos prédios residenciais e comerciais. Outras tantas construções terão a fachada reformada. Ruas como a Santa Ifigênia, famosa na cidade por abrigar centenas de lojas de produtos eletrônicos serão remodeladas e toda a fiação será aterrada”¹⁷⁸.

Segundo a reportagem, “a intenção da prefeitura é transformar a área da Estação da Luz e seu entorno num pólo de empresas de tecnologia da informação, comunicação e *telemarketing*. Para atrair novos empreendimentos, a prefeitura criou uma política de incentivos fiscais. Serão concedidos descontos e créditos em tributos municipais como o imposto predial e territorial urbano [IPTU] e o imposto sobre serviços [ISS] que podem chegar a 100% do valor, por um prazo de cinco anos”... “O investimento deve ficar na casa dos 800 milhões de reais, entre dinheiro público e privado, e as obras devem durar dois anos. O bairro que surgirá será batizado de Nova Luz.”... “Ao riscar a Cracolândia do mapa, substituindo-a por um bairro novo por onde circulará muito dinheiro, a prefeitura espera estimular a melhoria de todo o centro da cidade”¹⁷⁹.

A reportagem cita ainda que esta seria uma “tendência mundial de revitalização” de zonas degradadas das metrópoles [zonas que se tornaram obsoletas para o papel que desempenhavam na cidade], e compara a intervenção na Luz com as recuperações do *Porto*

¹⁷⁸ *Começou a Faxina. Revista Veja*, Edição 2033, ano 40, n. 44, 7 de novembro de 2007. Editora Abril. p. 114-116.

¹⁷⁹ É interessante notar que pouco ou nada se fala do comércio e das oficinas de roupa da Rua José Paulino e adjacências. Quer para discutir o problema do sub-emprego que afeta os trabalhadores, em grande parte de origem boliviana, quer para “pensar” em termos urbanos a relação entre as duas áreas.

Madero, em Buenos Aires [que se transformou em um dos metros quadrados mais caros da capital argentina] e das *Docklands*, em Londres [incorporada à *City*, o centro financeiro da cidade].

Em contraponto, ao citar a nova reforma da Praça da Sé, que aconteceu há menos de um ano, a matéria questiona o fato de que, mesmo com a reforma total, a Sé tenha sido “tomada por mendigos e moradores de rua que a utilizam como dormitório, banheiro e lavanderia”... “E porque a prefeitura não expulsa os habitantes indesejáveis da praça?”, questiona a reportagem, afirmando que “dez milhões de habitantes de São Paulo têm à disposição uma praça nova em folha, mas são impedidos de usufruí-la por causa de meia dúzia de desocupados”¹⁸⁰. Percebe-se aí uma completa troca de valores, que rege a cidade e a conformação de seus espaços: 1] áreas estigmatizadas parecem ter se transformado espontaneamente e degradam-se sozinhas, sem ações políticas; 2] a simples demolição de edifícios e construção de outros, assim como a expulsão dos usuários não qualificados ou “faxina” do lugar são capazes de requalificar uma área e até mesmo estimular a melhoria de todo o centro da cidade; 3] o dinheiro público é utilizado para atrair novos financiamentos, ao invés de ser utilizado diretamente na melhoria da qualidade de vida da população local, e 4] intervenções urbanas de sucesso utilizadas como referência de requalificação são aquelas que, aliadas a especulações imobiliárias, [re]valorizam financeiramente determinada região, conseqüentemente expulsando seus antigos moradores e gerando mais dinheiro, ou gentrificação, que parece ser o que parte da população, ou pelo menos a grande imprensa e parte considerável dos agentes urbanos, entende como bom resultando de qualquer tipo de requalificação urbana hoje.

Subtrai-se, assim, o fato de que o espaço social pressupõe a presença humana: “o espaço é participante da vida dos indivíduos que o habitam e da coletividade que o mantém. A natureza da cidade, bem como do espaço público, é mesclar pessoas e diversificar atividades, é o espaço da multiplicidade, da diversidade, e também, por conseqüência, o espaço do encontro do conflito, da fronteira entre classes sociais, grupos étnicos, grupos religiosos e outros. Assim, ambos dependem necessariamente de relações de interação de seus cidadãos para que o significado do social possa ser constituído e na cidade, configurar sua unidade. Essas relações não ocorrem gratuitamente ou *per se*, ocorrem em função do modelo

¹⁸⁰ **O reino dos mendigos**, em *Começou a Faxina*, Paula Neiva, **Revista Veja**, Edição 2033, ano 40, n. 44, 7 de novembro de 2007. Editora Abril. p. 114-116.

econômico estabelecido, das trocas comerciais, do momento político e da organização da sociedade [que por sua vez, também engloba todos esses fatores]. A sociedade modifica-se e a relação entre pessoas ou grupos acompanha essas modificações, seus costumes, sua cultura”¹⁸¹.

Indicando questões que serão discutidas no terceiro capítulo, tal indagação vem do fato de que a inserção do homem no espaço enquanto sociedade [enquanto natureza do homem no espaço], leva à relação sujeito-objeto. Essa relação se estabelece na medida em que, enquanto sujeito, o homem tenta decifrar os objetos que o envolvem, ao mesmo tempo em que, enquanto objeto, faz parte do que deve ser decifrado. Assim, o espaço e o espaço construído passam a ser entendidos como algo inerente à dimensão humana, aos homens como tal. Não é possível se falar do espaço como um grande objeto do qual se está fora.

Outro projeto do mesmo porte, que engloba as mesmas questões envolvidas na reforma da Praça da Sé e da área da Luz e cujo espaço, nitidamente, sofre os efeitos das reformas destes outros espaços urbanos centrais, é a reforma da Praça Roosevelt, pela EMURB, que deve ocorrer com recursos do BID ¹⁸² a partir de 2008, como afirma Andrea Matarazzo.

Na opinião de Marco Antonio Ramos de Almeida, superintendente da Associação Viva o Centro, independentemente de quando vai ocorrer a reforma, "a praça não pode ficar abandonada". "Não pode deixar de ser limpa, iluminada e vigiada. Não pode virar um abrigo ou albergue", disse. Ou seja, independente do uso e da presença de pessoas, a praça deve adquirir uma boa imagem, mesmo que em detrimento das relações sociais inerentes a um espaço público, como é o caso da Praça Roosevelt: o 'abandono', citado pelo

¹⁸¹ BARROS, M. **Limites e possibilidades: Relação Edifício/Cidade na cidade contemporânea**. Dissertação de Mestrado EESCUSP/ São Carlos, 2007.

¹⁸² Segundo reportagem, o custo avaliado da reforma é de R\$ 13 milhões - mais do que a reforma das praças da Sé e República juntas [R\$ 7,2 milhões]. A proposta prevê a demolição das três lajes que abrigam um batalhão da Polícia Militar e da Guarda Municipal e onde funcionavam um supermercado e uma escola, o que gera discussões em relação ao patrimônio histórico, má administração de projetos realizados e desperdício de dinheiro público com demolições talvez desnecessárias. O objetivo, segundo consta, é "retirar boa parte do concreto que cobre a praça, deixar a área mais verde e facilitar a circulação por ela". Segundo Aderbal Curvelo, especialista em desenvolvimento urbano do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento], o banco vai arcar com 85% do valor total. O projeto, antes prometido para o começo de 2008, deve ser finalizado em agosto e o edital de licitação, publicado no mês seguinte. Segundo reportagem, com três anos de atraso em relação ao prazo inicialmente previsto [março de 2006], as obras devem começar no fim de 2008. **Atrasada, reforma da praça Roosevelt ficará para 2008**. Folha de São Paulo. Disponível via WWW na URL <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0811200720.htm>. Capturada em 08/11/2007. Ver também: **Após atraso, Prefeitura de SP tem nova data para reforma da praça Roosevelt**. Folha de São Paulo. Disponível via WWW na URL <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0811200720.htm>. 17/07/2008.

superintendente, refere-se apenas à ausência de limpeza, iluminação e segurança. Assim, no lugar do 'pentágono' formado pela laje de concreto, e após a retirada de um supermercado e de uma escola municipal, demolição do conjunto de lajes existentes próximos da Rua da Consolação e ao lado da igreja, demolição das lajes acima dos estacionamentos, e fechamento do buraco existente no início da Rua Augusta, a área deve receber um Telecentro e o novo Espaço do Centro de Informações da Mulher.

Para Rodolfo García Vázquez, fundador do grupo de teatro **Os Satyros** – localizado na Praça Roosevelt desde dezembro de 2000, e cujo público atraído ¹⁸³ desde então é um dos elementos de aposta na requalificação da área pela Prefeitura, o local já foi um dos mais perigosos de São Paulo. Segundo ele, a situação melhorou com a iniciativa dos teatros da área, sem auxílio do poder público, que agora precisa fazer a sua parte com a reforma.

Segundo Vázquez, “do ponto de vista urbanístico, a praça nunca foi vista como um exemplo de urbanismo bem-sucedido. Ao contrário, a convivência dos moradores e dos paulistanos com ela sempre foi cheia de problemas, devido a uma série de fatores [concepção, estrutura, forma de utilização e localização]. Nós, dos Satyros, sentimos, principalmente nos dois últimos meses, uma afluência muito grande de moradores de rua e pedintes. Com eles, novos problemas chegaram. Cheguei a conversar pessoalmente com alguns deles. Tinham sido expulsos pela polícia da Cracolândia. Esta nova população encontrou na praça o local ideal para se instalar: uma área abandonada, que era anteriormente o espaço do supermercado e da escola infantil. Expulsá-los da praça seria uma solução localizada que favoreceria a praça, mas não seria solução nem para eles e nem para a cidade. Nós temos que resolver de forma abrangente esta questão [...] Entre os pontos positivos da praça, está a concentração privilegiada de espaços teatrais, que trazem cultura e lazer bem no centro da cidade, tornando-a um ponto de encontro cultural democrático e efervescente.” ¹⁸⁴ Andrea Matarazzo destaca que enxerga na Roosevelt um “espaço de confluência das atrações vizinhas, como o Cultura Artística e o Boulevard Avanhandava”¹⁸⁵.

¹⁸³ Segundo reportagem, os Satyros hoje tem maratona de peças de teatro, o que permite a circulação de 1.500 pessoas por semana na região. *Cercada de teatros, a praça virou palco*. **O Estado de S. Paulo**, Caderno Cidades/Metrópole, 8 de junho de 2007.

¹⁸⁴ Prefeitura precisa “assumir reforma física”, diz fundador de grupo teatral. **Folha de São Paulo**. Disponível via WWW na URL <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0811200720.htm>. Capturada em 08 de novembro de 2007.

¹⁸⁵ *Cercada de teatros, a praça virou palco*. **O Estado de S. Paulo**, Caderno Cidades/Metrópole, 8 de junho de 2007.

Sob outro ponto de vista, a reforma vem sendo chamada por alguns, como o morador da Praça Roosevelt, João Paulo Ricardo, de “gueto de Varsóvia” devido ao fato de que, para evitar a frequência da população local e de visitantes, a praça foi fechada com grades, em uma atitude considerada por ele como “desrespeito com os cidadãos de São Paulo e com o dinheiro público”... “nós, cansados da política de higienização desta administração, temos a nossa frente a infeliz lembrança do que foi a prática radical da limpeza ética”¹⁸⁶.

Figura 16. Demolição na Praça Roosevelt.

Em 2006 a Prefeitura abandonou também o projeto de reforma do Parque D. Pedro II, aprovado em 2004, para o qual foi destinada a verba de quarenta milhões de reais, autorizada pelo BID em 2000 para investimentos em quatorze pólos de requalificação urbana no Centro de São Paulo. Segundo reportagem publicada, “a decisão faz parte de uma revisão geral das obras planejadas na gestão Marta Suplicy [PT] para a recuperação de áreas centrais, que seria realizada através deste financiamento”. O Parque [considerado como uma área desvalorizada e violenta, talvez por ter sido ‘cortada’ por quatro viadutos] era visto como peça fundamental do plano antigo, mas foi criticado por Matarazzo [responsável pelas ações da atual gestão no centro] por gerar uma pulverização de recursos e porque, segundo ele, idéia de se fazer “só moradia de baixa renda” estaria contra a “visão **multiuso**” que o Centro “pede”.¹⁸⁷ Para o diretor de Desenvolvimento e Intervenções Urbanas da EMURB, Rubens Chammas, a

¹⁸⁶ *Cercada de teatros, a praça virou palco.* **O Estado de S. Paulo**, Caderno Cidades/Metrópole, 8 de junho de 2007.

¹⁸⁷ *Reforma do Parque D. Pedro é abandonada.* **O Estado de S. Paulo**, Caderno Cidades/Metrópole, 5 de setembro de 2006.

complexidade do programa [dividido em 176 ações em 13 subprefeituras] dificultou a sua realização, visto que a verba foi 'fatiada' entre as diversas subprefeituras¹⁸⁸.

Na fala de Geraldo Biasoto Júnior, vice-presidente da EMURB, podemos detectar outros motivos que poderiam estar causando o 'abandono' da reforma do Parque D. Pedro: segundo ele, a revisão concentrou o investimento no que ele chama de "vetor oeste"¹⁸⁹, que vai da Luz à Praça Roosevelt. Além disso, outro fator que estaria prejudicando a cidade como um todo é que, quanto mais demorado é o processo de realização das obras que seriam financiadas com esse recurso, mais taxas de manutenção do contrato são debitadas [a instituição bancária cobra 0,25% do saldo a sacar como taxa semestral]: segundo a reportagem, da obra prevista para o Parque D. Pedro, a gestão da Marta Suplicy fez somente uma primeira parte, pois a empreiteira responsável teria falido durante o processo.

Segundo Nadia Somekh, ex-presidente da EMURB e atual diretora da Faculdade Mackenzie, "a requalificação do Parque D. Pedro II representava a expansão das atividades do centro rumo à zona leste e tirava essa concentração de recursos da Luz, que já recebeu muita coisa do Governo do Estado. Quem perdeu foi a cidade". Somekh afirma que os projetos habitacionais não eram só de baixa renda: havia financiamento pelo FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço] para reformar prédios de doze empreendimentos de classe média.¹⁹⁰ Estas se tornam, portanto, importantes questões a serem levantadas para o entendimento das intervenções propostas para a região da Luz, questões estas referentes à quais são os reais motivos dos investimentos na área e o que se objetiva concretizar através destes, para além dos discursos que acompanham as imagens propagadas pelas publicações que os explicam, que mais se assemelham a catálogos de venda que a uma divulgação de propostas da prefeitura para a cidade e para dos cidadãos.

¹⁸⁸ Este motivo teria feito com que a Prefeitura tivesse que 'devolver' ao BID quatrocentos e sessenta mil reais, por não ter utilizado toda a verba. **Prefeitura gasta só 31% da verba para o Centro.** – Reportagem do jornal **Metro** disponível via WWW na URL <http://www.metropoint.com>

¹⁸⁹ Tal vetor tem sido beneficiado pelos investimentos em detrimento das outras áreas da cidade, também conforme tese defendida por Flávio Villaça. **Espaço Intra – Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel / FAPESP / Lincoln Institut, 1998.

¹⁹⁰ *Reforma do Parque D. Pedro é abandonada.* **O Estado de S. Paulo**, Caderno Cidades/Metrópole, 5 de setembro de 2006.

DEMOLIÇÕES

Enfim, no dia 26 de outubro de 2007 a prefeitura demoliu o primeiro imóvel para ‘transformar’ a Cracolândia. No evento em que a administração pôs abaixo a loja de número 381 da Rua General de Couto Magalhães, o prefeito Gilberto Kassab [PMDB] já anunciava, mesmo não sendo oficiais, os nomes de vinte e três empresas, de tecnologia, *call center*, “cultura” e publicidade, que deveriam se instalar na região - entre elas o Instituto Moreira Salles e multinacionais como Microsoft e IBM¹⁹¹.

Segundo a então coordenadora do projeto na EMURB, Rovená, as vinte e três empresas apresentariam projetos para ocupar uma área de 150 mil metros quadrados da Nova Luz, após consulta aberta pela Prefeitura:¹⁹² a percentagem de incentivos estaria sendo definida, enfim, de acordo com o valor e o tipo de investimento pretendido por cada empresa, sendo considerados como fatores relevantes a reforma e a construção de imóveis, tipo de estabelecimento, entre outros critérios para a obtenção de maior ‘índice de descontos’. Assim, o levantamento da quantidade de abatimento de cada interessado seria realizado pela equipe técnica do Conselho do Programa de Incentivos Seletivos da Região Adjacente à Estação da Luz [Coluz], e os resultados sairiam até o final do ano de 2007. Para receber o certificado, a empresa precisaria, conseqüentemente, comprovar os gastos com apresentação das notas fiscais e este documento poderia [ou não] ser usado para a redução dos impostos não apenas do imóvel instalado na Nova Luz, mas, em alguns casos, em qualquer área da cidade, podendo, inclusive, ser negociado no mercado.

Em divulgação do Diário Oficial de 2008, foram apresentados os nomes das [vinte e uma] seguintes empresas habilitadas a se instalarem na área e a receberem os Incentivos Fiscais: IBM Brasil Ind. Máquinas e Serviços Ltda, BRProperties S/A, Instituto Moreira Salles, Mercado Eletrônico S/A, E-safetransfer S/A, Digisign Ltda, Meta Serviços em Informática Ltda, Fess Kobbi Assessoria de Marketing e Comunicação Ltda, Klar Ind. de Com. De Elétrico Eletrônicos Ltda, TMS Call Center S/A, Partifib Projeto Imob., DMF Construtora Incorporadora Ltda, BRQ

¹⁹¹ *Demolição e Polêmica na Nova Luz. O Estado de S. Paulo*, Caderno Cidades/Metrópole 2, 27 de outubro de 2007. C9.

¹⁹² Como já mencionado anteriormente, o processo funciona da seguinte forma: a Prefeitura decretou de utilidade pública 269,3 mil m² na região. Nos 150 mil m², a empresa interessada negociará com o dono a compra do terreno. Se houver impasse, a administração vai desapropriar a área e revendê-la. O impasse diz respeito aos incentivos. Por lei, as empresas poderão receber créditos de até 80% do valor do imóvel [os critérios seriam definidos até o fim de 2007]. Por enquanto, portanto, só está certo que quem se instalar na região terá desconto de 50% no IPTU e de 60% no ISS.

Soluções em Informática S/A, Pyxsinfo Tecnologia Ltda., Audatex Brasil Serviços Ltda., Magma Sistemas Consultoria S/A, Microsoft Informática Ltda., Bravo Telecomunicações Ltda., Atento Brasil S/A, TNL CONTAX S/A e BRC XVI Empreendimentos Imobiliários Ltda. Tais empresas teriam, segundo a arquiteta Anna Barros, até setembro de 2008 para assinarem uma declaração de que realmente irão se instalar na Nova Luz.

Figuras 17 e 18. Demolição dos primeiros edifícios da Cracolândia, [27/10/2007]

Figura 19. Vista de terreno vazio após demolição da loja - número 381 da Rua General de Couto Magalhães.

Figura 20. Vista da área da Cracolândia a partir da Pinacoteca [Rua Mauá].

O arquiteto Hugo Segawa, comentando sobre o boom imobiliário de 2007, coloca críticas sobre a intervenção na área batizada de Nova Luz:

*desde 2005, a prefeitura vem alardeando a remodelação de uma área cuja menção nos jornais se distribui entre o noticiário policial, local e político. De concreto, incentivos fiscais e outros benefícios administrativos tentam seduzir empresas – de tecnologia, call centers, cultura e publicidade, conforme anúncio do governo – sem, todavia, qualquer manifestação oficial das “interessadas”. E temos por ora a demolição de alguns imóveis que insinuam uma paisagem pós-bombardeio, numa guerra em que as partes não sabem bem quem são os adversários ou aliados. O informe mais recente é que o Estado pretende desapropriar o edifício da antiga estação rodoviária na Praça Júlio Prestes para ali instalar um centro cultural. Todas essas notícias soam como factóides frente ao futuro da região. Outras notícias dão conta de que grandes construtoras estão interessadas em investir na área, incluindo uma que teria a consultoria do arquiteto, ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná Jaime Lerner. O segredo imobiliário não permite ainda ao paulistano conhecer uma intervenção numa área de 269 mil metros quadrados, declarada de utilidade pública pela administração municipal. No coração da metrópole paulistana, são muito mais que duas vezes a área de Tokyo Midtown, e três vezes a do Parque Cidade Jardim. Sem uma proposta com desenho urbano, não há como avaliar o impacto e as responsabilidades inerentes a um possível megaempreendimento arquitetônico no centro de São Paulo. Retomo a pergunta inicial: em que medida a abundância de recursos pode contribuir pela melhora da qualidade de vida desta metrópole?*¹⁹³

Após o período de desapropriações e demolições, em junho de 2008, o prefeito Gilberto Kassab [então ligado ao DEM], teria enviado à Câmara um projeto de lei propondo a ampliação da área para 362 mil metros quadrados [com mais onze quadras inclusas na área de incentivos fiscais]. Pela proposta da Secretaria das Subprefeituras, entrariam na área do projeto Nova Luz trechos das ruas Guaianases e Helvétia e as Praças Júlio Prestes e Princesa Isabel.

Como já explicitado pela arquiteta Anna Barros, da Emurb, agora também anunciado pela mídia como instrumento para driblar a dificuldade de desapropriação dos terrenos, a prefeitura faria a revitalização da área por um modelo ainda inédito no Brasil, chamado ‘concessão urbanística’, que precisaria ser aprovada pela Câmara Municipal antes de ser implantada. Por esse modelo, a matéria publicada explica que o Poder Público transfere a uma empresa [ou grupo] o direito de fazer as desapropriações devido à crença da prefeitura em que a iniciativa privada tenha mais facilidade de negociação com os proprietários, o que, segundo anunciado,

¹⁹³ A feiúra concreta de São Paulo. O Estado de S. Paulo, Caderno Aliás J3. 30/12/2007.

“agilizaria o processo”. Assim, a empresa que vencesse a licitação receberia da prefeitura a autorização para desapropriar toda a área. Em troca, teria de fazer as obras que serão estabelecidas no edital da licitação¹⁹⁴.

De acordo com notícias divulgadas em relação à possibilidade de ampliação das quadras do Projeto Nova Luz e com a proposta para o centro cultural anunciada pelo governador José Serra e citado por Segawa, a idéia parece ser ‘criar’, como já vislumbrava Regina Meyer, um pólo ligado às artes na região. Isso porque, como anteriormente colocado, funciona na antiga estação Júlio Prestes, que fica em frente à antiga rodoviária [onde se pretende instalar o centro cultural], a Sala São Paulo, sede da Osesp [Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo]. Assim, a escolha do prédio da antiga rodoviária para sediar o balé do Estado e a escola de dança também passa a fazer parte, segundo artigo publicado, do projeto de revitalização da Cracolândia, visto que o anúncio do novo teatro foi feito na cerimônia de assinatura de um convênio entre o Estado e o governo federal para a criação de um programa chamado **Mais Cultura**, que pretende ampliar o acesso da população aos espaços culturais do Estado¹⁹⁵.

A Regina Meyer acredita que a Nova Luz tem potencial para se tornar a primeira revitalização ‘responsável e eficiente’ de uma área da cidade. “O projeto ainda é um nome, uma bandeira, mas, se de fato as idéias continuarem sendo adotadas, São Paulo só tem a ganhar”, diz ela. “Com as empresas se instalando na região, a Prefeitura terá verba para implementar outros benefícios na Nova Luz. Urbanismo não é feito de uma hora para a outra, claro que só veremos resultados daqui a 12, 14, 15 anos. Mas é promissor”, disse. Parece haver cidades diferentes que ganham e perdem, conforme as opções entre as falas de Somekh e Meyer.

2.3 CONCLUSÃO - PROBLEMAS À MANEIRA DE QUESTINAMENTOS E POSSIBILIDADES

Essa leitura geral sobre as intervenções na área da Luz possibilita identificar momentos em que a arquitetura qualifica de forma decisiva o espaço urbano, utilizando-se muitas vezes a ‘cultura’, ou melhor, da sua instrumentalização, para legitimar suas ações.

¹⁹⁴ **Mesmo emperrado, projeto Nova Luz vai ser ampliado**, Disponível via WWW na URL <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1706200830.htm>. 17/06/2008.

¹⁹⁵ **Antiga rodoviária de SP vai virar teatro e escola de dança**. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2212200724.htm>. 22/12/2007.

Segundo Otilia Arantes, as intervenções orientadas por princípios como:

consertar sem destruir, refazer sem desalojar, reciclar, restaurar, criar a partir do que está dado, respeitar a sedimentação dos tempos diferentes, reatando e rejuvenescendo os vínculos com a tradição, enfim, construir um “lugar” - na acepção forte do termo -, ou seja, dar forma ao informe, sem com isso querer ordená-lo, mas devolvendo-lhe a antiga dignidade, redescobrimo por aí o fio perdido da continuidade histórica que lhe dá sentido, e assim por diante [...] era fruto de um esforço de salvação da cidade e, com ela, da urbanidade, quem sabe até de uma vida pública perdida, conduzido [discretamente], passo a passo, por assim dizer [em migalhas], a partir de pontos nevrálgicos, escolhidos a dedo, seja por sua deterioração, seja, ao contrário, pelo significado de que poderia se revestir para a população local, servindo de ponto de irradiação que viesse a requalificar o entorno – ipso facto, a relação das pessoas com o seu espaço e entre elas. Esse programa de resistência foi se transformando no seu contrário, ou melhor, revelando sua verdade oculta: a mal disfarçada manutenção do status quo, a rigor de uma forma de administrar contradições, de escamotear conflitos, esconder a miséria¹⁹⁶.

O aporte de Arantes é importante para o adensamento da pesquisa, pois sua crítica às intervenções urbanas atuais e ao urbanismo contemporâneo voltado à diversidade urbana ¹⁹⁷ - defendida desde Jane Jacobs chegando a inúmeros contextualistas mais recentes - estabelece uma trajetória da ideologia urbanística recente substantiva. Segundo a autora, “vêm se dando de forma pontual, restrita, por vezes intencionalmente [modestas], buscando uma requalificação que respeite o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, e preserve os valores locais [...] substituindo a ideologia do plano por outra, a ideologia da diversidade, das identidades locais, em que os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, recoberto pela transformação da superfície desencantada das nossas cidades em cenários fascinantes de uma sociabilidade viva que há muito tempo deixou de existir, em virtude justamente desse traço desertificante da modernização”¹⁹⁸.

Tendo como referência os termos finais da citação, mas com alguma inflexão, surge a observação de que a requalificação das áreas centrais da cidade parece seguir o receituário do Planejamento Estratégico ao afirmar São Paulo como uma das maiores metrópoles mundiais e tentar construir uma imagem que a identifique, não à cidade que acabou, mas à uma cidade

¹⁹⁶ ARANTES, O. **Urbanismo em fim de Linha**. p. 134.

¹⁹⁷ Segundo Frúgoli, o conceito da diversidade urbana foi colocado em evidência por Jacobs no início da década de 1960, “quando de sua crítica contundente aos resultados de intervenções urbanísticas monumentais inspirados pelo modernismo, que, segundo ela, vinham causando a desertificação dos espaços públicos”. In: FRÚGOLI JUNIOR, H. **Sociabilidade Urbana**, 2007. p. 27.

¹⁹⁸ ARANTES, O. **Urbanismo em fim de Linha**. p. 130.

que não existe, e nunca existiu. Isto ocorre através de um processo urbanizador baseado na reprodução do capital imobiliário, em detrimento da construção do espaço urbano para a sociedade, acentuando cada vez mais exclusão social.

A necessidade de que a imagem que o centro apresenta diante do mundo reflita e identifique características marcantes da São Paulo-Cidade Global parece guiar, assim, as intervenções urbanas na área da Luz, que não é, por si só, o centro de São Paulo, mas faz parte deste. Assim como a área denominada 'Cracolândia' não coincide, exatamente, com a área da Luz, mas é um pedaço desta onde, ambas esquecidas pelas políticas públicas, pessoas e espaços [públicos] acabaram por se completar, cada um com suas necessidades intrínsecas e recíprocas.

Assim, pode-se traçar uma 'linha histórica' do discurso que acompanha o urbanismo no Brasil a partir do mapeamento das propostas de intervenção nessa área que, um dia ocupada pela aristocracia, e onde foram implantados diversos e importante equipamentos [culturais]¹⁹⁹, desde 1974 é alvo de tentativas de requalificação, quase sempre relacionadas às diversas instituições culturais ali existentes.

Nota-se, contudo, que o discurso em relação à cultura em si vai se perdendo pelos caminhos traçados pelas intervenções. No Projeto Luz Cultural [1984], onde a cultura estava inclusive presente no título [pelo menos discursivamente], a proposta de integração do potencial de uso dos espaços públicos e institucionais e da população local, moradora e usuária através da recuperação de algumas instituições culturais mostrou-se forte e bem articulada, tanto que chamou a atenção para tais questões, independente das reais intenções do projeto, ou se este atingiu ou não seus principais objetivos. Por exemplo, as praças, dizia-se, seriam transformadas “num ponto de encontro e lazer para a comunidade e da qual os automóveis seriam expulsos”²⁰⁰, além da tentativa de reabilitar e inter-relacionar instituições existentes.

¹⁹⁹ Vale ressaltar que, aqui, quando se menciona Cultura, refere-se ao seu sentido mais abrangente, não somente arte, mas um conjunto de costumes, hábitos; refere-se, sobretudo, a identidades sociais coletivas, que, naturalmente, estão em permanente transformação, recomposição.

²⁰⁰ **Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo**, textos de Regina Maria Prosperi Meyer e Alcino Izzo Júnior. Publicação da **Viva o Centro**, 1999. Disponível via WWW na URL http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/polo_luz.pdf.

Já o discurso que acompanhou as intervenções seguintes [aparentemente influenciadas pelas novas propostas internacionais e, portanto, pelos princípios do Planejamento Estratégico] se deu pela intenção de constituir um conjunto arquitetônico através da introdução de, ainda, programas culturais que teoricamente promoveriam uma reabilitação para suas áreas envoltórias. Mesmo que tais requalificações, restritas a edifícios e seus espaços, tenham sido realizadas com o intuito de reprimir e/ou inibir a circulação de determinados grupos sociais, ainda havia, em suas propostas, o foco na ocupação dos espaços públicos da região central [apesar de visarem apenas uma determinada e ‘selecionada’ parcela da população].

Seguindo essa ‘linha’, a Associação Viva o Centro surge com forte papel de pressão e consegue, através da articulação com setores da sociedade civil, construir uma importante negociação com o poder político para reverter o processo de deterioração da área central que, mesmo sem pretender priorizar as necessidades mais ligadas às camadas populares, dependia ainda da melhora dos espaços públicos e da ocupação destes pela parcela da população que ‘deveria’ voltar a habitar o centro de São Paulo.

Conseqüentemente, tendo em vista os recursos conseguidos através do BID para a requalificação de centros históricos em cidades brasileiras, o Projeto Luz [1998] destaca o bairro pelo qual se iniciaria o processo de recuperação da área central da cidade e seria, talvez, uma tentativa de dar continuidade aos objetivos do Projeto Luz Cultural, agora com a mediação da Viva o Centro e com investimentos do governo estadual e do governo federal. A partir da Estação da Luz e do papel do transporte público na região, a proposta de restauração de vários edifícios históricos e melhorias em espaços públicos abrangia também, ao menos em teoria, uma avaliação socioeconômica da área visando a transferência ou o reassentamento da população moradora de cortiços.

Em 1997 a transformação da Estação Júlio Prestes em um equipamento cultural também abarcava a elaboração de um plano urbanístico para seu entorno, visto que se acreditava no papel indutor na requalificação da área e em seu poder para ‘sensibilizar’ os poderes públicos para a importância da requalificação urbana da região, objeto dos estudos urbanísticos então realizados. Tal poder indutor, dizia-se, “no entanto, pode e deve ser potencializado ao máximo em benefício da coletividade através de planos urbanísticos, adequação de zoneamento e

posturas edilícias e incentivos especiais”²⁰¹. Assim como esta, a reforma da Pinacoteca do Estado, entre vários outros, teria sido responsável, assim que concluídas, por um novo afluxo das classes médias à região central.

Já o Programa Morar Perto, elaborado durante a gestão da prefeita Marta Suplicy [2001-2004] e implantado prioritariamente na Luz, apontava a preservação das moradias existentes e o incremento habitacional, por isso destoando das intervenções realizadas, o que não foi bem visto pela Associação e gestões posteriores.

Em 2005, então, na gestão de José Serra, acabar com a Cracolândia torna-se prioridade. Nitidamente mudam-se, no discurso que acompanha a ação política, os alvos referentes às posturas adotadas em relação às intervenções urbanas na área central [no caso, a segurança e a fruição de carros e pessoas], assim como se estreitam cada vez mais os laços entre o Poder Público e o poder privado que, travestido de representação da sociedade civil, contagia a cidade com seus princípios de gestão empresarial, controle da segurança e da paisagem da cidade, assim como determina os níveis de interação entre seus habitantes, as atividades que devem ou não ser estimuladas.

Esse retrospecto foi feito com o intuito de mostrar que, ao menos discursivamente, a questão tanto da ocupação do espaço público [ou seja, o estar] quanto do poder indutor dos equipamentos culturais foi sendo reconfigurada com o passar do tempo e, provavelmente, com o afluxo de recursos tanto financeiros como ideológicos advindos do princípio da Cidade Global e do Planejamento Estratégico.

Nas propostas atualmente apresentadas, o espaço público resume-se a vias de passagem [ruas e calçadas], sendo sua ‘requalificação’ condicionada apenas a melhorias na iluminação, piso, segurança e, em alguns casos, mobiliário urbano. Ainda assim, nos discursos apresentados, tais melhorias referem-se principalmente a vias de passagem relacionadas ora a localidades de consumo [como a Rua Santa Efigênia] ora a terminais de transporte público, o que garantiria a não permanência de pessoas e a vivência integral desses espaços. Nota-se também que a cultura como carro-chefe talvez já tenha cumprido o seu papel, ou parte dele. Os equipamentos já foram instalados, e funcionaram como ‘cabeça de ponte’ da renovação.

²⁰¹ Pólo Luz – Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo. 1999. p. 7.

Agora, parece que se trata de dar sustentação aos equipamentos com a objetiva atração de empresas investidoras e, com elas, compartilhar o papel de âncoras da requalificação urbana.

A próxima etapa do trabalho parte da busca pelo entendimento das reais causas desse processo que acaba por gerar discursos através dos quais o poder público sente-se livre para divulgar, por exemplo, que a não aprovação da mudança das ZEIS [na qual a habitação de interesse social estaria destinada a ter um lugar garantido nas áreas centrais] da área da Nova Luz para outro local seria ruim, pois desabilitaria metade da área que poderia ser usada para imóveis comerciais. Parte-se então, do pressuposto que, se existe esse discurso é porque ele é aceito e seu questionamento não tem a força que deveria ter. Ao contrário, os próprios moradores da área assumem para si tais discursos e se alienam ao não se reconhecerem como vítimas potenciais da postura “pragmática”, para todos os efeitos neo-liberal, da municipalidade que, cada vez mais, aprofunda projetos de flexibilização da ação pública em detrimento da licenciosidade ao capital privado.

Ao que parece, como o mercado imobiliário está em alta na cidade, com os empreendimentos tradicionais, ainda não é necessário “arriscar” uma ação, mantém-se a área como reserva de mercado e laboratório de projetos políticos que, a cada nova versão, nunca implantada, apenas amplia a “participação” da iniciativa privada. Enquanto isso a ação saneadora não pode esconder, ainda que a mídia seja conivente, o comércio de drogas. Ou seja, um dos motivos da proposta de renovação, continua, agora com o aval do poder público que pode, e nada faz.

Parte-se, então, do pressuposto de que as ações políticas estudadas fazem parte apenas de uma das camadas da ruptura gerada pelo capital, da qual a despolitização ou perda de potencialidades do espaço público é a mais visível quando se pretende entender as intervenções urbanas nas áreas centrais da cidade de São Paulo. Assim, sendo São Paulo a principal metrópole de um país em desenvolvimento, as propostas de requalificação de seus espaços públicos tornam-se campo ideal para entender as relações nas quais o Estado, que salvaguardaria a qualidade desse espaço público, não mais se identifica com esse papel.

Figura 21. Maquetes eletrônicas mostrando as transformações urbanas propostas para a área do projeto de requalificação Nova Luz, com a implantação dos edifícios públicos.

Fonte: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/subprefeituras>

Figura 22. Maquetes eletrônicas mostrando as transformações urbanas propostas para a área do projeto de requalificação Nova Luz.

Fonte: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/subprefeituras>.

CAPÍTULO 3 - CULTURA, DINHEIRO E ESPETÁCULO

Nos dois primeiros capítulos procurou-se inicialmente discutir, por um lado, as noções de cidade global e de planejamento estratégico e, por outro, o objeto de estudo, a área da Nova Luz. Acontece que, no desenvolvimento da discussão do tipo de renovação urbana contemporânea, a cultura, ou melhor, a mercantilização da cultura no plano urbano, foi ganhando uma importância crescente. Assim, antes de concluir a análise sobre o objeto, e talvez de forma pouco usual, pretende-se realizar uma aproximação com a cultura e sua dimensão mercantil no capitalismo, procurando verificar o que ela oferece para o adensamento da discussão atual sobre a cidade.

Neste sentido, o objetivo desse capítulo é identificar e fundamentar o significado da dimensão cultural para além do uso recorrente sobre o termo cultura: essa discussão visa compreender, entre outras coisas, o que é a cultura e como se forma, já que é tão utilizada nos discursos contemporâneos. A partir disto, surge também a busca pelo entendimento do que é o dinheiro e qual o valor que este adquire hoje em dia, visto que sua importância articula-se com o processo cultural que acaba gerando a espetacularização dos ambientes da cidade contemporânea.

Não se pretende, aqui, definir conceitos novos, e sim introduzir o estudo da cidade a partir de elaborações e discussões já realizadas e conhecidas. Assim, procura-se estabelecer um entendimento das questões citadas com a arquitetura e a sociedade, e para a reflexão sobre o espaço urbano, sua conformação e apropriação. Para tanto são eleitas algumas concepções, a serem explicitadas, a partir das quais se lança o olhar sobre o objeto de pesquisa, verificando quais são as bases teóricas que estabelecem relações entre o uso dos espaços urbanos e a reprodução de um modelo econômico [globalização], gerando uma ideologia que parece desfocar os sentidos originais da relação do homem com o mundo em que este habita, pois tudo passa a ser medido exclusivamente pela potencialidade econômica.

Os princípios que conduzem as práticas, diretrizes e, principalmente, a forma com que o conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais transforma e modela os ambientes urbanos e o imaginário dos habitantes a partir da ação de um complexo campo de forças, exigem uma reflexão que torne possível construir um entendimento da totalidade resultante dessas múltiplas relações e, assim, uma melhor compreensão dos processos de conformação das cidades contemporâneas como um todo. Partiu-se, enfim, das modernas análises filosóficas de Georg Simmel [Alemanha, 1858-1918], que tem a relação sujeito-objeto/

homem–natureza como grande foco da concepção de cultura, justamente porque se credita à transformação desta relação, a atual situação social e urbana, assim como o uso da cultura para propagá-la ou legitimá-la.

A discussão sobre a cidade e a modernidade tornou-se essencial, visto que é a partir da incorporação do ideário da industrialização pela vanguarda, da busca pelo desenvolvimento técnico e científico como meio para “libertar” o homem - própria deste período - e, conseqüentemente, de todas as transformações que este desenvolvimento provocou ou deixou de provocar, que surgem as questões atuais acerca da cidade e da relação do homem com o mundo.

Assim, o sentimento de se estar lendo a respeito de reflexões sobre a cidade e o homem de hoje, verificado na leitura das análises filosóficas de Simmel, por exemplo, leva-nos a questionar as proposições sobre o fim dessa Modernidade e a atual vivência de uma denominada Pós – Modernidade, cujo argumento em favor de sua existência, segundo o filósofo contemporâneo Fredric Jameson, “apóia-se na hipótese de uma quebra radical, ou *coupure*, cujas origens geralmente remontam ao fim dos anos 1950 ou começo dos anos 1960”,²⁰² período em que a ideologia ou estética moderna teria passado a ser, de certa forma, negada por uma parcela significativa dos produtores culturais.

Para Jameson, na arquitetura se verifica mais evidentemente essas transformações da produção estética e seus problemas teóricos: nesse âmbito, o alto modernismo – como ele denomina – foi e continua sendo criticado por ignorar e até mesmo destruir tanto as antigas culturas, quanto a forma urbana com que a cidade tradicional se configurou, ao mesmo tempo em que, para Jameson, um forte elitismo e autoritarismo são facilmente identificados em suas aplicações teóricas. De forma contrária, a arquitetura pós-moderna, segundo esta teoria, ao deixar de separar a alta cultura e a chamada cultura de massa ou comercial, possibilita a existência de um espaço no qual as diferenças da nova sociedade, a “sociedade pós-industrial, de consumo, das mídias, da informação, sociedade eletrônica ou *high-tech*”,²⁰³ podem ser externalizadas. Tomamos a produção arquitetônica, portanto, como produção cultural justamente porque instiga essa reflexão e, de certa forma, passa a ser uma resposta a ela: as teorias do pós-moderno demonstram uma nova formação social, “que não mais obedece às

²⁰² JAMESON, F. **Pós – Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. p. 27.

²⁰³ Idem.

leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes.”²⁰⁴ Por este motivo, o pós-modernismo na cultura estaria, segundo Jameson, diretamente ligado a um posicionamento político com respeito à natureza do capitalismo multinacional em nossos dias na qual a cultura e, sobretudo, os serviços e o capital financeiro passam a ter uma posição de destaque em relação ao capital industrial. Se o modernismo colocava a arquitetura em relação à produção industrial, agora o que se deve por em relação é a arquitetura com as práticas financeiras, com a incidência destas nas cidades e as formas que o capital financeiro se traveste na dimensão urbana, particularmente, sob a forma de mercadorias da cultura de massa. Esta formulação de Jameson é fundamental para o entendimento da natureza das intervenções urbanas contemporâneas sob a égide da economia global.

Jameson ressalta que, em relação ao sistema econômico do capitalismo tardio, a produção estética do chamado “pós-modernismo” se integra completamente à necessidade de produção em geral para que essa possa atender a necessidade capitalista de produzir cada vez mais produtos que sejam novidades, ao mesmo tempo em que assume um posicionamento de alinhamento e submissão em relação às empresas multinacionais dominantes na economia atual, contrariando o caráter oposicionista do modernismo.

Mas, enfim, como se deu esta transformação cultural e como ela chega à situação que encontramos hoje, na qual a produção estética passa de produção cultural, que se pretende autônoma, a um nítido processo de instrumentalização da cultura como forma de gerenciar os espaços e a reprodução capitalista, é o que se busca compreender.

3.1 FORMAÇÃO CULTURAL

Voltando às questões levantadas na modernidade, contexto de toda a discussão travada por Simmel e visivelmente solo das questões atuais, existe uma que é primordial para o entendimento do campo de forças que age através dos diferentes elementos que constituem a vida na cidade moderna e, conseqüentemente, sua formação: a relação entre sujeito e objeto que surge a partir da separação entre subjetividade e objetividade, ou separação entre homem e natureza. É a partir dessa separação e da utilização do desenvolvimento tecnológico e

²⁰⁴ JAMESON, F. Pós – Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. p. 29.

científico alçado como instrumento da liberdade humana, que o homem passa a acreditar no domínio da natureza e na sua hegemonia sobre a história.

O século XIX é, portanto, marcado pela fé na razão, pela história linear e pela crença de que a ciência, o desenvolvimento tecnológico e o progresso só trariam benefícios para a humanidade, inclusive a igualdade social. Nesta concepção de progresso, o indivíduo teria acesso ao real e, podendo analisar o objeto empiricamente, se tornaria capaz de exercer um posicionamento crítico-reflexivo frente à natureza.

A partir dessa nova situação de independência do sujeito em relação ao objeto, Simmel desenvolve um pensamento filosófico que poderia ser caracterizado, segundo Leopoldo Waizbort, pela “mobilidade e uma plasticidade para se adaptar ao objeto – uma multiplicidade de direções, uma defesa do fragmento, que se opõe a toda tentativa de fixação e acabamento, a toda pretensão de sistema”.²⁰⁵

De acordo com esse pensamento, o objeto, que já existe na realidade, passa a ter que estar envolto por um conteúdo para, então, existir para o sujeito que o analisa, sendo que o processo que inicia esta construção [que se dá através de um olhar de especulação do objeto pelo sujeito] é a atitude, determinada por uma iniciativa de reflexão deste sujeito que, comandante da ação, se aproxima e se distancia como que se utilizasse um instrumento óptico para enxergar exatamente aquilo que lhe interessa no objeto em questão.

Para Simmel, o sujeito controla essa análise do objeto, consciente de que a interpretação resultante sempre será inacabada exatamente por ser apenas uma dentre as muitas escolhas possíveis, e que esta escolha é sua e depende, sobretudo, da sua própria manipulação do objeto. O sujeito passa a entender que o processo de formação do objeto, do qual participa ativamente, é mais importante e determinante que o conceito que dele resultará.

Somente quando consciente de que a pluralidade envolvida nesse procedimento gera uma série infinita de ganhos [que se perderiam caso a construção de objetos fosse derivada apenas de aplicações teóricas aleatórias de conceitos adquiridos a partir dos outros processos de interpretação de objetos específicos], o sujeito adquire o sentimento de pertencimento a um

²⁰⁵ WAIZBORT, L. **As Aventuras de Georg Simmel**. 2000.

mundo pelo qual é diretamente responsável por existir, visto que o interpreta e lhe atribui significados de acordo com suas próprias experiências, vivenciadas realmente, construindo-o para si.

O sujeito que participa desse processo sabe, porém, que esse conhecimento adquirido através da sua vivência e interpretação do mundo não coincide exatamente com a coisa conhecida, e a consciência dessa não-identidade entre conhecimento e coisa é, também, determinante na construção de um posicionamento, e de uma capacidade crítico-reflexiva frente às questões que o mundo moderno lhe apresenta, assim como a consciência de que existe o “outro”: outro tempo, outro lugar e outros sentidos que os demais sujeitos participantes desse mundo imputam às mesmas ações, configurando uma realidade que se torna cada vez mais rica aos olhos desse sujeito.

A partir dessa consciência, o sujeito percebe que a clareza em relação à finalidade última de suas ações é determinante na escolha relativa aos meios para alcançá-las, já que é através do procedimento inicial e dos meios através dos quais este processo é encaminhado pelo sujeito, que o conteúdo ou objeto é organizado.

Dessa maneira, a interpretação filosófica do mundo surge da necessidade de análise deste pelo indivíduo que, pertencente à realidade da cidade moderna, não está preocupado em determinar ou fixar um objeto, mas sim em refletir sobre a sua existência, sem pretender reduzi-lo a uma única verdade, faz uso da mobilidade que a separação entre conteúdo e forma, ou conceito e processo propicia, assim se beneficiando da postura não-positivista da modernidade.

Para Theodor Adorno, um dos aspectos mais importantes dessa possibilidade de análise é justamente este caráter emancipador da não-identidade entre coisa e conceito proporcionado especialmente ao objeto, impedindo sua redução a um alvo que independe do processo pelo qual foi criado.²⁰⁶

A generalização deixa de ser, conseqüentemente, um instrumento ou atitude válida na interpretação de um objeto e este fato liberta-o de determinações reducionistas, assim como

²⁰⁶ ADORNO, T. **O Ensaio como Forma**. 1988.

nunca esgota a problematização entre coisa e conceito, que se torna infinita pelo fato de não buscar a definição como um fim. Definição passa a ser apenas uma consequência e, mesmo assim, mutável, flexível, passível de transformações ao longo do caminho de sua rediscussão ou busca de entendimento, visto que este é inesgotável e nunca se completa definitivamente para o sujeito.

Justamente por não se preocupar tanto com a obtenção de um conceito final, completo e indiscutível, a interpretação se faz na medida em que o sujeito analisa os fragmentos de algo que pode ser a totalidade, mas sem pretender remontá-la. É a partir do entendimento de suas singularidades que a totalidade pode ser compreendida, mas nunca generalizada. Desta forma, o fato de conseguir relacionar os segmentos com o todo, ou a singularidade com a totalidade, entender esse processo de coordenação, torna-se suficiente para levantar as questões que contribuirão para a produção, pelo sujeito, de não apenas um, mas vários sentidos.

A partir da consciência de que o conceito formulado a partir desse processo nunca será fechado e imutável, ou mesmo passível de ser reaplicado aleatoriamente a diferentes processos existentes, o indivíduo torna-se, através da sua liberdade, vontade e autonomia, capaz de atribuir tantos sentidos quantos lhe forem necessários e essa é a principal atribuição da interpretação da natureza pelo sujeito moderno.

Acontece que, para apreender o real tal como ele é, ou seja, como movimento – portanto, não passível de apreensão, esgotamento ou representação na sua totalidade – é necessário transformar a singularidade do momento, ou objeto a ser estudado, em símbolo, e este é o único meio de tornar a representação deste objeto possível. Desta forma, tudo se passa como no processo de construção de uma obra de arte, cujo momento mais importante é a consciência de que o que se está concretizando através dessa atitude inicial não é a apreensão do real como um todo, mas sim um símbolo que o representa, naquele momento, a partir de um determinado olhar sobre ele.

Desta forma, também a cidade cria possibilidades de reconhecimento, crítica e reflexão de si: a arte como meio que pretende, através de fragmentos, vislumbrar o todo é estimulada pela própria cidade e torna-se sua linguagem de descrição, compreensão e identificação pelo sujeito que nela vive. Pode-se talvez dizer que a arte põe em relação o homem e a cidade. Isso porque, dessa relação dependeria a importância da questão estética para o pensamento.

A questão estética é vista, então, como o meio de ligação entre o homem e a natureza, separados pela modernidade, devido à importância que adquire o pensamento a partir desta. Por possuir legalidade própria, devido ao fato de ser representação da realidade e se reconhecer como tal, a obra de arte é utilizada como modelo de conhecimento, como forma de se conhecer o real, a totalidade, a vida e, assim, é capaz de habilitar o sujeito, conferindo-lhe a subjetividade necessária ao seu próprio cultivo. Torna-se, assim, indispensável a noção de distância e do papel da arte, como mediadora entre o distanciamento e a aproximação do sujeito que, ao exercer este controle, passa a agir como um artista, discutindo o objeto através da analogia – que exige fantasia e imaginação – e não mais como um cientista que se restringe a descrever experimentos. A arte como questão estética que, através do pensamento, põe em relação o homem e a natureza, também coloca em relação a fantasia e a ciência.

Então a cultura [em sua ampla acepção e como forma de produção de um saber autônomo] é fruto da relação entre sujeito e o objeto e, portanto, resultado desse processo através do qual o sujeito internaliza o objeto exterior, subjetivando-o e objetivando-se como forma de entendimento do mundo do qual participa e do qual passa a ter domínio. Pode ser entendida, então, como sendo o ponto em que se torna possível essa incorporação do objeto pelo sujeito como meio através do qual o espírito subjetivo age, e cujo fim é a formação do próprio sujeito, mas que, tragicamente, resulta também na construção dos símbolos que se autonomizam²⁰⁷ nesse processo: isto é, se “descolam” do seu referente, deixam de depender da relação com o sujeito para existir, passando a adquirir significados prontos, independentes da sua reflexão e que, inclusive, tornam-na, aparentemente, dispensável. Assim, passam a ser regidos por leis próprias. A partir desse momento de autonomização, o objeto deixa de exercer essa função de meio – cujo fim é o cultivo do sujeito – e passa a não mais fazer parte dessa relação, através da qual o sujeito só conhece seu sentido a partir da subjetivação do objeto que, por sua vez, só conhece seu sentido na objetivação do sujeito.

A "tragédia da cultura", de que Simmel fala, é um termo que vem exatamente desta relação conflituosa entre sujeito e objeto, relação esta que é, desde o início, trágica justamente por derivar de uma dependência, cuja quebra resultante da autonomização de seus elementos

²⁰⁷ A noção do processo de autonomização do objeto em relação ao sujeito foi retirada da leitura do texto de Waizbort sobre as análises filosóficas de Simmel. In: WAIZBORT, L. **As Aventuras de Georg Simmel**. 2000.

tem como consequência direta o truncamento da capacidade de reflexão do sujeito que, perdendo a consciência de seu papel ativo, passa a não mais se reconhecer na produção autonomizada, alienando-se no processo como se tivesse se transformado na própria coisa.

Guy Debord, que analisa a espetacularização hoje a partir dessa “tragédia” a qual Simmel se refere, afirma que essa quebra é inerente ao processo cultural e sempre esteve presente nele, visto que, “o que cresce com a economia que se move por si mesma só pode ser a alienação que estava em seu núcleo original”.²⁰⁸ Alienado, o sujeito perde sua capacidade de reflexão e não mais se constitui como sujeito e, apesar de continuar sendo sujeito, não o é mais para si mesmo.

Após a separação entre sujeito e objeto, na modernidade, e a consequente autonomização do objeto em relação ao sujeito, vigora uma aparente falta de relação entre os dois, que não mais permite a diferenciação entre meios e fins: a finalidade de cada ação não mais está clara para o sujeito que a realiza e, desta forma, os meios através das quais estas agem tornam-se seus fins por serem mais visíveis, mais facilmente determináveis e apreensíveis, exatamente por estarem mais próximos; ao mesmo tempo em que os meios se autonomizam, os fins desaparecem.

Assim sendo a própria cidade moderna, como objeto, se autonomiza em relação à ação humana e o resultado dessa autonomização é a falta de discernimento, posicionamento crítico ou clareza sobre qual a finalidade de cada ação nesse contexto, por parte dos sujeitos responsáveis ou afetados por tal ação, reflexo da ausência de percepção de que a concretização do meio que seria utilizado para alcançar determinado avanço não é o próprio avanço alcançado, mas apenas uma etapa deste processo.

O distanciamento é colocado como um fator importante nesse processo ao tempo em que, quanto mais distante o fim em relação ao meio, maiores as chances destes se autonomizarem e do fim ser esquecido, descartado. E é a cidade moderna, lugar onde se observa este distanciamento de relações entre os homens, que proporciona tal autonomização: para Simmel, “as condições da vida metropolitana são simultaneamente causa e efeito dessa

²⁰⁸ DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. 1997. p. 24.

característica”²⁰⁹ justamente porque, ao colocar a difusão da economia monetária em uma situação de importância que se sobrepõe ao cuidar de si e do meio em que vive, o homem cria espaços voltados aos princípios ordenadores da racionalidade capitalista, que passa a determinar os tipos e as qualidades das relações que neles se desenvolvem afetando, de forma indissolúvel, a subjetividade dos seus habitantes.

3.2 DINHEIRO: MEIO OU FIM?

O dinheiro é o maior símbolo desse processo metropolitano e um princípio estruturador da modernidade, visto que, inicialmente criado como relação, ou mesmo como um meio, ou possibilidade de transformação do próprio trabalho em algum benefício que o próprio sujeito julgasse necessário ou desejável, produzido por outro tipo trabalho, o dinheiro foi transformado no próprio fim do trabalho. As reais necessidades que se alcançam a partir dele, são praticamente esquecidas ou tornam-se menos importantes que o fato de possuí-lo, e é essa necessidade que passa a comandar todo e qualquer tipo de ação humana a partir de então.

Emblematicamente, no caso do dinheiro, a autonomização do meio em relação ao fim se caracteriza principalmente pela transformação, em coisa, do que antes era relação e, da mesma forma, do que inicialmente parecia estar estritamente vinculado ao movimento constante, no elemento mais fixo, autônomo, seguro e permanente de um mundo onde praticamente tudo é fluxo. Dessa forma, o dinheiro é o objeto mais rigorosamente estilizado e sua conseqüente divinização, por todos esses “poderes” que passa a possuir, é a maior demonstração de que a vida, como um todo, encontra-se estilizada.

Em um mundo onde as relações encontram-se distantes, que a existência do outro passa a parecer praticamente independente e sem vínculos com a existência de cada ser, este passa a viver cada vez mais isolado, apesar das infinitas possibilidades de interação, propiciadas pelo avanço tecnológico, com tudo que existe no mundo. O dinheiro estabelece-se cada vez mais como um ente universal, comum a tudo e a todos, cuja linguagem todos entendem e através do qual tudo se pode obter: ele é a base, a referência, o apoio fixo e a segurança em um mundo onde tudo é instável. Para Simmel, “o dinheiro se refere unicamente ao que é comum a tudo: ele pergunta pelo valor de troca, reduz toda qualidade e individualidade à

²⁰⁹ WAIZBORT, L. **As Aventuras de Georg Simmel**. 1967. p. 14.

questão: quanto?”²¹⁰ A partir dessa pergunta, e apenas depois de realizá-la e obter sua resposta, as outras qualidades passam a ser consideradas.

Assim sendo, dinheiro e cultura, assim como todos os outros termos, tornam-se indissociáveis, visto que a autonomização do dinheiro é um processo sócio-cultural²¹¹ e, como tal, reconstrói uma subjetividade baseada na nova relação que se estabelece entre forma e dinheiro: assim como a linguagem dá forma às idéias, o dinheiro, para Simmel, é a forma dos atos e das posses humanas. E, justamente porque as mais variadas coisas podem ser adquiridas com ele, por ser o centro do mundo e intermediador de todas as relações, o dinheiro é a mais abstrata das formas e, sem características próprias, transforma tudo o que pode ser por ele trocado em impessoal, indiferente, sem características próprias, a não ser o valor de troca. Contudo, a vida do homem moderno, segundo Waizbort, “se concentra sempre e cada vez mais na sua obtenção.”²¹²

O início deste processo se dá quando, logicamente, a produção em massa permitida pelo desenvolvimento técnico-científico mostrou-se dependente da existência de uma necessidade de um consumo também em massa. Assim sendo, o sujeito partícipe da produção capitalista trabalha cada vez mais especializadamente na produção de fragmentos cada vez menores, pequenos detalhes ou frações de um conteúdo cada vez mais complexo, do qual ele só participa pontualmente e, por isso mesmo, não consegue vislumbrá-lo como um todo. Decorrente da divisão de trabalho que este tipo de produção exige, o contato do sujeito com o produto final deste torna-se mínimo ou até mesmo inexistente, o que provoca uma sensação de não pertencimento, de não - identidade entre sujeito e objeto, fruto de seu próprio trabalho.

Debord expõe a “vitória do sistema econômico da separação” como sendo a grande responsável pela alienação humana visto que, também para ele, “com a separação generalizada entre o trabalhador e o que ele produz, perde-se todo ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, toda comunicação pessoal direta entre os produtores. Seguindo o

²¹⁰ WAIZBORT, L. **As Aventuras de Georg Simmel**. 1967. p. 13.

²¹¹ A autonomização do dinheiro tem repercussão direta no processo cultural, e é indissociável dele na modernidade, na medida em que os bens culturais transformam-se em mercadorias, que podem ser adquiridas através do dinheiro.

²¹² WAIZBORT, L. **As Aventuras de Georg Simmel**. 1967. p. 63.

progresso da acumulação dos produtos separados, e da concentração do processo produtivo, a unidade e a comunicação tornam-se atributo exclusivo da direção do sistema.”²¹³

Além de não existir o contato direto do sujeito com o produto final de seu trabalho, não há também o contato com as pessoas, lugares para os quais foi destinado, com a finalidade para a qual ele foi desenvolvido, com o processo através do qual ele foi criado e com os demais sujeitos que participam da sua produção, enfim, a cadeia teleológica torna-se tão extensa e o distanciamento das relações torna-se tão grande que o fim se perde e o único elemento que o liga ao produto de seu trabalho passa a ser seu símbolo, o dinheiro, que o habilitará a participar da vida que existe fora do trabalho.

Por falar em trabalho, para Debord, atualmente nem mesmo a inatividade está livre da atividade produtora: “depende dela, é uma submissão inquieta e admirativa às necessidades e aos resultados da produção, [...], por isso, a atual ‘liberação do trabalho’, o aumento do lazer, não significa de modo algum liberação no trabalho, nem liberação em um mundo moldado por esse trabalho”,²¹⁴ mas sim sua continuidade e combustível, visto que a expansão da economia monetária alastra-se inclusive e, principalmente, enfocando seus atuais e cada vez mais intensos reforços, justamente nas imagens autonomizadas que se apóiam e produzem os momentos de lazer e relaxamento.

3.3. CULTURA E ESPETÁCULO

Acontece que o mundo, para o qual este sujeito existe como fonte de suprimento de necessidades, já está completamente dotado de significados, símbolos e imagens autonomizadas e de cujas construções este sujeito também não participa, mas que, por isso mesmo, o mercado elabora um mecanismo de explicação que atribua sentido real à sua necessidade de obtenção, promovendo uma falsa participação através da possibilidade de consumo. Assim sendo, o dinheiro obtido como resultado de seu trabalho passa a ser direcionado à obtenção de produtos, ou melhor, imagens que este mundo representado dita como ideais e que, assim sendo, passam a sê-lo, já que o sujeito, alienado que está, torna-se incapaz de refletir sobre suas reais necessidades e desejos. No momento em que “uma parte do mundo se representa diante do mundo e lhe é superior”, surge o espetáculo como

²¹³ DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo**, 1997. p. 22.

²¹⁴ Idem.

“linguagem comum dessa separação,”²¹⁵ que reúne em si todos os significados e sentidos perdidos.

Inconsciente ou esquecido de sua capacidade interpretativa frente aos objetos, o homem passa a contemplar essa imagem de mundo que lhe é apresentada e a aceitá-la como tal, deixando de vivê-la diretamente para tornar-se apenas espectador e consumidor. Em relação a este sujeito alienado, Debord coloca que “quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo”,²¹⁶ tornando-se facilmente dominado e manipulável.

Desta forma, a análise crítica fica impossibilitada: não há mais consciência ou domínio do processo pelos próprios sujeitos que dele participam, assim como não há mais uma relação de intimidade ou reconhecimento entre sujeito e processo, já que é a subjetividade e sua relação com a objetividade que cria as possibilidades de construção do pensamento, de cultivo próprio do sujeito. Em relação ao homem que age, Debord coloca “o fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele. É por isso que o espectador não se sente em casa em lugar algum, pois o espetáculo está em toda parte”, tendendo transformar todos os lugares em espaços com as mesmas características, regidos pelos mesmos mecanismos e princípios.

A partir da observação de tais fatos, pode-se dizer que a fase posterior à “tragédia da cultura” é, então, a espetacularização de um mundo onde a arte se separa da vida para atender os interesses do mercado, fase em que, para Debord, “o espetáculo domina os homens vivos quando a economia já os dominou totalmente.” O mercado passa, então, a utilizar a produção estética como meio de manter o predomínio das imagens como mediadoras das relações sociais sobre as pessoas, no intuito de garantir o equilíbrio e a manutenção de seu próprio poder. Para tanto, utiliza-se do espetáculo que nada mais é que “o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem,”²¹⁷ caracterizando a alienação absoluta do sujeito.

A suposta “verdade” é, então, caracterizada como imagem estética passível de ser adquirida como produto, como objeto acabado e já dotado de todos os sentidos, significações

²¹⁵ DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo**, 1997. p. 15.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Ibidem.

e conteúdo próprio, independente do sujeito. Debord afirma que, ao criar uma reunião de todos esses elementos que foram culturalmente separados, o espetáculo “reúne o separado, mas reúne como separado,”²¹⁸ visto que é impossível a reversão da autonomização do objeto em relação ao sujeito e a conseqüente reabsorção de seu conteúdo como forma de produção de cultura subjetiva: além disso, segundo ele, a alienação encontra-se em um estágio tão elevado que, mesmo exacerbada, é imperceptível ao próprio sujeito.

A formação cultural do indivíduo, responsável pela formação de seu caráter, garantia de comando da própria vida, assim como dos sentidos atribuídos a tudo o que era por ele vivido diretamente, torna-se, conseqüentemente, uma representação. O espetáculo é a maneira através da qual as pessoas passam a se relacionar e a mediação dessa relação é, segundo Debord, feita através das imagens já autonomizadas: a partir da importância que adquire, o espetáculo absorve toda e qualquer ação que possa surgir com uma força de reconquista da capacidade de reflexão, ao mínimo sinal que esta se mostre.

A metrópole como espaço de constituição da cultura, onde o sujeito se liberta no anonimato e estabelece todos os tipos de relações com o mundo e com a realidade que ele seria capaz de interpretar, torna-se, assim, palco dessa espetacularização generalizada da vida, deixando de oferecer o espaço de contato com o estranho, convivência e aceitação com o que não se conhece. Isso porque mesmo a mistura social, que pretende corresponder a uma mistura de funções na cidade, tão utilizada ultimamente como meio de “salvação urbana”, é inserida em uma atitude de embelezamento desses espaços de pretensa “coesão social”, que talvez possa ser chamada, na verdade, de “museificação” do social,²¹⁹ um dos principais aspectos do planejamento estratégico discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

Neste ponto, é impossível não lembrar a intervenção Nova Luz, analisada no segundo capítulo: primeiro no que diz respeito ao alargamento da forma como o lazer é realizado para o campo da cultura e, principalmente, a forma como o espetáculo iguala, ou padroniza o entendimento de cidade, no caso global, que deve ser sempre dotada dos mesmos elementos. Por fim, a construção desta imagem de cidade global deve orientar as intervenções urbanas

²¹⁸ DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo**, 1997. p. 23.

²¹⁹ Para a questão da mistura social, ver o texto de Otília Arantes : **Berlim reconquistada. Falsa mistura e outras miragens**. In: Espaço & Debates – Número 43-44. Pgs. 28-50, e para ao que denominamos museificação do social, ver Jeudy, Henri-Pierre, **Memórias do Social**, 1990.

nas cidades mundiais; assim, mesmo que elas não se realizem, o espetáculo as torna um produto real, uma cidade melhor, não efetivada, mas melhor como imagem, como exemplo a ser buscado.

Esse mundo que aparenta propiciar diversidade, imprevisibilidade, ficção, novidade e autenticidade, porém, é completamente dependente dos princípios modernos de eficiência, controle, cálculo, repetição, igualdade. As imagens que esse mundo cria precisam deslumbrar, hipnotizar, animar a tudo e a todos para que suas verdades permaneçam inquestionáveis e ocultem sua lógica e forma de ação, cuja raiz moderna, extremamente rígida, determinada e disciplinadora, permanece, assim, apenas nos bastidores da representação.

Isso tudo porque, no espetáculo, o homem precisa acreditar no que vê - inclusive porque o que ele vê é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido, e assim ele se mostra; segundo Debord, “quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico”.

Se na modernidade a cidade era voltada para a construção do sujeito, visto que apenas nela foi permitido o estabelecimento das relações que possibilitaram o desenvolvimento da cultura, tanto para os direitos, quanto para os deveres de cada cidadão é agora, para Saskia Sassen, lugar da “fusão entre os interesses econômicos da [chamada] “cultura” e as alegações culturais do comando econômico”.²²⁰ Isto devido, basicamente, à necessidade de acumulação de dinheiro como único fim para toda e qualquer ação humana da atualidade.

Assim sendo, as “cidades globais” - assim denominadas justamente por terem criado as condições iniciais necessárias ao desenvolvimento da cultura e de todo aquele processo que as levaram a depender cada vez mais do dinheiro para dar sentido às próprias ações - deveriam competir entre si pelo acesso aos investimentos e a toda relação que possa gerar e atrair cada vez mais capital. Elas se apropriam, inclusive, das diferenças socialmente produzidas para devolvê-las transformadas em mercadoria / imagem - sempre as mesmas - sob sua aparente diversidade, através do trabalho permanente da indústria do espetáculo.²²¹

²²⁰ SASSEN, S., ROOST, F. **A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento**. 2001. p. 66-74.

²²¹ A referência à valorização das características culturais de um lugar estiveram presentes nas formulações iniciais do Planejamento Estratégico. Particularmente em Barcelona, a questão do lugar que se confundia com a questão da nacionalidade catalã foi muito explorada nas ações da Barcelona Olímpica. Paralelamente,

Essa necessidade de atração de recursos, aliada à característica principal de concentrarem uma multiplicidade de insumos altamente especializados então acessíveis devido à teoricamente alta “diversidade” existente, tornariam essas cidades lugares ideais para a instalação não apenas de centros financeiros e empresariais, mas também dos grandes “conglomerados globais de entretenimento”.

Segundo Saskia Sassen, antes instaladas em áreas não metropolitanas, na forma de parques temáticos ou redutos voltados a atender uma determinada elite, a indústria do entretenimento passou a encontrar na cidade “uma nova forma de turismo urbano relacionado à mídia que faz da própria cidade, especialmente a cidade global, um objeto de consumo – a cidade como parque temático.”²²²

Tal fenômeno pode ser explicado justamente através do processo moderno que resulta na transformação da própria cultura em mercadoria, assim como a música e os estilos de vida passam a ser objetos de consumo, o uso da urbanidade passa a ser utilizado como propaganda urbana para atração das empresas de entretenimento que, por sua vez, investem e promovem projetos urbanos importantes destinados ao incremento do turismo nessas cidades. O que as intervenções em Berlim e nas demais cidades mostram, talvez não com o mesmo sentido que Sassen pretende, é que esse processo é amplamente aceito, fórmulas de uma imagem, tornada produto acabado.

Esse investimento em imagem é completamente condizente com a lógica do capitalismo cultural e a necessidade de se consumir não só produtos, mas, principalmente, a imagem que os envolve, o prestígio, o benefício e o sentido que apenas a sua obtenção pode imputar à vida do sujeito, agora dominado pelas imagens espetaculares do mundo do qual ele só se sente pertencente ao consumi-las.

Assim sendo, todos os momentos das pessoas que contemplam essa cidade têm que estar repletos dessas imagens que a promove, de certa forma, habilitando-a a participar de um

o termo “Glocal” foi cunhado por vários autores, como forma de expressar a combinação possível e positiva entre o Global e o local. Ainda que presente nas atuais discussões sobre revitalizações urbanas, a idéia de garantir as qualidades [por vezes vocações] de um determinado lugar - que o urbanismo moderno por definição desconsiderava - vem perdendo a força que desfrutava, ao menos nos discursos, durante os anos 1980 e início dos 1990.

²²² SASSEN, S., ROOST, F. **A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento**. 2001. p. 66-74.

sistema global que utiliza a combinação de inovações tecnológicas e facilidades que a desregulação e flexibilização política-institucional vigentes possibilitam para instalar filiais das grandes empresas mundiais, conduzindo um crescimento cada vez maior dos mercados internacionais da mídia, e que levam à globalização dessa indústria do entretenimento.

A produção desse novo produto mercantilizado, o entretenimento “espetacularizado”, torna-se inclusive, alvo de investimento de outros tipos de indústrias que, ao promovê-lo, beneficiam a propaganda de seus negócios iniciais, muito mais atraentes e reais quando transformados em imagens, assim vistas e apreendidas por um público cada vez maior. Segundo Sassen, para todos esses tipos de indústria, principalmente a do entretenimento, “as cidades não são apenas locais estratégicos para a produção e coordenação, mas locais de consumo cada vez mais importantes”²²³ completando o circuito do capital.

A cidade “global”, negando o discurso, tanto perdeu seu caráter de local ou lugar cujos espaços públicos deveriam ser meios propícios ao sujeito [que se forma e se constitui como tal participando da conformação destes espaços e sendo por eles conformado], que se transformou em parque temático, cenário de representações diversas, de vivências artificiais, mas sempre balizadas pelo mesmo princípio bem consciente de acúmulo de capital, e totalmente racionalizadas para tal. Assim sendo, a racionalidade desse sistema se fantasia de tal irracionalidade, efemeridade e espontaneidade que só existe aos olhos do espectador desse mundo: para manter tais representações é necessário todo o controle, ou mais, das cidades as quais estas prometem se contrapor. A eliminação dos conflitos e embates, ao contrário do que se suporia, mostra-se mais como uma perda, do que como um ganho de liberdade.²²⁴

O discurso *positivo* deste programa de ação urbana é apresentado por Harvey, que delimita o exíguo gradiente de questões e, ao mesmo tempo, de concepções, e que se vale

²²³ SASSEN, S., ROOST, F. **A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento**. 2001. p. 66-74.

²²⁴ Um dos muitos exemplos dessa situação é a ação freqüente da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo [cidade global?] ao expulsar a população de rua dos lugares públicos da cidade: notícias sobre essa ação destes agentes da prefeitura são constantemente publicadas e mostram, de acordo com o secretário-geral do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana [Condepe], Ariel de Castro Alves, “que a Prefeitura assume que está fazendo limpeza social”, controlando o uso dos principais espaços públicos, assim como os direitos dos cidadãos em prol da boa imagem da cidade. **“Prefeitura tira 200 sem-teto da Praça da Sé”**. Estado de São Paulo – Caderno Cidades/Metrópole C3, 14/12/2007.

inclusive das reestruturações internas da economia capitalista, absorvidas como tragédias e não como processos sócio-econômicos:

Ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade. O fato de estarem tão pressionadas e de o resultado ser uma repetição em série de modelos bem-sucedidos é compreensível, dada a sombria história da desindustrialização e da reestruturação, que deixaram a maioria das cidades grandes do mundo capitalista avançado com poucas opções além da competição entre si, em especial como centros financeiros, de consumo e de entretenimento. Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas [do tipo certo] num período [que começou em 1973] de competição interurbana e de empreedimentismo urbano intensificados.

Os “espaços culturais” da cidade, como teatros, salas de cinema, e até mesmo a rua, a calçada, a praça, todos os espaços existentes passam a ser invadidos pelo espetáculo [ou projetos que os potencializa] e a estarem disponíveis aos investimentos das indústrias de entretenimento, vistas pelas autoridades como fontes geradoras de “boas relações públicas para as suas cidades”.²²⁵ Tal discurso consegue, inclusive, ganhar legitimidade frente à grande parte da população que, também “contaminada” pelo espetáculo, lamenta que o atual estado dos espaços públicos [ocupados por sem-teto, por exemplo] seja um empecilho à atração de turistas.²²⁶

3.4 DISCUSSÕES FINAIS DO CAPÍTULO

As mudanças que percebemos agora [observadas na discussão apresentada nos capítulos 1 e 2] em relação à organização anterior da economia mundial e conseqüentes relações que dela derivam, referem-se principalmente a uma mudança na sensibilidade do

²²⁵ SASSEN, S., ROOST, F. **A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento**. 2001. p. 69.

²²⁶ Tome-se como exemplo o discurso do metalúrgico aposentado José de Paula Ferreira, entrevistado pelo jornalista do Estado de São Paulo, para quem a Praça da Sé “deveria ser uma bela praça para se passear. O centro da cidade deveria ser um marco. Acho que há tentativas de melhorar, de tirar os mendigos e os marginais, mas parece que sempre há um obstáculo. Cabe à Prefeitura deixar tudo aprazível e atrair turistas”. **Prefeitura tira 200 sem-teto da Praça da Sé**. Estado de São Paulo – Caderno Cidades/Metrópole C3, 14/12/2007.

homem, a uma indiferença crescente por parte deste em relação a um mundo que impede e até mesmo bloqueia a formação de consensos críticos.

Como visto no mapeamento de questões referentes às intervenções urbanas na área da Luz, em São Paulo, a fragmentação, a instabilidade da linguagem e dos discursos é cada vez mais incisiva na formação da personalidade dos indivíduos, que não conseguem mais conceber uma unificação entre passado, presente e futuro justamente porque não se preocupam mais com o fim dos processos, ou mesmo com os processos, nos quais estão inclusos como sujeitos. Tal fato, portanto, gera um forte imediatismo em todas as relações que o sujeito estabelece com o mundo em que vive e que, conseqüentemente, passa a ser um espaço cada vez mais susceptível à aparente efemeridade, aos acontecimentos, ao espetáculo.

Pode-se dizer que se o modernismo, como pretensão solo de formação de um sujeito livre, consciente de seu papel de construtor e participante do mundo em que vive, tinha uma preocupação inicial constante com o futuro, com o projeto deste, o que vigora atualmente é uma preocupação [do sujeito] que se restringe ao presente, ao que possa ter um impacto instantâneo, verificado no aumento do número de representações e que acabam por gerar tanto o sentimento de indiferença quanto à aceleração da própria velocidade da vida.

O dinheiro participa dessa indiferenciação com um duplo papel: ao mesmo tempo em que seu caráter abstrato e sua aquisição possibilitam o acesso a uma infinidade e diversidade de recursos gerados pelo desenvolvimento tecnológico, ou seja, a qualquer coisa existente no mundo público, ele nivela tudo a tal ponto que se torna impossível a diferenciação, pelo sujeito, de seus reais desejos e necessidades. O mundo se apresenta e se representa com tamanha padronização e racionalização que o homem, apesar de tantas possibilidades de escolha, acaba sem conseguir realizá-las, preso que está a esse controle e legalidade próprios de um mundo que se estiliza na busca de uma segurança inexistente na modernidade, gerada por seus princípios de emancipação humana frente à história e à tradição, projetados desde o Iluminismo.

A estilização surge, assim, no momento em que a produção de cultura passa a ser uma produção de mercadorias, no momento em que o objeto produzido pelo sujeito se autonomiza em relação a ele e passa a adquirir sentido e substância próprios, transformando-se, ele

mesmo, em sujeito. No caso, a cultura se autonomiza em relação ao sujeito e adquire sentidos que não mais dependem da ação deste.²²⁷

Como forma de imputar um sentido ou criar uma imagem de aparente coesão e união a esse mundo em que praticamente tudo que antes fazia parte de uma relação contínua adquiriu uma autonomia, o espetáculo surge propiciado pela dissolução da sociedade e de seu senso crítico. Assim sendo, o espetáculo está em toda parte, justamente, como vimos, pela transformação do capital em imagem, ele se instala naturalmente, então, a partir da maior característica de sua fonte - o dinheiro - que é a de ser o denominador universal e de possuir um único significado, compreensível em todas as línguas, em um mundo agora dominado pela indiferença e pela alteridade.

Confirmando a capacidade dupla do dinheiro e sua ligação direta com o espetáculo, Vera Pallamin afirma que “ao mesmo tempo em que tem criado formas de exclusão estarrecedoras, o capital tem também produzido a idéia de conciliação aparente de todas as coisas, numa ilusão de coexistência alimentada pela mídia e consumo globalizados e pelos espalhamentos informacionais em redes [aos grupos sociais que a estes têm acesso].”²²⁸

As grandes metrópoles, agora sob a alcunha de cidades globais [denominação que São Paulo busca alcançar], tornam-se, desta forma, o grande palco desse espetáculo, capazes que são de, a partir de toda a diversidade e especialização que puderam desenvolver, atrair cada vez mais investimentos [dinheiro], que se transformam em imagem, a grande mediadora das relações sociais dessas cidades.

As análises feitas nos capítulos anteriores, que abordavam outras dimensões, somam-se e se explicitam com estas. Incorporando a questão da cultura, David Harvey caracteriza como resultado deste processo contemporâneo uma crescente disputa entre as cidades devido ao fato de que todas visam alcançar o *status* de centro atrativo de investimentos das grandes empresas e, para vencerem esta competição, apostam no “potencial das suas particularidades

²²⁷ Pode-se exemplificar essa inversão de papéis quando se analisa a chamada política pública urbana: em uma discussão a respeito desse tipo de ação política no centro de São Paulo [2005], a revolta por parte dos moradores de rua era tanta que um deles chegou a questionar se os carros tinham se transformado em pessoas e as pessoas, em carros, tamanha era a discrepância em relação à preocupação em melhorar as condições desses meios de transporte completamente individualizados em detrimento da melhoria da vida de tantas pessoas que não possuem sequer um lugar onde habitar.

²²⁸ PALLAMIN, V. Cidade e Cultura. Esfera Pública e Transformação Urbana. **Arte Urbana Como a Prática Crítica**, 2002. p. 107.

históricas, artísticas e culturais”.²²⁹ Investindo na estética e na infra-estrutura dos locais da cidade onde estas características específicas podem ser exacerbadamente expostas, o que acaba por gerar é, na maioria das vezes, uma espetacularização que reflete, além da superficialidade e falta de conteúdo deste tipo de atitude, a supervalorização da imagem e do efêmero. Assim sendo, Harvey situa a ascensão desse pensamento vinculada ao que ele caracteriza como “uma dramática transição social e política nas linguagens da comunicação em sociedades capitalistas avançadas” devido à necessidade de adaptar a comunicação a essa fragmentação, pluralismo e autenticidade “de outras vozes e outros mundos”²³⁰ que aparentemente visa conciliar.

Contudo, na prática, apesar de todas as particularidades existentes, o que se observa é que a tão falada “globalização” - dominada pelas empresas multinacionais - espalhou pelo mundo uma série de espaços quase iguais, verdadeiros modelos urbanísticos contemporâneos, propositalmente homogeneizados. Isso justamente porque, para ser mantida, a necessidade de consumo que a sustenta depende da transmissão de segurança, controle e legalidade só conseguida através de uma padronização e racionalização dos meios através dos quais esta se impõe, ou seja, através da imagem, esta sim conciliada.

Tal manipulação, baseada no discurso de eliminação de fronteiras e possibilidades do alcance de um mundo livre e igual para todos, no qual a ideologia da globalização se apóia, surge, portanto, de uma cultura baseada na estetização das diferenças que, minando as concepções baseadas na identidade de cada lugar, ou que anteriormente procuravam cultivá-la, acaba por espalhar uma série de paisagens ou imagens que, basicamente, se equivalem pelo mundo todo. Tentando copiar experiências de espaços controlados e seguros – seguindo o modelo da *Disney World*, cuja estrutura é cada vez mais imitada, almejada e aplicada aos chamados espaços públicos ou de domínio público – esta manipulação acaba por gerar verdadeiros espaços cenográficos.²³¹

²²⁹ HARVEY, D. **Condição Pós – Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

²³⁰ Idem. p. 53.

²³¹ Segundo Zukin, “A paisagem do Disney World cria uma cultura pública de civilidade e segurança que faz lembrar um mundo há muito tempo deixado para trás [...] As lições do Disney World prometem tornar a diversidade social menos ameaçadora e o espaço público mais seguro.” Assim, a Disneylândia e o Disney World seriam “os dois espaços públicos mais significativos do final do século XX” não somente por produzir entretenimento, mas porque, atualmente, é a partir do capital e da cultura que passam a ocorrer as transformações urbanas, acompanhando o jogo das forças econômicas na formação de novos padrões de gosto e de vida urbana. Desta forma, o tipo de participação sem riscos e a aparente sinceridade do falso acabaram por criar [entre 1982 e 1985], segundo intelectuais norte-americanos, um mundo não ‘hiperreal’, mas real justamente porque agora passa a ser encarado “como uma poderosa reorganização visual e

As cidades, assim como os indivíduos que as habitam, passam a ser conformados por este domínio tipicamente capitalista que pretende, além de outras coisas, a eliminação da diferença social, seu encapsulamento, ou mesmo a explicitação desta – quando conveniente ao turismo ou atração espetacular, porque transformada em igualdade como ausência de diferença, é muito mais fácil de ser controlada.

O princípio de liberdade, tão utilizado nos discursos do capitalismo e da globalização, estaria então comprometido por esta “igualdade” almejada, visto que só há liberdade quando as diferenças são respeitadas e mantidas, nunca eliminadas: a abstração das diferenças elimina, automaticamente, a liberdade. Assim como a sua explicitação, quando voltada ao espetáculo. Novamente observa-se um discurso que se contradiz constantemente, mas que, por meio das ações, utiliza de forma explícita a alienação e o controle das massas através da mídia e da “culturalização” desenfreada e sem conteúdo para se manter em todos os pontos do mundo.

Enfim, o objetivo maior das práticas capitalistas adotadas em relação à cidade contemporânea e sua esfera pública não é a restituição de uma dimensão cívica à cidade, nem tampouco do indivíduo. A cultura ou “culturalização”, segundo Otilia Arantes, tornou-se o objetivo principal e ingrediente indispensável da governabilidade e direcionamento dos gastos públicos; é através dela que as pessoas terão a sensação de estarem vivendo num mundo que dá vazão à participação e à democracia, um mundo que “respeita”, que minimiza os conflitos e elimina as disputas, mas valoriza e incentiva a diversidade, as manifestações culturais, o esporte, a história, a memória e que permite, através da tecnologia digital, que se conheça o mundo sem precisar sair de casa. Afinal, este é o papel convenientemente atribuído aos

espacial da cultura pública” cujas “exibições tornam visível a memória social e os seus meios de estabelecer identidade coletiva são estritamente baseados no mercado”. Para Zukin, o seu tamanho e interdependência funcional fazem deste “uma representação viável de uma cidade real” [visto que parcelas da classe média passaram a morar em subúrbios]: trata-se, segundo ela, da “estetização de uma paisagem urbana edificada sem o medo e o sexo da cidade” que sugere, inclusive, que uma cidade separada e menor pode ser murada no interior de uma cidade maior, princípio dos grandes condomínios que surgem cada vez com mais força nas grandes cidades, inclusive nas brasileiras. Idealizando o espaço público urbano, Disney World ofereceria então uma “estratégia competitiva de consenso para administradores urbanos em busca de estratégias de desenvolvimento econômico e filósofos públicos desesperados com o declínio da civilidade”, estratégia esta amplamente utilizada pela ideologia do chamado Planejamento Estratégico: “cultura visual, controle espacial e administração privada fazem do Disney World um tipo ideal do novo espaço público” especialmente após 1970, com a diminuição dos fundos de renovação urbana pelos governos nacionais conservadores ao mesmo tempo em que a competição pelo investimento do setor privado desencorajava o planejamento urbano pelos governos locais. ZUKIN, S. **Aprendendo com a Disney World**. In: Espaço & Debate, N. 43-44. p. 11-27.

museus e centros culturais, aos *shoppings* e suas salas de cinema, lojas e supermercados, à televisão, ao computador e ao telefone.

Assim, utilizando-se da cultura objetivada para vender um estilo de vida ideal ao capitalismo, o mercado sente-se à vontade para manipular e direcionar livremente a valorização e estetização do solo urbano conforme seu interesse maior, a atração de investimentos de capitais cada vez mais intensos: os “eventos culturais”, públicos, são espetacularizados e, em parte, privatizados ao mesmo tempo em que a função simbólica integradora de elementos tradicionais como a casa, quadra, rua, praça e bairro é desvalorizada, através de uma estetização do morar, um novo “urbanismo” baseado na harmonia imposta e artificial, que tem o condomínio fechado como expressão acabada. A cultura que a questão trata é, portanto, aquela que não mais é produzida pelo sujeito que, ao subjetivar o objeto, se enriquece, se cultiva e, então, a produz. Esta cultura objetivada é, segundo Simmel, aquela que já passou por este processo e se “desprende do sujeito”, se autonomizou e é, agora, o próprio sujeito das ações.

Otília Arantes cita as “cidades-evento” ou “cidades ocasionais” como fruto da capacidade que o capitalismo tem de gerar insignificância através da busca pelo aproveitamento de toda e qualquer oportunidade de globalização e abertura das cidades aos investimentos do capital e conseqüente valorização destes espaços voltados para o mercado. Para ela, a partir da década de 1970, a cidade passa a ser vista como produto de venda e consumo e, como todo produto, precisou adotar uma política agressiva de *marketing* para atrair investimentos e fazer com que os indivíduos ou coletividades que habitam as cidades acreditassem na necessidade real desses projetos sem significado urbano intrínseco e na imagem da cidade que este *marketing* passou a vender.²³²

²³² Esta situação torna-se tão explícita que foi elaborado um *ranking* no qual, de vinte e cinco países, o Brasil seria “dono” da décima quinta marca mais forte do planeta, se os países do mundo fossem transformados em marcas comerciais. Segundo o artigo, “os organizadores do estudo afirmam que a análise desta situação hipotética se torna cada vez mais necessária, uma vez que o fenômeno da globalização faz as pessoas observarem os países como se fossem produtos à venda, na medida em que aproxima e intensifica a competitividade entre as nações, que dia após dia lutam de maneira mais agressiva pela “atenção, respeito e confiança” de investidores internacionais, turistas e consumidores.” BARROS, E. **Se os países fossem marcas comerciais, o Brasil seria a 15º mais forte do mundo**. São Paulo, 03/08/2005 12h52. Publicado na seção *InfoMoney* do site UOL da Internet. Segundo o artigo, a pesquisa *National Brands Index*, realizada pela empresa Anholt-GMI, revela um ranking de 25 países cujo índice foi calculado com base em opiniões de dez mil consumidores a respeito de seis áreas específicas: turismo, força das exportações, confiabilidade do governo, vontade de investir ou morar no país, relevância da cultura, e avaliação da população.

Para Otília Arantes, o papel do urbanismo passou a ser, então, o de legitimador desta proliferação urbana que visa otimizar a competitividade das cidades, utilizando palavras como “requalificação”, “revitalização urbana” e as parcerias entre o setor público e a iniciativa privada como ferramentas desta legitimação. Assim, o planejamento urbano deixou de querer controlar o crescimento urbano motivado pelo objetivo único de proporcionar condições para que a cidade gere capital, configurando um empreendedorismo sem limites, ao que deveria ser um planejamento baseado na utilização de planos e regulamentos para guiar o uso e a ocupação do solo de forma consciente e baseado em uma preocupação com o futuro da cidade e das futuras gerações.²³³

Desta forma, os conflitos e contradições existentes na cidade contemporânea, a desigualdade e exclusão social, assim como o descontentamento urbano gerado ou intensificado pelo capitalismo, passaram a serem camuflados pela “arquitetura do espetáculo” com toda a sua capacidade de neutralizar ou fantasiar realidades de acordo com os interesses do capital. Ou seja, com toda a capacidade de controle social que, segundo David Harvey, o espetáculo passou a exercer nas cidades contemporâneas.

A chamada “cultura” torna-se assim uma poderosa ferramenta na argumentação que justifica quais os locais que merecem investimentos e valorização, e também a forma mais facilmente disfarçada de controle do “consenso” e de convencimento tanto dos investidores quanto dos “consumidores” da cidade: algumas vezes parcelas da população excluídas dessa prática convencem-se de sua legitimidade.²³⁴ Para Otília Arantes, esse uso ou manipulação da cultura em favor do mercado capitalista é “o novo combustível sem o qual a coalizão não fabrica os consensos de que necessita, pois se trata de uma máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e pelos “lugares” da cidade”.²³⁵

²³³ ARANTES, O. **Urbanismo em fim de Linha**. 1998. p. 136.

²³⁴ Em relação ao fato de a Prefeitura expulsar os sem-teto de espaços públicos da cidade, o jornalista Paulo Claudino coloca que a Praça da Sé, onde trabalha há 13 anos, “hoje está limpinha, porque passaram aí levando o pessoal, mas depois volta a mesma coisa de sempre. Deveriam continuar essa limpeza todos os dias – e não apenas com a varrição. Porque eles chegam aí e vão ficando”. **Prefeitura tira 200 sem-teto da Praça da Sé**. Estado de São Paulo – Caderno Cidades/Metrópole C3, 14/12/2007.

²³⁵ ARANTES, O. In: Cidade e Cultura: Esfera Pública e Transformação Urbana. **Cultura e Transformação Urbana**, 2002. p. 68. No Brasil, mais especificamente em São Paulo, tal observação se aplica freqüentemente a propagandas imobiliárias de empreendimentos a serem lançados [que há algum tempo toma páginas inteiras dos jornais], tendo como referência principal a proximidade ou fácil acesso destes aos equipamentos “culturais”, entre outros aspectos destacados. Isto sem considerar aquelas que, segundo Hugo Segawa, estas propagandas exaltam “as virtudes introvertidas de itens de lazer e segurança, áreas verdes

Desse processo, resultam alguns fragmentos de cidades que são praticamente iguais a outros, apesar de inseridos em diferentes realidades, o que pode tornar essa igualdade risível²³⁶: são as mesmas paisagens construídas, as mesmas posturas adotadas, os mesmos problemas camuflados, com o mesmo fim que é a compra e venda da cidade. Estes fragmentos das cidades passam a ser vistos como geradores de riquezas para as grandes empresas que, ainda acompanhando o pensamento de Otilia Arantes, são as atuais responsáveis pela construção destas cidades “globais”: para ela tanto Paris, como Barcelona e Berlim não fizeram mais do que, no dizer de Fredric Jameson [e de vários autores já vistos], “aplicar a fórmula da cidade-empresa-cultural”²³⁷ que tantas outras cidades provavelmente ainda aplicarão, impulsionadas por algum tipo de megaevento – como uma Olimpíada, por exemplo – e acabarão se tornando cada vez mais iguais, ou pelo menos, com grandes porções urbanas [fragmentos] iguais.

Para Jameson, o mundo se transforma, assim, na imagem de si próprio para atender às necessidades capitalistas de consumo por pseudos-eventos e por “espetáculos”, conforme a concepção de Platão do “simulacro”,²³⁸ ou cópia idêntica de algo cujo original nunca existiu. A imagem resultante passa a ser, portanto, o objetivo final de qualquer produção ou reprodução do mundo contemporâneo e uma de suas conseqüências é a modificação do próprio passado já que, se a imagem resultante é a cópia idêntica de um mundo que passa a ser essa imagem para todos os que a vêem e acreditam estarem diante do passado representado fielmente – como em uma fotografia, quem a produz tem o poder de reinventá-lo e transformá-lo em realidade da maneira que quiser, ou da maneira que o capitalismo, com toda a sua necessidade de alienação e manipulação, exigir.

Simmel, analisando a relação entre a cidade moderna e seu entendimento por parte do tipo metropolitano de individualidade - ou, nas palavras de Jameson, o modo como o homem moderno se “acostumou com aquele espaço” -, concluiu que “o homem é uma criatura que

ou boas vistas e raramente mencionam as qualidades dos bairros em que se situam, quase não se prendendo a questões básicas, como transporte e outras facilidades urbanas”. SEGAWA, H. **A feiúra concreta de São Paulo**, O Estado de S. Paulo, Caderno Aliás, J13. 30 de dezembro de 2007.

²³⁶ Segundo Laymert Garcia dos Santos, “São Paulo só é metrópole do capitalismo global nas redes cibernéticas, nos restaurantes e boutiques de luxo, nas pequenas ilhas de afluência guardadas por cães, seguranças e toda uma arquitetura de campo de concentração que protege seus felizes prisioneiros. O resto é o que ninguém quer ver e todos se esforçam por ignorar.” SANTOS, L. G. dos, **São Paulo não é mais uma cidade**. In: Cidade e Cultura: Esfera Pública e Transformação Urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 111 - 118.

²³⁷ JAMESON, F. in: **Pós – Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**, 1996. p. 45.

²³⁸ Idem.

procede a diferenciações”, sendo assim, a vida na cidade moderna - muito diferente da vida na cidade pequena e da vida rural - permitiu um posicionamento que de certa forma o protegeu e até mesmo o forçou a desenvolver mecanismos de adaptação a essas mudanças rápidas e complexas, que acabaram por resultar em uma reação muito mais racional que emocional, muito mais ligada ao intelecto e à economia monetária, à exatidão calculista, à pontualidade, à impessoalidade e, como consequência, ao que ele denomina “caráter *blasé*” do indivíduo moderno. Esse caráter surgiu, assim, de uma “incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada”,²³⁹ adquirida através da rapidez e contraditoriedade das mudanças.²⁴⁰

Atualmente, essas diferenciações necessárias à construção de um posicionamento de reação tornaram-se, portanto, impossíveis simplesmente devido aos mesmos processos que, segundo Otilia Arantes, geraram a homogeneização dos espaços de âmbito doméstico e do externo ou a indiferenciação entre estes espaços, produzida pelo mundo do *marketing* e das imagens, que acaba por ampliar a dificuldade do alcance da restituição de uma dimensão cívica à cidade.

Para Jameson, este fenômeno tem suas origens na teoria contemporânea, cuja crítica e descrédito em relação ao “modelo hermêutico do fora e do dentro”,²⁴¹ assim como a substituição da profundidade pela superfície – ou por superfícies múltiplas, têm sido verificadas na prática através do fim da esfera pública [fora] e do sujeito [dentro], assim como na falta de profundidade e crescente superficialidade em todos os âmbitos do mundo contemporâneo, geradas, segundo ele, por problemas identitários, nessa sociedade comandada, a partir de então, por sentimentos auto-sustentados e impessoais.

Seguindo esse pensamento e aplicando-o ao papel da arte [e da arquitetura], o “bloqueio” da capacidade de consciência e ação do homem como sujeito individual, resulta em uma imitação sistemática de modelos, sem critérios ou reflexão prévia, que [diferentemente do modernismo e sua noção de norma] resulta em uma arte totalmente abstraída de qualquer

²³⁹ SIMMEL, G. **A metrópole e a vida mental**, in VELHO, O. [org] – **O fenômeno urbano**, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

²⁴⁰ Além disso, Jameson coloca que ainda não acompanhamos a evolução da tecnologia da sociedade contemporânea, já que estamos acostumados com aquele espaço mais antigo, do modernismo, e não enfrentamos ainda o novo “hiperespaço” atual, cujo entendimento exige ainda um “desenvolvimento de novos órgãos, para a expansão de nosso equipamento sensorial e de nossos corpos até novas, inimagináveis e, talvez, impossíveis dimensões”. JAMESON, F. in: **Pós – Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**, 1996. p. 65.

²⁴¹ JAMESON, F. in: **Pós – Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**, 1996. p. 40.

sentido crítico ou questionador, ou seja, uma arte praticamente neutralizada. Na arquitetura e no urbanismo as operações de requalificação urbana, recriam modelos imagéticos “disneyficados” de um passado idílico, de um morar seguro, de um convívio social sem alteridade, de um consumo prazeroso e de construções impactantes. Assim, a quantidade passa a ser mais importante que a qualidade e multiplicam-se os estilos pretensamente individuais, como reflexo da fragmentação da própria vida social e da necessidade de espetacularizá-la.

Tendo em vista os pontos positivos e negativos do desenvolvimento histórico do capitalismo, a maior dúvida, portanto, é em relação à capacidade do sujeito – que se perdeu nesse mundo gerenciado para manipular suas vontades, seus espaços, seus meios de comunicação – restabelecer vínculos com esta cidade, ou seja, com um mundo que agora se apresenta predominantemente como um mundo virtual e de sua nova e aparente capacidade de inclusão. Assim sendo: será esse sujeito capaz de entender todo esse mecanismo de controle sem se sentir desmobilizado e impotente diante de uma possível inevitabilidade histórica? Os indícios que se obtêm a partir das leituras realizadas, especialmente no caso da área da Luz, é que a capacidade do sujeito encontra-se bastante mobilizada pelo discurso ideológico que se montou, desde a modernidade, e que hoje culmina na total espetacularização da vida, o que torna difícil a um sujeito que se perdeu de seu sentido original no mundo, a retomada de atitudes próprias.

Segundo Jameson, isso será possível somente a partir da criação de uma nova arte política, que prescindirá do entendimento do posicionamento individual e coletivo do sujeito e da recuperação da sua capacidade de agir e lutar, que está, hoje, neutralizada pela confusão espacial e social.

Fala-se, inclusive, que o fim ou a realidade próxima das grandes metrópoles contemporâneas talvez seja mesmo a morte do espírito existente nas cidades modernas,²⁴² uma morte para a qual a cultura [propiciada justamente pela cidade moderna], da maneira como está sendo utilizada pelo mercado e pela mídia, talvez esteja contribuindo e assegurando. A cidade que está nascendo se baseia, segundo Otília Arantes, na não-urbanidade e se configura como “não-território”, “lugar virtual”, “não-lugar”. Seria esse o destino

²⁴² SANTOS, L.G. **São Paulo não é mais uma cidade**. In: Cidade e Cultura: Esfera Pública e Transformação Urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 116.

das cidades contemporâneas? Para tentar responder esta questão tornou-se necessário buscar entender as contradições geradas por todo esse processo descrito, contradições estas que acabam questionando a própria arquitetura e, conseqüentemente, a realização do construir.

Assim sendo, guardada a definição de uma ideologia urbana moderna realizada por Manfredo Tafuri, nas discussões sobre a metrópole contemporânea e a “hiper – urbanização” global realizadas a partir das análises filosóficas de Fredric Jameson sobre “a lógica cultural do capitalismo tardio” e a leitura a respeito da atuação teórica e projetual de Rem Koolhaas, buscar-se-á no próximo capítulo trabalhar diferentes posicionamentos [tanto teóricos quanto práticos] em diferentes contextos, em relação às possibilidades e às leituras de transformação da cidade e da arquitetura, no mundo contemporâneo. Isto, baseado na leitura de que a questão urbana é, conforme Jameson, uma questão contemporânea na qual o urbanismo funciona como a fotografia de um fenômeno que reflete um fenômeno mais geral que envolve as mudanças na economia, as novas formas de produção cultural e o próprio lugar da cultura, e da cidade, na economia contemporânea.²⁴³

²⁴³ Para essa questão, ver JAMESON, F. **Globalização e estratégia política**. in: *Cultura do Dinheiro – Ensaio sobre a globalização*, 2001. p. 17-41.

CAPÍTULO 4 - ARQUITETURA E SUAS [IM]POSSIBILIDADES: UMA DISCUSSÃO ATUAL

Durante os estudos surgiu a necessidade de, por um lado, aprofundar como alguns aspectos de configuração da cidade, tais como contexto, processo social e forma urbana relacionam-se com as mudanças econômicas; assim como ampliar a compreensão de distintos processos de espacialização da cidade, enfatizando o estudo de sua evolução teórica e aplicada, desde os fins do século XIX. Isto, ciente de que a discussão da cidade ou da crise da cidade nos parâmetros em que foram ou são colocados pela discussão européia e americana, ainda que tenham um alcance genérico, não devem ser aplicados mecanicamente à discussão sobre São Paulo.²⁴⁴

Tendo estas questões como objetivo, buscou-se entender o sentido e as etapas fundamentais da história da arquitetura, da urbanística moderna e da ideologia conforme discutidos por Manfredo Tafuri que, “ao procurar esclarecer as bases de sua análise, afirmando que trabalhou a ideologia como estrutura, portanto, da falsa consciência humana”, delimitou a “arquitetura como ideologia, como instituição que ‘realiza’ a ideologia, como disciplina posta em crise pelas novas técnicas de integração do universo produtivo e da planificação anticíclica...”.²⁴⁵ Para Tafuri, as soluções anti-cíclicas das crises do capitalismo implementadas a partir da crise de 1929, iniciada com a queda da Bolsa de Nova Iorque e rapidamente estendida a todo sistema capitalista, acabaram por retirar da arquitetura moderna a autonomia [e o controle] em relação ao Plano [questão que será complementada adiante].

Segundo Jameson, conforme visto no capítulo anterior, na arquitetura se verifica mais evidentemente as transformações da produção estética e seus problemas teóricos. Também já foram verificadas as diferenças teleológicas entre o alto modernismo e o pós-modernismo, ainda segundo Jameson.²⁴⁶

As teorias do pós-moderno demonstram, então, uma nova formação social, “que não mais obedece às leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes.”²⁴⁷ O pós-modernismo na cultura está, segundo as análises de

²⁴⁴ Já se comentou a “dificuldade” teórica de se pensar as cidades, como São Paulo, como metrópole. Para Laymert Santos, essa questão talvez seja mais aguda. Pois, ela já teria justamente rompido seu espírito de cidade sob as forças “concomitantes e complementares da riqueza e da miséria” que, segundo o autor, tomaram conta do espaço e do tempo, dos lugares e das pessoas. SANTOS, L. G. dos, **São Paulo não é mais uma cidade**. In: Cidade e Cultura: Esfera Pública e Transformação Urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 116.

²⁴⁵ TAFURI, M. **Projeto e Utopia**, 1986. p. 13.

²⁴⁶ JAMESON, F. in: **Pós – Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**, 1996.

²⁴⁷ Idem. p. 29.

Jameson, diretamente ligado a um posicionamento político com respeito à natureza do capitalismo multinacional em nossos dias.

4.1. INOVAÇÃO X TOTALIDADE: A OBRA DE REM KOOLHAAS

As cidades hoje, a cidade que temos que enfrentar, são feitas de fragmentos, pedaços de modernidade.

Rem Koolhaas

Muitos aspectos da ideologia urbana moderna discutidos e analisados por Tafuri [acredita-se que] são trabalhados por Koolhaas, não em um nível utópico - mesmo porque, ainda segundo Tafuri, deixou de ser pertinente 'o' ou 'um único' projeto utópico, mas em um nível ideológico que parte da constatação da possibilidade de coexistência de distintas ideologias no mundo contemporâneo e da necessidade de mostrá-las ou representá-las.

Portanto, é interessante observar como Koolhaas, arquiteto e teórico, se posiciona em relação à dialética moderna "Inovação x Totalidade": a despeito de não haver a preocupação com a forma no sentido moderno – apesar de considerar a estética das estruturas modernas positivas – há ainda uma busca pelo alcance da totalidade, na qual todas as partes estão em relação formal com o todo, criando uma tensão entre fragmentação e totalidade.

O fim da dialética moderna entre inovação e totalidade é uma constatação que Jameson observa em Koolhaas: segundo ele, Koolhaas o utiliza em praticamente todos os seus projetos, assim como observa o fim da utilização da determinação como meio de leitura e atuação na metrópole. Interessante notar que a indeterminação como única determinação possível para o conjunto urbano, pode ser interpretada, como já detectada por Tafuri, que a relaciona ao fracasso da urbanística moderna apoiada na forma enquanto tentativa utópica de controle.

Em relação à forma e sua desagregação, Koolhaas não mais entende a arquitetura como uma disciplina e não mais acredita na autonomia pregada pelo modernismo, assim como o espaço passa a ser visto por ele como articulação de elementos existentes, uma junção das "coisas" extra-arquitetônicas. A partir do momento em que o programa passa a ser mais importante que a forma, material e detalhes construtivos, e de uma forma distinta da concepção moderna da forma seguindo à função, o programa deve abranger os elementos

existentes na metrópole, que passa a assumir o papel de uma segunda natureza, uma natureza tecnológica na qual o homem se dilui e desaparece, assim como era antes da separação moderna entre homem e natureza ou sujeito e objeto, descrita por Simmel.²⁴⁸

Tal atitude pode ser analisada como uma busca pelo fim ou anulação da contradição inerente à arquitetura como parte deste processo que, ao dominar e destruir a natureza [a partir da separação homem / natureza que antecede a relação sujeito / objeto] acaba destruindo o próprio homem e sua subjetividade. Assim como descrito por Tafuri ao analisar a arquitetura moderna, ou os seus desdobramentos nos anos 1960 [que ele já denomina de neovanguarda], cuja obra se espelharia na metrópole contemporânea ao construir espaços ou objetos arquitetônicos que se configuram como fragmentos incompletos “de modelo utópico”.²⁴⁹

De acordo com essa análise, as propostas de resgate da arte que surgiam a partir de então assumiram as mesmas feições das propostas das vanguardas históricas, mas, segundo Tafuri, sem “a clareza ou confiança em si mesmas que aquelas podiam legitimamente ostentar”, ou seja, sem a preocupação, ou a fé no alcance social das anteriores que, portanto, tinham uma dimensão de totalidade. Segundo ele, a obra de arte da neovanguarda, cada vez mais “baseada nos fragmentos incompletos que propiciam a experimentação de uma nostalgia romântica, tem muito a ver com idéia de colecionismo de uma pessoa que compra um testemunho do tempo e da história”.²⁵⁰ A arquitetura ou os objetos arquitetônicos, então, poderiam também ser vistos como a obra de arte, como um “fugaz fluxo de movimentos estáticos”²⁵¹ que, neste caso, não almejam a totalidade.

Isso devido ao fato de que, para Tafuri, o modernismo colocava a arquitetura em relação a “tudo”: a sociedade industrial, a tecnologia, os programas sociais, a pesquisa formal [inovação] etc e direcionava a resultante no sentido de uma nova sociedade, um novo mundo [*Neu Welt*]... A crise do moderno advém, portanto, da impossibilidade de poder controlar todas essas relações através do plano na medida em que este não é mais exclusivo dos arquitetos e que provoca, segundo Tafuri, a “perda” daquele projeto universal [o projeto moderno].

²⁴⁸ Inclusive, analisando as formas de sociabilidade através das obras de Simmel, dentre outras, Frúgoli lembra Levine afirmando que “para Simmel, não há coisa ou evento que tenha um significado intrínseco ou fixo, mas que emerge apenas através da interação com outras coisas e eventos”. FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Sociabilidade Urbana**, 2007. p. 11.

²⁴⁹ Ver: TAFURI, M. **Projeto e Utopia**, 1986. Capítulo 7, A Architectura e o seu duplo: Semiologia e Formalismo. pp. 102-113.

²⁵⁰ Citando o pintor ROSENQUIST, J. In: TAFURI, M. “Projeto e Utopia”, 1986. p. 96.

²⁵¹ TAFURI, M. **Projeto e Utopia**, 1986. p. 96.

Assim, o que resta aos arquitetos são apenas fragmentos deste projeto universal anterior: há aqueles que se tornam atuantes em projetos sociais, outros se restringem ao desenvolvimento tecnológico enquanto outros se dedicam à sociedade de consumo, indústria cultural, mercado imobiliário etc... Estes são os fragmentos aos quais Tafuri se refere e que se multiplicam quanto mais complexas tornam-se as relações nas cidades. Vale lembrar que, mesmo entendendo o Plano, e seu papel demiúrgico, como uma construção ideológica, Otilia Arantes observa que a própria idéia do Plano Diretor, em termos urbanos, passa a ser questionada em detrimento de uma outra Ideologia, a do Fragmento, que indica a impossibilidade de um pensamento unitário para a cidade, propondo pensar pontual e de modo desconexo as várias “partes” da cidade, como forma de [modesta e minimamente] respeitar as particularidades.²⁵²

Ainda que o texto de Otilia Arantes seja deslocado 30 anos em relação ao de Tafuri, as suas proximidades conceituais aparecem de forma efetiva. Pois a arquitetura passa assim, segundo a concepção de ambos, a ser caracterizada pelo vazio formal e pelos significados imagéticos que, como fragmentos, assumem na metrópole contemporânea. Segundo Tafuri, “para reger o espaço metropolitano a arquitetura parece obrigada a tornar-se o fantasma de si própria”²⁵³ com a pretensão de definir – unicamente com os instrumentos disciplinares que lhe são próprios – as estruturas primárias da cidade.²⁵⁴

Anteriormente, como a forma “pura” moderna era vista como oposição ao caos – devendo ser procurada dentro dele – a reconquista da totalidade do ser ou da arte estava condicionada à problematidade da própria forma, que traduziria esse mesmo caos em ordem e liberdade. Há aqui, portanto, uma problematização da noção de purismo, pois é uma estratégia criativa que alcança a pureza na ordenação do caos e não na eliminação das referências, ou elementos, da sociedade industrial. O conceito de totalização foi utilizado, portanto, com o

²⁵² O texto de Otilia Arantes é paradigmático desta situação: ARANTES, O. **Urbanismo em Fim de Linha**. 1998.

²⁵³ TAFURI, M. **Projeto e Utopia**, 1986. p. 98.

²⁵⁴ Mies Van der Rohe – que segundo Tafuri teria tido várias fases, iniciando em uma cultura antiutópica e seria o *enfant terrible* do movimento moderno – profetizou algo que se tornou realidade experimentada nas cidades norte-americanas: seus edifícios transformaram-se em objetos capazes de “existir através da própria morte, só assim se salvando de um naufrágio certo”, caracterizando bem essa transformação da arquitetura. Ainda que não nomeie, a referência a Aldo Rossi é explícita, tanto em relação à autonomia disciplinar da arquitetura, como em relação à estrutura primária da cidade, os fatos urbanos em Rossi. Em relação a O. Arantes, sobre o caráter formal, ou o formalismo dos edifícios contemporâneos, realizando algo anunciado pelo próprio modernismo, ver o texto **Arquitetura Francesa Pós-Beaubourg**.

intuito de racionalizar a organização global da “máquina citadina” moderna, que deveria constituir uma “imagem unitária” na qual coexistiriam o rigor do plano – a necessidade – e a liberdade.

De acordo com Tafuri, do elemento padronizado à célula, ao bloco singular, à *Siedlung*, atingindo a cidade: esta foi a cadeia de montagem implantada com excepcional clareza e coerência pela cultura arquitetônica de entre as duas guerras. Nela, cada pedaço é completamente resolvido em si e tende a desaparecer, a diluir-se formalmente na montagem. Acontece assim, uma revolução da própria experiência estética: não se trata mais da apreciação de objetos, mas sim de um processo, a viver e a fruir enquanto tal.

As *Siedlungen* se contrapunham à realidade existente, e por isso tinham que ficar “fora” das cidades, sendo seu oposto, já que a metrópole, por ser “naturalmente” contraditória e desordenada, não aceitaria o equilíbrio inerente à organização destas. Surgem, portanto, como verdadeiras utopias construídas, só que à margem de uma realidade urbana por elas bem pouco condicionada. Para Tafuri, “as cidades históricas e os territórios produtivos continuam a acumular e a multiplicar as suas contradições”, que “se revelarão mais decisivas dos instrumentos elaborados pela cultura arquitetônica numa tentativa para as controlar”.²⁵⁵

Contudo, a constante teórica da elaboração de modelos de integração generalizáveis - como é o caso das *Siedlungen*, segundo Tafuri, acabou por reproduzir na cidade a forma desagregada da cadeia de montagem, e esta se manteve como um agregado de partes, unificadas funcionalmente ao nível mínimo. Na *Siedlung*, Tafuri, parafraseando Benjamin, afirma que se consuma a “destruição da aura”, ligada ao bloco arquitetônico. Isso porque, segundo Tafuri, ao mesmo tempo em que a *Siedlung*, é “oásis de ordem”, ela contrapõe declaradamente o “modelo do campo ao da grande cidade” ao pretender “unir o desenvolvimento dos novos sistemas de produção na construção civil a uma organização fragmentada e estática da cidade”, sendo que a cidade do desenvolvimento, incondicionalmente, “não aceita equilíbrio no seu seio”.²⁵⁶

Com Hilberseimer, mas sobretudo, com Le Corbusier a vanguarda atinge o ápice de suas elaborações, segundo Tafuri em Argel: “o plano *Obus* não se limita a pretender um novo

²⁵⁵ TAFURI, M. **Projeto e Utopia**. 1986. p. 74.

²⁵⁶ Idem. *Ibidem*.

‘estatuto do terreno’, o qual, ao vencer a anarquia paleocapitalista da acumulação fundiária, torna a totalidade do solo disponível para reorganização unitária e orgânica daquilo que, desse modo, passa a ser um sistema urbano propriamente dito.”²⁵⁷

Para Tafuri a crise da ideologia arquitetônica ocorre através de um revés duplo, tanto a partir da crise de 1929, quando o capitalismo toma para si a noção do Plano que reorganiza a produção, quanto da ação da burocracia soviética, que afirma o seu papel de organização da produção através dos Planos Quinquenais no início da década de 1930. Assim, após a tomada de consciência da realidade do Plano e da obsolescência da arquitetura, descritos em relação à vanguarda moderna, Tafuri coloca que “torna-se objetivamente obsoleto o papel de quem antecipa ou medeia ideologicamente o próprio plano.”²⁵⁸

Como vimos, esta obsolescência conheceu tentativas frustradas de recomposição do papel da arquitetura. Atuante na cidade contemporânea, e tendo de lidar ainda com a referência, ou com as questões abordadas pelo modernismo, Koolhaas, acredita que resistir à totalização utilizada pelos modernos [de coexistência do rigor, da necessidade e da liberdade] resulta apenas em uma falsificação das diferenças, visto que tudo nunca foi tão homogêneo como hoje [e a defesa das diferenças só surge a partir do momento em que ela não mais existe] e “abraçou [a totalização] com entusiasmo [...] dando corpo à vontade de incluir um mundo inteiro dentro de si”.²⁵⁹ Ao contrário dos modernos, que viam na homogeneização racional um meio de garantir uma igualdade social não existente nas cidades, Koolhaas busca abranger todos os elementos existentes na metrópole que, como já dito, passa a assumir o papel de uma segunda natureza.

4.2. O CONCEITO DE BIGNESS OU URBANIDADE INTERIOR

Relativo a esse princípio da Totalidade e, de certa forma, à crise da função ideológica da arquitetura, o conceito do *Bigness* – ou urbanidade interior – foi desenvolvido por Koolhaas como um meio desta lidar com a cidade contemporânea e seus grandes complexos edificadas. Tal conceito coloca o tamanho do edifício como o instigador de um programa ideológico que, independente do desejo de seus arquitetos, não é um problema intelectual, considerado por Koolhaas como a caminho da extinção: o *Bigness*, segundo ele, instiga ainda o regime da

²⁵⁷ TAFURI, M. **Projeto e Utopia**. 1986. p.87.

²⁵⁸ Idem. p.14.

²⁵⁹ JAMESON, F. **Os limites do pós-modernismo**. 1996. p. 178.

complexidade que mobiliza todos os âmbitos da arquitetura e os campos a ela relacionados. Proporcionado pelas invenções tecnológicas [ar condicionado, elevador etc], o conceito do *Bigness* reorganiza o mundo social de acordo com uma vasta programação que, livre dos pensadores, exalta uma condição urbana completamente oposta àquela objetivada pela ideologia urbana moderna.

O interessante é a forma pela qual o *Bigness* decorre da constatação de uma impossibilidade de comandar ou de controlar da arquitetura: a autonomia das partes não é vista como fragmentação, mas como uma espécie de “antídoto” contra ela, visto que as partes permanecem comprometidas com o todo. Segundo Koolhaas, os projetos de grande escala “exigem a adoção de uma postura crítica diante das imposições da tecnologia tanto em matéria de estrutura como de instalações. Outro ponto é que têm um caráter cultural relativo à sua condição de universo autocontido – com todas as liberdades, atrações e singularidades que isto implica”.²⁶⁰

Em decorrência do *Bigness*, surge a necessidade de se imaginar uma nova forma na qual estes universos independentes e não-complementares possam coexistir, talvez realizando a crítica da própria ideologia através de uma eliminação dos “mitos impotentes e ineficazes a que recorriam às esperanças projetistas anacrônicas”, a qual Tafuri se referia ao falar da possibilidade futura da atuação arquitetônica. Nesse sentido, o elevador é visto como um meio tecnológico com potencial de estabelecer conexões mecânicas mais que arquitetônicas, isto é, elimina qualquer relação de proporção arquitetônica, pois permite novas alturas aos edifícios, distintas daquelas que as antigas proporções estabeleciam, assim como as demais “invenções” também são responsáveis por outras transformações nas relações de composição, escala, proporção e detalhes. A arte da arquitetura, portanto, torna-se praticamente inútil no *Bigness*, não servindo mais à “dissimulação” das contradições da cidade contemporânea, ou como promessa de reorganização social. Fala-se em grandeza e não totalidade, esta ainda seria um problema arquitetônico. A grandeza, a grande escala, incorpora a arquitetura. É ela que põe “tudo” em relação: os dispositivos mecânicos [elevador, ar condicionado etc], os sistemas, os fragmentos urbanos, a arquitetura.

²⁶⁰ KOOLHAAS, R. El Croquis **OMA – Rem Koolhaas 1987-1992**. p. 20.

Na Europa, especificamente, *Bigness* gera uma discussão sobre sua aplicação, tendo ainda o valor da contribuição da megaestrutura - cujo suporte técnico coloca em questão o *status* de um edifício individual. Para Koolhaas, isso gera um *Bigness* mais “saudável”: ainda limitado, mas com um potencial desfocado que renova tudo, mas nunca confronta, nunca exige seu lugar e, por isso, acaba sendo criticado como decoração.

Assim sendo, segundo seu idealizador, o *Bigness* possibilita hibridizações programáticas, proximidades, fricções, sobreposições, superposições que liquidam todo o aparato inventado no começo do século – analisado por Tafuri – para organizar as relações entre partes independentes. Assim, ele põe em relação os fragmentos [da vida contemporânea, ou da cidade contemporânea, gerados no modernismo] construindo uma totalidade outra, pois esses fragmentos permanecem presentes e visíveis, gerando uma tensão constante. Uma obra emblemática dessa tensão é o Expolille. Nela as partes, ao mesmo tempo em que aparecem enquanto tal, contribuem para a formação do todo, ou melhor, se submetem ao todo. A composição do todo e a colagem das partes permanecem como solução tensa. Para lembrar e problematizar Debord, Koolhaas parece reunir as partes mantendo-as tensamente separadas e unificadas.

O desaparecimento transcende a questão do *Bigness* e de sua presença massiva através do extenso engajamento com a simulação, virtualidade e não-existência. Para Koolhaas, a experimentação da virtualidade assume o desaparecimento da arquitetura prevista pelos sociólogos, ideólogos e filósofos americanos, intelectuais franceses etc, que sugeriram a arquitetura como o primeiro “sólido que desmancharia no ar”. Isso devido aos efeitos combinados da expansão demográfica, eletrônica, da mídia, da economia, do fim da religião, do livro, do telefone, do fax, democracia, enfim, do fim da Grande História: em nome da modéstia, “*Bigness* assume a onipotência do mundo da realidade virtual”.²⁶¹

Como teórico Koolhaas vê na arquitetura uma profissão que se torna assim incapacitada de explorar os eventos sociais e econômicos dramáticos que, se confrontados, poderiam restaurar sua credibilidade. Sem a construção de uma teoria do *Bigness*, os arquitetos estariam, segundo ele, se colocando na posição de “criadores de Frankensteins”: investigadores de um experimento parcial bem sucedido, cujos resultados estariam se perdendo e assim, sendo desacreditados. De acordo com Koolhaas, como *Bigness* não existe

²⁶¹ KOOLHAAS, R. **S, M, L, XL**. 1998. p. 187.

como teoria, não se sabe bem o que fazer: onde colocá-lo, como usá-lo, como implantá-lo, ou seja, os “grandes erros são nossas únicas conexões com o *Bigness*”,²⁶² sendo totalmente permitidos.

Contudo, ele manifesta a consciência de que esse é um domínio teórico do fim do século XX [e talvez do início do XIX], cuja atração principal é seu potencial de reconstruir o “todo”, fazer ressurgir o “real”, reinventar o coletivo, atraindo suas máximas possibilidades. Só através do *Bigness* a arquitetura poderia se dissociar dos exaustivos movimentos artísticos e ideológicos do modernismo e do mero formalismo para reaver sua instrumentalidade como veículo de modernização. Koolhaas reconhece as dificuldades inerentes à arquitetura, mas não as compensa com o que ele denomina de “regurgitações de mais arquitetura”. Para tanto, propõe uma atuação na nova economia que não parte do princípio de que “tudo é arquitetura”, mas do qual uma posição estratégica é baseada na concentração, que a tornaria muito mais eficaz.

Para tanto, o *Bigness* precisaria destruir para criar um novo começo, que reacenderia o que ele quebrou, talvez coincidindo com a postura que Tafuri define como ideal ao afirmar a não possibilidade, tanto de se propor “contra-espacos” arquitetônicos, quanto da procura por alternativas inseridas nas estruturas que condicionam o próprio caráter do projeto: os problemas criados a partir de uma determinada maneira de pensar não poderiam, portanto, ser solucionados por esta mesma maneira. Assim, para Tafuri, não há possibilidade de salvação da arte dentro da própria arte, devido ao fato desta estar situada entre os objetivos “positivos” e a desumana auto-exploração da sua redução objetiva à mercadoria.

Sendo esta nova forma de pensar, um paradoxo é que apesar de todo o cálculo necessário ao seu planejamento – devido à sua séria rigidez – *Bigness* depende de regimes de liberdade, da máxima diferença, para poder sustentar o que Koolhaas chama de “uma promíscua proliferação de eventos” em um único *container*. Através do domínio da contaminação sobre a pureza, e da quantidade sobre a qualidade, ele coloca esse conceito como um modelo de uma espécie de “alquimia programática” cuja artificialidade e complexidade defendem certo tipo de “liquefação” para poder suportar genuinamente novas relações entre entidades funcionais que expandem mais que limitam suas identidades.

²⁶² TAFURI, M. **Projeto e Utopia**, 1986.

As atividades intrínsecas à estrutura demandam a interagir, mas *Bigness* as mantém separadas e regula as intensidades da coexistência programática, configurando certo nível de controle intrínseco à sua proposta. Percebe-se que a dosagem de controle e liberdade é muito importante na obra de Koolhaas, e se contrapõe ao controle total buscado pela ideologia urbana moderna, mesmo que esta tenha tentado teoricamente em alguns momentos também inserir certos graus de liberdade e flexibilidade através de algumas possibilidades de escolha e participação por parte do público a qual se destinava.

Tal afirmação se refere principalmente à atuação de Le Corbusier, cujos objetivos, segundo Tafuri, – no âmbito da cultura progressista européia – foram os de “absorver aquela multiplicidade, mediar o improvável com a certeza do plano, compensar a organicidade e desorganicidade agudizando-lhes a dialética, demonstrar que o nível máximo de programação produtiva coincide com o máximo de produtividade do espírito”, refletindo a consciência da frente tripla em que a arquitetura deveria combater: organização da produção, distribuição e consumo. Ao arquiteto, caberia ser o organizador, e não “desenhador de objetos”.²⁶³

Na escala da cidade as malhas das grandes estruturas – ou *terrains artificiels* – apresentavam uma liberdade de inserção de elementos residenciais pré-formados como meio de oferecer um convite para que o público se tornasse “projetista ativo da cidade”, prevendo inclusive a possibilidade de inserção de elementos excêntricos e ecléticos nas malhas de estrutura fixa: a arquitetura foi assim utilizada como ato pedagógico e instrumento de integração coletiva. O público foi, então, solicitado e tornado participante crítico do seu papel criativo ao contribuir para a reorganização urbana e esse foi, enfim, o papel da vanguarda industrial, da autoridade, dos “fruidores”, “uma função praticamente homogênea no processo de contínuo desenvolvimento e transformação.”²⁶⁴

Contudo, o que diferencia o tipo de controle das ideologias citadas é que o tipo de controle hoje proposto pela teoria do *Bigness*, ao mesmo tempo em que estimula a intensidade, oferece graus de serenidade e brandura devido ao fato de ser simplesmente impossível “animar” sua massa inteira com intenção. A vastidão do *Bigness* exausta a compulsão arquitetônica por decidir e determinar e, para controlar essa exaustão, zonas são deixadas de lado, como se estivessem “livres” da arquitetura.

²⁶³ TAFURI, M. **Projeto e Utopia**. 1986. p. 86.

²⁶⁴ Idem. p. 90.

Dessa forma, segundo Koolhaas, controle e liberdade são cuidadosamente dosados e a arquitetura se torna, ao mesmo tempo, mais e menos arquitetônica: mais por causa da enormidade do objeto; menos por causa da perda da autonomia – ela se torna instrumento de outras forças, das quais é também dependente. Essa ambição arquitetônica pela megalomania só se torna passível de alcance ao preço de desistir de controlar e, justamente por isso, a força a estabelecer uma relação direta e quase umbilical com outras disciplinas tão críticas quanto a arquitetura, montando uma espécie de “equipe”, ou *Team*, como ele define.

Em Le Corbusier, quando do Plano de Argel, contudo, essa liberdade estaria mais relacionada com um convite para que o público se tornasse “projetista ativo da cidade”, utilizando a arquitetura como ato pedagógico e instrumento de integração coletiva, o que não deixa de ser também uma forma de controle.²⁶⁵

Interessante comparar também o valor do vazio para a teoria do *Bigness* e para a ideologia urbana moderna: para Koolhaas, o vazio é o único elemento de controle, já que o edifício está sempre sujeito às forças políticas, financeiras e culturais – em transformação perpétua e, portanto, incontroláveis como as áreas e formas de aglomeração, enquanto o vazio é o sujeito onde as certezas arquitetônicas são ainda convincentes.²⁶⁶ Para a ideologia urbana moderna, segundo Tafuri, o espaço vazio é apenas mais um elemento constitutivo da edificação, pois, ao formar quarteirões, torna-se fator de configuração urbana e, portanto, objeto de controle e ordenação, como qualquer outro.²⁶⁷

Para a cidade contemporânea, as consequências do *Bigness* é que ele transforma a arquitetura, e sua acumulação gera um novo tipo de cidade: o “exterior” da cidade não é mais um teatro coletivo onde isso acontece; não há um coletivo “abandonado” como, por exemplo, a rua, que tem se tornado, para Koolhaas, um resíduo organizacional, um “mero segmento no

²⁶⁵ TAFURI, M. **Projeto e Utopia**. 1986. p. 90/91.

²⁶⁶ Koolhaas determina então - segundo esse princípio de “*void and full*” ou “*nothingness*” - “zonas de liberdade” para as construções, onde as leis de arquitetura ficam suspensas, e determina as zonas de controle, ou seja, o “vazio”, onde fica determinada a não construção. **QUADERNS Monographies**. p. 32.

²⁶⁷ Segundo Tafuri, “a arquitetura da grande cidade depende essencialmente da solução dada a dois fatores: a célula elementar e o conjunto do organismo urbano”. De acordo com essa visão, a importância de cada espaço - ou pedaço da cidade - para o todo caracteriza o espaço vazio, por exemplo, como elemento constitutivo da habitação determinando-lhe o aspecto que, ao formar os quarteirões, o vazio torna-se um fator de configuração urbana, aquilo que “representa a verdadeira finalidade da arquitetura; reciprocamente, a estrutura planimétrica da cidade terá uma influência substancial no projeto da habitação e do espaço vazio”. HILBERSEIMER, op.cit. TAFURI, M. **Projeto e Utopia**. 1986. p. 71.

plano metropolitano contínuo” gerado provavelmente a partir da transformação desta em “máquina de circulação” pela visão modernista de Le Corbusier e seus seguidores.²⁶⁸ Assim, ao invés de defender determinadas concepções urbanas modernas – como a convivência, o sentido comunitário, a ordem e a segurança, *Bigness* pode existir em qualquer lugar do plano e, apesar de incapaz de estabelecer relações estáveis com a cidade clássica – enfim, ele apenas coexiste, a quantidade e complexidade das facilidades que ele oferece para tanto, o faz urbano.

A grande cidade não é, portanto, mais vista como uma verdadeira unidade, uma “enorme máquina social”, mas o *Bigness*, assim como a “célula moderna”, pode ser visto como o elemento que condiciona a dinâmica de outras – mas não todas, como no caso moderno – construções da cidade. Em relação à possibilidade de passar a ter o valor de tipo moderno, ao contrário deste, *Bigness* não predispõe todas as coordenadas de planificação do conjunto urbano, não propõe que cada pedaço da cidade seja completamente resolvido em si, assim como também não pretende se diluir na homogeneidade da cidade de forma a transformar o caos nela existente em forma lógica e unívoca.

Isso não acontece justamente porque *Bigness* não apenas precisa da cidade, ele compete com a cidade, representa a cidade, pressupõe a cidade, “ele é a cidade”. Se o urbanismo gera o potencial que a arquitetura explora, *Bigness* enfatiza a generosidade do urbanismo acima dos significados da arquitetura e, justamente devido a sua total independência do contexto, propõe-se a ser a única arquitetura que pode sobreviver, ou mesmo exportar, a atual condição global da “tabula rasa”. Não se inspira pelos dados dos sentidos passados, mas gravita de forma oportuna para locais de máxima promessa estrutural.

Koolhaas coloca que nem toda a arquitetura, nem todo o programa e nem todos os eventos serão atingidos pelo *Bigness*: há muitas necessidades com as quais ele simplesmente não tem nada a fazer justamente por serem muito enfocadas, fortes, desafiantes, secretas, subversivas. *Bigness* seria o último grau da arquitetura: uma contradição, uma hiper-arquitetura. Assim, os seus *containers* serão, para ele, os dominantes na paisagem pós-arquitetural: inflexíveis, imutáveis, definitivos.

²⁶⁸ FRÚGOLI JUNIOR, H. **Sociabilidade Urbana**. 2007. p. 27.

Mais além, a “vontade de incluir um mundo inteiro dentro de si”, identificada por Jameson nos projetos de Koolhaas é um grande contraponto ao projeto moderno: “essas aventuras públicas devem sublinhar a exclusão da vida privada” quando consideram que não existe mais lugar para a experiência histórica e geográfica devido à identificação de um processo de reificação da vida social. Sendo assim, “os paradoxos da propriedade privada depois do fim da sociedade civil” ²⁶⁹ são reincorporados ao projeto.

As categorias modernistas mais antigas de envoltório, incorporação, recipiente e a dualidade entre interior e exterior são, desta forma, exacerbadas e denotam a não existência de uma modernidade em si, e nem de uma pós-modernidade em si, já que uma só existe em relação à outra. Segundo Jameson, “a caixa enorme que aloja a Biblioteca da França, ²⁷⁰ por exemplo, contraria, por sua própria enormidade, as concepções tradicionais da parte externa ou da forma”. ²⁷¹

Figura 23 – Maquetes do projeto para a Biblioteca da França – Fonte: El Croquis “OMA – Rem Koolhaas 1987-1992”

²⁶⁹ JAMESON, F. **Os limites do pós-modernismo**. 1996. p. 179.

²⁷⁰ “The ambition of this Project is to rid architecture of responsibilities it can no longer sustain and to explore this new freedom aggressively. It suggest that, liberated from its former obligations, architecture’s last function will be the creation of the symbolic spaces that accommodate the persistent desire for collectivity.” A respeito Projeto da “Bibliothèque de France” OMA – Office for Metropolitan Architecture . KOOLHAAS, R. S,M,L,XL.

²⁷¹ JAMESON, F. **Os limites do pós-modernismo**. 1996. p.179.

Essa não-forma “negaria as concepções mais grandiosas, corbusianas, da relação essencialmente expressiva entre o interior e suas linhas plásticas e paredes exteriores que abandonam sua rigidez e acompanham flexivelmente suas funções de forma a corresponder esteticamente às realidades tão diferentes do interior” constituindo, assim, o que Jameson denomina estética hemenêutica. Assim, caberia aos diferentes materiais utilizados nas superfícies exteriores a diferenciação das atividades espaciais e existenciais do interior do edifício, gerando o que é por ele caracterizado como uma “correspondência expressiva virtualmente pré-alegórica ou simbólica, de uma espécie de combinação um a um na qual o problema da própria representação parece desaparecer, deixando-nos com o frescor de uma espécie de natureza nova”, ²⁷² que remeteria justamente a essa segunda natureza que o homem passa a querer imitar, num processo mimético idêntico ao que legitimou sua atuação moderna frente a essa questão.

Ainda em relação ao *Bigness*, a grande distância entre seu centro e os limites do edifício condiciona um ponto em que a fachada não pode mais revelar o que acontece dentro: assim sendo, para Koolhaas, aquela “humanista expectativa de honestidade moderna é domada”. Interior e exterior tornam-se projetos separados, um duelando com a instabilidade das programáticas e iconográficas necessidades, o outro – o novo agente da desinformação – oferecendo à cidade uma aparente estabilidade do objeto.

Assim sendo, *Bigness* transforma a cidade de cheia de certezas a uma acumulação de mistérios a partir do momento em que o que se vê, não é o que se tem realmente. Seu impacto é independente de sua qualidade e sua existência não faz parte, portanto, de nenhuma questão urbana: ele apenas coexiste com os diversos elementos da cidade não pretendendo transformá-la, ou mesmo revolucioná-la, ao contrário da ideologia urbana que Tafuri analisa.

Jameson ainda analisando o conceito de *Bigness* - ou grande escala -, compara a forma como Koolhaas organiza as funções programáticas internas do edifício da Biblioteca da França, a “órgãos flutuantes que pairam dentro de seu recipiente” ou, no caso, dentro do cubo imenso e translúcido dotado de uma espécie de raio-x. O conceito de “void” - nulo, vazio - é bastante utilizado na constituição dos espaços públicos internos ao edifício em que estes, segundo o próprio Koolhaas, “são definidos como ausências de edifícios, vazios escavados

²⁷² JAMESON, F. **Os limites do pós-modernismo**. 1996. p. 180.

para fora do cubo sólido. Flutuando na memória, eles são como embriões múltiplos, cada um com sua própria placenta tecnológica”.²⁷³

Aqui se identifica também uma importante postura relativa à coexistência, bastante debatida nas obras de Koolhaas, que preconiza as diferenças e considera que elas devem coexistir em uma simultaneidade “extremamente espacial” que, ultrapassando o sentido orgânico tradicional, coloca como necessária a permanência da multiplicidade e que, por isso, implica nova concepção da relação entre seus itens individuais que para os modernos eram, segundo Jameson, “figuras no chão, ou conjuntos artística e harmoniosamente combinados e construídos”. Koolhaas utiliza essa “flutuação” como uma “ausência radical de chão, sem mencionar o fim de concepções ainda mais tradicionais de perspectiva, imbricação, contraste engenhoso, arranjo”.²⁷⁴

Na Europa, *Bigness* assume uma especificidade por dois motivos: o primeiro é por sua não contextualização em um lugar em que contexto é tudo, o segundo justamente por sua grande escala em um local onde tudo é [ou até recentemente era] pequeno. Koolhaas interpreta tamanho e localização como sintomáticos da aparição de uma nova escala na Europa, confrontando suas cidades, não tanto com o dilema – para ou contra o modernismo, mas com a manifestação de mais uma onda de modernização e concentração que, enquanto potencialmente terminal, é também uma condição para sua sobrevivência.

Em relação ao urbanismo moderno, Koolhaas critica aspectos como a monotonia e a irresponsabilidade devido a não atenção dada às particularidades dos diferentes contextos, e a restrição tipológica, que faz com que estas não possam se adaptar a certos locais. Ele coloca que “no mundo contemporâneo, programas tornam-se abstratos ao tempo que não são ligados a uma cidade ou lugar específico: eles flutuam e gravitam de maneira oportunista em volta do lugar que oferece maiores conexões. Apenas a exacerbação da complexidade revela o ponto mágico onde os problemas são transformados em puro potencial”.²⁷⁵

²⁷³ KOOLHAAS, R. El Croquis **OMA – Rem Koolhaas 1987-1992**. p. 68.

²⁷⁴ JAMESON, F. **Os limites do pós-modernismo**. 1996. p. 182.

²⁷⁵ KOOLHAAS, R. El Croquis **OMA – Rem Koolhaas 1987-1992**. p. 68.

Figura 24 - Lille, na França.

4.3. JUNKSPACE E CYBERPUNK

Uma das discussões levantadas por Koolhaas e que Jameson aponta no texto *Future City*²⁷⁶ é em relação aos seus estudos sobre os *Shoppings Centers*, assim como a sua relação com a cidade contemporânea e sua conseqüente contribuição para o possível surgimento de um novo tipo de espaço – um espaço controlado, ou “*junkspace*” – e tudo o que tal fenômeno implica para a *psique* humana e para a própria realidade.

Jameson enfatiza a amplitude de disciplinas heterogêneas que Koolhaas mobiliza para esse tipo de análise, das quais as mais óbvias são arquitetura e urbanismo, mas que incluem também outras como psicanálise e geografia, história e administração, economia e engenharia, biologia, ecologia etc. Apesar de a não-diferenciação ser uma característica, para ele, pós-moderna, a noção dessa abrangência multidisciplinar é necessária para atender aos interesses de ambos, ao tentarem entender como estas se sobrepõem e como escapam aos limites que lhe foram anteriormente fixados: de todo modo, como visto, a noção de *Bigness* já não escapava dessa não-diferenciação disciplinar e de elementos, ou melhor, a pressupõe.

Enfim, no mundo contemporâneo, a distinção entre as velhas especializações disciplinares é ultrapassada, e estas passam a se relacionar umas com as outras nos mais interessantes estudos, nos quais inclusive os *Shoppings* aparecem como um marco espacial e arquitetônico desse imenso tópico, devido ao fato de que poucas formas terem, para Jameson, sido tão “distintivamente novas e tão distintivamente americanas, e tardo-capitalistas - com sua

²⁷⁶JAMESON, F. *Future city*. In: *New Left Review* 21, May/June 2003. pp. 65-79.

inovação datada em 1956, além do fato que sua proliferação pelo mundo todo poder servir como um mapa epidêmico da americanização, ou pós-modernização, ou globalização”.²⁷⁷ Dessa forma, tal comparação entre essas áreas no mundo todo ajudam a visualizar uma figura, não apenas das relativas hierarquias da globalização, mas do próprio “Shopping” que vai, em pouco tempo para Jameson, tornar-se não apenas uma questão política, mas também metafísica.

Além disso, é percebida uma realidade na qual os aeroportos, museus, centro culturais estão se transformando em *Shoppings*, ao mesmo tempo em que os centros antigos dessas cidades se tornam “cenários disneyficados” [relembrando Sharon Zukin], mas reais, conforme visto anteriormente,²⁷⁸ como se vê através dos panfletos e dos discursos que embasam as medidas que visam sua “revitalização”. Assim, ainda segundo Jameson, as funções cívicas tradicionais das cidades são oficialmente repassadas aos *Shoppings*,²⁷⁹ talvez indicando, assim como acontece na Disney ou na “disneyficação”, “um modo de construir desenvolvimento econômico a partir de uma base inteiramente cultural, isto é, não produtiva.”²⁸⁰ Esse poder cultural, isto é, o poder de impor uma visão, consolidado pela Disney, é importante, segundo Zukin, por oferecer “um modelo de privatização e globalização; que administra a diversidade social; impõe uma armadura de significados sobre a cidade, uma armadura que no passado vinha de outras formas de cultura pública. Essa armadura está agora baseada no turismo, um *voyerismo* que prospera na câmara de vídeo e nos noticiários locais de televisão.”²⁸¹ E, tomando-se como referência as intervenções contemporâneas, se faz presente nos centros urbanos renovados.

Para Jameson, o “*Junkspace*” atua como um “vírus cuja proliferação é incontrollável e vai além da estandardização”: antes relacionado às megaestruturas e à eternidade dessas, agora se torna independente de qualquer superestrutura devido ao fato de que sua construção passou a adquirir a leveza de uma “costura”, cuja materialização é praticamente provisória e não tão importante. “*Cyberpunk*”, outro conceito que Koolhaas utiliza em sua análise do mundo contemporâneo, parece ser uma referência ao ato de “agarrar” o momento, relacionado ao

²⁷⁷ JAMESON, F. **Future city**. In: New Left Review 21, May/June 2003. pp. 65-79.

²⁷⁸ O cenário, afora as soluções arquitetônicas, completa-se e se aprofunda na coreografia urbana que se realiza com as promessas de segurança e de espaços com uma sociabilidade “sem riscos”.

²⁷⁹ Afinal, estes possuem “**Praças**” de Alimentação e “**Parques**” de diversão e lazer.

²⁸⁰ ZUKIN, S. **Aprendendo com Disney World**. Revista Espaços e Debates, v.23 – n. 43-44 – p. 11-27 – jan/dez 2003.

²⁸¹ Idem. p. 26.

efêmero e à pseudotemporalidade que o fim da História impõe devido ao fato de que, quando conseguimos imaginar um futuro, este parece ser nada além de pura repetição do que já existe.

Para Jameson, o problema a ser resolvido seria o da instauração do presente contínuo a partir da não mais utilização da utopia como forma funcional, ou seja, como antecipação do futuro [aspectos já vistos no Capítulo 2]. Este assunto, foi amplamente discutido por Tafuri ao definir como dominante nas ideologias urbanas modernas o tema de um futuro que surge a partir de um presente intensivamente projetado, de um domínio “racional” do futuro e, conseqüentemente, de uma eliminação do risco que este comporta.

Jameson coloca ainda como causa do problema do consumo excessivo da nossa sociedade não apenas a aparente falta de sentido da vida e a generalizada impossibilidade de satisfação, mas principalmente o esforço pela permanência de um estilo de vida construído e manipulado a partir de uma nova organização específica de desejos, que oferece o consumismo como única forma de possibilidade, de sentido, de participação e de construção de uma individualidade.

Assim, vê-se que, aparentemente, esse consumismo não depende de vendas para sobreviver, pois o consumo se sobrepõe a tudo, não é algo que completa, ou se soma a outras atividades, ele coordena todas as atividades: o *Shopping* mostra-se como um tipo de “performance” que parece ser mantida sem dinheiro [ou melhor, sem a necessidade de materialização imediata deste], mas na verdade o lazer que nele se realiza é uma parte da produção, ou como afirmou Debord, “ depende dela” e completa o ciclo da economia. Prova disso é que vêm sendo construídos cada vez mais *Shoppings*, e com cada vez menos espaços de compras e mais espaços de “lazer” [ou invertendo a lógica interna desses equipamentos, as áreas de lazer – praça de alimentação, complexos de sala de exibição - passam a ser as âncoras do comércio tradicional], fato que parece se adequar bem ao conceito “*Cyberpunk*” de Koolhaas: “Os novos centros de compras não trazem somente mais lojas das mesmas grifes ou de marcas inéditas no País. Na cidade de São Paulo, segundo reportagem publicada recentemente, transformaram-se no ponto de encontro preferencial dos paulistanos - um local em que se vai para andar, almoçar com a família, tomar um café ou folhear uma revista ou livro.” A reportagem [evidenciando um fenômeno que acontece não só em São Paulo, mas em muitas metrópoles] ainda coloca que “as redes de supermercados, antigas âncoras dos

empreendimentos, deram lugar ao lazer para atrair clientes, de cinemas a parques de diversão. Da mesma forma, a criação de espaços bem desenhados e decorados [com muito verde] passou a ser item obrigatório nos novos shoppings.”²⁸²

Pode-se, assim, dizer que são espaços “disneyficados”, cuja incitação ao consumo não apenas de produtos, mas de um estilo de vida [que é, hoje, a verdadeira garantia da manutenção do capitalismo] colado a uma - ou a várias - imagem que se compra e que se veste, e que vem, pelo menos na imaginação daquele que a consome, no mesmo “pacote” do objeto, no momento do seu consumo, no passeio que o antecede, no local [ou cenário] onde este acontece.

Assim, a previsão é que não somente os futuros *Shoppings*, mas também os já existentes passem a priorizar a versão “*Shopping* com menos consumo e mais lazer” [na verdade do próprio lazer como consumo, talvez remetendo à nova fase deste, discutida por Debord, o consumo espetacularizado], aderindo à “onda” da chamada “mescla de classes” que, também presente nos discursos de intervenção em espaços públicos, garantiria, segundo seus administradores, “o sustento de seu bom funcionamento”.²⁸³ Em outras palavras, *Junkspace* tem, segundo Jameson, providenciado e servido de instrumento para a manutenção e permanência dessa condição.

4.4. “PROBLEMAS À MANEIRA DE CONCLUSÃO”

Tanto para Jameson quanto para Koolhaas a produção de arquitetura tem proporcionado um maior entendimento e uma maior compreensão sobre as formas mais surpreendentes e secretas em que a sociedade de consumo se organiza, a partir da constatação de que a inserção da produção construtiva nos planos globais reduziu a funcionalidade do seu papel ideológico inicial. A ordem, que tanto atraía os Modernos é, para ambos, uma ilusão, assim como a aparente obrigação de lidar com ela mediante a arquitetura que, em seu sentido original, tem muito mais ligação com a **liberdade**.

²⁸² **SP ganhará mais cinco shoppings até março.** O Estado de São Paulo – Caderno Metrópole. 14/10/2007.

Disponível na URL http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20071014/not_imp64727,0.php

²⁸³ **SP ganhará mais cinco shoppings até março.** O Estado de São Paulo – Caderno Metrópole. 14/10/2007.

Disponível na URL http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20071014/not_imp64727,0.php

Assim, os meios de articular o discurso em termos puramente arquitetônicos tornam-se completamente questionáveis: a **indeterminação** surge como único meio de combiná-lo com a especificidade arquitetônica. Por outro lado, segundo Tafuri afirma, as contradições econômicas e sociais que explodiram de modo cada vez mais acelerado no âmbito das estruturas urbanas e territoriais, parecem ter imposto um compasso de espera à reorganização capitalista. Para ele, o problema da racionalização do ordenamento urbano estava no fato de que as forças político-econômicas mostraram não estar interessadas em encontrar em si mesmas as forças e os instrumentos adequados à execução das tarefas indicadas pelas ideologias arquitetônicas do movimento moderno. Enquanto isso, as aproximações da urbanística e as ideologias do Plano “apareceram como velhos *ídola* a vender ao desbarato a colecionadores apaixonados por armas antigas – no que emerge claramente a inefetividade da ideologia”.²⁸⁴

Para Koolhaas, o fato é que dependemos das condições que nos rodeiam, e a partir dessas condições devemos fazer nossa própria reflexão – em parte intuitiva, em parte explícita – para tornar claro onde exatamente se encontra o potencial dessa interpretação que gera cada projeto. Segundo ele, é dessa reflexão que depende nossa representação - no sentido institucional, e não formal ou visual - seja positiva ou negativa, neutra ou apaixonada, o que faz lembrar a importância da “atitude” do sujeito, colocada por Simmel, como definidora da qualidade da interpretação que este vem a fazer do mundo, ou seja, a importância da atitude do sujeito para sua própria produção cultural.

Percebe-se que as conclusões [positivas ou não] detectadas na discussão contemporânea sobre as possibilidades da arquitetura, têm raízes justamente nas transformações ou rupturas culturais ocorridas na modernidade, e analisadas por Simmel. Coloca-se a necessidade da volta a uma atitude crítico-reflexiva perante o mundo [ou natureza, mesmo que uma segunda natureza, conforme Jameson coloca] e a todos os objetos nele presentes, que, segundo Koolhaas, ainda possuem grande potencial de subjetivação e, conseqüentemente, de produção cultural. Para que essa relação se restabeleça ou se reative talvez seja necessário, então, a destruição ou contraste máximo com o existente através de certo “choque” provocado pela coexistência, ou mesmo da exacerbação da realidade que o *Bigness* parece proporcionar através da sua grande escala e da sua vasta programação.

²⁸⁴ TAFURI, M. **Projeto e Utopia**. p. 115.

Assim, com toda a sua magnitude, ele se converteria em antídoto [também procurado nas considerações de Simmel, Jameson e Tafuri], ou ao menos em uma estratégia contra essa fragmentação das grandes escalas, ao priorizar a autonomia das partes e o comprometimento destas com o todo. Isso, tanto ao exigir a adoção dessa postura crítica diante das imposições da tecnologia em matéria de estrutura e instalações, quanto no momento em que seu caráter cultural na condição de um universo autocontido fica evidenciado: assim, surge a necessidade de se imaginar uma nova forma em que estes universos independentes e não complementares possam coexistir. Pode-se dizer que o *Bigness*, então [sendo esse possível “antídoto”], pode provocar mudanças no rumo daquela antiga relação, hoje transformada, entre sujeito/objeto, ou homem/natureza-cidade ao obrigar que o sujeito, diante de uma intervenção física e programática de tão grandes e fortes dimensões, assuma uma postura não mais condizente com a atitude *blasé* do homem moderno, descrita por Simmel.

O *Bigness*, ou sua programação, acabaria funcionando ou adquirindo a funcionalidade que provoca a atitude necessária para a construção de uma obra de arte [inclusive substituindo-a], descrita no capítulo anterior. Para quem o constrói como objeto ou obra, torna-se necessário uma apreensão do real tal como ele é, na singularidade do momento, consciente de que este não é passível de apreensão total, esgotamento ou representação. O *Bigness*, assim como a arte, como meio que permite através de fragmentos vislumbrar o todo, é estimulado pela própria cidade e torna-se sua linguagem de descrição, compreensão e identificação pelo sujeito que nela vive.

Para quem o subjetiva, como a uma obra de arte, *Bigness* poderia talvez ser visto também como o antídoto esperado por Jameson, que coloca que somente a partir da criação de uma nova arte política o sujeito poderia restabelecer vínculos com a cidade, recuperando sua capacidade de agir e lutar. Assim, como dito, ao contrário das *Siedlungen* [construídas fora e como oposto à cidade], o *Bigness* não apenas precisa da cidade, ele compete com a cidade, representa a cidade, pressupõe a cidade, “ele é a cidade”.

A questão agora é se a arquitetura do conceito do *Bigness* – resultada de um determinado modo de produção que, em certo ponto, a determina – será configurada como novas tipologias ou, ao contrário, a própria natureza dos processos contemporâneos impedirá sua cristalização como simples tipo [ou objeto autonomizado, aplicando as análises de Simmel]. Segundo Tafuri já analisava, no entanto, “perante a incerteza dos desenvolvimentos alternativos futuros é

absurdo pretender construir modelos de decisão rígidos, que forneçam estratégias para longos períodos.”²⁸⁵ Enfim, funcionando como equipamento cultural [no sentido de estimular a atividade reflexiva da relação sujeito/objeto], mesmo o *Bigness* não estaria protegido e talvez esteja condenado à fase posterior da cultura: sua tragédia e a conseqüente espetacularização de um mundo onde a arte se separa da vida para atender os interesses do mercado.

Isso tudo leva a uma revisão da profissão que passa a necessitar um enfrentamento de novas condições: com o “fim do urbanismo”, para Koolhaas, poucos processos e operações que têm lugar na sociedade atual podem ser transformados em um projeto de ordenação. Em relação ao possível fim da esfera pública, da sociedade civil, do pensamento humanista e de outros argumentos considerados tradicionalmente como positivos, Koolhaas não considera sua atitude ou posicionamento como sendo complacente, mas como sendo a expressão de uma mistura de “júbilo e horror, assim como uma tentativa de analisar essas emoções contraditórias; trata-se da fascinação como elemento de rendição, de entrega”.²⁸⁶

Quanto à implicação de uma certa incapacidade de juízo e de uma carência de ideologia talvez característica dos discursos contemporâneos, Koolhaas considera que o que acontece é um “apaziguamento do juízo” e uma articulação do problemático, que faz justiça a todas as possíveis vertentes de um problema – as positivas e as negativas. Koolhaas compara a atuação de um arquiteto à de um médium: expostos às correntes, aos tropismos, às tendências que sugerem mutações, os arquitetos as pressentem antes mesmo que se convertam em juízos estabelecidos.

Assim, as questões pontuadas por Tafuri tornam-se cada vez mais pertinentes: O que resta do papel percorrido pela arquitetura? Até que ponto a sua inserção em tais processos transforma a própria arquitetura num simples fator econômico, e em que medida as decisões tomadas no seu âmbito específico se repercutem em estruturas mais vastas?

Em relação ao papel dos arquitetos, a descoberta do seu declínio como ideólogos ativos, a constatação das enormes possibilidades tecnológicas utilizáveis para racionalizar as cidades e os territórios, juntamente com a constatação diária da sua dissipação, o envelhecimento dos métodos específicos do projetar, mesmo antes de poder verificar as suas hipóteses na

²⁸⁵ TAFURI, M. *Projeto e Utopia*. Pg. 118.

²⁸⁶ KOOLHAAS, R. *El Croquis*. p. 23.

realidade, geram até hoje um clima de ansiedade que deixa entrever um panorama muito concreto e temido: “o declínio do “profissionalismo” do arquiteto e a sua inserção, já sem obstáculos tardo-humanísticos, em programas onde o papel ideológico da arquitetura é mínimo”, que acontece, segundo Tafuri, devido ao retrogradismo político de tal grupo intelectual, que se revolta contra as derradeiras consequências das promessas que contribuiu para despolitizar tentando “patéticos” relançamentos éticos da arquitetura moderna, auto-atribuindo “tarefas políticas que só servem para acalmar provisoriamente furores tão abstratos quanto injustificados”.²⁸⁷

Para Koolhaas, a profissão de arquiteto está mudando e assim deve ser para que se possa enfrentar as novas condições, sem citar Tafuri, as suas conclusões surgem como um contra-discurso aos patéticos relançamentos, pois parte de considerações que desconstruem os pressupostos modernos, ou verificam a realidade como um processo, para o qual os pressupostos modernos não são aplicados. Em relação ao “fim do urbanismo”, ele observa que o que tem acabado com o urbanismo não são os numerosos erros cometidos por inúmeros planificadores, mas o fato de que muitos poucos dos processos e operações que tem lugar na sociedade atual, podem ser traduzidos a um projeto de ordenação, o produto clássico dos urbanistas e dos urbanistas modernos. Deveríamos, segundo Koolhaas, “tentar encontrar outro produto, outra forma que resulte mais crível”.²⁸⁸

Enfim, para Tafuri O destino da cidade capitalista não é estranho ao projeto: a ideologia do projeto mostrou-se essencial à integração do capitalismo moderno em todas as estruturas e superestruturas da existência humana, assim como o é a ilusão de poder opor-se a esse projeto com os instrumentos de um projeto distinto, ou de um “anteprojecto” radical.

As considerações de Koolhaas por vezes são tratadas como cínicas, ou acríicas em relação aos destinos do capitalismo. Entretanto, à luz das formulações de Tafuri, ao abandonar um discurso ético arquitetônico e integrar, de várias formas, os “desvios” – poderíamos dizer o “lixo” - da cidade contemporânea [o consumo, as marcas arquitetônicas da sociedade de consumo, as realidades não arquitetônicas da cidade, o cotidiano, o empírico etc], sugere que não há futuro para a arquitetura fora dessa cidade e de seus espaços/elementos que a caracterizam. Assim, Koolhaas vê no **caos** [não mais o da produção industrial] a possibilidade

²⁸⁷ KOOLHAAS, R. *El Croquis* p. 120.

²⁸⁸ Idem. p. 22.

tanto de aceitar, quanto de manipular, só que ambos até certo ponto: Lille ²⁸⁹ é, para ele, um exemplo de intervenção clássica que trata de minimizar o caos, enquanto que em outro projeto, em Mellun-Sénart,²⁹⁰ o objetivo foi fazer uso dele partindo da premissa que, segundo Koolhaas, o caos é inalcançável aos arquitetos: “só podemos ser um instrumento dele, está fora de alcance, só podemos *falar* dele. O caos só se produz por erro, por acidente”.²⁹¹

Koolhaas define o caos e sua influência na arquitetura como sendo um conjunto de forças “quase invisíveis, incontroláveis, que de longe determinam a qualidade de um edifício, e quando muito, permitem alguma manipulação. Fenômenos triviais, mas que servem para revelar quais são as forças que estão incidindo em um ponto determinado, as forças que nesse momento nos envolvem. Não necessitamos integrá-los. São como condições atmosféricas: a integração já vem dada”.²⁹²

Quanto ao produto desses processos caóticos em termos de organização formal ou material, Koolhaas diz que eles eliminam o que entendemos por composição; eliminam as conexões dentro-fora, eliminam a certeza, substituindo-a por seqüências absolutamente imprevisíveis; eliminam a coerência das oposições arquitetônicas para substituí-la pelo azar. Todas essas trocas abrem, para ele, um excitante campo para a investigação. Enfim, “a cidade é o lugar onde as estruturas política, social e econômica são realizadas em formas desenhadas e construídas e é esta a questão social da arquitetura da cidade – como expresso no programa – que tanto interessa Rem Koolhaas,”²⁹³ segundo define Alejandro Zaera.

O trabalho teórico de Koolhaas estaria, portanto, situado entre os pólos extremos: cidade real e Utopia, que são ambos parte do conceito da cidade. Para Koolhaas, a Utopia é caracterizada pelas intenções messiânicas modernistas; pelo arquiteto visto como herói; como forte disciplina ideológica representada com os sentidos da redenção; um novo mundo... Contudo, para ele, a realidade da cidade moderna encontra em si mesma o pólo oposto da Utopia: nela não há intenções heróicas, pensamentos positivistas e a redução ao programático caracteriza, para ele, um “procedimento de saque” de qualquer valor representacional ideológico e de sentidos secundários que o edifício possa ter. As esperanças da utopia

²⁸⁹ Centro Internacional de Negócios em Lille, O.M.A. França, 1988. QUADERNS Monografies. p. 48.

²⁹⁰ Projeto para uma “*Parisian Ville Nouvelle*”, Melun-Sénart, França, O.M.A. 1987. QUADERNS Monografies. p. 44.

²⁹¹ KOOLHAAS, R. *El Croquis*. p. 26-29.

²⁹² Idem.

²⁹³ “*Conceptual evolution of the work of Rem Koolhaas*”. In: QUADERNS Monografies. p. 54.

moderna de início dos arquitetos são, assim, transformadas pela realidade de produção do capitalismo tardio.

Para “lutar” contra esses dois pólos opostos, Koolhaas utiliza, então, segundo Zaera, duas estratégias: a “subjetividade experiencial”, ²⁹⁴ através da reintrodução do desejo em toda a realidade como forma de escapar ao convencional e “puramente descritivo” planejamento urbano; e a ironia, justamente por ser, como técnica, “vazia de convicções filosóficas e aberta a aplicações por quase toda ideologia”.²⁹⁵

A cultura de massa é, a partir de então, uma condição aceita, pois não há mais a ansiedade modernista do sujeito causada pela brecha resultante da mudança do uso e do valor do objeto na sociedade da reprodução em massa – como representado pela crítica marxista. No trabalho de Koolhaas, a cultura de massa é exaltada de forma particular, criando uma “euforia estática” na condição do capitalismo: essa cultura de massa é a “cultura da congestão”, que encontra sua realização na Metrópole dos anos 1930, e que permite a existência de realidades alternativas e a sobreposição de significados.

O consumo da ética, explicitado através da abertura da ética arquitetônica em direção à condição da cultura de massa, que valida o ponto de vista do consumo, a partir das interpretações das análises da ideologia urbana moderna realizada por Tafuri, não é algo totalmente novo: a ideologia do público, descrita por Tafuri como sendo o momento da ideologia em que a cidade é vista como unidade produtiva em sentido próprio e simultaneamente como instrumento de coordenação do ciclo de produção-distribuição-consumo está, naquele momento para ele, ainda por nascer e, por este motivo, a ideologia do consumo deveria, assim, aparecer ao público como ideologia da correta utilização da cidade.

Contudo, no caso da cidade moderna, o intuito da planificação e reorganização urbana como meio de criar um novo sujeito do consumo e facilitar tanto a sua circulação, como deslocamento de mercadorias pela cidade – aumentando as áreas de exposição e circulação de mercadorias – era criar algo que não existia, ao contrário da “cultura de congestão” assinalada por Koolhaas, que é uma aceitação da condição existente na tentativa de, através

²⁹⁴ A subjetividade experiencial, segundo Zaera, vê o edifício ou a cidade como um evento, como um contínuo de acontecimentos ou situações onde a experiência é valorizada e o sujeito, redescoberto.

²⁹⁵ **QUADERNS Monografies**. p. 56.

dela, reintroduzir o desejo e explicitar a existência das realidades alternativas e da sobreposição de significados já citadas. Além disso, a condição de cultura de massa, através do uso da mídia de massa, parece ter apagado a bem definida diferença entre alta e baixa cultura: a rica classe fetichiza objetos que agora são metaforizados na cultura popular, ou melhor, de massa.

Quanto ao “envelhecimento dos métodos específicos do projetar”, citados por Tafuri, Koolhaas “coloca” que a formação como representada pela imaginação da mídia de massa – advertências, representação jornalística dos eventos em títulos, como superfície – cria uma realidade alternativa que é, segundo ele, uma nova “não-realidade” e que, por isso, precisa de novos métodos representativos. Assim, o plano convencional, secção, elevação e maquetes não seriam mais apropriados e os diagramas tornariam-se, para Koolhaas, o único método suficientemente representacional para uma arquitetura de performance, visto que é representativo das atividades de um organismo vivo, que é a forma como ele vê a cidade.²⁹⁶

Enfim, todas as questões levantadas por Tafuri, Koolhaas e Jameson, entre outros, estão direta ou indiretamente relacionadas à conclusão de que os modelos generalizáveis pelo modernismo não funcionam, tornando-se somente métodos de projetar ultrapassados frente às mudanças da estrutura econômico-social local ou global. Os modelos disciplinares de que Tafuri fala mostram-se ineficazes, talvez menos em relação a determinado objeto e determinado contexto, e mais em relação à sua generalização.

Isto, assim como Simmel ao descrever a subjetivação de um objeto como não passível de ser sistematizada justamente por ser resultado de uma das muitas possíveis atitudes do sujeito que, por sua vez – e a partir dessa escolha – lhe atribui um dos muitos significados também possíveis. Portanto, cada conclusão ou subjetivação realizada corresponde exatamente a uma determinada atitude, a partir de um olhar específico e comandado por este sujeito [como descrito no capítulo anterior] e, por isso, impossível de ser reaplicada.

O que tais autores colocam é que limitar-se a entender tais conclusões não basta: é necessário, talvez como Simmel coloca em seu texto referente às relações na cidade moderna

¹¹¹ Para uma noção particular de diagrama na discussão contemporânea de arquitetura ver: SOMOL, R. E. **Texto sonso, ou a base diagramática da arquitetura contemporânea** [*Dummy Text, or The Diagrammatic Basis of Contemporary Architecture*] artigo transcrito por Octávio Lacombe e publicado na Revista Risco Número 5 – Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo EESC-USP. Primeiro Semestre de 2007. p. 179-191.

e ao modo como Koolhaas as questiona em suas obras que lidam com a cidade contemporânea, que haja uma reflexão mais profunda, que volte às origens dos termos e conceitos possibilitando ou a sua reapropriação por parte dos sujeitos a partir de uma nova interpretação, ou mesmo a quebra disso tudo, ainda que tivéssemos que nos haver com as considerações de Tafuri, para que haja uma nova forma de construção desta reflexão e de uma nova maneira de pensar a realidade conformada pelas muitas forças que nela agem.

Tafuri, talvez refletindo muito bem os valores a cerca da teoria da informação que os anos 1960 estavam descobrindo, coloca que, “através da semiologia, a arquitetura vai a busca do seu significado, com o pressentimento de ter perdido todo e qualquer significado, resultando em uma ulterior contradição: uma arquitetura que tenha aceite a redução dos seus próprios elementos a signo puro e a construção da sua própria estrutura como conjunto de relações tautológicas, que remetem para si mesmas num máximo de “entropia negativa” – segundo a linguagem da teoria da informação – não pode dedicar-se a reconstruir significados “outros” através de técnicas de análise que partem precisamente da aplicação de teorias neopositivas”.²⁹⁷ Guardada certa distância em relação a teoria da informação, seria plausível, então, recorrer ao texto na arquitetura? Ao que tudo indica, a autonomização generalizada de tudo o que existe no mundo é tamanha a ponto da necessidade do discurso acompanhando as ações de todas as naturezas tornar-se indispensável para legitimá-los. Assim como a arte contemporânea necessita ser explicada, a arquitetura também deve recorrer ao discurso. Em Koolhaas, mas também em Rossi, Eisenman, Tschumi etc, o discurso é meio para a construção de uma nova prática arquitetônica.

²⁹⁷ TAFURI, M. **Projeto e Utopia**. 1986. p. 109.

5. ÚLTIMOS QUESTIONAMENTOS À MANEIRA DE CONCLUSÃO

Como um catálogo de um empreendimento qualquer, do tipo que é distribuído todos os dias pelas ruas da cidade de São Paulo, o Projeto Nova Luz, é apresentado, também através de um ‘catálogo’ que mostra espaços coloridos e repletos de pessoas felizes. Tais pessoas estariam ‘aproveitando’ as diversas vantagens do bairro da Luz – no passado, um dos principais pontos de lazer da cidade –, estas relativas aos seus espaços arborizados e requalificados [Parque da Luz], à proximidade de terminais para onde convergem os transportes e negócios de toda a região metropolitana de São Paulo [Estação da Luz] e à “arquitetura, história e cultura que atraem turistas do mundo todo” e que, promete-se, “vão revitalizar o seu negócio”.

Além disso, a tecnologia, a informática e a indústria de entretenimento, os serviços ligados à cultura e à educação e “outros múltiplos segmentos de negócios” são também oferecidos e estimulados pelo Projeto Nova Luz e “contribuirão decisivamente para restituir à região seu brilho original, a sua merecida posição de vanguarda, gerando progresso e qualidade de vida para a cidade.” Todo esse *marketing* não seria estranho se tal projeto não fizesse parte da iniciativa da Prefeitura de São Paulo para requalificar a região, até então apelidada de ‘Cracolândia’, através de recursos públicos e investimentos privados, teoricamente destinados à melhoria de vida da população local.

O projeto proposto [Nova Luz], como explicitado no capítulo 2, parece seguir [pelo menos discursivamente] alguns dos princípios do Planejamento Estratégico – surgido e aplicado a partir das necessidades das chamadas ‘cidades globais’ –, ao assumir São Paulo como uma cidade cujo suposto potencial econômico atrativo exigiria a explicitação de uma identidade própria baseada em raízes culturais, especificidades, história, coesão social, enfim, como uma cidade que necessita investir em sua imagem, como meio de atrair investimentos de empresas multinacionais. Isso como se a cidade fosse um produto a ser vendido ou comprado ou, ainda, uma imagem que garante ou agrega valores aos produtos a serem adquiridos. No caso, temos como produto o espaço urbano de uma cidade ‘livre’ de conflitos, na realidade apenas escamoteados através do discurso assumido pelas chamadas políticas públicas, cujas práticas até o momento foram insuficientes inclusive para alcançar este objetivo.

Assim, por deter todos os elementos característicos das singularidades históricas e culturais que sustentam a identidade e o pertencimento necessários a essa construção ideológica, o centro histórico de São Paulo [ou uma área pertencente a este, como é o caso da

Luz], então considerado abandonado pela parte visada da população, a classe média, torna-se, a partir da década de 1980, objeto de requalificação urbana e funcional. Primeiro para fazer valer a sua potencialidade como atrativo pólo cultural, visto que é dotado de equipamentos, nesse âmbito, singulares e insubstituíveis na cidade, depois como meio [mais uma vez apoiado no termo cultural] de garantir ou proporcionar a existência de espaços urbanos propícios à recepção dos investimentos das empresas multinacionais. Sabe-se, contudo, que não é do interesse da maioria das grandes empresas internacionais implantarem suas filiais na área central, visto que a cidade já proporciona, em regiões melhor equipadas para tanto, infraestrutura necessária à recepção dessas em seu espaço urbano [como as intencionalmente criadas Faria Lima, Berrini e Marginal Pinheiros, dentre outras que surgem e virão a surgir].

Pode-se perceber, portanto, que no caso da Luz a atração visada atém-se a empresas de menor porte, como dizem os gestores políticos em questão, empresas de *call center*, *telemarketing* [enfim, empresas ligas à “tecnologia”], agências de publicidade e hotelaria, escolas, universidades, além do já existente comércio especializado [eletrônicos, vestuário] e serviços [hotéis, restaurantes], que se pretende intensificar na busca da chamada ‘ocupação integral’ relativa aos diversos períodos do dia. Baseado no discurso de que a apropriação indevida de algumas áreas próximas à Estação da Luz [Cracolândia] por “parcelas da população ligadas à criminalidade” acentuou sua degradação e conseqüente desvalorização, o poder público aplica e legitima ações de fiscalização, de intervenções em estabelecimentos irregulares e de ‘zeladoria’ urbana, além da demolição de uma série de imóveis desapropriados ora para a construção de equipamentos públicos [sede da Sub-prefeitura da Sé, Prodam e GCM], ora para um leilão entre construtoras interessadas em construir no local, tido pela Prefeitura como “uma das regiões mais promissoras da cidade, tanto para o comércio quanto para a vida cultural”.

A última ‘novidade’ do Projeto, a Lei de Concessão Urbanística, é um instrumento que, além de reforçar a isenção fiscal [ou seja, renúncia de recursos públicos para atração de empresas privadas], aprofunda projetos de flexibilização da ação pública em detrimento da licenciosidade ao capital privado, este sim agora responsável pela expulsão dos moradores e usuários indesejados. Coloca-se então a questão: o esforço para atrair tais empresas é apenas um mote para ‘liberar’ a área [através do processo ‘natural’ de gentrificação] dessa paisagem decadente que se revela pela existência de cortiços, moradores de rua, usuários de drogas e prostitutas, ou seria um meio de imputá-las tal tarefa na melhoria da imagem da área central?

Não se menciona, ou faz-se pouco uso, da existência de uma área destinada à habitação de interesse social [que se esforça em dizer que será esteticamente realizada nos padrões dos empreendimentos mais valorizados], definida pelo Plano Diretor de 2002 a qual, inclusive, tentou-se realocar para outra área com a intenção de não ‘perder’ espaço para a instalação de edifícios comerciais, geradores de atratividade e lucros para a região.

Vê-se, assim, desfeito o papel do Estado, originalmente de salva guarda do espaço público, que vai se diluindo através da legitimação da ação pública em prol de interesses privados. A atração de recursos financeiros geradores de lucro e de, se não isso, ao menos de uma imagem da cidade que o gere num futuro próximo, mesmo que em outras localidades desta, parece ser legítima e consensual, inclusive entre os vitimados por este tipo de prioridade, justificando toda e qualquer ação, mesmo aquelas que consideram as pessoas como objetos a serem descartados, caso atrapalhem ou impeçam o alcance de tais objetivos. Valores como habitação e trabalho, e as relações sociais que deles sucedem vão sendo esquecidas quando só se enxerga o fim mais imediato das ações [a geração de dinheiro], assim como a crença nesses valores autonomizados impede a reflexão profunda a respeito da perda de importância do espaço público para a formação do indivíduo, agora reduzido a simples fruidor da cidade e desses espaços de passagem, esses sim priorizados. O foco da questão torna-se, então, o sujeito que aceita e incorpora tais propostas, defendendo-as inclusive. Quais as reais possibilidades da arquitetura e do urbanismo nesse momento em que o sujeito perde sua capacidade crítico-reflexiva e passa a agir e pensar através de estímulos [ou falta de] agora racionalmente construídos justamente para que não haja nenhuma reação, inclusive quando são apresentadas propostas claramente artificiosas e destituídas do papel cívico que deveriam abarcar.

Buscando as questões levantadas nos capítulos 3 e 4, realizadas justamente para entender tal situação, seria então algo como o *Bigness* o antídoto contra este comportamento descrito por Simmel, surgido nas grandes cidades modernas e denominado de comportamento *blasé*? Segundo Frúgoli, este comportamento seria a personificação da relação entre o que ele chama de “proximidade corporal e distância espiritual”, analisada na “cidade de Simmel” [Berlim do fim do século], mas presente em todas as outras sociedades, inclusive, na sociedade contemporânea²⁹⁸ justamente por ser uma espécie de mecanismo de defesa

²⁹⁸ Visto que o moderno é, segundo Frúgoli, um “processo descontínuo, matizado e concomitante a processos não modernos”. In: FRÚGOLI JR, H. **Sociabilidade Urbana**. 2007. p. 14.

psíquica que o sujeito cria para conseguir se adaptar aos estímulos e cobranças práticas [exatidão, objetividade, calculabilidade, pontualidade, padronização] que ainda existem, se é que não se intensificaram.

Nota-se, portanto, que esta relação de proximidade física e distância espiritual personificada no caráter *blasé* é mantida e privilegiada na maioria dos projetos de intervenções urbanas propostos para requalificar, hoje, espaços tidos como degradados: assim, baseando-se nos mesmos princípios modernos de “difusão ampliada da economia monetária” que tornou o dinheiro no equivalente universal das relações, a cidade mantém-se como, segundo Frúgoli ao descrever a cidade moderna de Simmel, “o espaço por excelência dos princípios ordenadores da racionalidade capitalista, o que reverbera na subjetividade dos seus habitantes”.²⁹⁹

Assim, o *Bigness* agiria nos indivíduos chocando ou obrigando-os a deixarem de lado essa defesa que os mantém reservados, insensíveis e indiferentes à complexidade de problemas com os quais ele se confronta e, na cidade, exacerbando a pequenez das intervenções pontuais ao realizar uma intervenção completamente contrária àquelas que vêm se realizando e que, segundo Otília Arantes, seriam como “migalhas” comparadas a todo o potencial investigador da arquitetura e no urbanismo.

Por exemplo, segundo Pedro Rivaben Sales, arquiteto da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura [SEMPLA], “a pergunta que aqui sobressai diz respeito a qual [“definição” da] Luz lidar como “tema” e “escala” de um projeto de recuperação e revalorização urbana? Aquela definição proposta em 1977 pelo escritório de Cerqueira Cesar, que [apoiada em critérios técnicos, a seu tempo, “dedutivamente” rigorosos] “recortava” generosa e amplamente um contorno desde os rios, para depois ser “lido” e “transformado” segundo parâmetros quantitativamente pré-fixados? Ou a estabelecida em 1984 pelo Projeto Luz Cultural que circunscrevia um “polígono” formado pela posição de [e as rotas de percurso entre] “bens tombados” enquanto “teatro” de programas artístico-culturais? Ou, ainda, de acordo com a visão “oficial” do Monumenta, os “círculos de influência” traçados em torno de um “pólo” [necessariamente “tombado”], no caso representado pelo edifício da estação? Diante desta indagação, a armadilha da “rigidez” [senão da esterilidade], implícita à “[pré]definição” de uns limites operativos talvez possa ser evitada se, precisamente, as estratégias analíticas e

²⁹⁹ FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Sociabilidade Urbana**. 2007. p. 15.

propositivas puderem ser construídas “centradas” [e sucessivamente ajustadas] a partir das relações de “mediação” que se possa, a cada tempo, evidenciar entre um “lugar” [enquanto “situação” morfológica e reconhecível, mesmo que provisoriamente] e as [múltiplas] “escalas” e “velocidades” implicadas/compartilhadas na cidade contemporânea [“fatores” da incerteza, indeterminação e imprevisibilidade atuais, são elas que conferem pertinência prática e sentido, instabilidade e devir à cada situação específica].³⁰⁰

Outros exemplos poderiam ser citados, mas interessa perceber que apesar de cada uma das intervenções dessa pequena e imediata amostra pensar o espaço público ou de domínio público visando reabilitar, requalificar, reconstruir o centro da cidade, há tensões e sentidos distintos nas propostas. O programa de requalificação da Luz talvez reflita as contradições dos objetivos e dos agentes que disputam o espaço urbano, com os quais a referida gestão municipal negociava e, em alguns casos, as ações parecem ter preocupação direta e clara em direcionar as intervenções no sentido de trazer para o local determinada camada da população que não mais o utiliza, criando apenas “cenários” de uma vivência da cidade que não mais existe e que quer se fazer existir forçadamente e, em outros casos, a intenção é pensar os espaços urbanos do centro integralmente voltados para aqueles que realmente os utilizam, pois o centro não está vazio, muito pelo contrário.

Para Feldman, o que este segundo tipo de intervenção pretende é “recuperar a atratividade para as atividades de lazer e de cultura que foi perdida para outras centralidades que se formaram na cidade, não apenas no sentido de recuperar espaços culturais, mas sim incentivando estas atividades culturais e de lazer no centro no horário em que não há comércio e em finais de semana”. Isto para que o centro não tenha horários de uso e sim um uso prolongado e irrestrito que garanta sua vitalidade, além da permanência de quem já está no centro até mais tarde, “ao invés de fazer uma operação de trazer a elite que não quer mais ir para o centro.”³⁰¹ Entretanto, nessa fala, algo de contraditório parece estar contido, pois as operações culturais, em grande parte parecem estar dirigidas à elite (Sala São Paulo, a programação “tradicional” da Pinacoteca, etc.) e não a população local.

³⁰⁰ SALES, P. M. R., **Luz, São Paulo: as condições e possibilidades de um projeto urbano** Disponível via WWW no URL <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp108.asp> capturada em 20/10/2007 20:47:55.

³⁰¹ Trecho de entrevista cedida por Sarah Feldman à equipe de alunos da Graduação do Depto de Arquitetura e Urbanismo [EESC-USP] para a realização do trabalho final sobre cidades mundiais, da disciplina Arquitetura e Urbanismo Contemporâneos. “São Paulo _ Uma Cidade Global?” p. 20. **Mimeo**.

Assim, procurou-se entender como a cultura tem sido utilizada, ou instrumentalizada na revitalização do centro de São Paulo, e como esse processo ocorreu. Vislumbram-se, através da análise dos discursos proferidos especialmente da Imprensa, mostras de um uso indiscriminado de determinados termos que, autonomizados, impedem a devida reflexão por grande parte das pessoas que tem acesso às informações divulgadas nos meios de comunicação. No caso do projeto de requalificação urbana da área da Luz, especificamente daquela antes denominada, pelo próprio governo, Cracolândia, percebe-se claramente o uso da existência de equipamentos culturais para alavancar um projeto que nitidamente procura apenas atrair maiores investimentos para a área, inserida no centro da cidade de São Paulo, mas que não é seu centro, como se passou a divulgar, ou seja, claramente a cultura, porque gentrificada, é meio para outra ação. De qualquer forma, mesmo isso encontra-se incompleto, até o momento não há mostras de qualquer (e o termo qualquer aqui é utilizado plenamente) requalificação possível, a não ser em termos de edifícios e espaços urbanos, se é que estes ainda poderão ser assim denominados após a realização destas propostas, que aguardam um significado último.

Segundo Harvey:

*“Dentre os muitos desenvolvimentos da arena do consumo, dois têm particular importância. A mobilização da moda em mercados de massa [em oposição aos mercados de elite] forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação [hábitos de lazer e de esporte, estilos de musica pop, videocassetes e jogos infantil etc]; uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços – não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O “tempo de vida” desses serviços [uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir a palestras ou freqüentar clubes], embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Como há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos [mesmo levando em conta os famosos seiscentos pares de sapatos de Imelda Marcos], faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo. Essa busca pode estar na raiz da rápida penetração capitalista, notada por Mandel e Jamenson em muitos setores da produção cultural a partir da metade dos anos 60.”*³⁰²

³⁰² HARVEY, D. **Condição Pós – Moderna**. 1993. p. 258.

Assim, ao tentar enxergar e compreender o urbanismo contemporâneo, quando a cultura parece ser vista como um **serviço**, a lógica identificada, por exemplo, na requalificação da área da Luz, passa a não ser tão incoerente. Isto porque, a partir do momento em que a 'cidade' e a 'cultura' perdem seu significado autônomo, esta é facilmente vista como um ponto de consumo rodeada por serviços a serem utilizados.

Aplicam-se, então, as reflexões obtidas através das análises da modernidade e suas relações com a cultura, com o dinheiro e com o espetáculo à atual condição da cidade contemporânea e ao que vem sendo realizado e proposto para requalificação de seus espaços. A quebra da capacidade crítico-reflexiva da relação entre sujeito e objeto foi fator predominante, se não primordial, ao que tem sido feito hoje nos espaços urbanos centrais das cidades denominadas "globais" do Brasil e do mundo. A forma como o homem, a partir da industrialização, passou a se relacionar com a natureza que o circula determinou não apenas os espaços, mas as principalmente a ausência desses, a ausência de sentidos, de reflexões, de consciência sobre o fruto de suas ações e falta delas. Há algumas possibilidades, como vimos no capítulo 4, de se modificar essa relação e, só assim, restabelecer o sentido de cidade, do espaço público, da urbanidade e da arquitetura participar positivamente deste processo.

Nota-se que a exemplo da cultura, o chamado 'uso público ativo dos espaços' permeia o centro dos objetivos e dos discursos dos projetos de intervenção nas áreas centrais, quer em termos locais, quer em termos do debate urbano internacional. O que salta aos olhos, de imediato, é a simplificação do que seja espaço público, e das intervenções para "produzi-lo", quase sempre igualizado a um lugar urbano – praça, parque etc – independentemente das relações sociais que nele se verificam, ou dos processos sociais que dariam sustentabilidade a uma vida social ativa.³⁰³

Em vista das implicações negativas que por vezes se observa em nome desse uso, e para a compreensão dos critérios e conceitos que norteiam os projetos, faz-se necessário um entendimento da forma de produção e de apropriação dos espaços públicos e dos privados, assim como de suas relações, visto que é a partir dessas que a cidade se [re] conforma. Mas uma questão parece ser muito grave, em que pese o discurso de renovação, nas operações da

³⁰³ Para uma definição de Espaço Público, ver Vera da Silva Teles, **Espaço Público e espaço Privado na constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, Volume 2 – 1º semestre, 1990.

Nova Luz. A cidade é muito ampla, oferece muitas oportunidades ao capital imobiliário e ao capital em geral, que parece não necessitar realizar um programa urbano completo para a sua reprodução, mesmo um programa de natureza excludente. A possibilidade das intervenções ficarem a meio passo, é real. Ou seja, realizam-se obras, o que em parte é o objetivo, e mantêm-se muitas das características da região, o que no mínimo garante a sobrevivência do discurso de uma melhoria [gentrificadora] futura e novas ações e novas obras.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T.** "O ensaio como forma". In: *Mínima Moral*. São Paulo: ed. Ática, 1988. Págs. 167 – 187.
- ARANTES, O.** "Urbanismo em fim de Linha". São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. "O lugar da Arquitetura depois dos Modernos". Editora Universidade de São Paulo, SP. 1993.
- _____. "Berlim Reconquistada. Falsa mistura e outras miragens". *Revista Espaços e Debates*, v.23 – n. 43-44 – p. 28-50 – jan/dez 2003.
- _____. "Cultura da Cidade: Animação sem Frase". In: **Urbanismo em Fim de Linha**. São Paulo: EDUSP, 1998, págs.143 - 188.
- _____. "Cultura e Transformação Urbana". In: **Cidade e Cultura: Esfera Pública e Transformação Urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. Págs. 59 - 70.
- ARANTES, O., MARICATO H., VAINER, C.,** "Cidade do Pensamento Único - Desmanchando consensos". São Paulo: Editora Vozes, Coleção Zero à Esquerda. 2000.
- AUGÉ, M.** "Não-lugares: introdução a uma antropologia da super-modernidade". Campinas: Papirus Editora, 1994.
- _____. "Non-Places and Public Space" in "Quaderns d' Arquitectura I Urbanisme 231 – In transit". Barcelona, 2002 - p. 11-15.
- BEM, J. P. de.** "A Sé e os espaços públicos centrais". Dissertação de Mestrado FAUUSP/ São Paulo, 2002.
- BORJA, J. C.F.** "The City of Desire" in: Quaderns d' Arquitectura I Urbanisme 235 - Used City I. Barcelona: p. 22-24, 2002.
- _____. "La ciudad Mindial" in *Memória do Encontro Centro XXI*. São Paulo, 1994.
- BRUAND, Y.** "Arquitetura Contemporânea no Brasil" São Paulo, Ed. Perspectiva, 1997.
- CALDEIRA, T.** "Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo". São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.
- CALHOUN, C.** "Habermas and the Public Sphere". Cambridge: The MIT Press, 1992.
- CARLOS, A. A.** "A Reprodução do Espaço", São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. "Os Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano". São Paulo: EDUSP, 1994.
- CARVALHO, J. NAHAS DE.,** "A Área da Luz em São Paulo: reabilitação de edifícios históricos versus recuperação urbana". Trabalho do Programa Integrado de Iniciação Científica [PIC] da faculdade de arquitetura e urbanismo da pontifícia universidade católica de campinas – PUCCAMP. 2005.
- CERASI, M.** "El Espacio Colectivo de la Ciudad". Barcelona: Oikos-Tau S.A., 1990.
- CESAR, R. de C.** "Área da Luz – Renovação Urbana em São Paulo". 1977.
- CONNOR, S.** "Cultura Postmoderna: introducción a las teorías de la contemporaneidad". Madri: Ediciones Akal S. A., 1996.
- CRAWFORD, M.** "Blurring the Boundaries: Public Space and Private Life" – in: "Quaderns d' Arquitectura I Urbanisme 228 – Urban Landscapes" Barcelona: Pgs. 23-27, 2001.
- DEBORD, G.** *A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.
- DETHIER, J.** "Visiones Urbanas. Europa 1870-1993: la ciudad del artista, la ciudad del arquitecto". Madri: Sociedad Editorial Electa, 1994.
- DIAFÉRIA, L.** "Um século de Luz". Coleção Mosaico - Ensaio & Documentos. Editora Scipione. 2001.
- DILNOT, C.** "The decisive text: on beginning to read heidegger's building, dwelling and thinking". in 'The Harvard Architectural Review'. New York, num 08, p. 161-187, 1992.
- FERNANDEZ, M.L.** "La dimension Espacio-Tiempo en la Ciudad del Fin del Milenio". Cordoba: Eudecor SRL, 1996.
- FERREIRA, J. S. Whitaker.** "O mito da cidade global - O papel da ideologia na produção do espaço urbano". Fundação Editora da Unesp [FEU]: São Paulo, SP. 2007.
- FIORIN, E.** "São Paulo: As marginais do Rio Pinheiros e os Megaprojetos Arquitetônicos do Capital Financeiro: Tempos de Globalização". São Carlos, 2003. 151 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

- _____. "A Cidade e os Projetos da Economia Mundial". São Carlos, 2002. 258 p. Relatório de Qualificação. (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- FIX, M.** "Parceiros da exclusão". São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- FRAMPTON, K.** "Historia Crítica da Arquitetura Moderna". São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CESAR, R. de C.** "Área da Luz – Renovação Urbana em São Paulo". 1977.
- GUEL, J. M. F.** "Planificación estratégica de ciudades". Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997.
- FRÚGOLI JUNIOR, H.** "Centralidade em São Paulo: Trajetórias Conflitos e Negociações na Metrópole" – São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, Ed. Perspectiva, RJ. 2000.
- _____. "Sociabilidade Urbana". Ciências Sociais Passo a Passo – Coleção Passo a Passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- GREGOTTI, V.** "Centro Culturale di Belém, Lisboa". in Domus, n. 738, maio 1992, pp. 25-37.
- HABERMAS, J.** "The Philosophical Discourse of Modernity: twelve lectures". Cambridge: The MIT Press, 1995.
- HARVEY, D.** "Condição Pós-Moderna". São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. "Espaços Urbanos na "Aldeia Global": reflexões do capitalismo no final do século". Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (4). Belo Horizonte: maio 1996, p. 171-189.
- HEIDEGGER, M.** "Ser y Tiempo". Santiago: Editorial Universitaria, 1997.
- _____. "Construir, Habitar, Pensar". Barcelona. Ediciones Del Serbal, 1994.
- HERTZBERGER, H.** "Lições de Arquitetura" - 2ª. Ed - São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- HOBSBAWN, E. J.** "Nações e nacionalismo – desde 1780. Programa, mito e realidade". Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1998.
- JACOBS, J.** "Vida e Morte de Grandes Cidades". São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- JAMESON, F.** "Pós - Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio" (trad. Maria Elisa Cevalco). São Paulo: Ática, 1996.
- _____. "Cultura do Dinheiro" Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- _____. "Espaço e imagem: teorias do Pós – Moderno e outros ensaios". Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1994.
- _____. "A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização". Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. "Future city". In: New Left Review 21, May/June 2003. Pgs 65-79.
- JOSÉ, B. K.** "Políticas Culturais e Negócios Urbanos" Ed. AnnaBlume – FAPESP. São Paulo. 2007.
- KIRSCHENMANN, J.** "Vivienda y Espacio Público: rehabilitación urbana y crecimiento de la ciudad". Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1985.
- KOOLHAAS, R., MAU, B., OMA** "Small, Medium, Large, EXtraLarge" -2ª. ed - New York, The Monacelli Press, 1998
- _____. "Projects Urbans (1985-1990) Urban Projects", Gustavo Gili, S.A., Quaderns Monografies.
- LEME, M. C. S.** "As portas da cidade moderna". Revista AU, n. 68, p. 38-39, out/nov 1996.
- _____. "Documento Francisco Prestes Maia". Revista AU, n. 64, p. 59-67, fev/mar 1996.
- LOPES, F.,** "A Reabilitação Urbana em Lisboa". In: ZANCHETTI, S. M. [org]. "Estratégias de intervenção em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais". Recife: UFPE, 1995.
- LYNCH, K.** "A Imagem da Cidade". São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1980.
- MANCUSO, F.** "Las Experiencias Del Zoning". Barcelona, G. Gili, 1980.
- MANTZIARAS, P.** 'Flows', in "Quaderns d' Arquitectura I Urbanisme 214 - Main Debates". Barcelona: p. 148-153, 1997.
- MEYER, R. P., GROSTEIN, M. D., BIDERMAN, C.** "São Paulo Metrópole". São Paulo: EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- _____. "Pólo Luz, Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo" São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.
- MILANESI, R.** "Praça da Sé: evolução urbana e espaço público". Dissertação de Mestrado FAUUSP / São Paulo, 2002.
- MONTANER, J. M.** "La Modernidad Superada: arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX". Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.
- MORENO, J.** O estilo dinâmico e mutante do arquiteto que está refazendo parte da cidade de São Paulo. Revista Projeto Design, n. 204, p.44, jan 1997.
- MOURA, E.** "Outros tempos, outras arquiteturas...". Revista AU, n. 73, p. 68-74, ago/set 1997.
- _____. "Vale do Anhangabaú, SP - nova feição do centro". Revista AU, p. 26-32, ago 1992.

OLIVEIRA, N. C. A recomposição do espelho. Revista Projeto, n. 157, p. 55-75, out 1992.

PAULA, C. de. "A cidade que fugiu dos projetos". Revista Veja São Paulo, n. 18, p. 14-23, mai 1997.

RODRIGUES, C. Álvaro Siza no Chiado: entre a cidade e seu mito, in: Revista Projeto, n. 143, 1991, pp. 30-7.

ROLNIK, R. "A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Política Urbana de São Paulo. São Paulo: Fapesp/ Studio Nobel, 1997.

_____. "São Paulo" – Folha Explica São Paulo: publifolha, 2001.

ROSSI, A. "A Arquitetura da Cidade" São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS Jr., W. R. dos. "São Paulo: Praça da Sé. Transformações e usos". Dissertação de Mestrado FAUUSP / São Paulo, 1991.

SANTOS, L. G. dos. "São Paulo não é mais uma cidade". In: Cidade e Cultura: Esfera Pública e Transformação Urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. Pgs. 111 - 118.

SANTOS, M. "Espaço e Método". São Paulo: Studio Nobel Ltda., 1997.

_____. "O Espaço do Cidadão". São Paulo: Studio Nobel Ltda., 1998.

_____. "H. Técnica, espaço , Tempo". Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1996. P. 59-86.

SASSEN, S. "Hong Kong – Shangai: su evolución en un mundo global. Revista 2G, n. 10, p. 106-111. 1999.

_____. "La Ciudad: lugar estratégico / nueva fronteira. Quaderns, n. 229, p. 06-12, abr. 2001

_____. "The Global City: New York, London, Tokyo". Princeton University Press, 1991.

SASSEN, S.; ROOST, F. "A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento." Revista Espaço e Debates, n.41, p. 66-74. 2001.

SEGAWA, H. "Arquiteturas no Brasil 1900-1990", São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. "Prelúdio na Metrópole – Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX para o XX". São Paulo, 2000.

_____. "Exemplo de urbanismo é proposta arquitetônica e paisagística, e não apenas solução de engenharia". Revista Projeto, n. 194, p. 62-69, mar 1996.

SIMMEL, G. "A metrópole e a vida mental", in VELHO, O. (org) – O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SINGER, P. "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana". São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

_____. "Economia Política da Urbanização". São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

SOLÀ-MORALES, I. "Diferencias. Topografia de la Arquitectura Contemporánea". Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

SOLÀ-MORALES, M. 'Espacios Colectivos', trabalho não publicado, transcrição de palestra proferida no Seminário Internacional Centro XXI. São Paulo: 1995.

SOMEKH, N. "A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador". São Paulo, 1997.

STORPER, M. "A cidade na globalização". Em: QUEIROZ, L. (org). Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 23-64.

SYMANSKI, R. "A Roupas Nova do Rei". São Paulo 450 anos – A trajetória e os rumos do urbanismo da megalópole brasileira. AU – Revista Arquitetura&Urbanismo. Ano 19 Nº 118. p. 40 – 49. Jan / 2004.

TOPALOV, C. "Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?". Revista Espaços & Debates nº 34 – 1991. pg. 26 – 38.

TAFURI, M. "Projeto e Utopia". Lisboa: Presença, 1986.

VERAS, M. P. B. "Polarização social e novas territorialidades em São Paulo: diferentes faces da cidade mundial". Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, v. 15 – n. 01. jan/mar, 2001.

VELHO, O. G. (org). "O fenômeno urbano". Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

VILLAÇA, F. "Espaço Intra – Urbano no Brasil". São Paulo: Studio Nobel / FAPESP / Lincoln Institut, 1998.

WAIZBORT, L. "As Aventuras de Georg Simmel". São Paulo : Editora 34, 2000.

WOLF, J. Centro Empresarial - Definindo Eixo. Revista AU, n. 37, p. 38-45, ago/set 1991.

ZUKIN, S. "Paisagens Urbanas Pós-Modernas: mapeando cultura e poder." Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p. 205-219.

_____"Aprendendo com Disney World". Revista Espaços e Debates, v.23 – n. 43-44 – p. 11-27 – jan/dez 2003.

São Paulo _ Uma Cidade Global? Trabalho final apresentado pelos alunos de graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - EESC/USP: André Muller, Érica Campos, Eduardo Marinho, Marina Vianna e Vanessa Rosa, para a disciplina Arquitetura e Urbanismo Contemporâneos, no ano de 2001, mimeo.

APÊNDICE 1

ENTREVISTA COM ROVENA, ARQUITETA COORDENADORA DO PROJETO NOVA LUZ NA EMURB ATÉ INÍCIO DE 2008 [ENTÃO SUBSTITUÍDA PELA ENGENHEIRA CIVIL LÚCIA HELENA ROSSI] – Realizada pela pesquisadora em outubro de 2007.

Rovena coloca que “no empréstimo concedido pelo BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] em 1998, não havia a intenção de recuperação da área da Nova Luz. Aliás, no contrato de empréstimo não tinha nada sobre a Nova Luz. Então, na administração Serra incluiu-se, no ProCentro, algumas ações financiadas pelo BID: dois prédios públicos [Prodam e a Sede da Sub-Sé] e requalificação das ruas comerciais do perímetro da Nova Luz, entre outros estudos... O que são os outros estudos? Uma avaliação econômica e financeira do Projeto Nova Luz e o Programa de Incentivo Seletivo da Nova Luz. Paralelamente a isso, o projeto Nova Luz foi um projeto avaliado pela administração que se iniciava em 2005 porque, a despeito de que todo investimento feito ao redor [Sala São Paulo, Pinacoteca, Projeto Monumenta, Estação da Língua Portuguesa], aquele perímetro não se beneficiou desses investimentos feitos ao redor. Portanto, não houve uma requalificação ali, a despeito dele estar envolta, mesmo com a articulação da linha do metrô com a CPTM, a nova linha do metrô... Nada disso estimulou que os proprietários e comerciantes revitalizassem aquela área, ela continuava com estigma social e com forte deterioração construtiva. Então, precisava fazer alguma coisa que interviesse na área para que ela pudesse também acompanhar a requalificação que o centro vem passando, e a idéia é que a requalificação ali possa se espriar para o Largo do Arouche, pra Praça da República [que o projeto ProCentro já requalificou e inclusive já foi inaugurada]... Então, ela [a requalificação da Nova Luz] estaria ali numa função de se juntar com os investimentos ao redor, pra cima [Estação Pinacoteca, Sala São Paulo, Estação da Luz], e o entroncamento do metrô com a CPTM na Cásper Líbero, e que migrasse até chegar à República e Largo do Arouche.³⁰⁴

Segundo ela, “O ProCentro, que é o Programa do BID, financia intervenções no distrito da Sé e da República e essa é a área de Operação Urbana, um mecanismo que a prefeitura tem para alterar o zoneamento para além daquilo que a legislação de uso e ocupação do solo permite então, se o coeficiente é 1 e você quer verticalizar, tem que pagar outorga, e tem várias flexibilidades para isso. É uma lei que é anterior ao Plano Diretor, a Operação Urbana Centro, e que foi recepcionada pelo Plano Diretor, aprovado na gestão Marta Suplicy, e que agente

³⁰⁴ Em entrevista concedida à pesquisadora no dia 22 de outubro de 2007. **Mimeo.**

não alterou nenhuma regra urbanística vigente: o Projeto Nova Luz cumpre todas as regras que estão no Plano Diretor e no Plano Regional da Sé, que é um desdobramento. No plano diretor para a área há uma ZEIS, que é uma zona especial de interesse social, chamada de ZEIS Santa Ifigênia, onde aqui ela deve ter um plano urbanístico onde 40% tem que ser para habitação de interesse social, 40% de habitação de mercado popular e 20% de comércio e serviços. O perímetro de utilidade pública, porque essa é a área de maior degradação tanto social quanto construtiva, então iniciou-se por este perímetro e depois, em 2007, agente ampliou o perímetro do decreto de utilidade pública, pra efeito de desapropriação, foi incidido com o mesmo perímetro da Lei de Incentivo Fiscal, cujo objetivo é atrair investidor imobiliário e atividade econômica pra agregar valor à atividade econômica que existe aí [eletroeletrônico e de informática]. Em nenhum momento o projeto era um projeto de demolição global da área, ao contrário, o comércio de Santa Ifigênia é dinâmico demais para querer desmobilizar. Os problemas sociais que a área enfrenta, de comercialização de drogas ou de prostituição, vão sendo atendidos do ponto de vista social através de uma parceria que a Prefeitura tem com a área de saúde, com a área de assistência, onde faz o atendimento de meninos drogados, menor especialmente, e com a fiscalização especial que o tráfico de drogas exige. Para além disso, foram fechados vários hotéis, vários bares que tinham problema ou com o CONTRU ou com a vigilância sanitária. Então, vários imóveis foram lacrados pela prefeitura: parcerias foram feitas, com a Secretaria de Desenvolvimento, com o próprio Hospital das Clínicas para atender menores com problemas de alcoolismo ou drogas, e a prostituição, que não é uma coisa de agora, se resolverá no tempo, na medida em que esta área vai se qualificar. Esta atividade é existente hoje na Avenida Indianápolis, que é de classe média alta, ou seja, não se pode dizer que é um problema de classe média alta ou baixa, ela existe a partir de um desejo de um consumidor fazer uso disso. Provavelmente, ela migrará pela própria transformação que a área for passando...

O programa de Incentivo Seletivo foi aprovado em dezembro de 2005 com regulamentação em fevereiro de 2006, e chama de investidor tanto pessoa física como jurídica habilitada pelo Programa, que fez um edital de chamada para habilitar os interessados em investir na área dentro de algumas regras. Então, o edital inclusive pontua melhor os investidores que incorporam patrimônio histórico nos seus projetos. Para atrair o investidor, criou-se o Certificado de Incentivo ao desenvolvimento com o intuito de trazer novas atividades econômicas [que fossem interessantes para a área] e trazer o potencial construtivo renovado, então agente dava para o investidor imobiliário até 50% e para atividade econômica até 80%. Além disso, eles poderiam reduzir o IPTU em 50% e também 60% do ISS. Então, este

certificado, ele pode usar durante cinco anos, sendo que ele recebe do certificado 20% ao ano, para pagar o resto do IPTU e para comprar bilhete único. Isso porque queríamos atrair empresas que gerassem mão de obra intensiva, por exemplo, as atividades que escolhemos para serem beneficiadas: *call center*, por ser intensiva em mão de obra, empresas de software, então essas são as típicas atividades que nós estávamos querendo atrair.

Já fizemos o edital, apareceram 34 empresas sendo que, dessas, 23 foram habilitadas porque elas tinham que estar regulares do ponto de vista jurídico e fiscal, e o próximo passo é divulgar quem são essas empresas para que elas comecem a fazer os prédios lá na área. As negociações de compra dos imóveis foram feitas pelas próprias empresas com os proprietários: estas os procuraram, compraram o terreno ou se comprometeram a comprar, e apresentaram os projetos para determinadas áreas.

Aqui, com o estigma que a área está, nós incluímos algumas câmaras de segurança para monitorar ao redor da área e, internamente, a própria área. Algumas já estão instaladas. Com o recurso BID estamos fazendo a requalificação das ruas e construindo os prédios públicos, conforme dito.

O governo do Estado está desapropriando esta quadra inteira, para colocar uma Escola Técnica Estadual, do sistema Paula Souza, então nós denominamos este setor específico como um corredor institucional porque o sistema de monitoramento está em um imóvel ali, no local de construção de dois prédios públicos, que serão construídos nos quarteirões que serão demolidos a partir da semana que vem. Então, o volume de investimentos públicos está aí. Nesta perspectiva de abrir a área, estamos fazendo dois *boulevares* que se articulam com o Largo do Arouche, que não são calçadas, é uma rua com uma qualificação diferenciada. Então, os recursos vindos para tais intervenções são recursos da Operação Urbana Centro, do Governo do Estado e da Prefeitura de São Paulo: nós só desapropriamos e fizemos o projeto de arquitetura para a área.

De acordo com o levantamento realizado, existe uma área significativa sub-utilizada ou por estacionamentos, ou por prédios vazios, e é em cima dessas que agente imagina que a requalificação ocorrerá. Também tem vários prédios tombados, que nos serviram para pontuar as empresas que incorporem o patrimônio, fizemos uma parceria com o CONDEPHAAT, com o COMPRESP, discutindo esses tombamentos, porque esta área é tombada, mas o tombamento não foi homologado, então tem muita coisa que foi descaracterizada, ou tem imóveis que estão como tombados e hoje são estacionamentos. Segundo levantamento, há duas mil e quinhentas pessoas morando nesta área, sendo que dentro das ZEIS existem quatro cortiços, para quem o CDHU deu carta de crédito para comprarem na área, ou onde quiserem.

As áreas dentro da delimitação foram classificadas como: com baixo potencial de transformação imediata – prédios com mais de quatro pavimentos, onde não faremos nenhuma intervenção; imóveis tombados que agente espera que sejam recuperados ao longo do tempo; e aquelas que espera-se que se intensifique ou se mantenha, como a Zona comercial de Santa Ifigênia e seu espraiamento para a Rua dos Andradas. Já os usos institucionais identificados são considerados como de difícil transformação. “Sobra” a área de estacionamentos ou imóveis de menos de quatro andares altamente deteriorados, ou seja, da área total, o que imaginamos com potencial de transformação são 96 mil metros quadrados, que é 44% da área e, de fato, as empresas que apresentaram propostas procuraram por essas áreas de maior potencial de transformação. Para escolha dos projetos a serem construídos na região, pontuamos também aqueles projetos que apresentassem a utilização de espaço privado com uso público, permitindo uma circulação ou permeabilidade entre os quarteirões. Colocamos também as grandes avenidas que circundam a área como com alto potencial de transformação, ainda que estejam fora da área de incentivo

Para delimitação deste perímetro da Cracolândia como área de intervenção, estudamos uma área maior, desde a Marginal Tietê, e verificamos esta área como área de maior degradação e também por estar circundada por equipamentos culturais [cujas restaurações não foram suficientes para requalificar a área], metrô, eixos de circulação consolidados [Av. Ipiranga], esperando que haja um espraiamento para o Largo do Arouche. A degradação existente foi fator de escolha e determinação da área, pois não condiz com a qualidade ambiental e urbana que o centro precisa ter, sendo que o Projeto Monumenta não coincide com a área delimitada para a Nova Luz. Como falei, as ZEIS precisam ter um plano urbanístico, possuindo então 30 mil metros quadrados de áreas transformáveis, que nos permite calcular em torno de 900 unidades de HIS e 600 unidades de HMP. Queríamos fazer uso misto nas edificações, mas o mercado financeiro apresenta uma resistência, além do sistema financeiro brasileiro não contribuir para ter uso misto na própria edificação.

Esta é a configuração final que imaginamos: se estes 96 mil metros quadrados forem construídos com mais de quatro pavimentos, ou seja, pagando a outorga, imaginamos o número de investimentos aí. Isso significa que, colocado o edital, o volume de investimento previsto para a área é de 756 milhões, com 11 projetos novos, e o próximo edital que colocaremos será exclusivo para habitação, pois o primeiro foi para atrair atividade econômica, e o próximo é só para habitação. As iniciativas divulgadas pela imprensa, de duas construtoras interessadas em investir na área, [uma delas com projeto do Jaime Lerner] não tem nada a ver com a prefeitura, são iniciativas privadas. Isso não é uma demanda da prefeitura, o grupo do

Secovi contratou o Jaime Lerner, e eles tinham uma perspectiva de comprar a área toda e criar um fundo imobiliário, só que até o momento não houve nada concreto. O secretário e prefeito foram procurados para a apresentação do projeto, e às construtoras foram apresentadas as restrições do programa a um projeto deste porte. Imaginamos, então, que em 10 anos a área se requalifique.”

APÊNDICE 2

ENTREVISTA COM A ARQUITETA DA EMURB, ANNA BARROS – Realizada pela pesquisadora em julho de 2008.

Para a arquiteta Anna Barros, que trabalha há 14 anos na EMURB, “a área era uma área óbvia de ações da prefeitura por estar entre o centro velho [que faz parte do processo de trabalho do Procentro há mais de 10 anos, criado na gestão de Paulo Maluf, em 1993 aproximadamente] e o pólo de atividades culturais [formado por diversos equipamentos culturais, nos quais o Estado investiu], sendo objeto de ações de diversas prefeituras. A Emurb já entra nesse processo, em de fase mais tardia, quando já estava delimitado o perímetro da lei de incentivos e já estava publicada a lei. Onde aconteceu todo um trabalho de pesquisa [sobre qual seria a função e objetivo que a área teria que atender], do qual não participamos. Trabalhamos com um fato consolidado: era um perímetro de uma lei de incentivos seletivos que iria beneficiar uma série de atividades econômicas ... Claro que isso foi fundamentado, tanto que houve sucesso nesse edital de chamamento, as empresas apareceram e foram classificadas, e vão se instalar na área da Nova Luz. E aí entramos com a parte de planejamento urbano, o que acontece com qualquer programa de recuperação urbana é que o Estado, o Município precisa mostrar que ele vai atuar ali, que acredita no plano: então a primeira coisa que estamos fazendo é a recuperação de espaços públicos. Nesse perímetro as calçadas vão ser alargadas, as travessias vão ser melhoradas, vai haver um projeto de renovação do sistema de iluminação pública, projeto de paisagismo, iluminação de calçadas, implantação de mobiliário urbano junto com uma implantação de uma vala técnica: todas as empresas de informática e de tecnologia, de *softwares* vão se utilizar dessa vala técnica com fibra óptica ... Isso é muito importante, em qualquer lugar da cidade você tem isso, e elas precisam disso para poder se instalar.

É um dos primeiros passos da prefeitura, do poder público, acreditar nesse projeto de renovação urbana... As áreas de utilidade pública já tinham sido decretadas [as quadras 69 e 67] e acredito que, para serem definidas essas quadras, o poder público decidiu desapropriar essas quadras porque aí era o foco principal de contravenção da área, distribuição de drogas,

prostituição, eram as quadras menores, ligadas ao eixo cultural da Luz, então seria muito importante atacar o foco, recuperar, praquilo se expandir para o entorno. As duas quadras foram inicialmente desapropriadas para nelas se instalarem dois órgãos públicos: o Prodam, de processamento de dados, que estava saindo do Ibirapuera, e a Subprefeitura da Sé, que estava em um prédio muito grande na Avenida do Estado, de difícil acesso, e viria pra cá. Isso está em desenvolvimento. Quando se desapropria tem todo um processo pra se tomar posse, poder ocupar, processos lentos, que demoram, mas a idéia são dois prédios públicos. E aí começamos a trabalhar em cima desses fatos. Outra coisa que estava definida foi o primeiro perímetro de utilidade pública, se você recuperar o histórico o perímetro decretado recortava toda a área, mas sugerimos que o perímetro de incentivo coincidissem com o perímetro de utilidade pública para depois se fazer um estudo caso a caso. Propusemos então a desapropriação de terrenos dentro das ZEIS pra construção de HIS e de outro ligado não mais à cultura, mas ligado à educação. Uma ETEC do Estado. Então com todas essas quadras, mais esse 'predinho' que foi desapropriado e reformado para ser sede da Guarda Civil Metropolitana, você forma um eixo institucional que é finalizado pela existência do Poupa Tempo na Cásper Líbero. Qual é a idéia? Que as pessoas comecem a circular nesse eixo e vão adentrando toda a região, da Nova Luz, que se diz estigmatizada. Acho muito importante essa ação.

Voltando um pouco atrás, o plano urbanístico trabalha somente em cima da Legislação em vigor: é plano diretor, estratégico da cidade, estatuto da cidade, que dá alguns instrumentos para viabilizar ações do poder público, constituição federal ou através do artigo de concessão urbanística, que está na Lei de concessão. E você tem também o plano da Subprefeitura, que estabelece praí uma AIU, uma área de intervenção urbana, e tem as ZEIS, que também estão nos planos. Até o momento estamos trabalhando com a legislação vigente, não se alterou legislação nenhuma. E aí agente vai conhecendo a área e vendo que a legislação está correta: tira as ZEIS? Não tira as ZEIS? O que acontece? Você tem um perfil habitacional na região do Arouche que pode se estender pela Vitória e General Couto, adentrar na Nova Luz com a mesma qualidade; seria uma extensão do padrão residencial do Arouche, que é consagrado dentro da cidade, para dentro da área da Nova Luz, e atingindo a área das ZEIS. Então agente acha que não terá necessidade de se alterar as ZEIS, há uma grande discussão sobre isso até porque o padrão de HMP que vai ser produzido nas ZEIS é o mesmo que é produzido na região de HIS. Agente acompanhou uma série de lançamentos na região, por exemplo, o da Vieira de Carvalho é muito semelhante aos que serão produzidos. Para atingir a maioria da população, por exemplo, funcionário público, é uma grande parcela que tem até 16 salários

mínimos, o exigido nesse tipo de habitação. Então foi isso que aconteceu, houve o edital, as empresas foram habilitadas, todas ganharam 80% dos benefícios. Tem que primeiro investir para depois usufruir dos benefícios, então o que acontece? Elas vão assinar até setembro uma declaração de que elas realmente vão investir na Nova Luz. Elas estão comprando os terrenos para poder se instalar na Nova Luz. O problema é a especulação imobiliária: a partir do momento que o poder público lançou esse Programa todo mundo pensou que sua área ao invés de dois, passava a valer cinco. Esses valores, o mercado aplica à Av. Paulista [de 5 a 10] ou outras regiões de maior valor na cidade, então está tendo uma especulação imobiliária muito grande, que atrapalha, e o que dificulta é esse acesso à terra, mas os empresários estão indo, comprando pouco a pouco, e a prefeitura tem a idéia que está sendo desenvolvida de uma lei de Concessão Urbanística para toda a região da Nova Luz. É assim: a prefeitura passa a um terceiro privado, escolhido através de uma concorrência pública, a possibilidade dele desapropriar em nome da prefeitura. Só que ele é obrigado a implantar o programa preestabelecido na concorrência, então são as unidades habitacionais, recuperação de espaços públicos, uma série de exigências, implantação de áreas verdes, implantação de área de fruição pública... Mas agente tem que ser bem realista: qualquer pessoa que quer participar de uma licitação dessa área tem que saber que ela pode construir, e que tem dois coeficientes básicos, outorga... Essa equação financeira tem que saber fazer muito bem para avaliar se vale à pena entrar no negócio, essa equação está se fechando com a lei de incentivos seletivos, então isso é interessante de analisar, ou seja, sem a lei de incentivos, as pessoas não vêm para o centro. Porque o terreno é caro, não é terreno barato. Temos trechos em que o valor venal do lote é 1.200 e quando você vai pro mercado, as pessoas chegam a pedir 2.500, 3.000.... Então agente chega à conclusão que vai ter a outorga onerosa que ele vai ter que pagar, isso se não for residência ou nenhum uso incentivado pela lei da Operação Urbana Centro. No centro tem uma vantagem: não tem limite de coeficiente, ele pode construir o quanto ele quiser. Desde que ele pague, acima de seis ele vai para audiência pública, mas ele pode fazer...

Então, pra ele poder 'fechar a conta', agente viu que a lei de incentivos é muito importante, e nossas diretrizes são muito simples: é só trabalhar em cima. Temos o zoneamento básico, todos os perímetros que abrangem a área, recebemos um levantamento de uso do solo de 2005 com as atividades que estavam sendo desenvolvidas naquele momento na cidade, então agente começou a pensar o que poderia ser feito para uma transformação imediata. Por exemplo: ninguém quer tirar a Santa Efigênia dali, ela gera um ICMS muito alto, é um comércio consolidado, então agente gera os usos, os lotes que poderiam ser facilmente transformáveis

pelo poder público, ou pela iniciativa privada, então o que agente constatou: galpões de depósito, eles não precisam estar aí, estão primeiro porque edificação tem uma qualidade muito ruim, mas para quem o utiliza tanto faz, porque ele não vai trabalhar com cliente, vai só distribuir, então vimos que os galpões podiam ser transformáveis. Tinha muita área de estacionamento, muitos 'hoteizinhos' que já tinham sido fechados pela prefeitura, locais de venda de drogas... Então, agente começou a identificar o que é passível de transformação, então você vai ver que tem mapas que identificam essas áreas. Não quer dizer que outras não possam ser transformadas, agente viu aqueles que, em um primeiro momento, podiam ser demolidos. Esses representavam, naquela época, 40% da área, é bastante porque é uma área com muitos imóveis tombados, trazendo todo um histórico de edificações. Tem muita coisa ali que está congelada, que está tombada. Isso já reduz bastante. Tem muitos que estão em área envoltória de edifícios tombados, então tudo o que for construído vai ser regulamentado. Identificado o que poderia ser transformado, agente identificou o uso e o tipo de edificação. Edificação até quatro pavimentos agente sabe que é fácil demolir... Levantamos também os cortiços que serão atendidos pelo programa do CDHU. Os prédios altos, como o Santa Josefa, para serem demolidos, teria-se que realocar toda a população, pela legislação, e isso é inviável... E eles não são cortiços, o da Sta. Efigênia não é cortiço. A construtora quebrou e os proprietários assumiram o prédio, mas não o terminaram. Então temos que ver como vamos encontrar uma linha de financiamento para recuperar imóveis construídos. O Programa Monumenta, que tem financiamento do BID, tinha uma linha assim, dentro do perímetro de influência do Programa Monumenta, alguns imóveis poderiam requerer um financiamento [investimento] a custo zero pra recuperar o imóvel, e a garantia seria o próprio imóvel. Só que é complicado porque todos os apartamentos têm que estar com a documentação legal, em ordem, regularizado. E não abrange toda a área da Nova Luz, sendo só uma borda junto à Mauá. Mas é uma coisa que agente se preocupa: ao longo do programa teremos que pensar nessa linha de financiamento: não adianta querermos trazer IBM, Microsoft, se o prédio do lado está ocupado por habitação precária. Tudo isso deve ser visto no plano de re-urbanização...

Voltando um pouco ao histórico, o plano tem o gabarito das edificações existentes hoje. Agente fez um levantamento das alturas, dos gabaritos de todos os prédios que agente acha que serão referência para os novos empreendimentos. Está em análise pelo CONDEPHAAT, pelo CONPRESP e pelo DPH um plano urbanístico pra definir os gabaritos de todas as quadras, aí estamos trabalhando por testadas, que agente acha que é mais importante que a quadra como um todo. Na borda dos grandes eixos agente acha que pode verticalizar bem, no miolo agente viu que tem uma série de prédios de 30 e 35 metros de altura, então agente acha que os

residenciais terão essa faixa. Então você tem a testada junto da Estação da Luz, agente acha que tem que manter um gabarito de 15 metros, pra que nada impeça a visualização da Estação [apesar de já ter prédio de 40, de 60 metros], assim seriam preservados tanto a Estação da Luz como a Torre da Estação Júlio Prestes. Na Lei de Concessão Urbanística agente prevê que os novos empreendimentos possam assumir alguns tombados e integrá-los dentro de um projeto único. Seria muito interessante, vamos supor, se você compra os lotes lindeiros ao lote, mais o tombado. No tombado, de repente, você faz um centro cultural, um atendimento, um café, uma livraria, pra hora de lazer, pra hora de descanso das pessoas que estão trabalhando na torre. Para os imóveis tombados, nós partimos de uma listagem do CONDEPHAAT de 1985. Pós 1986, eles soltaram uma outra listagem, e no final de 2007 eles fizeram uma proposta de inclusão de alguns e exclusão de outros; essa exclusão contempla os que já perderam sua importância: ou foram demolidos, ou foram descaracterizados. Eles ainda não publicaram essa resolução, isso é uma proposta não legalmente válida ainda... Mas nós solicitamos uma atualização dessa listagem. Conforme o uso das edificações agente identifica uma transformação imediata, número de pavimentos... O que é uso institucional agente não vai mexer, a Santa Efigênia, são usos consolidados, um banco... Por exemplo, aqui há uma concessionária de automóveis, um prédio baixo que, em plena Rio Branco, poderia ter um uso melhor, poderia ser estacionamento embaixo com uma torre de escritórios em cima, mas num primeiro momento, ele é um uso que depende de uma atividade econômica [...] Quando foi feita a lei de incentivos, a Rovenha participava do Coluz, e foi decidido que iríamos incentivar a todos os empreendedores que permitissem a fruição pública dos seus espaços. Queríamos priorizar os eixos viários que vêm do Arouche e chegam à Couto de Magalhães porque existe uma barreira que é a famosa quadra 19. Agente tem que lembrar que o metrô está fazendo um grande empreendimento na quadra, onde será uma grande interligação de vários tipos de transporte: vai ter o trem, o metrô, mais as linhas de ônibus. São duas linhas de trem, duas linhas de metrô, então isso é um ponto importante, pois as empresas de *telemarketing*, por exemplo, querem ficar próximas do metrô por causa do ciclo delas, são três turnos de seis horas, são estudantes que utilizam muito metrô... Quando você vê que tem que dar uma volta na quadra, isso é um problema, mesmo porque esta é uma quadra anti-urbana, ela tem 300 metros de extensão. Então o nosso plano urbanístico já prevê a passagem intra-quadra. Agente pensou muito se desapropriaria ou não e faria uma rua mesmo... e agente viu que poderia propor o seguinte: como se trata de um terreno caro, agente poderia permitir que os empreendedores, e aí daríamos incentivos, permitissem a fruição pública em espaços privados. Então, na época da Lei de Incentivo, já foi um item de pontuação. Esse mesmo item

vai se repetir se fizermos a Lei de Concessão Urbanística, que vai ter o edital, que vai possivelmente dividir essa área em lotes, vamos licitar por lotes e vamos falar: as áreas que permitirem fruição pública terão um ponto a mais na análise, dois pontos.... Na Sta Efigênia, há um fluxo de pessoas muito grande, mas eles não vão de metrô, vão de carro, pois vão comprar coisas. Só que a Sta Efigênia não comporta o tráfego intenso de veículos, então agente imagina que a pessoa possa vir pela Rio Branco, entrar pela Rio Branco e sair pela Sta Efigênia. Então o que imaginamos? Que o empreendedor possa comprar terrenos da Rio Branco e da Sta Efigênia, e fazer um grande empreendimento com circulação intra-quadras. Pensamos em fazer, paralela a Sta Efigênia, grandes quadras abrindo, padrão Cerdá, espaços internos, mas agente acha que não é isso, agente não quer tirar a população da rua, agente quer facilitar a circulação. Então não adianta criar um eixo paralelo à rua Sta Efigênia, para as pessoas circularem no meio da quadra, até porque agente sabe que o padrão Cerdá muitas vezes não deu certo. Então agente quer voltar àquela proposta das galerias que agente tem. Todo mundo cita cem mil vezes o Conjunto Nacional, então a idéia é essa, colocando o edital no Coluz, agente já teve propostas de empreendimento com essa passagem de fruição pública [...] porque é melhor, imagine quem vem do Arouche, vem pela Rua Vitória, sai na General Couto, atravessa na Cásper Líbero e pega o metrô. E aí vem aquela história: se não tem gente na rua, a rua está deserta, é perigosa, não é de ninguém... se está todo mundo circulando, a rua é de todos. Então a idéia é justamente essa: você ter um 'mix' de circulação intra-quadra e pelas calçadas, por isso agente prevê, num segundo momento, fazer a recuperação de outros espaços públicos: a Rio Branco, a Vitória e a General Couto de Magalhães. Isso agente pode fazer ou via recursos da Operação Urbana, ou como contrapartida de algum empreendedor, tem mil idéias. Aqui na EMURB agente tem uma idéia muito antiga que é a sistematização dos espaços públicos, área central que você possa andar por ela inteira com conforto, segurança, integrando espaços [...]. Por exemplo, se você for da Vitória, no Largo do Arouche, sobe a Rego Freitas, vai dar na Consolação, Praça Roosevelt, que é objeto de requalificação, da EMURB mesmo. Então, quem desce a Consolação, pega a Rego Freitas, Arouche e já sai na Cásper Líbero que é um caminho seguro e é plano, só tem as descidas! Torna-se um espaço agradável para caminhada segura, com conforto. Apresentadas as diretrizes urbanísticas, agente quer que seja publicada uma Resolução de Diretrizes para a Área da Nova Luz. Os proponentes, ao desenvolverem seus projetos, que atendam essas diretrizes. Agente quer que, aprovadas essas diretrizes, os projetos [que serão aprovados pelo CONDEPHAAT], já as atendam antes de serem levadas para análise. Então agente atua como um mecanismo de facilitação. Agente fez estudos através de quadros de

legislação que determinam coeficientes, que determinam o que é possível, o que não é possível, os usos, os gabaritos, então agente fez uma simulação de usos, agente acredita que a área mais densa seria nas ZEIS, pelo valor do terreno, pela HIS ser subsidiada, e é importante que a HIS permaneça na área central, então agente vai fazer de tudo. Nessa área mais do entorno seria um adensamento médio, com habitação HMP e Sta Efigênia, e os grandes empreendimentos seriam no anel central, externo da Nova Luz porque teriam os usos de empresas, serviços, no eixo da Mauá vem os usos culturais, então agente já tem o Instituto Moreira Salles que participou do edital do Coluz, que vai fazer um centro cultural, então agente faz uma simulação, de coeficientes, pensando em ter comércio e serviços, ao contrário do restante da cidade, que é residencial [70% de residência e 30% de serviços], na Nova Luz queremos uma relação mais equilibrada, talvez 60% e 40%. Assim, o que se busca é uma relação equilibrada para o investidor porque não adianta o poder público falar, se não mostra que é viável ele atuar aqui na região central. Agente tem que mostrar que a equação econômica é viável na área central. Agente acredita que possa vir uso misto, só que já muda a densidade. Praticamente tudo é construído no alinhamento, que é uma das exigências dos órgãos protetores do patrimônio. Então estamos discutindo se não vale mais apenas marcar esse alinhamento com um elemento físico, vegetação, ou talvez só um embasamento da edificação, essas diretrizes serão importantes para os empreendedores na hora destes apresentarem suas propostas arquitetônicas. A Operação Urbana estimula, por exemplo, o remembramento de lotes, que hoje são pequenos, mas eu acredito que nessa área central haverá um adensamento maior. E aí tem as ZEIS, que serão adensadas e, nos limites, a HMP. Fizemos também alguns exercícios para mostrar como seria comprar um lote ao lado de um edifício tombado, se você andar pela Luz vai ver uma série de empenas, que estão ao lado de edifícios tombados, então existe um instrumento que se chama Concessão do Espaço Aéreo, do Plano Diretor, agente quer permitir a abertura da empena para requalificar esse espaço. Aí fizemos simulações. Imaginando que, como na Nova Luz, o alinhamento é uma coisa marcante na região, podemos trabalhar com o embasamento alinhado e na mesma altura do imóvel tombado, e a Torre subindo além desse embasamento.

Isso poderia orientar e estimular a discussão. O Plano está sendo avaliado, será elaborado um termo de Concessão que abrirá uma concorrência pública que permitirá que a iniciativa privada aja em nome de tais empreendimentos. A lei de Concessão está sendo feita fora da EMURB, por um escritório de advocacia, e vamos trabalhar depois com o edital. A importância disso é mostrar que o Governo acredita no Projeto, está trabalhando no Projeto, porque o que sai nas manchetes é que “o Projeto da Nova Luz não sai do papel”, mas acontece que os projetos de

reurbanização de área, principalmente de centros, é um processo muito lento. Eu cheguei a visitar projetos internacionais que estão em processo há 20 anos... Então isso é em longo prazo... As pessoas especularam, os preços subiram, o acesso à terra está mais difícil. Tem dinheiro do BID, por isso eu falo, o espaço público será implantado? Será. O BID já autorizou, já tem Edital na rua... O que eu acho importante, e talvez não tenhamos chegado a esse patamar, é que todos os projetos sejam acordados com a sociedade, porque a partir do momento em que a sociedade combinou e está a par daquilo, ela cobra, independente da gestão no poder. Eu acho que na Nova Luz estamos entrando nesse processo: a sociedade já está a par, por isso é importante a consulta pública, o comprometimento da sociedade. Tudo isso são acordos com a comunidade, eu acho difícil chegar a próxima gestão e colocar o Nova Luz na gaveta. Os próximos passos a serem seguidos já estão prontos, a lei de concessão urbanística é complicada de ser aprovada, mas tudo pode acontecer. A população tem que cobrar, mesmo que aconteça no fim da gestão”.

ANEXO 1 – LEI 14096

LEI Nº 14.096, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2005

[Projeto de Lei nº 592/05, do Executivo]

Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, na área central do Município de São Paulo, nos termos que especifica.

JOSÉ SERRA, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 30 de novembro de 2005, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento adequado dessa área central do Município de São Paulo, nos termos das disposições constantes desta lei.

§ 1º Para os fins do Programa ora instituído, a região adjacente à Estação da Luz - região-alvo - é a área compreendida pelo perímetro iniciado na intersecção da Avenida Rio Branco com a Avenida Duque de Caxias, seguindo pela Avenida Duque de Caxias, Rua Mauá, Avenida Cásper Líbero, Avenida Ipiranga e Avenida Rio Branco até o ponto inicial.

§ 2º O Programa de Incentivos Seletivos terá a duração de 10 (dez) anos, contados da data da publicação desta lei, respeitada a validade dos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, expedidos em razão do Programa ora criado, bem como o prazo de concessão dos incentivos fiscais tratados nos incisos II, III, IV e V do § 1º do art. 2º desta lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos fiscais aos contribuintes que realizarem investimentos na região-alvo, observado o disposto nos arts. 7º, 8º e 9º desta lei.

§ 1º Os incentivos fiscais referidos no "caput" deste artigo serão os seguintes:

I - concessão, pelo Poder Público e em favor do investidor, de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, com valor de:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor dos investimentos descritos no inciso I do art. 3º, desde

que efetivamente comprovados e destinados a imóveis de uso exclusivamente residencial;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor dos investimentos descritos nos incisos I e II do art. 3º, desde que efetivamente comprovados e destinados às atividades comerciais previstas na Seção 1 da Tabela anexa integrante desta lei, exercidas por estabelecimento do investidor situado na região-alvo;

c) 80% (oitenta por cento) do valor dos investimentos descritos nos incisos I e II do art. 3º, desde que efetivamente comprovados e destinados às atividades de prestação de serviço previstas nas Seções 2 e 3 da Tabela anexa integrante desta lei, exercidas por estabelecimento do investidor situado na região-alvo;

II - redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao imóvel objeto do investimento;

III - redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis - ITBI-IV, referente ao imóvel objeto do investimento;

IV - redução de 60% (sessenta por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre os serviços de construção civil referentes ao imóvel objeto do investimento;

V - redução de 60% (sessenta por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre os serviços especificados na Seção 3 da Tabela anexa integrante desta lei, prestados por estabelecimento da pessoa jurídica situado na região-alvo.

§ 2º Investimento, para os efeitos desta lei, é toda despesa de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), efetivamente comprovada com a implantação, expansão ou modernização das empresas que desenvolverem as atividades previstas nas Seções 1, 2 e 3 da Tabela anexa integrante desta lei ou de empreendimentos residenciais na área referida no § 1º de seu art. 1º, compreendendo:

I - elaboração de projeto, limitado a 5% (cinco por cento) do valor do investimento;

II - aquisição de terrenos;

III - execução de obras (materiais e mão-de-obra);

IV - melhoramento em instalações incorporáveis ou inerentes aos imóveis;

V - aquisição e instalação de equipamentos necessários à implantação, expansão ou modernização tecnológica da empresa ou do empreendimento.

§ 3º Investidor, para os efeitos desta lei, é a pessoa física ou jurídica previamente habilitada no Programa de Incentivos Seletivos para a região-alvo.

§ 4º Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento serão emitidos após a conclusão do investimento e terão validade de 5 (cinco) anos a partir de sua emissão, sendo corrigidos anualmente na forma do disposto no art. 1º da Lei nº 10.734, de 30 de junho de 1989.

§ 5º Sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo, os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento concedidos na conformidade da alínea "c" do inciso I do § 1º deste artigo serão emitidos por 5 (cinco) anos consecutivos, mediante verificação anual do Conselho do Programa de Incentivos Seletivos, à razão de 20% (vinte por cento) ao ano sobre o valor do incentivo concedido, corrigido anualmente na forma do disposto no art. 1º da Lei nº 10.734, de 30 de junho de 1989.

§ 6º Os incentivos fiscais tratados nos incisos II e V do § 1º deste artigo serão concedidos pelo prazo de 5 (cinco) anos contado da conclusão do investimento.

§ 7º O valor do incentivo fiscal tratado no inciso III do § 1º deste artigo será somado ao valor do Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento de que trata o inciso I do mesmo parágrafo, no momento de sua emissão.

§ 8º O incentivo fiscal tratado no inciso IV do § 1º deste artigo será concedido pelo prazo de 5 (cinco) anos contado da aprovação do projeto de investimentos e ficará sujeito à verificação pelo Conselho do Programa de Incentivos Seletivos, que poderá rever ou cassar sua concessão com base nessa verificação e no projeto de investimentos aprovado.

§ 9º Caso haja aumento de alíquota, de 2% (dois por cento) para 5% (cinco por cento), do ISS

incidente sobre as atividades de prestação de serviços especificadas na Seção 2 da Tabela anexa integrante desta lei, aplicar-se-á o incentivo fiscal de que trata o inciso V do § 1º deste artigo.

§ 10. O incentivo fiscal de que trata o inciso V do § 1º deste artigo não poderá resultar na redução da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

Art. 3º A concessão dos incentivos seletivos previstos nesta lei fica condicionada à aprovação de projeto de investimentos que contenha os seguintes fatores:

I - construção, restauração, preservação ou conservação do imóvel localizado na região-alvo;
ou

II - incremento da atividade na região-alvo.

Parágrafo único. Observada a legislação de uso e ocupação do solo, a efetivação desses fatores será objeto de verificação pelo Conselho do Programa de Incentivos Seletivos, que expedirá, nos casos em que couber, Termo de Conclusão do Investimento para fim de fruição do incentivo fiscal.

Art. 4º Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento poderão ser utilizados para:

I - pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

II - pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

III - aquisição de créditos de bilhete único, para os funcionários que exercerem suas atividades no estabelecimento do investidor localizado na região-alvo.

§ 1º Os certificados serão emitidos em nome do investidor, sendo permitida a transferência de sua titularidade nos limites e na forma que dispuser o regulamento.

§ 2º Os certificados não poderão ser utilizados para pagamento de:

I - débitos tributários decorrentes de fatos geradores anteriores à data de conclusão do

investimento;

II - débitos tributários apurados após iniciada a ação fiscal;

III - multa moratória, juros de mora e correção monetária.

§ 3º Os certificados não poderão ser utilizados pelo investidor para o pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS por ele retido na fonte.

Art. 5º Fica criado o Conselho do Programa de Incentivos Seletivos para a região-alvo, composto pelos Secretários Municipais de Planejamento, de Finanças e de Habitação, pelo Subprefeito da Sé, pelo Presidente da Empresa Municipal de Urbanização, pelo Coordenador do Comitê de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo e por 2 (dois) representantes da sociedade civil, indicados pelo Prefeito.

§ 1º O Conselho será presidido pelo representante da Secretaria Municipal de Planejamento, a quem caberá o voto de desempate.

§ 2º Os membros de que trata o "caput" deste artigo poderão indicar para representá-los no Conselho o Secretário-Adjunto ou o Chefe de Gabinete, no caso das Secretarias, o Chefe de Gabinete, no caso da Subprefeitura da Sé, ou o Vice-Presidente, no caso da Empresa Municipal de Urbanização.

Art. 6º Observados o valor estabelecido no inciso I do § 1º do art. 2º desta lei e o limite fixado na Lei Orçamentária, compete ao Conselho do Programa de Incentivos Seletivos analisar e deliberar acerca dos projetos de investimentos e dos pedidos de concessão dos incentivos, acompanhar e avaliar os resultados dos projetos de investimentos, deliberando pela revisão, ou cassação, das concessões de incentivos se for o caso, bem como formular as diretrizes da política pertinente ao Programa, submetendo-as à ratificação do Prefeito.

§ 1º Preliminarmente, os projetos de investimentos e pedidos de concessão de incentivos serão encaminhados à Assessoria Técnica do Conselho, que será constituída por um representante de cada uma das Secretarias que o compõem, por um representante da Subprefeitura da Sé e por um representante da Empresa Municipal de Urbanização, à qual caberá a secretaria executiva.

§ 2º A Assessoria Técnica do Conselho elaborará parecer sobre o projeto de investimentos e o pedido formulado, verificando o mérito e a possibilidade de enquadramento do projeto de investimentos no Programa, bem como a regularidade fiscal do investidor perante as Fazendas Públicas, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 7º Os incentivos fiscais decorrentes desta lei não poderão ser concedidos concomitantemente com outros programas de incentivos seletivos.

Art. 8º Para atender as despesas decorrentes desta lei, no corrente exercício, fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do que dispõem os arts. 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e a criar dotação orçamentária específica para tal finalidade.

Parágrafo único. O ato que abrir o crédito especial de que trata o "caput" deste artigo indicará a fonte de recurso para atender a despesa.

Art. 9º A Lei Orçamentária fixará, anualmente, o valor destinado ao Programa de Incentivos Seletivos ora criado.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 8 de dezembro de 2005, 452º da fundação de São Paulo.

JOSÉ SERRA, PREFEITO

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 8 de dezembro de 2005.